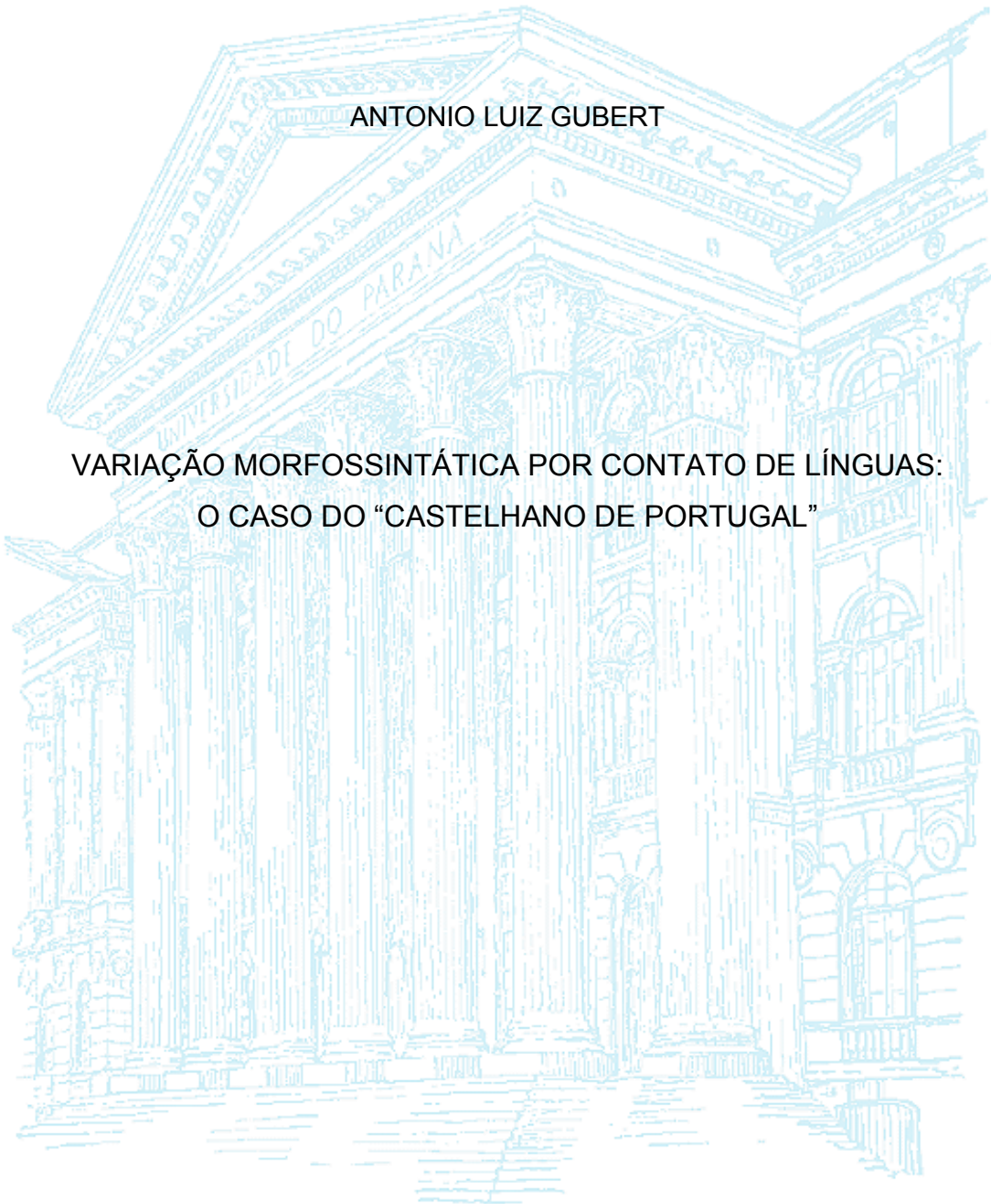


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO LUIZ GUBERT

VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA POR CONTATO DE LÍNGUAS:
O CASO DO “CASTELHANO DE PORTUGAL”



CURITIBA

2015

ANTONIO LUIZ GUBERT

VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA POR CONTATO DE LÍNGUAS:
O CASO DO “CASTELHANO DE PORTUGAL”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras – Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon

CURITIBA
2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Gubert, Antonio Luiz

Variação morfossintática por contato de línguas: o caso do
“Castelhano de Portugal”. / Antonio Luiz Gubert. / – Curitiba, 2015.
245 f.

Orientadora: Profª Drª Odete Pereira da Silva Menon
Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes,
Universidade Federal do Paraná

1. Letras – lingüística – análise do discurso.
2. Linguística – análise – bilinguismo luso-castelhano. 3. Desempenho
em leitura e escrita – variação linguística – consciência morfossintática.
I. Título.

CDD 469.798151



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de tese de doutorado de **ANTONIO LUIZ GUBERT** para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo-assinados Odete Pereira da Silva Menon, Luizete Guimarães Barros, Cibele Krause Lemke, Loremi Loregian-Penkall, Francisco del Olmo arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese: **VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA POR CONTATO DE LÍNGUAS: O CASO DO "CASTELHANO DE PORTUGAL"**.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dr. ^a Odete P. da S. Menon (Presidente)		Aprovado.
Dr. ^a Luizete Guimarães Barros		Aprovado
Dr. ^a Cibele Krause Lemke		APROVADO
Dr. ^a Loremi Loregian-Penkall		Aprovado
Dr. Francisco del Olmo		APROVADO

Curitiba, 03 de dezembro de 2015.

Prof.^a Dr.^a Patrícia da Silva Cardoso
Coordenadora
Matrícula SIAPE: 2217925



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima décima quarta, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu o doutorando **ANTONIO LUIZ GUBERT**. No dia três de dezembro de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala 1005B, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Odete Pereira da Silva Menon, Presidente, Luizete Guimarães Barros, Cibele Krause Lemke, Loremi Loregian-Penkal, Francisco del Olmo designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada: **VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA POR CONTATO DE LÍNGUAS: O CASO DO "CASTELHANO DE PORTUGAL"**, apresentada por **ANTONIO LUIZ GUBERT**. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, o senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Odete Pereira da Silva Menon retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia três de dezembro de dois mil e quinze.

Dr.ª Odete P. da S. Menon (Presidente)

Dr.ª Luizete Guimarães Barros

Dr.ª Cibele Krause Lemke

Dr.ª Loremi Loregian-Penkal

Dr. Francisco del Olmo

Antonio Luiz Gubert

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade de estudo. Em especial, aos diversos Coordenadores que passaram pelo Programa durante o curso deste Doutorado.

Ao Odair, Secretário do Programa, pela amizade e incentivo.

À Capes e ao CNPq, pelo incentivo financeiro.

À professora Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon, que me aceitou como orientando no Mestrado e no Doutorado. A Odete é, sem dúvidas, meu maior exemplo de profissional. Muito obrigado por tudo, professora.

Às professoras doutoras Cibele Krause-Lemke e Luizete Guimarães Barros, pelas importantes considerações no Exame de Qualificação desta Tese.

Aos professores componentes da Banca de Defesa – doutoras Cibele Krause-Lemke, Loremi Loregian-Penkal e Luizete Guimarães Barros; e doutores Edson Domingos Fagundes e Francisco Javier Calvo del Olmo –, por terem indicado possibilidades de melhoria deste estudo e, conseqüentemente, para a melhoria de minha formação como profissional de Letras. Meus mais sinceros agradecimentos.

Aos professores do curso, por tudo o que me ensinaram.

Aos meus colegas da Pós, principalmente os das turmas de 2010, do Mestrado, e de 2012, do Doutorado, pela amizade e companheirismo.

Carinhosamente, às amigas e ex-colegas de UFPR Lília Schainiuka Heil e Daniela Zimmermann Machado. Quantos momentos bons passamos juntos! Quantas conversas, viagens, cafés, congressos... Obrigado por tudo, gurias! Vocês têm um lugar especial na minha vida!

Aos professores e técnicos do Instituto Federal Catarinense – Concórdia, meus colegas de trabalho no tempo da Tese, pelo companheirismo e pelos momentos de descontração em meio à dura jornada.

Aos meus amigos de ontem, aos de hoje e aos de sempre. “Eu talvez não tenha muitos amigos, mas os que eu tenho são os melhores que alguém poderia ter.” (Vinícius de Moraes)

E, claro, à minha família – pais, irmãs, sobrinha, cunhados –, por tudo o que fizeram e fazem por mim, sempre apoiando minhas decisões e permitindo que eu avance cada vez mais na vida profissional.



(*"Don Quixote"*. Pablo Picasso, 1955)

“– La libertad, Sancho, es uno de los más preciosos dones que a los hombres dieron los cielos; con ella no pueden igualarse los tesoros que encierra la tierra ni el mar encubre; por la libertad, así como por la honra, se puede y debe aventurar la vida, y, por el contrario, el cautiverio es el mayor mal que puede venir a los hombres.”

“El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha”
Miguel de Cervantes

RESUMO

O Tratado de Alcáçovas, de 1479, pode ser considerado como marco inicial da influência espanhola sobre a língua e a cultura de Portugal. O Tratado visava pacificar relações entre os lusitanos e os reinos de Castilha e Aragão e negociar questões de dinastia por meio de convênios e matrimônios. Entre 1498 e 1578, quatro rainhas espanholas presidiram a corte portuguesa, todas mantendo os costumes espanhóis e o castelhano como idioma de comunicação na corte. Entre 1580 e 1640, após crise dinástica lusitana, Portugal e Espanha viveram o período conhecido como União Ibérica, em que ambos os países foram governados pelos mesmos reis, os “Filipes”, de dinastia espanhola. A monarquia dual trouxe significativas consequências para a língua e a cultura portuguesas, já que os padrões castelhanos passaram a ser considerados como os de prestígio social. Neste cenário, vários escritores portugueses sentiram a necessidade de publicar obras em língua castelhana, para que seus textos pudessem gozar de algum valor social e alcançar um maior número de leitores. Por não terem alta proficiência no espanhol, estes autores acabaram utilizando um castelhano carregado de lusismos, empregando, em seus textos em espanhol, estruturas típicas do português. O uso dessa interlíngua “defeituosa” é citado em vários autores, como em Teyssier (2005); contudo, sem descrição exata de quais fatores linguísticos são os reais caracterizadores do fenômeno. Deste modo, buscamos em nossa pesquisa descrever alguns dos fenômenos linguísticos que caracterizam a referida interlíngua, demarcando fronteiras entre o português e o espanhol da época. Fundamentamos o estudo essencialmente na Teoria Sociolinguística de Labov ([1972] 2008) e na Teoria Geral da Mudança Linguística, de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006). A coleta de dados se deu a partir de textos em língua castelhana do século XVI e XVII, escritos por autores “bilíngues” de nacionalidade portuguesa. No total, foram coletados 15498 dados (sintagmas e orações), distribuídos entre as três variáveis linguísticas pesquisadas: (i) posição dos clíticos; (ii) uso do infinitivo flexionado; e (iii) uso do *a* pessoal. Os dados foram submetidos à análise estatística para atribuição de percentuais e, quando possível, rodados no programa GoldVarb2001, para atribuição de pesos relativos e consequente análise variacionista. Os resultados mostraram que o uso da preposição *a* diante de complementos diretos de traço [+humano], categórico em espanhol, é o fenômeno com maior índice de variação. Em segundo lugar, se destacou o posicionamento em ênclise dos clíticos ligados a verbos simples antecédidos de preposição, característica típica do português da época que foi aplicada também nas construções em espanhol. Como resultados secundários, podemos citar o uso do infinitivo flexionado e a presença de “mesóclise” nos textos em espanhol, fenômenos existentes apenas no português da época. Com relação aos autores, Gil Vicente foi o autor com maior índice de variação, de certa forma explicável pela natureza de seus textos. Os resultados para os demais autores não foram representativos. De modo geral, podemos afirmar que o castelhano de Portugal está diretamente ligado aos fatores linguísticos contrastantes entre as línguas e não à falta de proficiência dos autores.

Palavras-chave: Castelhana de Portugal. União Ibérica. Contato linguístico. Variação Morfossintática. Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT

The Treaty of Alcáçovas, 1479, can be considered as the initial mark of the Spanish influence on the Portugal culture and language. The Treaty consisted of pacifying the relations between the Lusitanian and the kingdoms of Castilha and Aragão and negotiate dynasty issues trough conventions and matrimony. Between 1498 and 1578, when Spanish queens were part of the court of Portugal, all of them maintained the Spanish habits and the Spanish as the main communication language in the court. Between 1580 and 1640, after the Lusitanian dynastic crises, Portugal and Spain lived the period known as Iberian Union, whereas both countries were governed by the same kings, the “Filipes”, which were from Spanish dynasty. The dual monarchy brought significant consequences to the Portugal culture and language, as the Spanish rules started being considered as the social prestige. In this scenario, many Portuguese writers felt the necessity to publish their work in Spanish, so the texts could present some social value and reach a higher number of readers. Because these writers were not fluent in Spanish, they ended up using the language filled with “lusismos”, applying, in their Spanish texts, typical structures in Portuguese. The usage of this “defected” language is cited by many writers, as in Teyssier (2005); however, without exact descriptions of which linguistic factors are the real contributors of this phenomenon. This way, we aimed in our research to describe some of the linguistic phenomenon that characterized the referred language, demarking the relation between the Portuguese and Spanish language of the time. We based the study essentially in the Sociolinguistic Theory from Labov ([1972] 2008) and the General Theory of Linguistic Change, from Weinreich, Labov and Herzog ([1968] 2006). The data used in the research was based on the Spanish texts from the centuries XVI and XVII, written by “bilingual” authors. It was collected a total of 15498 data information (sentence phrases), distributed among the three linguistic variables: (i) position of the clitics; (ii) the usage of flexional infinitive; and (iii) the usage of personal *a*. The data was submitted to the analyses of the statistics for the attribution of percentage and, when possible, it will be applied in the program GoldVarb2001, for the attribution of power related to the variationist consequence analysis. The results showed that the usage of the preposition *a* according to direct complements of [+human] trace, categorized in Spanish, is the phenomenon with the highest rating variation. Secondly, the position of the “encloses” of the clitics connected to the simple verbs positioned before the prepositions, typical characteristic of the Portuguese of the time that was applied also in the constructions in Spanish. As secondary results, we can present the use of flexional infinitive and the presence of “mesóclises” in the Spanish texts, existing phenomenon only in the Portuguese of that time. Regarding the authors, Gil Vicente was the author with the highest rating of variation, in a certain way explicable because of the nature of his texts. The results from the other authors were not meaningful to this research. In conclusion, we can affirm that the Spanish in Portugal is directly connected to the linguistic factors contrasted between the languages and not the lack of proficiency from the authors.

Keywords: Spanish of Portugal. Iberian Union. Language Contact.
Morphosyntatic Variation. Variationist Sociolinguistics.

RESUMEN

El Tratado de Alcáçovas, de 1479, puede ser considerado como hito inicial de la influencia española sobre la lengua y la cultura de Portugal. El Tratado buscaba pacificar relaciones entre los lusitanos y los reinos de Castilla y Aragón y negociar cuestiones dinásticas por medio de convenios y matrimonios. Entre 1498 y 1578, cuatro reinas españolas presidieron la corte portuguesa, todas ellas mantuvieron las costumbres españolas y el castellano como idioma de comunicación de la corte. Entre 1580 y 1640, tras la crisis dinástica lusitana, Portugal y España vivieron el período conocido como Unión Ibérica, en que los dos países fueron gobernados por los mismos reyes, los “Filipes”, de dinastía española. La monarquía dual trajo significativas consecuencias para la lengua y la cultura portuguesas, ya que los patrones castellanos pasaron a ser considerados como los de prestigio social. En este escenario, varios portugueses sintieron la necesidad de publicar obras en lengua castellana para que sus textos pudiesen gozar de algún valor social y llegar a más lectores. Ya que no tenían alta competencia comunicativa en español, estos autores acabaron por utilizar un castellano lleno de lusismos, empleando, en sus textos en español, estructuras propias del portugués. El uso de esa interlengua “defectuosa” es mencionado por varios autores, como Teyssier (2005); pero, sin una descripción exacta de cuáles factores lingüísticos son los reales caracterizadores del fenómeno. De este modo, buscamos en nuestra investigación describir algunos de los fenómenos lingüísticos que caracterizan la referida interlengua, demarcando fronteras entre el portugués y el español de la época. Fundamentamos el estudio esencialmente en la Teoría Sociolingüística de Labov ([1972] 2008) y en la Teoría General del Cambio Lingüístico, de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006). La recogida de datos fue hecha a partir de textos en lengua castellana del siglo XVI y XVII, escritos por autores “bilingües” de nacionalidad portuguesa. En total, fueron colectados 15498 datos (sintagmas y oraciones), distribuidos entre las tres variables lingüísticas examinadas: (i) posición de los clíticos; (ii) uso del infinitivo flexionado; y (iii) uso del *a* personal. Los datos fueron sometidos a análisis estadístico para atribución de porcentuales y, cuando posible, rodados en el programa GoldVarb2001, para atribución de pesos relativos y consecuente análisis variacionista. Los resultados muestran que el uso de la preposición *a* delante de complementos directos de rasgo [+humano], categórico en español, es el fenómeno con más alto índice de cambio. En segundo lugar, se destacó la posición pospuesta (énclisis) de los clíticos a verbos simples anteceditos por preposición. Como resultados secundarios, se encuentra el uso del infinitivo flexionado y la presencia de “mesóclisis” en los textos de español, fenómenos que existen tan solamente en portugués. Con relación a los autores, Gil Vicente fue el autor con más alto índice de cambio, de alguna manera explicable por la naturaleza de sus textos. Los resultados para los demás autores no fueron representativos. En general, podemos decir que el “castellano de Portugal” está directamente relacionado con factores lingüísticos contrastivos entre ambas lenguas y no con la falta de competencia comunicativa de los autores.

Palabras clave: Castellano de Portugal. Unión Ibérica. Contacto lingüístico.
Cambio Morfosintáctico. Sociolingüística Variacionista.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: SISTEMA PROGRESSIVO DA INTERLÍNGUA (NEMSER, 1971)	50
FIGURA 2: MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE COOFICIALIZARAM LÍNGUAS	72
FIGURA 3: MOVIMENTO DE SUBIDA DO CLÍTICO (BASEADO EM MONTRUL, 2004)	128
FIGURA 4: EXEMPLO DE TEXTO MANUSCRITO UTILIZADO NA COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE CONTROLE.....	136
FIGURA 5: EXEMPLO DE LETRA GÓTICA - TEXTO DO GRUPO DE CONTROLE	136
FIGURA 6: EXEMPLO DE TRECHO COM EMENDAS UTILIZADO NA COLETA DE DADOS	137

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO	159
GRÁFICO 2:	DADOS DE USO E AUSÊNCIA DO “A PESSOAL”	166
GRÁFICO 3:	DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS EM VERBOS SIMPLES.....	177
GRÁFICO 4:	DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS APÓS AJUSTES	185
GRÁFICO 5:	DISTRIBUIÇÃO FINAL DOS DADOS PARA VERBOS SIMPLES	191
GRÁFICO 6:	DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS PARA “CLÍTICOS EM CONSTRUÇÕES COM MAIS DE UM VERBO”	199
GRÁFICO 7:	DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS PARA “POSIÇÃO GRAMATICAL OU AGRAMATICAL”	200
GRÁFICO 8:	DISTRIBUIÇÃO “GRAMATICAL/AGRAMATICAL” DENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÃO.....	202

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS	24
MAPA 2:	POVOS PRÉ-ROMANOS.....	75
MAPA 3:	ZONAS DE IMIGRAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	77
MAPA 4:	CONQUISTAS MUÇULMANAS NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	79
MAPA 5:	DOMÍNIOS ÁRABES.....	82
MAPA 6:	EVOLUÇÃO DA CONQUISTA CRISTÃ	83
MAPA 7:	TERRITÓRIOS CONJUGADOS DA UNIÃO IBÉRICA EM 1598.....	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	<i>CONTINUUM</i> BILÍNGUE (VALDÉS, 2001).....	42
QUADRO 2:	ESTÁGIOS DE ESCOLHA LINGUÍSTICA (BASEADO EM GROSJEAN 1982).....	58
QUADRO 3:	CRITÉRIOS PARA DIFERENCIAR EMPRÉSTIMO DE CODE-SWITCHING - BASEADOS EM POPLACK (1980).....	64
QUADRO 4:	DESINÊNCIAS DO INFINITIVO FLEXIONADO - VERBOS REGULARES.....	96
QUADRO 5:	CONJUGAÇÃO DO FUTURO DO SUBJUNTIVO – VERBOS AMAR E QUERER.....	97
QUADRO 6:	RESTRIÇÕES NA COMUTAÇÃO DO SUBJUNTIVO PELO INFINITIVO PESSOAL (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	99
QUADRO 7:	EXEMPLOS COM ORAÇÕES COMPLETIVAS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)	101
QUADRO 8:	EXEMPLOS COM VERBOS DE PERCEPÇÃO SENSORIAL (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	102
QUADRO 9:	EXEMPLOS COM VERBOS DE PRESENÇA E MANIFESTAÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	102
QUADRO 10:	EXEMPLOS COM VERBOS DICENDI (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	103
QUADRO 11:	EXEMPLOS COM VERBOS DE PERCEPÇÃO INTELECTIVA (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	104
QUADRO 12:	EXEMPLOS COM VERBOS DE PENSAMENTO E JUÍZO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	104

QUADRO 13:	EXEMPLOS COM VERBOS DE AQUISIÇÃO, POSSESSÃO E PERDA DE INFORMAÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	104
QUADRO 14:	EXEMPLOS COM VERBOS DE DÚVIDA OU DESCONHECIMENTO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)	105
QUADRO 15:	EXEMPLOS COM VERBOS DE AFEIÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	105
QUADRO 16:	EXEMPLOS COM VERBOS DE INFLUÊNCIA (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	105
QUADRO 17:	EXEMPLOS DE ORAÇÕES RELATIVAS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011).....	106
QUADRO 18:	EXEMPLOS DE ORAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)	108
QUADRO 19:	QUADRO DOS PRONOMES ÁTONOS DO ESPANHOL (RAE, 2010).....	120
QUADRO 20:	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA O “A PESSOAL”	152
QUADRO 21:	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA O “INFINITIVO PESSOAL”	152
QUADRO 22:	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA OS “CLÍTICOS EM VERBOS SIMPLES”	153
QUADRO 23:	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA OS “CLÍTICOS EM COMBINAÇÕES DE VERBOS”	155
QUADRO 24:	VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTRALINGUÍSTICAS	156
QUADRO 25:	SIGLAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES.....	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	TEXTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS.....	137
TABELA 2:	AUTORES E OBRAS UTILIZADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE.....	139
TABELA 3:	OBRAS PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE 2	140
TABELA 4:	OBRAS PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE 3	140
TABELA 5:	EXEMPLOS DO A PESSOAL NO ESPANHOL RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE.....	143
TABELA 6:	EXEMPLOS DA INEXISTÊNCIA DO “A PESSOAL” NO PORTUGUÊS (RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE).....	144
TABELA 7:	EXEMPLOS DO INFINITIVO FLEXIONADO NO PORTUGUÊS RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE	145
TABELA 8:	EXEMPLOS DE CLÍTICOS ENCLÍTICOS EM INÍCIO DE SENTENÇA	148
TABELA 9:	EXEMPLOS DE CLÍTICOS PROCLÍTICOS EM INÍCIO DE SENTENÇA	149
TABELA 10:	EXEMPLOS DE FLUTUAÇÃO NO POSICIONAMENTO DOS CLÍTICOS COM VERBO DO PASSADO	149
TABELA 11:	EXEMPLOS DE POSICIONAMENTO DE CLÍTICOS PROTOTÍPICO DO ESPANHOL	150
TABELA 12:	EXEMPLOS DE POSICIONAMENTO DE CLÍTICOS PROTOTÍPICO DO ESPANHOL EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS.....	151
TABELA 13:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS EM PESQUISA.....	158

TABELA 14:	DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – TIPO DE TEXTO	160
TABELA 15:	DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – AUTOR.....	161
TABELA 16:	DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – AUTOR (COM NOCAUTES)	163
TABELA 17:	DISTRIBUIÇÃO DO INFINITIVO FLEXIONADO NOS TIPOS DE ORAÇÕES	164
TABELA 18:	TIPO DE TEXTO X PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL	166
TABELA 19:	AUTOR X TIPO DE TEXTO – VARIÁVELA PESSOAL	167
TABELA 20:	AUTOR X PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL.....	168
TABELA 21:	GRUPOS DE AUTORES X PRESENÇA/ AUSÊNCIA DO A PESSOAL	169
TABELA 22:	PESOS RELATIVOS PARA O A PESSOAL (VALOR DE APLICAÇÃO: USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS).....	170
TABELA 23:	O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS – DUARTE N. DE LEÃO	171
TABELA 24:	O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS – J. CORTE REAL	173
TABELA 25:	O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS – DUARTE N. DE LEÃO	173
TABELA 26:	O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS – J. CORTE REAL	175
TABELA 27:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS ENTRE OS AUTORES	178
TABELA 28:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE TEXTO.....	179

TABELA 29:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR QUANTIDADE DE CLÍTICOS	179
TABELA 30:	EXEMPLOS DE OCORRÊNCIAS DE DOIS CLÍTICOS ADJUNTOS AO VERBO	180
TABELA 31:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR FORMAS VERBAIS	181
TABELA 32:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS – TERMO ANTECESSOR	183
TABELA 33:	DADOS DE POSIÇÃO MISTA EXCLUÍDOS DA ANÁLISE	184
TABELA 34:	DADOS DE “MESÓCLISE”	185
TABELA 35:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR AUTOR – APÓS ALTERAÇÕES	186
TABELA 36:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE TEXTO – APÓS ALTERAÇÕES	186
TABELA 37:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR QUANTIDADE DE CLÍTICOS – APÓS ALTERAÇÕES	187
TABELA 38:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE VERBO – APÓS ALTERAÇÕES	188
TABELA 39:	EXEMPLOS DE DADOS PARA IMPERATIVO NEGATIVO	189
TABELA 40:	EXEMPLOS DE DADOS PARA CLÍTICOS ADJUNTOS A VERBOS NO FUTURO DO SUBJUNTIVO	189
TABELA 41:	DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TERMO ANTECESSOR – APÓS ALTERAÇÕES	190
TABELA 42:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA DE AUTORES (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)	192

TABELA 43:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA DE TIPO DE TEXTO (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE).....	193
TABELA 44:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “FORMAS VERBAIS” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE).....	194
TABELA 45:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “QUANTIDADE DE CLÍTICOS” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)	195
TABELA 46:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “TERMO ANTECESSOR” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)	196
TABELA 47:	DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÕES E OS FATORES GRAMATICAIIS	201
TABELA 48:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM LOCUÇÕES VERBAIS	202
TABELA 49:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM PERÍFRASES VERBAIS	203
TABELA 50:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM PERÍFRASES VERBAIS (AGRAMATICAIIS).....	204
TABELA 51:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM CASOS FRONTEIRIÇOS.....	205
TABELA 52:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS CASOS FRONTEIRIÇOS (AGRAMATICAIIS).....	205
TABELA 53:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS.....	207
TABELA 54:	EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS (AGRAMATICAIIS).....	207
TABELA 55:	EXEMPLOS DE CONSTRUÇÕES COM MAIS DE DOIS VERBOS.....	208

TABELA 56:	DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS ENTRE AUTORES E GRAMATICALIDADE.....	209
TABELA 57:	DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE TIPOS DE TEXTO E GRAMATICALIDADE.....	210
TABELA 58:	DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE QUANTIDADE DE CLÍTICOS E GRAMATICALIDADE.....	211
TABELA 59:	PESOS RELATIVOS PARA A RODADA ENTRE AUTORES E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)	212
TABELA 60:	DADOS DA RODADA ENTRE TIPOS DE TEXTO E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)	213
TABELA 61:	PESOS RELATIVOS DA RODADA ENTRE QUANTIDADE DE CLÍTICOS E FATORES GRAMATICAIIS (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL).....	214
TABELA 62:	DADOS DA RODADA ENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÕES E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL).....	214

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	23
 CAPÍTULO I – REVISÃO TEÓRICA.....	30
1.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	30
1.2 A ECOLINGUÍSTICA E O MODELO GRAVITACIONAL DE CALVET	37
1.3 LÍNGUAS EM CONTATO.....	40
1.3.1 Línguas em contato x contato de línguas	40
1.3.2 Bilinguismo e bilingualidade	40
1.3.3 Diglossia.....	44
1.4 A AQUISIÇÃO DE LÍNGUAS	47
1.4.1 Principais bases teóricas sobre aquisição.....	47
1.4.2 Conceitos e terminologias	48
1.4.2.1 Interlíngua, fossilização e transferência	49
1.4.2.2 Interferência	53
1.4.2.3 A alternância de códigos – o <i>code-switching</i>	56
1.4.2.4 Empréstimos	63
1.5 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS	66
 CAPÍTULO II – A PENÍNSULA IBÉRICA E O CASTELHANO DE PORTUGAL	74
2.1 A HISTÓRIA SOCIAL E LINGUÍSTICA DA PENÍNSULA IBÉRICA.....	74
2.1.1 A Reconquista	80
2.1.2 O período da monarquia dual.....	84
2.1.3 A origem do bilinguismo luso-castelhano	86
2.1.4 O declínio do bilinguismo	92

CAPÍTULO III – OS FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS EM ESTUDO	95
3.1 O INFINITIVO FLEXIONADO	95
3.1.1 Aspectos morfossintáticos e semânticos relacionados ao infinitivo flexionado	98
3.1.1.1 Infinitivo flexionado e as completivas	100
3.1.1.2 Infinitivo flexionado e as relativas	106
3.1.1.3 Infinitivo flexionado e as circunstanciais	107
3.2 USO DA PREPOSIÇÃO A DIANTE DE COMPLEMENTOS DIRETOS DE TRAÇO [+HUMANO]	109
3.2.1 O complemento direto preposicionado	109
3.2.2 O “a pessoal”	110
3.3 POSIÇÃO DOS CLÍTICOS COM RELAÇÃO A VERBOS SIMPLES E CONJUNTOS DE VERBOS	119
3.3.1 Os clíticos no Espanhol	120
3.3.2 Panorama de uso dos clíticos no Português dos séculos XVI e XVII	122
3.3.3 Regras de colocação dos clíticos em espanhol	124
3.3.3.1 Clíticos com verbos simples	124
3.3.3.2 Clíticos em combinações de verbos	126
3.3.3.2.1 Clíticos em perífrases verbais	126
3.3.3.2.2 Clíticos nos “casos fronteiriços”	129
3.3.3.2.3 Clíticos em locuções verbais	131
3.3.3.2.4 Clíticos em sequências de verbos	132
 CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	 135
4.1 A COMPOSIÇÃO DO CORPUS	135
4.2 AS VARIÁVEIS EM PESQUISA	141
4.2.1 Variáveis dependentes de natureza linguística	141

4.2.1.1	Uso da preposição <i>a</i> diante de complementos de traço [+humano].....	142
4.2.1.2	O infinitivo pessoal no espanhol.....	144
4.2.1.3	Posição dos clíticos com relação aos verbos.....	147
4.2.1.3.1	Clíticos em verbos simples.....	148
4.2.1.3.2	Clíticos em sequências de verbos.....	150
4.2.2	Variáveis independentes de natureza linguística	151
4.2.3	Variáveis independentes extralinguísticas.....	155
4.3	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	157
 CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS DADOS		158
5.1	OS DADOS COLETADOS	158
5.2	RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “INFINITIVO FLEXIONADO”	159
5.3	RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “A PESSOAL”	165
5.4	RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “CLÍTICOS”	176
5.4.1	Clíticos em verbos simples.....	176
5.4.2	Clíticos em construções com mais de um verbo	199
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		216
 REFERÊNCIAS.....		224
 ANEXOS		234

INTRODUÇÃO GERAL

A Península Ibérica é e sempre foi um cenário muito controverso quando o assunto é política ou língua. Não poderia ser diferente, tendo em vista a grande diversidade na composição dos povos do local e conseqüentemente a dos elementos ideológicos e culturais inerentes a cada grupo.

Ao analisarmos como exemplo a situação atual das comunidades linguísticas espanholas, compreendidas a partir de uma visão sociolinguística de “grupos compartilhadores de conjuntos de normas linguísticas” e não apenas de “grupos compartilhadores de uma língua”, é possível perceber claramente que, apesar destes grupos pertencerem a um mesmo país, cada qual determina em si o que é língua e escolhe o mais adequado àquela determinada comunidade para a comunicação entre seus pares.

A partir da Constituição Espanhola de 1978, documento em que se estabelece a estruturação do Estado Espanhol por meio das Comunidades Autônomas, espécie de estados com autonomia legislativa e competências administrativas, assume-se oficialmente que há múltiplos povos convivendo no território, com a premissa de que a Espanha é formada pela união indissolúvel destes. Neste mesmo texto, também foram tratadas questões sobre língua, ficando registrado que (i) o castelhano é a língua oficial do Estado; que (ii) as demais línguas espanholas também são oficiais nas suas respectivas Comunidades Autônomas e que (iii) as distintas modalidades linguísticas espanholas são patrimônio cultural e dignas de respeito e proteção.

A seguir, mapa com a distribuição das comunidades autônomas espanholas e as respectivas capitais.



MAPA 1: COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS¹

Algumas comunidades autônomas são, de certo modo, grandes comunidades linguísticas. Convivem com o castelhano, em regime de bilinguismo, às vezes com diglãdia, o catalão (região da Catalunha), o galego (na Galícia), o basco (no País Basco), assim como dialetos minoritários, como o andaluciano (na Andalucia). Excetuando o basco, todos os demais falares são de origem românica.

Contudo, a premissa da *indissolubilidade* das comunidades para a formação do Estado espanhol não é assim tão tranquila. Na região do País Basco, por exemplo, grupos radicais, especialmente o ETA (em basco: *EuskadiTaAskatasuna* - Pátria Basca e Liberdade), considerado como grupo terrorista por organismos mundiais, promovem campanhas violentas visando à independência plena do local, fundamentando-se especialmente nos aspectos contrastivos que a região tem com o restante da Espanha, incluindo a língua.

A região da Catalunha também passa atualmente por um período conturbado com relação à política. Em 2014, houve a tentativa pelo Governo da Catalunha de

¹ Incluindo as Cidades Autônomas de Ceuta e Melilla, situadas em Marrocos, no continente africano, também citadas na Constituição de 1978.

aplicação de referendo para saber a opinião dos catalães sobre a possibilidade de a região ser elevada a estado independente. O governo espanhol bloqueou o referendo. Apesar do bloqueio, foi realizada consulta popular informal à população, que votou em maioria pela criação de um novo estado e consequente separação do território da Espanha. A separação da Catalunha faz parte de um movimento político conhecido como “independentismo catalão”, que se fundamenta nos princípios de que a região tem características próprias de nação, tendo em vista suas particularidades históricas e culturais, por ter língua própria (o catalão) e porque a região não obterá plenitude cultural, social e econômica enquanto fizer parte da Espanha. Esta discussão é um pouco mais ampla, já que se solicita também a anexação ao “novo país” de pequena parte do território da França, um espaço fronteiriço que também compartilharia dos princípios defendidos pelos independentistas.

Já em Portugal, outro país que compõe a Península Ibérica, a situação política e linguística atual é bem mais tranquila. O país é essencialmente monolíngue e não contém regiões em conflito, diferentemente do que acontece na Espanha. Os diversos dialetos espalhados no território (maior parte dialetos orais) também convivem com certa tranquilidade com o idioma oficial.

As relações do português também são harmoniosas com relação ao mirandês, idioma reconhecido como segunda língua oficial da pátria, posto compartilhado com a língua gestual portuguesa. O mirandês, idioma do grupo asturo-leonês, é usado especialmente na região de Miranda do Douro e conta com população aproximada de 15 mil falantes, o que não se compara com os falantes do basco, por exemplo, que são em torno de 700 mil, menos ainda com os do catalão, que são mais de 11 milhões. Como mencionado, não há conflitos por conta do uso da língua mirandesa ou para demarcação de território fundamentada em seu uso.

Contudo, a situação política e linguística de Portugal nem sempre foi tão tranquila. Inclusive, grande parte das turbulências que ocorreram foram geradas no contato – muitas vezes forçado – com a Espanha.

O período conhecido como União Ibérica (1580-1640) é, sem dúvida, um dos momentos mais conturbados na história política e linguística de Portugal. Por conta de crises na sucessão dinástica portuguesa e tendo-se em vista critérios de sucessão baseados em parentesco, Portugal passou a ser governado pelo mesmo rei da Espanha, Filipe II, um dos próximos na linha de sucessão. Após disputa com

outros dois sucessores de igual parentesco, Filipe II da Espanha assume o poder e dá início à Terceira Dinastia – a Dinastia de Habsburgo², que perdurará até o golpe de 1640, quando Filipe III de Portugal, IV da Espanha, é deposto.³

As implicações políticas desta monarquia dual foram muito marcantes para Portugal. Com relação à língua, foram ainda maiores. Se o rei fala espanhol, o povo deve falar espanhol. Pelo menos era este o sentimento de muitos portugueses na época da União Ibérica.

A influência do espanhol na vida dos portugueses, no entanto, é anterior ao governo filipino. Muitos tratados e acordos de casamentos já tinham sido feitos entre os países e o espanhol já gozava de certo prestígio social, mesmo em terras lusitanas.

Diante desta reconfiguração linguística pela qual passava Portugal, os escritores começaram a escrever suas obras também em língua castelhana, mesmo os que não a estudaram em níveis satisfatórios. Na verdade, a língua que estavam utilizando não era exatamente o castelhano, mas sim uma mescla de castelhano e português, a que chamamos de “castelhano de Portugal”, que se configura aqui como nosso *objeto* de estudo.

O interesse pelo tema parte de anseios pessoais deste pesquisador, também atuante como professor de ambas as línguas e com especial interesse acadêmico por estudo de variação linguística por contato de línguas. As primeiras indagações sobre o tema nasceram nas aulas da Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal do Paraná, durante as aulas de Sociolinguística ministradas pela Dra. Odete Menon, que orienta este trabalho. Verificamos que se fala muito sobre o castelhano de Portugal, mas que inexistem pesquisas mais apuradas sobre o tema, ao menos de base variacionista – que acreditamos ser a mais adequada para tal. O que se tem a disposição são levantamentos básicos, geralmente de léxico, ou informações um tanto quanto genéricas, que carecem de aprofundamento ou mesmo de rigor científico.

² Também conhecida como Dinastia Filipina, Dinastia dos Áustrias ou Dinastia de Espanha.

³ Importante considerar que, na história da Espanha, outros Filipes também ocuparam o posto de Rei. É o caso de Felipe I de Castela (Dinastia de Transtâmara), que governou desde 26 de novembro de 1504 a 25 de setembro de 1506; Filipe V (Dinastia de Bourbon), que governou desde 15 de novembro de 1700 a 14 de janeiro de 1724, tendo abdicado do primeiro reinado, reassumindo em 31 de agosto de 1724 até 9 de julho de 1746; e Filipe VI (Dinastia Bourbon, restaurada pela 3ª vez), que governa desde 19 de junho de 2014 até os dias atuais.

Nosso *objetivo* de pesquisa reside em descrever quais são, de fato, os fenômenos que caracterizam o castelhano de Portugal, partindo de uma análise contrastiva entre os sistemas estruturais do português e o espanhol em uso pelos escritores portugueses bilíngues da época.

As *hipóteses* serão mais bem detalhadas em seção específica neste trabalho, podendo variar de acordo com as especificidades de cada um dos fenômenos linguísticos em estudo. De modo geral, e para efeitos de indicação dos nortes desta pesquisa, podemos citar que há uma grande linha de pesquisa, comum a todas as variáveis linguísticas, e duas subdivisões, mais específicas:

- o castelhano de Portugal é fruto de variação por contato de línguas, por conta da transposição das regras do português sobre as do espanhol, caracterizando *interferência linguística*;
 - a variação é condicionada pelas especificidades estruturais linguísticas do idioma português frente às do espanhol, ocorrendo apenas em determinados contextos linguísticos; portanto, são os aspectos linguísticos que definem o que é o castelhano de Portugal;
 - os autores portugueses não tinham plena proficiência no espanhol, o que condicionou a transposição das regras específicas do sistema linguístico de uma língua ao sistema da outra; então, a variação está ligada a aspectos idiossincráticos de cada autor.

Os princípios teóricos gerais adotados para o estudo seguem os fundamentos da Sociolinguística Variacionista, que visa ao entendimento da língua a partir das suas relações com a sociedade (cf. WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968). Em alguns momentos, nos valem de aportes teóricos de outras áreas, como o Gerativismo (para explicar, por exemplo, o movimento sintático de subida dos clíticos), acreditando na possibilidade de flexibilização de um modelo de análise para dar conta de explicar os fenômenos a partir de um espectro mais elevado de possibilidades.

A *linguagem*, nesta perspectiva de análise adotada, é fruto direto da interação social. O produto desta interação, o texto, se configura aqui como *objeto de estudo*.

Neste caso específico, o trabalho se dará a partir de textos escritos, pela impossibilidade de se analisar qualquer outro tipo de produção (oral, por exemplo), já que estamos lidando com língua antiga. Dentro do texto, serão considerados como unidades analíticas o *sintagma* e a *oração*, dependendo da natureza da variável linguística. O componente pragmático será compreendido dentro desta esfera textual, por meio das marcas materializadas linguisticamente nas unidades analíticas. Neste cenário, portanto, o nível morfossintático é o mais propício de análise, descartando-se outros níveis, como o *lexical*, que poderá ser destaque em outros trabalhos.

Quanto à *estrutura do trabalho*, este está organizado em quatro capítulos, dois essencialmente teóricos, um teórico-metodológico e um de análise, seguidos de uma conclusão.

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação e discussão do aparato teórico que norteia esta pesquisa. Portanto, serão apresentados os princípios fundamentais da Teoria Sociolinguística ([1972] 2008), bem como seus desdobramentos relacionados ao campo da variação por contato de línguas. Com vistas a compreender o fenômeno em estudo a partir de uma dimensão mais ampla, serão apresentadas também premissas teóricas básicas da área da Ecolinguística, especialmente o Modelo Gravitacional de Calvet (1999), assim como algumas discussões voltadas às relações entre língua e poder do Estado, relativas à área das Políticas Linguísticas.

O segundo capítulo trata da contextualização do tema, situando o objeto de estudo no cenário social e linguístico em que se encontrava a Península Ibérica nos séculos XVI e XVII.

No terceiro capítulo, são apresentadas as variáveis de pesquisa e os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados, assim como as justificativas para as escolhas. São comparadas as estruturas linguísticas do português com as do espanhol, exemplificando, a partir de dados de outros autores, os aspectos contrastivos visados para a caracterização de interferência por contato de línguas e transposição dos sistemas.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, a partir de análises de índices percentuais e, quando possível, de pesos relativos. As interpretações para os índices buscarão evidenciar quais traços estão de fato

envolvidos na caracterização do castelhano de Portugal e quais têm menor ou nenhuma significância no processo.

Nas Considerações Finais, serão retomados e reorganizados os resultados encontrados, apresentando-os em formato de síntese, para a finalização do estudo.

CAPÍTULO I – REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão abordados os estudos que norteiam esta pesquisa. Para iniciar, apresentaremos os princípios da Teoria Sociolinguística propostos por Labov ([1972] 2008) e os princípios da Teoria Geral da Mudança Linguística, de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006). Em seguida, serão tratados os fundamentos da Ecolinguística (HAUGEN, 1972) e o Modelo Gravitacional de Calvet (1999). Na sequência, tópicos relativos a línguas em contato e aquisição de línguas (WEINREICH, [1953] 1979; HAUGEN, 1972; GROSJEAN, 1982; e outros), finalizando com os aspectos teóricos relacionados à política e ao planejamento de línguas (CALVET, 2007), com especial consideração aos processos de planejamento de *cópus* e de *status* (CALVET, 2007; HAUGEN, 1959; KLOSS, 1967).

1.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A Teoria Sociolinguística ou Teoria da Variação surge na década de 60 nos Estados Unidos como ruptura dos preceitos teóricos e metodológicos adotados até então pelos linguistas de formação estruturalista e/ou gerativista, que não consideravam a diversidade como elemento presente na gênese das línguas.

Saussure, conhecido por atribuir o estatuto de ciência à Linguística e como mentor do Estruturalismo, defendia, especialmente no *Curso de Linguística Geral* (1997), a ideia de língua como ente isolado, separada de fatores externos, e como estrutura autônoma, baseada nas relações linguísticas que se estabelecem entre os elementos inerentes a ela. Por meio da relação entre dicotomias, como *langue* e *parole*, *sincronia* e *diacronia*, Saussure vai isolando o que para ele seria deveras do interesse da ciência linguística. As relações entre as dicotomias permitem entender que os fenômenos variáveis não são percebidos na *langue*, que é social, mas na *parole*, que é individual; a mudança se dá em alguns elementos e isso se reflete no sistema como um todo; e os falantes não têm consciência das mudanças entre os estados (sincrônicos) da língua. Saussure admite a língua como fenômeno social,

produto de convenção, mas ignora os fatores externos que poderiam interferir nessa relação.

Nos Estados Unidos, também na década de 60, despontam as ideias do linguista Noam Chomsky, considerado como expoente do Gerativismo. Neste modelo teórico, a língua é concebida como um sistema de princípios universais, como o conhecimento mental que um falante tem de sua língua a partir da *competência*, o estado inicial da faculdade da linguagem. Então, o fator social não é levado em consideração, já que o que interessa é o sistema abstrato de regras de formação de sentenças gramaticais.

Contudo, mesmo antes de Labov, alguns linguistas já demonstravam afeição aos ideais da Sociolinguística, apesar de estarem filiados a outras correntes teóricas. Labov ([1972] 2008, p. 305) inclusive separa os linguistas em dois grupos, o grupo *social* e o grupo *associal*.

O grupo A, o grupo “social”, presta maior atenção aos fatores sociais para explicar a mudança; vê as funções expressivas e diretivas da língua como intimamente entrecruzadas com a comunicação de informação referencial; estuda a mudança em progresso e vê mudança em andamento refletida nos mapas dialetais; e enfatiza a importância da diversidade linguística, das línguas em contato e do modelo de ondas para a evolução linguística.

Do grupo A fariam parte linguistas como Whitney, Schuchard, Meillet, Vendryes, Jespersen e Stutervant. Já no grupo B, o grupo *associal*, estariam Paul, Sweet, Troubetzkoy, Bloomfield, Hockett, Martinet, Kurylowicz, Chomsky e Halle.

Os linguistas do grupo B, o grupo “associal”, se concentram em fatores puramente internos – estruturais ou psicológicos – para explicar a mudança; (...) acreditam que a mudança sonora em progresso não pode ser estudada diretamente e que os estudos das comunidades e dos mapas dialetais não mostram mais do que os resultados do empréstimo dialetal; assumem a comunidade homogênea e monolíngue como típica, trabalhando dentro do modelo de Stammbaum⁴ de evolução linguística. (Labov, [1972] 2008, p. 306).

A definição de *langue* como “parte social da linguagem” faria com que Labov classificasse Saussure no grupo A, o grupo *social*. (LABOV, [1972] 2008, p. 308). No entanto, nem todos os linguistas ligados a Saussure e ao Estruturalismo de fato

⁴ Modelo que classifica as línguas segundo sua derivação/evolução, semelhante a uma árvore genealógica. Também chamado de Modelo de Árvore, ou mais recentemente Modelo Genético ou de Clados (baseado na ideia de ancestralidade comum).

comungam com tais ideais. O posicionamento em favor do caráter associal da língua estaria, segundo Labov ([1972] 2008, p. 217), ligado a posicionamentos teóricos e práticos dos linguistas, como maior inclinação à psicologia que à sociologia, limitações quanto a publicações de linguistas do grupo social, e com relação ao embate causado pelas discussões com relação ao *paradoxo saussuriano*.

Saussure argumenta que a *langue* é um fato social, um conhecimento possuído por todo membro da comunidade de fala. Daí decorre que é possível alguém descobrir coisas sobre a *langue* perguntando a um ou dois falantes quaisquer da língua – inclusive a si mesmo. Por outro lado, a *parole* revela diferenças individuais entre os falantes, que só podem ser examinadas em campo, por meio de investigação sociológica. Assim, o aspecto social da língua pode ser estudado na privacidade de um gabinete, enquanto que o aspecto individual exigiria pesquisa social no seio da comunidade de fala. (LABOV, [1972] 2008, p. 309)

Nesse paradoxo, só se poderia analisar o aspecto social da língua partindo-se de um indivíduo e só se poderia analisar o aspecto individual por meio da interação entre os membros de uma comunidade. Saussure, ao mesmo tempo em que define a língua como *fato social*, acaba considerando-a como sistema homogêneo e separada dos fatores de ordem social.

Do mesmo modo, o embate gerado pelo *paradoxo saussuriano* também pode ser encontrado nas ideias e estudos de Chomsky e de Bloomfield. Segundo Labov ([1972] 2008, p. 218), Chomsky toma como objeto de estudo uma comunidade de fala abstrata, homogênea, em que todos falam do mesmo modo e aprendem a língua instantaneamente. Chomsky também defende que as intuições dos indivíduos acerca da língua, especialmente sobre gramaticalidade e composição semântica, e não o enunciado do indivíduo é que devem ser objeto de estudo da linguística. Bloomfield também comunga do paradoxo, ao estudar o inglês falado em Chicago a partir de sua própria fala. Segundo Labov, as dificuldades em se trabalhar com o contexto social em análises teriam sido motivadas pelas crenças na homogeneidade da língua, nas crenças de que os falantes teriam consciência plena de sua língua e, especialmente, nas dificuldades em se coletar dados em situações reais. E para não considerar a língua em seu contexto social como objeto de pesquisa, Labov ([1972] 2008, p. 220-221) cita que os motivos apresentados pelos pesquisadores seriam (i) que há agramaticalidade na fala (considerando que a língua falada não é bem estruturada, contendo frases mal formadas), (ii) a possibilidade de se dizer a mesma coisa de maneiras diferentes, por conta da variação na fala e na comunidade de fala

(no caso de *code-switching* ou de variação livre, nível abaixo da estrutura linguística).

Conforme cita Labov ([1972] 2008, p. 345), o primeiro estudo em que os fatores sociais foram levados em consideração foi o de Gauchat em 1905, sobre a variabilidade do dialeto falado na comunidade de Charmey, na Suíça. Neste estudo, foi verificada a existência de mudança em progresso e o papel das mulheres na mudança, através da análise da fala de três gerações. Hermann, em 1929, estuda a mesma comunidade de fala e ratifica os resultados obtidos por Gauchat.

Outros autores do século XX também já defendiam o pressuposto da língua como social, precedendo Labov. É o caso de Meillet, Marr e Bakhtin.

O linguista Antoine Meillet, de formação estruturalista e possível seguidor de Saussure, já enfatizava em seus textos o caráter social e evolutivo da língua. Meillet (1921⁵, *apud* CALVET 2002, p. 16) considera a linguística como ciência social, pelo fato de a língua ser uma instituição social, e sendo as variações da língua consequências da mudança social. Portanto, do ponto de vista do autor, toda e qualquer variação é motivada estritamente por fatores sociais. Comparado a Saussure, Meillet explica a estrutura linguística por meio de fatores históricos e sociais, enquanto que Saussure elabora um modelo abstrato de sistema de signos (*a langue*).

Na mesma época, surge outra abordagem social para a língua, baseada na corrente marxista. Em 1894, o genro de Marx, Paul Lafargue, publica um estudo sobre o vocabulário antes e depois da Revolução Francesa, mostrando que a língua mudou consideravelmente após este período em decorrência dos fatos políticos. “A língua clássica caiu com a monarquia feudal; a língua românica nascida na tribuna das assembleias parlamentares durará enquanto durar o governo parlamentar” (LAFARGUE, 1894⁶, *apud* CALVET, 2002, p. 18).

Posteriormente, na União Soviética, o linguista Nicolai Marr (1864-1934)⁷, citado por Calvet (*idem, ibidem*), propõe que todas as línguas do mundo têm uma

⁵ MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: La Société de Linguistique de Paris, 1921.

⁶ LAFARGUE, P. La langue française avant et après la Révolution. [1894] Reprint in Calvet L.-J.: **Marxisme et linguistique**. Paris: Payot, 1977, p. 77-144.

⁷ MARR, N. I. Le langage et la modernité. In.: GADET, F., GAYMAN, J. M., MIGNOT, Y. Mignot & ROUDINESC, E. **Les maîtres de la langue**. Paris: Librairie François Maspero, 1979.

origem comum. Marr acredita que a ascensão do socialismo deveria provocar a aparição de uma única língua, conforme a ideia de que as línguas refletem a luta de classes. Os estágios da língua corresponderiam aos estágios da sociedade; e, se o socialismo busca igualdade, a língua deve atender a este propósito. Neste sentido, Marr defendia uma língua de uso mundial, mesmo que artificial, como o esperanto. Os pensamentos marristas foram elevadas ao *status* de oficiais na URSS e perduraram até por volta de 1950, mesmo depois da morte de Marr e por imposição de Stalin.

No mesmo cenário soviético, despontam as ideias de Mikhail Bakhtin (1895-1975), defendendo um enfoque da língua na interação verbal historicamente contextualizada, criticando Saussure e Freud. Na visão do autor, as palavras não são neutras nem imutáveis: é no contexto de uso real que é atribuído o valor ao falante. “Conforme a língua, conforme a época ou grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra.” (BAKHTIN, 1988, p. 147).

Portanto, é no início do século XX que despontam as ideias de língua como social, após um longo período de predominância do estruturalismo como corrente ideológica.

Os estudos pioneiros sobre variação de fato são os do linguista americano William Labov sobre a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard (1963) e sobre a realização do /r/ em posição pós-vocálica em lojas de departamentos da cidade de Nova York (1966). Ainda que carentes de uma estruturação mais sólida e de materiais de coleta e análise apurados (os dados eram analisados basicamente por meio da técnica de oitiva, por exemplo), os resultados obtidos nessas pesquisas já forneciam as indicações necessárias para corroborar o que Labov postulava sobre variação linguística como *sistemática*, *regular* e *ordenada*. Labov conseguiu encontrar resultados bastante estáveis, mesmo estudando variação na fala, permitindo-lhe criar princípios de mudança linguística, e corroborando a intuição de comunidade de fala heterogênea.

No trabalho de Weinreich, Herzog & Labov ([1968] 2006), *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* (Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística), cinco problemas tidos como clássicos foram desenvolvidos, estabelecendo respostas para questões relacionadas à heterogeneidade ordenada e à mudança linguística como um todo: *o problema das*

restrições, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação e o problema da implementação.

O *problema das restrições* trata do conjunto de mudanças possíveis e os fatores que as condicionariam. O resultado seria uma tipologia das mudanças e consequentemente um conjunto de regras. Contudo, o próprio Labov (1982) reconhece que este processo tenderia a gerar parâmetros universais, o que entra em contraponto com o proposto pela Teoria Variacionista. O autor sugere, então, que o *problema das restrições* seja entendido juntamente com o *problema do encaixamento*.

O *problema da transição* faz referência aos estágios que podem compor a mudança, observando o percurso. A mudança ocorre quando um falante aprende uma forma alternativa, durante o tempo em que as duas formas coexistem em contato, ou quando uma das formas se torna ultrapassada. O entendimento deste tópico é fundamental para marcar as relações entre a sociolinguística e o estruturalismo.

O *problema do encaixamento* busca compreender em que medida a estrutura linguística e a estrutura social se encaixam, compreendendo a natureza e a extensão do encaixamento.

O *problema da avaliação* faz referência ao posicionamento dos indivíduos no cenário da mudança da língua, atuando em favor desta ou refutando-a. Então, as variantes em competição passarão por juízos de valor por parte dos indivíduos, sendo avaliadas positivamente ou negativamente, o que condiciona o desenvolvimento da mudança. Para os autores, “o avanço na mudança linguística rumo à conclusão pode ser acompanhado de uma elevação no nível da consciência social ou da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social”. (WEINREICH, HERZOG & LABOV, [1968] 2006. p. 125). As representações subjetivas, deste modo, agiriam sobre o sistema, mas não o comprometeriam, já que a heterogeneidade é vista como parte da estrutura.

No *problema da implementação*, são tratadas questões relativas às causas e aos efeitos da mudança linguística, porque ocorrem em um tempo e lugar específicos e não em outros momentos e espaços. São envolvidos aspectos sociais e linguísticos.

Por conta dos questionamentos apontados, surge a necessidade da proposição de *regras variáveis* para interpretação da estrutura da língua, em

oposição a regras categóricas da gramática gerativa. As regras variáveis emergem na existência de duas ou mais formas poderem ocorrer em determinado contexto específico, motivadas por fatores de ordem linguística ou social. Como cita Guy (1988):

A análise da Regra Variável foi desenvolvida na linguística como um meio de justificar a variação estruturada no uso da língua, isto é, a variação linguística que regularmente apresenta maior ou menor grau de ocorrência em ambientes particulares, ou que frequentemente está presente entre grupos sociais particulares ou em estilos de fala particulares. (GUY 1988, p. 1)

A *regra opcional*, ou também chamada de *variante-livre*, provinda da gramática estruturalista, passa a ser substituída pela noção de *regra variável*, a partir de 1972, após o estudo de Labov denominado *Contraction, deletion, and inherent variability of de English copula*, estudo que pesquisava a influência do verbo de ligação *to be* no *Black English Vernacular*. A análise das regras variáveis, linguísticas ou sociais, é fundamental para a teoria da variação, garantindo melhor descrição para a extensão da variação de um fenômeno específico.

Importante considerar também o desenvolvimento de um pacote computacional com fins estatísticos específicos para a análise de regras variáveis. O Pacote Varbrul (*variable rules [analysis]*) segue os preceitos teóricos de Labov com implementação matemática, desenvolvido por Henrietta Cedergren e David Sankoff, em 1974. Os resultados apresentados pelo sistema expressam, por meio de números, as possibilidades de ocorrência de determinadas variáveis nos contextos linguísticos em estudo. Depois, o pacote foi aperfeiçoado, recebendo interface melhorada e métodos de cálculo mais rápidos e eficazes. O GoldVarb Lion e o GoldVarb X são as versões mais atuais do pacote, datadas de 2012, (o primeiro para o sistema Macintosh e o segundo para Windows), desenvolvidas por Sankoff, Tagliamonte & Smith, no Departamento de Linguística da Universidade de Toronto, e no Departamento de Matemática da Universidade de Ottawa.

Apresentados os princípios da Sociolinguística Variacionista, passamos agora para a análise das demais teorias norteadoras desta pesquisa, sempre considerando como pressuposto norteador a relação da língua com a sociedade.

1.2 A ECOLINGUÍSTICA E O MODELO GRAVITACIONAL DE CALVET

Em alguns de seus trabalhos recentes⁸, Calvet propõe uma analogia entre ecologia e linguística, para dar conta de explicar determinadas relações entre os falantes e o meio em que se inserem. Se a ecologia é a ciência do *habitat* e estuda as relações entre os grupos de seres vivos e estes com o ambiente⁹, de certa forma as línguas também poderiam estabelecer esse tipo de relação, entre si e com o meio em que estão inseridas. Esta vertente teórica pode ser denominada como *ecologia linguística* ou como *ecolinguística*, e será apresentada a seguir.

O movimento em prol de uma disciplina que se ocupe das relações entre língua e meio ambiente, em verdade, não é tão recente. De acordo com Einar Haugen (1972), considerado como o pioneiro da área, alguns estudos já mencionavam o termo, sejam eles da área da linguística, como os de C.F. Voegelin, F.M. Voegelin & N. W. Schutz (1967)¹⁰, ou da área das ciências sociais. Contudo, o termo *ecolinguística* só teve reconhecimento após publicação em 1972 de um texto base de uma palestra proferida por Haugen em 1970, em que são mencionadas as expressões *ecology of language* e *language ecology*¹¹ (em termos atuais, a *ecolinguística*) e onde se lê a definição de *estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente*.

No mesmo ano de 1972, Adam Makkai utiliza a expressão *gramática pragmoecológica* (*pragmoecological grammar*), em uma publicação que discorria sobre funcionamento da língua, em oposição à gramática gerativa. Os estudos de Makkai têm influências da gramática sistêmico-funcional de Halliday, além de Hjelmslev (Couto, 2007, p. 64) e levam em consideração, principalmente, o trabalho anterior de Haugen. Em suma, a base da gramática pragmoecológica é de que “a

⁸ Especialmente em Calvet (1999) e em Calvet (2002).

⁹ Como defende o autor nos trabalhos citados na seção.

¹⁰ C.F. VOEGELIN, F.M. VOEGELIN & N. W. SCHUTZ. **The language situation in Arizona as part of the Southwest Culture Area**: studies in Southwestern ethnolinguistics. Org. D. Hymes & W. E. Bittle. Haia: Mouton, 1967. p. 403 – 451.

¹¹ O texto já havia sido publicado em 1971 em uma revista regional norteamericana, a *The linguistic reporter* com o título de *The ecology of language*. (Couto, 2007, p. 47). No entanto, a publicação não teve repercussão notória.

língua não é um conjunto de objetos, mas uma rede de relações”¹² (MAKKAI, 1993, p. 71, tradução nossa).

O primeiro autor a aplicar a proposta de Haugen foi William F. Mackey em 1979, sugerindo que a sociolinguística do contato de língua, incluindo comportamento linguístico, diglossia, papel das línguas na educação, é essencialmente um estudo de ecologia da língua.

Outra área que se aproxima da visão ecológica é a *geografia linguística*, sendo Jules Gilliéron como seu principal representante. Segundo Leroy (1974, p. 63), a geografia linguística é uma espécie de estudo biológico da linguagem, pelo fato de que a língua pode enfraquecer e até mesmo morrer, como ocorre com os seres vivos. Os adeptos da geografia linguística também defendem que a palavra precisa lutar pela sua sobrevivência, devido ao embate com outras palavras, como o que ocorre entre os seres de um nicho ecológico. A preservação dos dialetos, das variedades minoritárias, assim como também o uso de mapas linguísticos, as isoglossas, de certa forma, seria estudar a língua no ecossistema em que está inserida.

Mais recentemente, a partir da década de 80, e mais explicitamente na década de 90, o linguista francês Louis-Jean Calvet, sociolinguista, começa também a desenvolver trabalhos com base nos preceitos da área da ecolinguística. Em sua vertente, o autor parte do princípio de que o organismo mais simples, a célula, está contida em organismos mais complexos, pluricelulares, que por sua vez constituem colônias ou sociedades, e assim populações. Em seguida, há o meio em que as populações estão inseridas, depois o conjunto desses meios e, por fim, o conjunto de todos esses agrupamentos do planeta. Para o estudo das línguas, é escolhido o nível superior dessas relações para análise, o que lhe parece mais adequado devido a sua gênese.

Calvet (1999) faz uso do que chama de *modelo gravitacional* para explicar a organização global das relações que se dão entre as línguas por meio dos bilíngues. Para tanto, estabelece duas classificações para o bilinguismo, necessárias para a compreensão do modelo: a) *bilinguismo horizontal*, quando há a aquisição de uma língua do mesmo nível da que a língua materna; e b) *bilinguismo vertical*, quando ocorre a aquisição de uma língua de nível superior.

¹² Do original: “*language is not a set of objects, but a network of relationships*”.

O modelo gravitacional sugere que em torno de uma língua hipercentral, o inglês, gravita uma dezena de línguas supercentrais; e, em torno dessas, gravitam centenas de línguas centrais. As línguas centrais são, por sua vez, o polo de gravitação de línguas periféricas (um número aproximado de seis mil línguas). O inglês é considerado hipercentral devido à mundialização concernente à língua e pelo seu poder de domínio nos discursos (CALVET, 1999). As línguas supercentrais seriam o francês, o espanhol, o árabe, o chinês, o português, o malaio, o hindi, o russo e o swahili. Em torno do francês, por exemplo, gravitariam o lingala, o bambará, o wolof, o árabe, o vietnamita, o berbere, o catalão, o alsaciano, o bretão, os crioulos franceses e outras línguas (COUTO, 2007, p. 47).

No contexto europeu atual, por exemplo, as relações gravitacionais das línguas obedeceriam à seguinte polarização: o inglês como língua hipercentral; o francês, o espanhol e o português como supercentrais; o italiano, o grego, o neerlandês, o dinamarquês, o sueco, o alemão e o finlandês como centrais ou periféricas. (CALVET, 1999, p. 81-82)

Calvet também deixa claro que a configuração da polaridade varia nos diversos espaços geográficos e afirma que a multipolaridade é passível de ocorrer (como no caso da localidade de Andrah Pradesh, com o hindi e o telugu sendo polo para outras línguas periféricas). O autor também cita que as constelações não são eternas, o que ele denomina como *modelo homeostático* (CALVET, 1999, p. 102 - 103). O princípio da homeostatia se dá pela relação autorregulável entre sociedade e língua, ou seja, pelas relações entre adaptações a mudanças no/do meio ambiente e suas implicações nas configurações linguísticas das sociedades. Assim como ocorreu com o latim, que se difundiu e se dispersou, o mesmo pode ocorrer com outras línguas no desenrolar do percurso da evolução, passando de um *status* a outro ou até mesmo desaparecendo.

1.3 LÍNGUAS EM CONTATO

1.3.1 Línguas em contato x contato de línguas

A nomenclatura mais usual para esta área de estudo é *línguas em contato*, pela ocorrência do termo nos estudos de Weinreich ([1953] 1979). Contudo, encontramos na literatura outras designações para a disciplina, como *contato de línguas*, *línguas de contato* e/ou *língua resultante de contato = mista* (COUTO, 2007, p. 283). Couto justifica sua preferência pelo uso de *contato de línguas*, por considerar que *línguas em contato* designa algo estático e parte inerente do conceito de *contato de línguas*.

Contato de línguas é um processo, portanto, não pode ser encarado como se tratasse apenas de línguas em contato. Do contrário, estaríamos pensando em duas línguas que estão em contato [...]. Quanto a “línguas em contato”, é mais uma subdivisão de “contato de línguas”, como é o caso de duas ou mais línguas que convivem em um mesmo território ou em tempos contíguos.¹³ (COUTO, 2007, p. 283)

Neste estudo, que trata da análise de uma situação em que duas línguas mantêm relações por conta da proximidade territorial em que se inserem e pelas forças políticas e ideológicas que motivam a escolha por uma ou outra, utilizaremos o conceito de *línguas em contato*, comungando com os usos do termo em Weinreich ([1953] 1979).

1.3.2 Bilinguismo e bilinguabilidade

Há inúmeras discussões na literatura com respeito ao tema, a maioria motivada pelas novas configurações mundiais baseadas na globalização e consequentes relações entre indivíduos de diferentes locais ou culturas. As relações linguísticas, nessa configuração, tendem a ser crescentes, com cada vez mais

¹³ Grifos do autor.

falantes buscando o aprendizado de outro idioma, por necessidades comunicativas específicas ou buscando ascensão social. O bilinguismo, portanto, está presente em todas as nações, não se restringindo apenas aos países considerados como bilíngues.

O bilinguismo, longe de ser um fenômeno excepcional, reservado aos países bilíngues, abrange de fato a maioria da população do globo terrestre. Na realidade, há menos bilíngues dentro dos países bilíngues que dentro dos contrários monolíngues. (MACKEY, 1976, p.13¹⁴, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 21)

Entendemos aqui o bilinguismo como sendo “a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de duas línguas” (HEYE, 2003, p. 34). Já a bilingualidade é definida como:

Os diferentes estágios distintos de bilinguismo, pelos quais os indivíduos, portadores da condição de bilíngue, passam na sua trajetória de vida. Os estágios são vistos como processos situacionalmente fluídos e definem, de forma dinâmica, a bicompetência linguística, comunicativa e cultural nas diferentes épocas e situações de vida. (HEYE, 2003, p.34).

Nessa visão, o bilinguismo é entendido como fenômeno societal, focalizando, essencialmente, as mudanças que ocorrem na língua e no seu uso no meio social (manutenção e mortandade linguística de uma geração para a outra, as situações de diglossia, os domínios sociais, as funções de cada uma das línguas, a comunicação intercultural etc.) (MARGOTTI, 2004, p. 95); enquanto que a bilingualidade é “um fenômeno individual, que reflete o dinamismo e que deve ser incorporado na trajetória do indivíduo” (DÜCK, 2005, p. 31).

Heye concorda com a definição de bilinguismo como situação em que duas línguas coexistem em um determinado espaço social e de bilingualidade como os diferentes estágios de bilinguismo que os falantes passam no curso do tempo.

A condição de bilíngue se modifica na trajetória da vida dos indivíduos e assume diferentes contornos em relação ao domínio e à variação de uso de ambas as línguas. (...) A bilingualidade é definida como os diferentes estágios distintos de bilinguismo, pelos quais os indivíduos, portadores da condição bilíngue, passam na sua trajetória de vida. Os estágios são vistos como processos situacionalmente fluídos e definem, de forma dinâmica, a

¹⁴ MACKEY, W. F. **Bilinguisme et contact de langues**. Paris: Klincksieck, 1976.

bicompetência linguística, comunicativa e cultural nas diferentes épocas e situações de vida. (HEYER, 2003, p. 34)

Para definir o estágio de bilinguagem, Savedra & Heyer (1995) propõem uma classificação para as diferentes situações de bilinguismo, levando em conta fatores como a idade e a maturidade linguística do falante. No primeiro caso, há a aquisição simultânea de duas línguas, ambas L1; no segundo caso, há a aquisição de uma segunda língua, posteriormente à L1, mas antes da L1 ter sido maturacionada; e, no último caso, há o aprendizado de uma língua após a primeira língua ter sido maturacionada.

Valdés (2001) considera a existência de vários tipos de bilíngues, sendo mais adequado pensar no tema como um *continuum* de diferentes quantidades de habilidades em uma ou outra língua. Cada uma das línguas envolvidas está representada na figura a seguir, por meio das letras A e B, sendo a primeira letra/língua dominante e o tipo e tamanho da fonte como a habilidade que o falante pode ter de cada língua.

A	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	AB	AB	aB	aB	aB	Ba	Ba	Ba	Ba	Ba	B
Monolíngue											Monolíngue					

QUADRO 1: *CONTINUUM* BILÍNGUE (VALDÉS, 2001)

Quanto à proficiência do falante em situação de bilinguismo, Margotti (2004, citando Mackey (1972)¹⁵, afirma que:

“O grau de proficiência em cada língua depende dos usos que o bilíngue faz da língua e das condições em que ele a usa, ou seja, depende das *funções*. Essas funções podem ser *externas*, isto é, relativas à variação, durante a pressão dos contatos, e *internas*, que inclui usos não comunicativos, como fala interna e a expressão intrínseca de atitudes, que influenciam o bilíngue a resistir ou tirar proveito das situações com as quais mantém contato.” (MACKEY, 1972, p. 557, *apud* MARGOTTI, 2004, p. 98)

Para Bloomfield (1933, p. 56, tradução nossa), o indivíduo bilíngue é aquele que demonstra “controle nativo das duas línguas”¹⁶; portanto, controle pleno, o que

¹⁵ MACKEY, W. F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, J. A. **Reading in the Sociology of Language**. Third printing. Paris: The Hague, 1972. p. 554-584.

nos parece uma afirmação bastante rigorosa. Romaine (1989) critica tal afirmação, pois a ideia representa uma perfeição um tanto quanto rara nas relações de bilinguismo. Na concepção de Bloomfield, poderíamos encaixar noções de bilíngue ideal, bilíngue total, o que parece um tanto quanto utópico, uma vez que o grau de relação de uma língua para outra é complementar, não redundante.

Auer (1984), entretanto, sugere que o mais relevante para considerar um falante como bilíngue é o uso efetivo de duas línguas em atos comunicativos, não a proficiência em si. “Você não pode ser bilíngue na sua cabeça, você precisa utilizar duas ou mais línguas no ‘palco’, na interação, para mostrar aos outros que e como você as utiliza¹⁷.” (AUER, 1984, p. 7, tradução nossa).

Grosjean (2006, p. 34-35, adaptado) cita parâmetros mais completos para avaliar a prática do bilíngue, considerando também o contexto sociodiscursivo em que as práticas de uso da língua ocorrem:

- a) História linguística e relação entre línguas: quais línguas e habilidades linguísticas foram adquiridas, quando e como? Qual o contexto cultural que envolvia o aprendizado? Qual o padrão de uso linguístico? Qual a relação entre as duas línguas?
- b) Estabilidade linguística: o bilíngue está em processo de reestruturação ou perda de uma língua devido à troca de ambiente linguístico?
- c) Função das línguas: quais línguas e habilidades estão sendo usadas em determinado momento, em que contexto e com qual propósito?
- d) Proficiência linguística: qual a real proficiência do falante bilíngue nas línguas?
- e) Modo linguístico: quantas vezes e por quanto tempo está o bilíngue se comportando como monolíngue ou bilíngue? Qual a dimensão da utilização do *code-switching* e empréstimo?
- f) Dados biográficos: qual a idade, sexo, posição social, escolaridade do falante bilíngue?

¹⁶ Do original: “*native control of two languages*”.

¹⁷ “*You cannot be bilingual in your head, you have to use two or more languages ‘on stage’, in interaction, to show others that and how you can use them.*”

Os parâmetros citados por Grosjean serão fundamentais para compreendermos as práticas dos escritores portugueses bilíngues que estão sendo analisados neste estudo, assim como os elementos linguísticos presentes em suas produções.

A partir das discussões e dos conceitos abordados nesta seção, fica evidente que nas sociedades modernas a prática do bilinguismo ou do multilinguismo é cada vez mais normal e natural. Inclusive, é bem provável que, daqui a algum tempo, o diferente seja exatamente aquele sujeito ou aquela sociedade que apresentar características monolíngues, ao contrário do que acontecia até então.

1.3.3 Diglossia

O conceito de *diglossia* está diretamente atrelado ao de *bilinguismo*. Em linhas gerais, se diferenciam apenas em uma questão central, sendo a diglossia entendida a partir de uma visão social e o bilinguismo como fenômeno individual. (HAMEL & SIERRA, 1983).

A diglossia se manifesta quando entre as duas línguas coocorrentes não há equilíbrio. O desequilíbrio pode estar na opção por um idioma em detrimento do outro, como no caso de uma língua para uso familiar e outra para instâncias formais. Também há diglossia quando o uso de uma língua caracterizaria maior ou menor posição social do falante. Nas palavras de Siguan (2001, p. 190), o desequilíbrio pode ser analisado de acordo com o volume da população ou de generalidade de uso, diferenciando língua majoritária de língua minoritária ou de língua dominante e língua dominada.

O conceito de diglossia foi introduzido por Ferguson (1959), a partir da análise da situação linguística da Suíça, Haiti, Grécia e de países árabes, ambientes em que convivem duas ou mais línguas em situação de diglossia.

Nas palavras do autor:

Diglossia é uma situação linguística relativamente estável na qual, além da ou das variedades adquiridas em primeiro lugar (variedades que podem conter um padrão ou vários padrões regionais), se encontra também uma variedade sobreposta, muito divergente e altamente codificada, por vezes mais complexa ao nível gramatical, e que é a base de uma vasta literatura

escrita e prestigiada. Esta variedade é geralmente adquirida por meio do sistema educativo e utilizada a maior parte das vezes na escrita ou nas situações formais do discurso. Não é, no entanto, utilizada por nenhum grupo da comunidade na conversação corrente (FERGUSON, 1974, p. 102, tradução nossa).¹⁸

No caso da Suíça, por exemplo, convivem no mesmo território duas línguas com usos e *status* distintos, caracterizando a situação de diglossia: o alemão padrão, o *Hochdeutsch*, a variedade alta (“H”, *highly value*), aprendida na escola, de uso formal, e o alemão suíço, o *Schwyzerdütsch*, a variedade baixa (“L”, *less value*), com aquisição no seio familiar e uso predominantemente informal e oral.

Fishman (1967, p. 2) destacou que nos exemplos dados por Ferguson, a situação de diglossia se dava entre línguas com grau de parentesco muito próximo, o que não ocorre nas sociedades de modo geral. É o caso, por exemplo, do Paraguai, em que o espanhol e o guarani apresentam diferenças funcionais claras e são idiomas completamente diferentes. Contudo, na visão do autor, a noção de diglossia poderia ser aplicada em quaisquer situações de contato de línguas em que há diferenças funcionais, o que ocorre na maior parte dos casos. Para eliminar problemas na questão terminológica, Fishman (1967, p. 29-38) propõe a distinção entre diglossia e bilinguismo a partir de quatro situações típicas de relação:

- a) diglossia com bilinguismo;
- b) bilinguismo sem diglossia;
- c) diglossia sem bilinguismo;
- d) nem diglossia, nem bilinguismo.

O caso já citado do Paraguai é um exemplo de diglossia com bilinguismo. No país, quase a totalidade da população se comunica tanto em espanhol quanto em guarani, mesmo que o espanhol seja usado para as instâncias mais formais e o guarani para as familiares. No caso de bilinguismo sem diglossia, não são utilizadas as formas linguísticas para usos específicos, como no caso de situações instáveis

¹⁸ “Diglossia as a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation.”

de transição entre uma diglossia e outra organização da comunidade linguística. Como exemplo, Fishman (op. cit., p. 131) cita o que ocorreu pós Revolução Industrial, em que os falantes abandonaram suas línguas de intercâmbio para adotar os padrões relacionados aos modelos de produção. No caso de diglossia sem bilinguismo, temos o caso do czarismo na Rússia, em que a nobreza falava francês e o povo o russo. A possibilidade de não haver nem diglossia, nem bilinguismo, só poderia ocorrer em comunidades muito pequenas ou isoladas.

Mais tarde, Fishman (1980) desenvolve uma nova classificação das relações entre línguas em situação de contato, que relaciona entre si as modalidades linguísticas que havia estabelecido. Para essa taxonomia, são utilizados valores binários como os propostos por Ferguson, citados anteriormente: “H” (*highlyvalue*) e “L” (*lessvalue*):

- a) H como clássica, L como vernáculo, as duas geneticamente relacionadas;
- b) H como clássica, L como vernáculo, as duas não geneticamente relacionadas;
- c) H na fala e escrita/formal; L como vernáculo, as duas não relacionadas geneticamente uma com a outra;
- d) H na fala e escrita/formal e L como vernáculo, as duas geneticamente relacionadas uma com a outra.

Com relação à comunidade linguística investigada neste estudo, é possível situá-la em um contexto social de diglossia com bilinguismo, sendo que o espanhol durante o recorte histórico selecionado para análise ocupa em Portugal a posição de variedade alta (H) e o português ocupa a posição de variedade baixa (L), na relação diglósica em que H é utilizada na fala e escrita formais e L é o vernáculo, sendo as línguas geneticamente relacionadas. Parece um pouco estranho que o espanhol tenha ocupado posição superior a do idioma português, o vernáculo, mas o fato é explicável a partir da compreensão das pressões sociais e políticas motivadoras para tal. Lembrando que esta configuração mencionada não durou por muito tempo, mas seus rastros ficaram impregnados em muitos textos.

1.4 A AQUISIÇÃO DE LÍNGUAS

1.4.1 Principais bases teóricas sobre aquisição

Vários são os enfoques e modelos relacionados à aquisição de línguas. A multiplicidade se deve principalmente às diferentes concepções teóricas sobre o que é língua e sobre o papel dos sujeitos e do ambiente no processo. Para que seja possível compreendermos o castelhano de Portugal em uma esfera mais ampla, será necessário discutirmos também em que condições houve o aprendizado do espanhol pelos escritores portugueses, justificando este breve texto sobre aquisição de línguas.

O primeiro enfoque a ser considerado em uma análise sobre aprendizado de uma segunda língua é a partir das ideias behavioristas (SKINNER, 1957), que se baseiam na premissa de aprendizado por “causa e efeito”. A linguagem é tida um processo passivo de imitação da fala de adultos, com emissão de reforço positivo para acertos e reforço negativo para erros. Os fatores externos são importantes no processo, uma vez que não seria possível aprender sozinho. Em contraposição, o paradigma gerativista defende uma perspectiva inatista para a aquisição (CHOMSKY 1957, 1981, 1986, entre outros). Nesta abordagem, os seres humanos nascem dotados de uma Gramática Universal, mecanismo genético para processamento da linguagem. A Gramática Universal possibilitaria a determinação e a restrição das formas que as línguas podem ter, guiando a aquisição a partir da interação com o ambiente linguístico no qual se insere o falante.

Já segundo a abordagem sociointeracionista (VYGOTSKY, 1998), a interação entre o indivíduo e o meio é a base para o aprendizado da linguagem, na perspectiva de que toda ação humana procede de interação. O ambiente social é privilegiado, já que o conhecimento se dá do social para o individual, diferentemente dos dois modelos citados anteriormente.

Dentre as três abordagens, a que mais se assemelha à sociolinguística é a abordagem sociointeracionista, uma vez que ambas compartilham os mesmos preceitos teóricos. Além disso, é importante considerar que, por estarmos analisando a produção de autores que tiveram possivelmente um contato tardio com

a L2, provavelmente já em idade adulta, é de se esperar também que ocorram mais problemas na produção, já que a aquisição e a consequente produção foram forçados para atender as exigências sociodiscursivas daquele momento histórico.

Outros dois conceitos teóricos ainda necessitam ser discutidos antes de passarmos para os estágios no aprendizado de uma língua: o conceito de *linguística da aquisição* e o de *linguística do bilinguismo*.

Segundo a proposta de Py (2004), a *linguística da aquisição* encara o processo de aprendizado como apropriação de outro sistema linguístico. As interferências, transferências, alternâncias de código, são consideradas como negativas e prejudicam a aquisição da L2. Já a *linguística do bilinguismo* parte do conhecimento partilhado entre L1 e L2 e os processos relacionados à aquisição são considerados como positivos, já que são decorrentes de uma tentativa discursiva. Como neste estudo os processos linguísticos relacionados à aquisição são tidos como positivos, frutos de uma tentativa de efetivação de comunicação e serão fundamentais para a explicação e delimitação do castelhano de Portugal, a *linguística do bilinguismo* se faz a opção mais adequada para fundamentarmos nossos princípios de análise.

1.4.2 Conceitos e terminologias

Os inúmeros posicionamentos teóricos que explicam como se dá a aquisição de uma língua, definidos com base nas diferentes óticas conceituais, acabam por gerar também uma variabilidade considerável na definição e terminologia dos processos envolvidos durante a aquisição. A opção por este ou aquele termo pode gerar alguns problemas de entendimento, já que não há uma definição consensual sobre a terminologia. Conceitos como *interferência*, *transferência*, *empréstimo* e *influência* aparecem na literatura ora como sinônimos ora como termos distintos. Ainda, é possível que um termo possa carregar múltiplos significados, como é o caso de *transferência*. O estudo de Jarvis (2000, p. 249) sobre a coletânea organizada por Gass e Selinker (1983) aponta a existência de pelo menos dez sentidos distintos para o mesmo termo na obra. Para este estudo, consideraremos apenas os conceitos de *interlíngua*, *interferência*, *code-switching* e *empréstimos*,

incluindo as demais terminologias existentes na literatura dentro de uma das quatro categorias citadas e justificando as escolhas.

1.4.2.1 Interlíngua, fossilização e transferência

A *interlíngua* está diretamente relacionada a características idiossincráticas que se revelam durante o processo de aprendizagem de uma L2. A definição foi citada pela primeira vez em Selinker (1992), que a adaptou do termo *interlingual*, de Weinreich (1953), e a utilizou em substituição a outros dois conceitos que Corder (1967, *apud* SELINKER, 1992)¹⁹ já havia empregado e que seriam sinônimos de *interlíngua*: a *competência transitória* e o *dialeto idiossincrático*. A troca seria possível já que ambos os autores compartilhavam os mesmos princípios teóricos, entendendo o *erro* dentro de uma perspectiva subjetiva, como fato positivo e indício de que o processo de aprendizagem estaria ocorrendo. Atualmente, os termos de Corder não são mais usuais e foram substituídos pela denominação utilizada por Selinker.

No mesmo texto, Selinker (1992, p.79) cita que o processo de aquisição é construído a partir de um conjunto de estruturas psicológicas que são ativadas durante o aprendizado da língua. Segundo o autor, a diferença deste aparato psicológico para o aparato genético inatista – a Gramática Universal, é que no primeiro modelo a aquisição não está garantida, tendo em vista a constatação de que muitos não conseguem aprender uma L2. O processo, nesse sentido, tem mais importância que o resultado.

Nemser (1971, p. 84) amplia o conceito de Selinker e acrescenta o fator *progressão* no entendimento da interlíngua. Desta forma, haveria um movimento gradual partindo da língua materna (L1) até chegar à língua alvo (L2), passando por sucessivas etapas de interlíngua (IL), conforme representamos no esquema a seguir:

¹⁹ CORDER, S. P. The significance of learners errors. **International Review of Applied Linguistics**, n. 4, 1967.

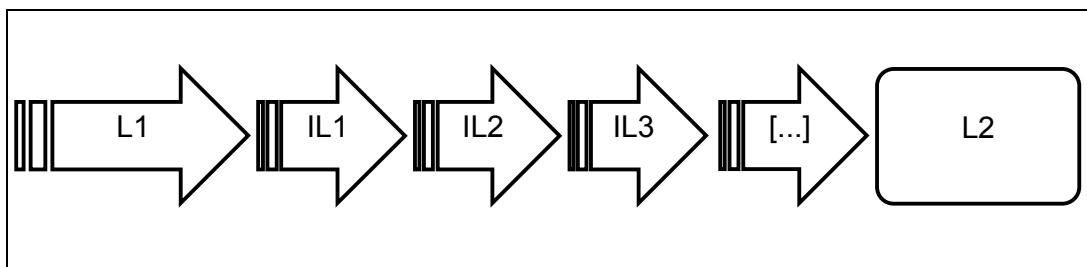


FIGURA 1: SISTEMA PROGRESSIVO DA INTERLÍNGUA (NEMSER, 1971)

O esquema é muito semelhante ao de Valdés (2001), apresentado aqui em seção anterior e usado para explicar os estágios pelos quais passa o falante bilíngue; ou seja, o *continuum* bilíngue. As teorias, de certo modo, se complementam.

Santos Gargallo (1999, p. 28) nos fornece um exemplo do sistema progressivo inerente à interlíngua por meio da análise de elementos presentes em um diálogo entre uma falante nativa do espanhol (Isabel) e um aprendiz de espanhol como língua estrangeira (Heather):

Isabel: *Heather, ¿cuánto tiempo llevas estudiando español?*

Heather: *Dos años.*

I: *¿Solamente?*

H: *Sí... pero estudio en la primera año de la universidad y en el tercer.*

I: *No en el segundo. ¿Y... éste es tu tercer año en la universidad?*

H: *¿Qué?*

I: *¿Éste es tu tercer año?*

H: *Sí, tomo un clase de... composición y... un clase intermedia.*

I: *¿Y qué haces en tu clase de composición? ¿Qué hacéis?*

H: *Ummm... cada semana escri... escribamos tipos diferentes de composición sobre varios sujetos.*

Santos Gargallo (op. cit.) explica que a interlíngua presente na fala de Heather se encontra em uma fase intermediária no *continuum* e é caracterizada pela presença de desvios de morfologia em algumas sentenças, pela incompreensão de determinados enunciados emitidos por Isabel, pela necessidade do uso de

estratégias de comunicação para solucionar problemas que surgiram durante a interação, entre outros aspectos. Corder (1967, *apud* SELINKER, 1992) alerta para o fato de que não somente os itens que contiverem desvios devem ser considerados durante a análise da interlíngua, mas também os que forem atestados como gramaticais, já que o processo é composto justamente pela relação entre os desvios e os acertos.

Com relação aos processos envolvidos no estágio de interlíngua, Selinker (1992) destaca cinco importantes itens, que são as estratégias que o falante utiliza para tentar internalizar a L2:

- a) transferência de linguagem, ligada à interferência de L1;
- b) supergeneralização das regras da língua-alvo;
- c) transferência de treinamento (internalizada a partir de uma instrução);
- d) estratégias de aprendizagem de L2; e
- e) estratégias de comunicação em L2.

Selinker (op. cit., p. 84-85) acrescenta que o fenômeno mais característico da interlíngua é a *fossilização*, que ocorre quando o aprendiz conserva cristalizadas na sua interlíngua estruturas de sua língua materna, tais como itens, regras e subsistemas linguísticos. Com base em estudo, o autor notou que cerca 95% dos aprendizes não conseguem atingir plena competência na língua alvo, estacionando quando sua interlíngua tiver agregado um conjunto de regras suficientes para diferenciar os sistemas da L1 e da L2, característica típica da *fossilização*. Os itens fossilizados também seriam ativados em algumas instâncias pelas quais os aprendizes passam, como (i) quando a atenção do estudante se volta para um tema novo ou difícil; (ii) quando o aprendiz está ansioso ou excitado por qualquer causa; (iii) quando o aprendiz está muito relaxado; e (iv), quando o aprendiz passa muito tempo sem falar a língua. Além disso, as estruturas fossilizadas tendem a permanecer impregnadas na interlíngua e são ativadas mesmo quando já consideradas como superadas.

Ainda com relação aos processos envolvidos no estágio de interlíngua, cabem algumas considerações sobre os termos *transferência* e *interferência*. Como citamos, há divergências na literatura sobre seus significados, alcunhados de acordo com os diferentes posicionamentos teóricos pertinentes ao campo de estudo.

Na visão de Baralo (1999, p. 46-47, tradução nossa) a transferência linguística é “uma estratégia universal que se dá no começo do processo e nos estágios intermediários quando se cria instabilidade [...], para compensar a falta de conhecimentos na língua alvo”.²⁰

Na visão de alguns autores, haveria dois tipos de transferência: a *positiva* e a *negativa*. A transferência *positiva* (ODLIN, 1989, p. 36) se dá quando um ou vários elementos da língua materna ou de outra língua aprendida anteriormente facilitam o processo de aprendizagem da L2, enquanto que na *negativa* (ODLIN, op. cit., p. 36-7) o uso de um vocábulo ou estrutura da língua materna ou de outras línguas aprendidas leva o estudante a cometer “erros”.

Este conceito de *transferência* e de suas duas divisões é contestado por diversos autores. Ringbom (1986)²¹, por exemplo, afirma que nem sempre as semelhanças entre os sistemas linguísticos podem trazer benefícios, já que “as semelhanças podem obscurecer, para o aprendiz, o fato de que há coisas que ele precisa aprender”²² (*apud* GASS & SELINKER, 1994, p. 100, tradução nossa). Do mesmo modo, as diferenças entre os sistemas também podem não ser negativas, conforme defende Kleinmann (1977). Para o autor, quando uma estrutura da L2 é distinta da estrutura correspondente na L1, pode ocorrer um “efeito novidade”²³, que contribui positivamente para a aquisição (*apud* GASS & SELINKER, op. cit., p. 99).

Além disso, neste escopo teórico que define e subclassifica o conceito de *transferência*, a *interferência* é entendida como um dos processos pertencentes à *transferência negativa*, o que de fato não consideramos como válido neste estudo, já que esta visão fere os princípios gerais da Teoria Sociolinguística, especialmente relacionados à visão de *erro*. Trataremos, a seguir, de explicar o conceito de *interferência* e situar nossa pesquisa neste contexto.

²⁰ “(...) *una estrategia universal, que se da al comienzo del proceso y en los estadios intermedios, cuando se crea inestabilidad [...] para compensar la carencia de conocimientos en la lengua objeto.*”

²¹ RINGBOM, H. Crosslinguistic influence and the foreign language learning process. In: KELLERMAN, E.; SHARWOOD-SMITH, M. (Org.). **Crosslinguistic influence in second language acquisition**. New York: Pergamon Press, 1986.

²² (...) “*similarities obscure for the learner the fact that there is something to learn*”.

²³ Do original “*novelty effect*”. Tradução nossa.

1.4.2.2 Interferência

No início dos estudos sobre contato de línguas, o termo *interferência* era empregado para explicar *todos* os problemas gerados pelo contato bilíngue, sendo esses problemas vistos a partir de uma ideia negativa, como *erro*.

Weinreich ([1953] 1979, p. 1, tradução nossa) define *interferências* como “instâncias de desvio das normas de uma das línguas que ocorrem na fala de bilíngues como resultado da familiaridade com mais de uma língua.”²⁴ Para o autor, há interferência quando o bilíngue identifica um fenômeno do sistema secundário como pertencente ao sistema primário e, ao reproduzi-lo, se sujeita às regras do sistema primário (WEINREICH, [1953] 1979, p. 14). Considerar o fenômeno como *desvio* é atribuir-lhe aspecto negativo e prototípico de falantes com baixa proficiência na língua.

Atualmente, o termo é entendido sob outra perspectiva, que está mais ligada com *aquisição de línguas* do que propriamente com *contato de línguas*. McLaughlin, por exemplo, define interferência como “erros que ocorrem no aprendizado de uma segunda língua (B) que refletem a aquisição da língua anterior (A) e que não são encontrados no desenvolvimento daqueles que adquirem esta língua (B) como língua materna.”²⁵ (McLAUGHLIN, 1984, p. 66, tradução nossa)

Nessa visão, a interferência reside na aplicação de regras da língua de maior proficiência do falante sob os padrões da língua em fase de aprendizado. A interferência poderia ocorrer, então, tanto com crianças em contexto de convívio bilíngue, como em falantes em estágio inicial de aprendizado de uma segunda língua, perdurando até o estágio da proficiência na segunda língua.

A interferência, portanto, não é vista como *erro*, mas sim como um processo natural do aprendizado. McLaughlin, inclusive, afirma que os mesmos desvios cometidos na aquisição da segunda língua são semelhantes àqueles cometidos durante o aprendizado da língua materna

²⁴ Tradução para: “instances of deviation from the norms of either language which occur in the speech of bilinguals as a result of familiarity with more than one language.”

²⁵ Do original: “errors that occur in the learning of a second language (B) that reflect the acquisition of a previous language (A) and that are not found in the normal development of those who acquire that language (B) as a first language.”

Hasselmo (1969) distingue *code-switching* de *interferência* pelo fato de a interferência dizer respeito à sobreposição de duas línguas em momentos específicos, enquanto que a sobreposição típica do *code-switching* é do tipo entrelaçada e linear. Na proposta do autor, a interferência é resultado do processo de aquisição ou aprendizado de uma L2 e reflexo da imaturidade do falante em distinguir as estruturas em uso de uma ou outra língua. A interferência, então, geraria enunciados agramaticais, o que não ocorreria em situações de *code-switching*, em que há gramaticalidade nos enunciados.

Quaisquer dos níveis linguísticos poderiam ser afetados por situações de interferência, mesmo os mais estruturados, como o fonológico, morfológico, sintático. Weinreich ([1953] 1979, p. 1) não descarta a possibilidade de reorganização do sistema nos domínios mais superficiais, como no léxico, em que a adoção de empréstimos também poderia acarretar interferência.

Sobre a reorganização do sistema para a incorporação de interferências, Vogt (1954), citado por Weinreich, afirma que:

Todo enriquecimento ou empobrecimento de um sistema envolve necessariamente a reorganização das suas antigas oposições distintivas. Admitir que um dado elemento é simplesmente adicionado ao sistema que o recebe sem consequências para este seria arruinar o próprio conceito de sistema. (VOGT, 1954²⁶, *apud* WEINREICH, [1953] 1979, p.1, tradução nossa).

Portanto, para que a interferência se incorpore no sistema da outra língua, deve ocorrer um processo bastante complexo de modificação de sistema, em que os falantes passem a utilizar as formas com interferência de maneira recorrente e coletiva, o suficiente para serem adotadas como novos padrões, o que nos parece bastante complicado de ocorrer nos níveis linguísticos mais profundos.

Exemplificando o fenômeno, a seguir apresentamos casos de interferência no nível sintático e lexical, encontrado no discurso de aprendizes de espanhol que tem como língua materna o português:

²⁶ “Every enrichment or impoverishment of a system involves necessarily the reorganization of the old distinctive oppositions of the system. To admit that a given element is simply added to the system which receives it without consequences for this system would ruin the very concept of system.”

(1) *Yo gusto de galletitas.* (ELIZAINCÍN, 1992, p. 133)

Quando deveria ser: *A mí me gustan galletitas.*

Para: Eu gosto de biscoitinhos.

O resultado é um enunciado agramatical, com características das regras da língua materna (a qual o falante domina com maior habilidade) aplicadas na língua em fase de aprendizado. O mesmo ocorre no próximo exemplo, em que há problemas de colocação pronominal. Além disso, há confusão na concordância do pronome demonstrativo com o vocábulo heterogenérico *dolor*, substantivo masculino no espanhol, correspondente à *dor*, substantivo feminino, no português:

(2) *... quedó se con algunas dolores.* (TORIJANO, 2008, p. 249)

Quando deveria ser: *... se quedó con algunos dolores.*

Para: ... ficou com algumas dores.

Como exemplo de interferências no nível lexical, encontramos construções como a seguinte, em que o aprendiz utiliza o artigo neutro *lo* do espanhol ao invés do artigo determinado *el*:

(3) *Lo libro era realmente muy bueno.* (DURÃO, 2005, p. 142)

Quando deveria ser: *El libro era realmente muy bueno.*

Para: O livro era realmente muito bom.

Mais um exemplo em que é gerada agramaticalidade por conta de interferência. Neste caso, há uso equivocado do artigo neutro *lo* do espanhol, motivado pela semelhança acústica com o artigo definido *o* do português. No português, inclusive, não existe artigo neutro.

Neste trabalho, trataremos de investigar se há relações de interferência entre as línguas portuguesa e espanhola, no contexto do século XVI, levando em consideração fatores linguísticos e extralinguísticos, com base no exposto em Weinreich ([1953] 1979):

O efeito preciso do bilinguismo sobre a fala de uma pessoa varia por causa de muitos outros fatores, alguns dos quais se podem chamar de extralinguísticos porque eles estão fora das diferenças estruturais das línguas ou mesmo de suas inadequações lexicais. Uma completa explicação da interferência na situação de contato linguístico, que inclui a difusão, a permanência ou a supressão de um particular fenômeno de interferência, é possível, sobretudo, se forem considerados os fatores extralinguísticos. (WEINREICH, [1953] 1979, p. 3, tradução nossa)²⁷

Ademais, consideraremos a aparente semelhança entre ambas as línguas para testar a real proficiência dos escritores da época nos idiomas, partindo do entendimento de Weinreich, que quanto maior for a diferença entre os sistemas, isto é, quanto mais numerosos as formas e padrões mutuamente exclusivos em cada um deles, maior é a área potencial de interferência (WEINREICH, [1953] 1979, p. 1). Havendo pouca diferença entre os sistemas, portanto, haveria poucas interferências, ou estas pertenceriam aos níveis mais frouxos da língua, como o lexical.

1.4.2.3 A alternância de códigos – o *code-switching*

A noção de *código* remete à Teoria da Informação de Fano (1950) para o qual o código é o mecanismo que combina em pares grupos de sinais (como os pontos, no Código Morse) de modo livre de contexto, não ambíguo e reversível. No Código Morse, o código não é o conjunto de linhas e pontos equivalentes às letras, mas sim a regra abstrata que faz com que estes termos assumam sentido.

Jakobson (2008, p. 40) define *código* como a junção de todas as partes constituintes possíveis (frases, palavras, fonemas), combinadas com o propósito de formar determinados enunciados. Do mesmo modo, Dubois et. al. (1978) define código como:

(...) Sistema de transmutação da forma de uma mensagem em outra forma, que permite transformar uma mensagem gráfica em uma mensagem acústica. (...) A operação pela qual se transmuda a substância mensagem em sua nova forma codificada chama-se *decodificação*. (1978, p. 114)

²⁷ “The precise effect of bilingualism on a person’s speech varies with a great many of the factors, some of which might be called extra-linguistics because they lie beyond the structural differences of the languages or even their lexical inadequacies. A full account of interference in a language-contact situation, including the diffusion, persistence, and evanescence of a particular interference phenomenon, is possible only if the extra-linguistic factors are considered.”

Contudo, não há nessas definições alguma consideração sobre aspectos pragmáticos envolvidos no processo. Mais tarde, os sociolinguistas como Gumperz, Searle, alargam o conceito, considerando que parte da compreensão do código depende das particularidades na relação entre o conteúdo e o contexto.

Para Ervin-Tripp (1964), o código é entendido como grupo sistemático de sinais linguísticos que coocorrem em ambientes definidos. Esta noção é semelhante à de variedades linguísticas, como também encontramos em Romaine (1989), que considera *código* não apenas para se referir a línguas diferentes, mas também para as variedades de uma mesma língua e para os estilos de fala.

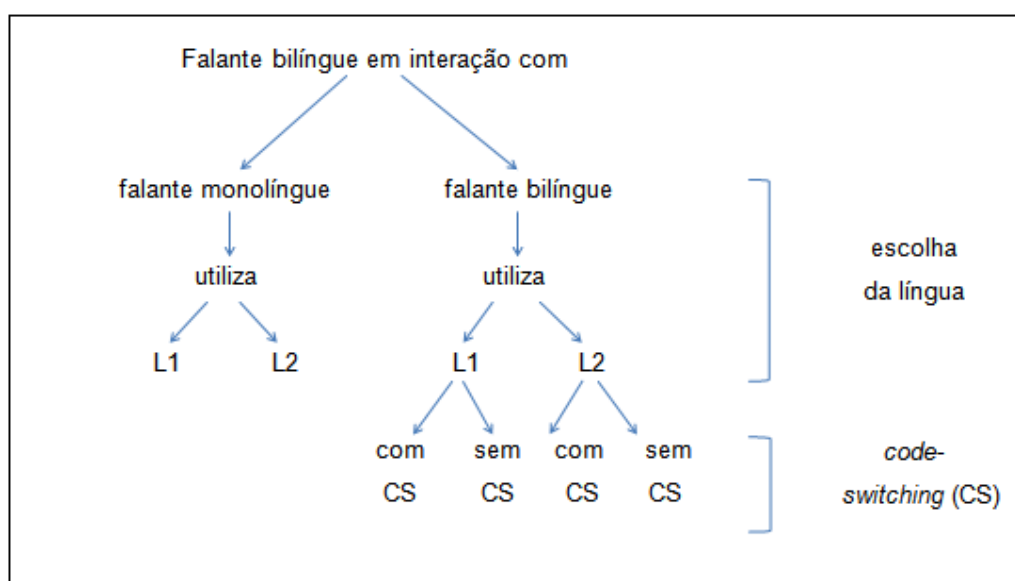
Auer (1999) adota posicionamento mais radical com relação à definição de código, afirmando que as definições anteriores estão mais ligadas propriamente aos linguistas que aos usuários. Neste sentido, o autor afirma que os falantes não têm consciência do que é exatamente um código, podendo considerar como idênticos códigos de natureza muito diferentes ou considerar como semelhantes códigos de natureza distinta. O código seria definido a partir das práticas reais de uso significativo na conversação bilíngue.

Além disso, há vários fatores que influenciam os falantes durante a escolha de códigos, geralmente de ordem pragmática. Para falantes monolíngues, a escolha de códigos está mais ligada com a mudança de estilo, sendo a situação conversacional, o tipo de interlocutor, o tópico conversacional e a função da interação como os elementos que devem ser levados em conta durante a opção por determinado código. Já para os falantes em situações bilíngues, outros fatores são levados em conta durante a opção por determinado código. Para Fishman (1965), há três fatores que definem a escolha de códigos: (i) posição do falante no grupo: idade, sexo, etnia, religião, do falante; (ii) situação ou ambiente comunicativo: ambiente físico, funções e estilos de discurso; (iii) tópico discursivo: opção por tratar em determinada língua certos tópicos. Para exemplificar, em comunidades de descendentes de italianos, encontramos situações em que os pais bilíngues português/italiano conversam em italiano diante dos filhos, falantes apenas de português, quando querem tratar de assuntos particulares ou sobre tópicos relativos aos próprios filhos. A escolha do código está, portanto, diretamente ligada à

identidade social dos indivíduos. Os falantes não escolhem um código em detrimento ao outro²⁸.

No entanto, mesmo sendo de escolha do falante o uso de um determinado código, a interpretação é um tanto restrita ao conhecimento de ambos os usuários. Há, no processo, então, um jogo aberto de pressuposições e combinação de fatores durante a escolha da língua em uso.

No esquema a seguir, baseado em Grosjean (1982, p. 129), podemos sintetizar os estágios da escolha de códigos:



QUADRO 2: ESTÁGIOS DE ESCOLHA LINGÜÍSTICA (BASEADO EM GROSJEAN 1982)

As relações podem se dar entre indivíduo bilíngue com monolíngue ou entre indivíduos bilíngues. No primeiro caso, o código é escolhido tendo-se por base o interlocutor e o resultado dessa escolha gerará textos monolíngues. Entre bilíngues, o código é escolhido geralmente sem esforço e inconscientemente – os participantes fazem julgamentos com relação à situação comunicativa, com o conteúdo do discurso, com a função da interação e, obviamente, julgamentos sobre as características do outro participante.

²⁸ A obra de Blom & Gumpers (1972), sobre a comunidade norueguesa de Hemnesberget, é sugestão de leitura para o tema.

O tema *mudança de código*²⁹ teria sido empregado pela primeira vez em um texto de Weinreich na década de 50, no livro *Languages in contact* ([1953] 1979). Weinreich, ao prescrever o bilíngue ideal, já dava indícios da consideração ao *code switching*, afirmando que o bilíngue ideal não deve alternar entre códigos, mas sim adequar o discurso às situações apropriadas de fala em determinados contextos (relação com outros interlocutores, em tópicos específicos), jamais em situação de fala não modificada. A ideia da alternância de códigos como negativa também era recorrente em Haugen (1953), que justificava o fenômeno ao baixo conhecimento de uma segunda língua. No *Bilingualism in the Americas* (HAUGEN, 1956, p. 40), o autor, comentando *interferência*³⁰, afirma que ela não inclui o *code-switching*, que é quando um bilíngue introduz uma palavra não assimilada de outra língua em sua fala. O primeiro registro do termo, no entanto, é positivo, e remete a uma resenha de Vogt (1954) sobre a obra de Weinreich, *Languages in contact*. Vogt assume o fenômeno como natural e importante para a mudança linguística, e também que todas as línguas possuem experiências de contato. A origem do fenômeno *code-switching*, para o autor, é motivada por fatores psicossociais.

Bilinguismo é um termo universal, pois nenhuma língua que conhecemos foi falada por um longo período em completo isolamento. É mesmo possível que o bilinguismo seja um dos principais fatores nas mudanças linguísticas (...). O *code-switching* em si talvez não seja um fenômeno linguístico, mas sim, psicológico, e suas causas são obviamente extralinguísticas. (VOGT, 1954, p. 368, tradução nossa)³¹

Entretanto, o termo parece ser uma evolução de *switching code*, termo anteriormente citado por Jakobson, Fante & Hale (1952) em um texto sobre compreensão de códigos com base nas teorias da informação de Fano (1950) e sistemas da fonologia estrutural de Fries & Pike (1949).

[...] (A) tarefa de decifrar torna-se mais difícil nos casos frequentes denominados 'switching code' pelos engenheiros da comunicação [citando Fano, 1950] ou 'sistemas fônicos coexistentes' [Fries & Pike, 1949]. A

²⁹ Especial consideração aos estudos de Oliveira (2006), orientados por Jurgen Heye.

³⁰ *Interferência* será tratada mais adiante no texto.

³¹ "Bilingualism is a universal phenomenon since no languages we know have been spoken over long periods of time in complete isolation. It is even possible that bilingualism one of the major factors in linguistic changes. (...) Code-switching in itself is perhaps not a linguistic phenomenon, but rather a psychological one, and its causes are obviously extralinguistic."

aristocracia russa do último século, com seu discurso bilíngue – alternando continuamente do russo para o francês e vice-versa, mesmo que dentro de uma única sentença – fornece uma ilustração única. (JAKOBSON, FANT & HALLE, 1952, p. 603-604, tradução nossa)³²

Com o uso frequente, a expressão foi lexicalizada, passando de *switching code* para *code-switching*.

Há algumas divergências entre os teóricos com relação à definição do termo. Grosjean (1982, p. 145), o define como “uso alternado de duas ou mais línguas no mesmo enunciado ou interação”³³. Para Heller (1988, p. 1), o *code-switching* é “uso de mais de uma língua no curso de um único episódio comunicativo”³⁴. Podemos perceber que ambos os autores não levam em consideração a possibilidade da ocorrência do fenômeno entre dialetos, mas somente entre línguas. Um segundo grupo de teóricos prefere associar o termo ao conceito de código, ou seja, ampliando a ocorrência do fenômeno para línguas e dialetos. Gumperz (1982, p. 59), por exemplo, define o termo como “a justaposição dentro do mesmo segmento de fala de passagens pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais diferentes”. Myers-Scotton (1993, p. 1) compartilha a ideia de Gumperz, afirmando que o fenômeno ocorre na alternância entre variedades linguísticas dentro da mesma conversação. De todo modo, nos parece mais adequada a consideração mais global para o *code-switching*, considerando não somente as variações no nível da língua, mas também nas suas variedades dentro de um sistema, em conformidade com os pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística.

Blom & Gumperz (1972) dividem o fenômeno em dois tipos, de acordo com as funcionalidades desempenhadas no discurso: *code-switching situacional* e *code-switching metafórico*.

No *code-switching situacional*, há relação direta entre língua e situação social. As línguas mudam de acordo com a situação em que os falantes se encontram. Deste modo, dependendo da configuração dos participantes, o discurso é alterado, o

³² “[a] task of deciphering becomes more difficult in the frequent cases called ‘switching code’ by communication engineers or ‘coexistent phonemic systems’ by linguistics. The Russian aristocracy of last century with its bi-lingual speech – switching continually from Russian to French and vice versa even within a single sentence – provides a striking illustration.”

³³ Do original, “alternate use of two or more languages in the same utterance or conversation”. Tradução nossa.

³⁴ Tradução nossa para: “the use of more than one language in the course of a single communicative episode”.

que afeta a mudança. No *code-switching metafórico*, o enfoque são os tópicos conversacionais e não as mudanças de situação social.

Como exemplos de ambos os tipos, citamos as ocorrências encontradas nos estudos Blom & Gumperz (1972) sobre a comunidade norueguesa bilíngue de Hemnesberget. No local, são faladas duas variantes do norueguês, o *ramanal* e o *bokmal*. Exemplificando o tipo *conversacional*, encontramos uma situação em que os professores da comunidade ministram suas aulas formais (sem interações) em *bokmal*, e em *ramanal* quando pretendem estimular discussões entre os alunos. Para o tipo *metafórico*, o exemplo dado é de funcionários de um escritório de administração da comunidade, que escolhiam determinada língua de acordo com o assunto tratado. Quando o tópico do assunto era familiar, os funcionários utilizavam o *ramanal*, e quando o assunto era relacionado ao trabalho, utilizavam o *bokmal*.

O termo *code-switching conversacional* é acrescentado por Gumperz em 1982 para dar conta de ocorrências em que há justaposição, dentro do mesmo discurso, de elementos pertencentes a dois sistemas gramaticais distintos. Neste caso, devido à fluência em ambas as línguas, os falantes alternam os códigos em suas rotinas diárias, motivados por processos inconscientes.

A outra classificação clássica para o *code-switching* é a proposta por Poplack (1980), em que três maneiras de alternância são distinguidas, correlacionadas com a competência bilíngue do falante. A autora leva em consideração a posição em que o fenômeno ocupa na sentença e com seu tamanho.

O primeiro tipo é o *tag-switching*. Neste tipo, o falante insere em um determinado enunciado elementos com restrições sintáticas mínimas, como interjeições, expressões idiomáticas, expressões retóricas. Para a produção das *tags*, não é necessária proficiência alta em uma língua. Como exemplo, citamos dados retirados de Borstel (1992, p. 152), de alternância entre português e alemão:

(4) *Ela está mal, **aber so Schlecht**, mas muito mal.*

(Ela está mal, mas muito mal, mas muito mal.)

No *code-switching intersentencial*, o conhecimento em ambas as línguas precisa ser maior que no *tag-switching*, já que há a introdução de frases isoladas de uma língua na outra, ou seja, onde sistemas gramaticais distintos se cruzam.

Citamos um exemplo retirado de Poplack (1980, p. 594), entre exemplo que nomeia uma obra da autora:

(5) *Sometimes I'll start a sentence in Spanish **y termino en Español**.*

(Algumas vezes eu começo uma sentença em espanhol e termino em espanhol.)

A categoria mais complexa de classificação, a que envolve maior rigor sintático, por ocorrer no interior ou em partes de frases, é o *code-switching intrassentencial*. Segundo Poplack (1980, p. 98), este tipo é o de maior interesse pela sociolinguística, por conta de exigir maior competência em língua por parte dos falantes. Citamos um exemplo de ocorrência do *code-switching* intrassentencial retirado de Poplack (1980, p. 589):

(6) *He was sitting down **en la cama, mirándonos peleando, y** really, I don't remember **si él nos separó** or whatever, you know.*

(Ele estava sentado na cama, vendo-nos brigar, e realmente, eu não lembro se ele nos separou ou qualquer coisa, você sabe.)

Alguns linguistas ainda consideram a existência do fenômeno de *code-mixing*, em detrimento ao *code-switching*. Os teóricos de base sociolinguista³⁵ não fazem tal diferenciação, por estarem mais ligados aos aspectos funcionais da alternância do que a classificações gramaticais. Os teóricos com foco gramatical³⁶, que se preocupam com aspectos como as restrições sintáticas, distinguem o *code-switching* do *code-mixing* considerando que o primeiro está além dos limites da sentença, enquanto que o *code-mixing* é a mistura de códigos apenas dentro de um mesmo enunciado. Contudo, consideramos como desnecessária tal diferenciação, uma vez que os termos *code-switching intersentencial* e *intrassentencial* já dão conta de explicar as variedades do fenômeno.

³⁵ Conforme Gumperz (1982), Trudgill (1974), Romaine (1989), e outros.

³⁶ Como exemplo: Bokamba (1988).

1.4.2.4 Empréstimos

A diferenciação entre *code-switching* e empréstimos não é tão tranquila. Weinreich, Herzog e Labov ([1968], 2006), levando em consideração o caráter diacrônico da mudança linguística e a dificuldade em se estabelecer o *quando* um item do léxico passa a ser considerado como empréstimo, consideram a relação como um problema, “o problema de transição”.

A discussão acerca da diferenciação entre os dois conceitos se acentua quando os falantes da língua desconhecem o caráter de estrangeiro do vocábulo. Exemplificando, um falante de português teria dificuldades em reconhecer como de origem estrangeira palavras como *lanche*³⁷, desconhecendo que a palavra é empréstimo do inglês. Contudo, termos como *cupcake* são compreendidas mais facilmente como empréstimos. Utilizamos em nosso vocabulário uma série de palavras emprestadas, e essas tanto fazem parte do vocabulário de bilíngues como de monolíngues, o que ajuda na distinção de empréstimo de *code-switching*, já que o segundo é típico somente de falantes bilíngues.

Como os empréstimos não requerem dos falantes necessariamente habilidades em uma segunda língua, há que se entender quais os processos de assimilação estão envolvidos durante a implementação do vocábulo como empréstimo.

Grosjean (1982) cita a ocorrência da assimilação motivada pela atuação de processos morfológicos ou fonológicos:

[Uma mudança de código] é uma mudança completa para a outra língua em uma palavra, um sintagma, uma sentença. Ao contrário, um empréstimo é uma palavra ou pequena expressão adaptada morfológicamente (e frequentemente fonologicamente) à base da língua³⁸. (1982, p. 308, tradução nossa)

³⁷ A palavra *lanche* é derivada de *lunch*, do inglês. Contudo, seu significado está mais associado com o significado de *snack* do que de lanche, já que *lunch* significa “almoço” em inglês.

³⁸ (...) “[a code-switch] that is to shift completely to the other language for a word, a phrase, a sentence. The other way is to borrow a word or short expression from that language and to adapt it morphologically (and often phonologically) into the base language.”

Deste modo, os vocábulos só se fixariam na língua após terem sofrido as devidas adaptações ao novo sistema morfofonológico encontrado. Retomando o exemplo de *lunch*, a palavra passa a figurar no português como *lanche*, adaptando-se ao sistema morfofonológico do português. O fato também ocorre com o vocábulo inglês *diet*, pronunciado como [ˈdaɪtʃɪ], também adaptado para figurar como empréstimo no português.

Poplack (1980) vai mais além e considera também o nível sintático como importante para a integração do item lexical como empréstimo. A autora propõe os seguintes critérios para classificar termos em empréstimo ou *code-switching* nas sentenças de bilíngues:

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO À LÍNGUA DE BASE				
TIPO	FONOLÓGICO	MORFOLÓGICO	SINTÁTICO	RESULTADO
1	✓	✓	✓	empréstimo
2	x	x	✓	code-switching
3	✓	x	x	code-switching
4	x	x	x	code-switching

QUADRO 3: CRITÉRIOS PARA DIFERENCIAR EMPRÉSTIMO DE CODE-SWITCHING - BASEADOS EM POPLACK (1980)

O conceito de língua de base mencionado pela autora faz referência à língua de maior presença, a que os falantes tenham maior proficiência, em um discurso com alternância de códigos. No nível de interação do tipo 1, percebemos a assimilação entre os níveis fonológico, morfológico e sintático, caracterizando o empréstimo. Quando um dos níveis linguísticos não é assimilado, como nos tipos 2, 3, ou quando nenhum nível é assimilado, temos *code-switching*. O empréstimo, portanto, recebe plenamente as características da língua em que fora incluído, enquanto que o *code-switching* é caracterizado justamente pelo oposto, pela identidade linguística da língua de origem.

Entretanto, a própria autora em Poplack, Wheeler & Westwood (1987) descarta o critério fonológico como importante para a caracterização do empréstimo, compartilhando o pensamento de Gumperz (1982):

Empréstimos podem ser definidos como a introdução de palavras ou expressões idiomáticas curtas, congeladas, de uma variedade dentro da outra. Os itens em questão são incorporados dentro do sistema gramatical da língua que se torna emprestado. Eles são tratados como parte do seu léxico, tomam suas características morfológicas e entram em suas estruturas sintáticas.” (GUMPERZ, 1982, p. 66, tradução nossa)³⁹

A justificativa para o descarte do critério fonológico se dá pelo fato de haver grande variabilidade e instabilidade no mesmo e por poder haver elementos menores, como itens lexicais ou morfemas, integrados à língua de base, no nível morfossintático, sem necessariamente integração fonológica.

Quanto à função discursiva, os empréstimos vêm para preencher lacunas existentes na L1, diferentemente do *code-switching*. No exemplo a seguir, podemos perceber a diferença dos termos com relação a esta função:

(7) *Já terminou o download?*⁴⁰

(8) *Um pouco de formaio*⁴¹ e ovo...

No primeiro exemplo, não há termo correspondente para *download* em português, o que caracteriza a palavra como empréstimo; no segundo exemplo, de um caso de *code-switching*, a palavra *formaio* poderia ser substituída por *queijo*, sem prejuízo para o significado do enunciado. O *code-switching*, neste sentido, estaria fortemente relacionado à manutenção da identidade social do falante, e o empréstimo completando um espaço lexical na língua.

A frequência de uso da expressão não nativa também é importante para determinar o empréstimo, já que quanto mais frequente o uso da expressão, maior a possibilidade de ser assimilada na língua.

Também importante considerar na caracterização de empréstimo a contribuição de Matoso Câmara Júnior (2000, p. 104-105), baseando-se em

³⁹ “Borrowing can be defined as the introduction of single words or short, frozen, idiomatic phrases from one variety (i.e., language) into the other. The items in question are incorporated into the grammatical system of the borrowing language. They are treated as part of its lexicons, take its morphological characteristics and enter into its syntactic structures.”

⁴⁰ Exemplos retirados de arquivo pessoal.

⁴¹ *Formaio* é a forma na língua correspondente a *formaggio*, do italiano. Dado retirado de pesquisa sobre o talian no Oeste de Santa Catarina. (GUBERT, A. L. **Influências do talian no português brasileiro da cidade de Vargeao (SC)**: um estudo sobre variação no nível fonético. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2012.)

Bloomfield, que estende a noção do termo, passando a considerar não somente a noção de troca de léxico entre línguas, mas também entre dialetos, entre países diferentes (não necessariamente entre línguas diferentes). O autor classifica empréstimos dentre três categorias: (i) empréstimos linguísticos culturais: com vocábulos adquiridos nas relações políticas, comerciais ou culturais entre povos de países diferentes; (ii) empréstimos linguísticos íntimos: quando duas ou mais línguas coexistem num mesmo território; e (iii) empréstimos linguísticos dialetais: resultado de falares de uma mesma língua, ou seja, das variantes regionais, sociais e jargões especializados.

Tendo estudado os fundamentos da aquisição da linguagem, passamos agora a uma breve discussão sobre as forças ideológicas envolvidas na configuração dos *status* das línguas, na relação direta entre linguística e política.

1.5 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

A linguística e a política sempre estiveram intimamente ligadas, já que toda teoria é, de fato, política – mesmo que isso não esteja claramente explicitado. (ORLANDI, 2007, p. 53). Na construção do imaginário social, a história da constituição da língua está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado. O político é da ordem do conflito, da diferença. O político é um lugar de disputa, caracterizando-se pela disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças. (ORLANDI, 2002, p. 21).

O conceito de planejamento linguístico, do inglês *language planning*, foi empregado pela primeira vez em 1959, por Heinar Haugen, em um texto sobre problemas linguísticos na Noruega. No estudo, Haugen procurou demonstrar como o Estado estava intervindo na composição da língua nacional, a partir da normatização da escrita, com o objetivo de garantir uma identidade norueguesa legítima, afastando-se de características herdadas em consequência da dominação dinamarquesa. No mesmo ano, Ferguson apresenta os conceitos de diglossia e bilinguismo para situações determinadas de coexistência entre duas variedades de

língua, uma considerada como variedade *alta* e outra como *baixa*. Ferguson também apresenta em sua obra os conceitos de *língua dominada*, *língua dominante*, *substituição* e *normalização*, os quais serão importantes para a concepção do campo da política linguística.

Como área de estudo da linguística, a *política linguística* emerge no mesmo cenário da sociolinguística, em 1964, durante o famoso congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, onde Haugen discorre sobre plurilinguismo e planejamento linguístico. Mais tarde, Fishman (1970) define a área de estudo como sendo a *Sociolinguística Aplicada*.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento nos estudos da área é dada por Kloss (1967) através da introdução dos termos *Sprachplanung* e *Statusplanung*, que podem ser traduzidos respectivamente por *planejamento de corpus* e *planejamento de status*.

A ação sobre a língua chamada *de planejamento de corpus* nada mais é que uma intervenção na *forma* da língua, para fixação de uma escrita, enriquecimento do léxico, eliminação de influências estrangeiras, entre outros. (CALVET, 2007, p. 87) O caso de intervenção no léxico e na ortografia que ocorre na França, por meio de legislações ou de sugestões de usos desenvolvidas por entidades com certo poder sobre a língua, como o Conselho Superior de Língua Francesa⁴², é um exemplo de planejamento de corpus. Nestes textos, são encontradas propostas com recomendação e/ou regras de uso do francês, deliberando, por exemplo, sobre usos da língua por funcionários do governo em exercício de sua função⁴³. Outro exemplo é o que ocorreu na Noruega, com tentativa de padronização da língua a partir da grafia. A independência da Noruega em 1905 condicionou um grande número de reformas ortográficas, atendendo a posições políticas variadas, tentando apagar os antigos traços de domínio dinamarquês territorial presentes na língua norueguesa. Contudo, atualmente, as discussões naquele espaço se voltam em outra direção, discussões que não infringem o status de “nação norueguesa”, mas que buscam verificar se realmente uma única norma é o ideal ou se a valorização da pluralidade linguística deve ser admitida.

⁴² Para exemplificar, “*Les rectifications de l’orthographe*”, publicada no *Journal officiel de la République française*, em dezembro de 1990. (apud Calvet, 2007, p. 97)

⁴³ Ademais, há recomendações sobre publicidade, relações de consumo, ensino, congressos científicos, sempre tendo a língua francesa como veículo de comunicação.

O *planejamento de status* tem como objetivo administrar as funções sociais das línguas, em situações de plurilinguismo, promovendo ou retirando certos *status* desfrutados por elas, como o de língua dominada ou dominante, ou até mesmo buscando certo equilíbrio entre todas as línguas presentes no espaço. (CALVET, 2007, p. 117). É possível citar novamente o caso da França, desta vez com políticas não mais relacionadas com a forma, mas sim com a posição estimada para o francês como *status* de língua internacional. Após a Revolução Francesa, uma série de ações foram desencadeadas para possibilitar que um número máximo de indivíduos fora da França estivesse em contato com a cultura ou a língua francesa. Por exemplo, a Direção Geral das Relações Culturais e das Obras Francesas no Exterior, órgão governamental, a partir de 1945, orienta para que os materiais publicados em francês, como livros técnicos, não sejam traduzidos para nenhuma outra língua, mas sim que sejam lidos no idioma original, forçando assim que o idioma tenha de ser aprendido, ao menos minimamente, pelos que quiserem fazer uso dos materiais. Além disso, a França é o país que mais envia professores ao exterior, outra política com o objetivo de difundir a língua. O país também se mostra muito resistente com relação aos idiomas de trabalho nas reuniões da União Europeia, propondo ações que buscam evitar que o inglês se torne a única língua veículo para as relações linguísticas no grupo.

Com relação à ligação entre os conceitos de *planejamento de corpus* e de *status*, o linguista Kanavillil Rajagopalan (2011, p. 127) cita que:

Einar Haugen (1968)⁴⁴ [...] considerava o planejamento de *corpus* como uma etapa secundária e subsidiária do “planejamento de *status*”, ou seja, a escolha e a consolidação da língua a ser eleita como língua nacional, oficial etc. de um país. [...] Entretanto, em trabalho recente, Fishman (2006)⁴⁵ argumenta que as duas atividades se alimentam e se enriquecem mutuamente e se encontram atreladas uma à outra e que o planejamento de *corpus* participa efetivamente na construção de um estado-nação e no delineamento de suas políticas interna e externa.

O conceito de política linguística e de planejamento linguístico também possuem entre si relação de subordinação, considerando a *política linguística* como a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a

⁴⁴ Referente à obra já citada “*Language planning in modern Norway*”.

⁴⁵ FISHMAN, J.A. **Do NOT leave your language alone: the hidden status agendas within corpus planning in language policy**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2006.

sociedade, e o *planejamento linguístico* como a implementação destas políticas (CALVET, 2007, p. 11). Ainda segundo Calvet:

Uma ação planejada sobre a língua ou sobre as línguas nos remete ao seguinte esquema: considera-se uma situação sociolinguística inicial (S1), que depois de analisada é considerada como não satisfatória, e a situação que deseja alcançar (S2). A definição das diferenças entre S1 e S2 constitui o campo de intervenção da *política linguística*, e o problema de como passar de S1 para S2 é o domínio do *planejamento linguístico*. (CALVET, 2007, p. 61)

Apesar de os conceitos de *política* e *planejamento* linguísticos terem se firmados como tais, a emergência de inúmeros trabalhos de pesquisa na área trouxe consigo inúmeras outras conceptualizações, um tanto quanto redundantes em sua essência, mas em acordo com as forças sociais que permeiam os territórios em questão. Podemos encontrar o uso do termo *planificação linguística*⁴⁶ ao contrário de *planejamento linguístico*, provavelmente motivado pelo processo de tradução ao francês do termo inglês *planning*, traduzido por *planification*. Entretanto, apesar de dispormos no léxico do português o termo *planificação*, seu uso é muito menos recorrente que *planejamento*, termo sinônimo, e preferido pelos tradutores da obra de Calvet para o português brasileiro, por exemplo.⁴⁷ Outra variação para o fenômeno pode ser encontrada em Calvet (2007, p. 16) que cita o uso de *aménagement*⁴⁸ *linguistique* (reforma linguística), no Québec, em detrimento a planejamento linguístico, como forma de evitar referência à intervenção planejadora do Estado. Outro exemplo é o que ocorre na Catalunha, com o emprego do termo *normalizació* (normalização) de uso preferível pelos sociolinguistas, os quais buscam que o catalão tenha o status social elevado ao posto que ocupa atualmente a língua do Estado, o espanhol. A *normalização*, neste sentido, viria para corrigir uma situação política, considerada como “anormal”, em desacordo com o contexto social. Contudo, Hamel⁴⁹ (1993, *apud* Calvet, 2007, p. 16) afirma que os três termos –

⁴⁶ Por exemplo, no artigo de Savedra & Lagares (2013).

⁴⁷ Conforme Nota do Editor localizada na página 10 do livro “As políticas linguísticas” (2007).

⁴⁸ Não há correspondente exato do termo para o português brasileiro. *Aménagement* deriva do verbo francês *aménager*, que significa *arranjar*, *arrumar*. Utilizaremos a versão citada por Savedra & Lagares (2013, p. 13), traduzindo o vocábulo por *reforma*.

⁴⁹ HAMEL, R. E. *Políticas y planificación del lenguaje*. México: Iztapalapa, 1993. n. 20, p. 11.

planejamento, normalização e reforma – se referem ao mesmo campo conceitual, somente se distinguindo pelos diferentes contextos de contato linguístico em que se situam. Do mesmo modo, o conceito de *glotopolítica* surge em francês, em um texto de Marcellesi & Guespin⁵⁰, para designar os diversos enfoques que uma sociedade tem da ação sobre a língua, conscientes ou não. No entanto, o termo não obteve sucesso na academia, já que sua essência não contribui significativamente para o campo conceitual (CALVET, 2007, p. 17).

Quando ações de administração de assuntos relacionados à língua são propostas, todo um aparato é necessário como suporte. Este aparato pode ser relacionado a atitudes por parte do governo ou por parte dos usuários da língua. O que Calvet (2007, p. 62) chama de *equipamento das línguas* diz respeito às funções que uma língua pode ou não desempenhar na sociedade. São *equipamentos* que podem incrementar a escrita, o léxico, ou promover uma padronização, reduzindo a dialetização. Por exemplo, uma língua ágrafa não poderá ser veículo para uma campanha de alfabetização ou uma língua falada por mínima parte de uma nação ser considerada como língua de unificação. Contudo, se porventura estas línguas forem desejadas para cumprir as funções políticas citadas, será necessário *equipá-las*, reduzindo seus deficit. No caso, seria necessário atribuir um alfabeto para a língua ágrafa e difundir a língua minoritária para o maior número de falantes daquele país. As políticas linguísticas teriam a função de promover estas ações, partindo de um estudo prévio de reflexão para consequente ação.

As línguas sempre mudaram, mas nem sempre sob a intervenção política do Estado. Muitas vezes são as práticas sociais, em resposta às necessidades de um povo, que alavancam a mudança. Deste modo, podemos entender que a mudança pode ocorrer a partir das práticas sociais dos usuários ou a partir de ações de autoridade por parte do governo.

As diferentes formas de intervenção nas práticas linguísticas são classificadas por Calvet (2002) como intervenções *in vitro* ou *in vivo*. As intervenções *in vitro* são aquelas que ocorrem por meio de decretos e leis, ou seja, são abordagens de poder, de atos de autoridade. São geralmente concebidas em laboratórios, apresentadas ao Estado, que delibera sobre sua aplicação. As intervenções *in vivo* referem-se ao modo como os usuários resolvem problemas de comunicação que venham a surgir

⁵⁰ GUESPIN & MARCELLESI. **Pour la glotopolitique**. In.: Languages, 1983, n. 83.

durante as práticas comunicativas diárias. Surgem por meio da escolha dos indivíduos, sem influência direta do Estado. Influenciam nas formas da língua e na identidade de um grupo. Em situações de intervenção *in vitro*, podem surgir situações *in vivo*, para adaptação dos novos parâmetros impostos, mostrando certo poder democrático dos usuários com relação às imposições do Estado. Ainda segundo Calvet:

Os instrumentos de planejamento linguístico aparecem portanto como a tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que sempre se manifestam *in vivo*. E política linguística vê-se então diante, ao mesmo tempo, dos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas que são frequentemente postas em prática pelo povo, bem como do problema de certo controle democrático, a fim de não deixar os “decisores” fazerem o que bem entendam. (2002, p. 71).

Como exemplo de interferências *in vitro*, há o caso da imposição da língua wolof na Casamansa, Senegal, língua veicular dominante, mas rejeitada pela população. As línguas aproximativas, os *pidgins*, são exemplos de interferências *in vivo*, uma vez que são o produto de uma prática social.

Outro instrumento importante para o planejamento linguístico é o *ambiente linguístico*, que se caracteriza pela presença ou ausência das línguas na forma oral ou escrita na vida cotidiana de uma comunidade. De certa forma, é uma marcação de território, produto de práticas espontâneas ou planejadas, fornecendo uma leitura semiológica da sociedade, com a exposição ou ocultamento de alguma língua presente no espaço (CALVET, 2002, p. 73). A tentativa de promoção de um alfabeto, redigindo placas em determinado idioma que não o dominado pela maior parte das pessoas, por exemplo, não garante que as placas sejam lidas, mas garante o título de língua escrita àquele idioma, fruto da escolha política do governo.

Um último ponto a ser considerado são as *leis linguísticas*. Citando novamente Calvet:

Quando uma decisão é tomada, uma opção é escolhida, é preciso fazer com que ela se encaixe nos fatos. Ao contrário da gestão *in vivo*, na qual a mudança se propaga na prática dos falantes por uma forma de consenso que é necessário estudar com precisão, a gestão *in vitro* deve, por sua vez, se impor aos falantes e, para isso, o Estado dispõe essencialmente da lei. [...] As políticas linguísticas são geralmente repressoras e precisam, por essa razão, da lei para se impor: *não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico*. (2002, p. 74-75).

O autor ainda cita que há possibilidades diferenciadas de entendimento do conceito de *lei linguística*. A primeira definição está ligada com as leis que se ocupam da *forma* da língua, que buscam fixar uma ortografia, por exemplo. A segunda definição faz referência ao *uso* das línguas, fixando uma língua nacional ou de trabalho, por exemplo. O último conceito apresentado é o das leis que se ocupam da *defesa* das línguas, com atitudes que visem à promoção da língua no espaço internacional ou protegendo-a como um bem ecológico.

Com relação ao Brasil, segundo dados do *site* do I Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues (Florianópolis, UFSC, 2015), algumas ações políticas estão sendo implementadas visando ao reconhecimento de direitos culturais e linguísticos de povos multilíngues ou plurilíngues, como é o caso dos falantes de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Em 2002, após votação de lei ordinária da Câmara de Vereadores do município, três das línguas faladas no território passaram a ser reconhecidas como cooficiais, juntando-se ao português: o baniwa, o nheengatu e o tukano. Após isso, com base na ação do município amazonense, outros treze municípios brasileiros também cooficializaram suas línguas, passando também a ser considerados como municípios plurilíngues.

Na figura a seguir, a representação dos municípios brasileiros plurilíngues e as respectivas línguas cooficializadas:

Município-UF	Língua(s)
São Gabriel da Cachoeira-AM	Nheengatu, Baniwa e Tukano
Tocantínia-TO	Akwê Xerente
Bonfim-RR	Macuxi e Wapichana
Tacuru-MS	Guarani
Pancas-ES	Pomerano
Santa Maria de Jetibá-ES	Pomerano
Domingos Martins-ES	Pomerano
Laranja da Terra-ES	Pomerano
Vila Pavão-ES	Pomerano
Canguçu-RS	Pomerano
Serafina Corrêa-RS	Talian
Antônio Carlos-SC	Hunsrückisch
Santa Maria do Herval-RS	Hunsrückisch
Pomerode-SC	Alemão

FIGURA 2: MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE COOFICIALIZARAM LÍNGUAS⁵¹

⁵¹ Fonte: <http://1enmp2015.blogspot.com.br/p/1-enmp.html>. Acesso em 19 set. 2015.

Contudo, ainda há mais de cem municípios espalhados pelo território que têm maiorias ou amplas minorias falantes de outras línguas que não o português, mas que ainda não passaram por processo de oficialização e, portanto, ainda são considerados como municípios multilíngues⁵².

É importante considerar o papel fundamental do linguista nos processos de política e planejamento de línguas. É ele quem pode indicar o que é tecnicamente possível ser feito ou que pode ser aceitável pelos falantes, por meio de pesquisas científicas de descrição de língua e das situações sociais em questão, e também da consideração dos sentimentos que os falantes têm dos idiomas que permeiam suas práticas discursivas.

A seguir, apresentaremos parte da história social e política da Península Ibérica, para dar conta de entender as relações motivadas por políticas linguísticas que buscaram desenvolver o bilinguismo luso-castelhano em estudo.

⁵² Para mais detalhes, sugerimos a leitura de trabalhos da professora Rosangela Morello (UNIR) e do professor Gilvan Mueller de Oliveira (UFSC).

CAPÍTULO II – A PENÍNSULA IBÉRICA E O CASTELHANO DE PORTUGAL

Com a finalidade de contextualizar o tema em pesquisa, serão apresentadas nesta unidade algumas discussões sobre os processos de formação da Península Ibérica e os movimentos sociais que permeiam o ambiente de surgimento do português e do espanhol – e, conseqüentemente, do castelhano de Portugal. Consideraremos como estudos norteadores especialmente os de Paul Teyssier (1997) e os de Vázquez Cuesta (1986).

2.1 A HISTÓRIA SOCIAL E LINGÜÍSTICA DA PENÍNSULA IBÉRICA

A maioria das línguas que compõe o espaço atual da Península Ibérica – o galego, o português, o castelhano, excetuando-se o basco – é originada a partir do processo de romanização do espaço, com acréscimo do substrato indoeuropeu característico de cada localidade mais superstratos germânicos e adstratos vizinhos. Como diferentes povos habitaram a Península Ibérica antes da colonização do Império Romano (ver mapa 2), variadas foram as contribuições para o substrato local no processo de formação das línguas atuais⁵³. A variedade de povos que habitaram o local, cada um com suas características linguísticas peculiares, contribuirá tanto para a formação dos falares regionais como para a futura constituição das línguas de estado, com variedades para um mesmo código.

⁵³ Especial consideração aos estudos de Areán-García (2009) para o tema.



MAPA 2: POVOS PRÉ-ROMANOS⁵⁴

A colonização da Península Ibérica tem início em 210 a.C., como empreendimento da expansão do Império Romano. O processo teve início na região do litoral mediterrâneo, partindo para o interior da península e, por último, para o norte e nordeste. A Península é inicialmente dividida em duas províncias, a Hispania Citerior (região nordeste) e a Hispania Ulterior (sudoeste). No ano de 27 a.C., Augusto divide a Hispania Ulterior em duas províncias: A Lusitânia e a Bética. Posteriormente, a parte da Lusitânia chamada de Gallaecia é anexada à província tarraconense, antiga Hispania Citerior. Cada província subdivide-se e aí vão sendo geradas as diversas circunscrições. Todos os povos que habitavam a Península, com exceção dos bascos, adotaram o latim como língua.

Durante esse processo de romanização, foram inseridos paulatinamente nos povos autóctones elementos reguladores da vida social de origem romana, os quais

⁵⁴ Disponível em: <http://bachiller.sabuco.com/historia/images/Pueblos%20prerromanos.jpg>. Acesso em 30 dez 2013.

eram desconhecidos pelos povos que habitavam o local: os princípios do direito romano, a língua latina, regras de organização militar, civil e política. Esses elementos foram aos poucos tendo de ser assimilados, efetivando a colonização e salvaguardando o estatuto do Império Romano.

A inserção da língua latina começa a desencadear um período diglótico na região. Para Monteagudo (1999, p. 56), a diglossia acabou gerando um processo massivo de assimilação linguística, o que culminou na morte de diversas línguas faladas pelos povos autóctones, especialmente na parte ocidental do Império. O latim se sobrepôs às línguas locais, mas em períodos temporais diferentes, o que indica que não houve unidade linguística total durante o processo de romanização. Além disso, ao terem de usar o latim, os diferentes povos devem tê-lo feito com seus próprios princípios articulatórios e agregando léxico de sua língua materna, o que resultou em variedades linguísticas dialetais.

Com a criação de vias para circulação, há uma consequente possibilidade de interação entre os diferentes povos, o que acabou por gerar interferências linguísticas dos mais variados tipos pelo contato de línguas. Além disso, é a norma vulgar do latim a que se faz mais presente nas províncias, já que é a falada pelos funcionários do exército e por colonos civis e militares, que são os romanos que tinham maior contato direto e interação com as populações autóctones. Esse processo de contato de línguas é fundamental para a estruturação futura dos idiomas da Península.

Com o enfraquecimento da dominação do Império Romano no final do século IV, as migrações de povos não romanos para o espaço começam a despontar, movimento que dura aproximadamente dois séculos. Segundo Areán-García (2009), começam a chegar vândalos, povos germânicos e orientais linguisticamente ligados ao gótico, divididos em ásdigos e sílingos; suevos, povos germânicos ocidentais; e alanos, de origem indo-iraniana. Os suevos e ásdigos seguiram para a Gallaecia, os alanos para a Lusitânia e os sílingos para a Bética. Posteriormente, chegaram os visigodos, vindos do sul da Escandinávia, dizimando os sílingos e perseguindo os alanos e ásdigos, obrigando-os a se fixarem na região de Vandalusia (atual Andaluzia). De acordo com Mariño Paz (1998, p. 59)⁵⁵, *apud* Areán-García (2009, p. 30), os povos ásdigos, que inicialmente se instalaram na Gallaecia, juntamente

⁵⁵ MARIÑO PAZ, R. **História da língua galega**. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.

com os suevos, se deslocaram para a região entre os rios Douro e Tejo em 411; em 419 para o sul da Bética; e, posteriormente, para o norte da África, sendo perseguidos pelos visigodos e pelas milícias do Império Bizantino. Em 534, a região de Vandalusia é tomada pelo Império Bizantino, com o objetivo de destruir o reino vândalo.

O mapa a seguir ilustra as zonas de imigração na Península:



MAPA 3: ZONAS DE IMIGRAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: <http://bachiller.sabuco.com/historia/images/Hispania%20Bajo%20Imperio.jpg>. Acessado em 30 dez 2013.

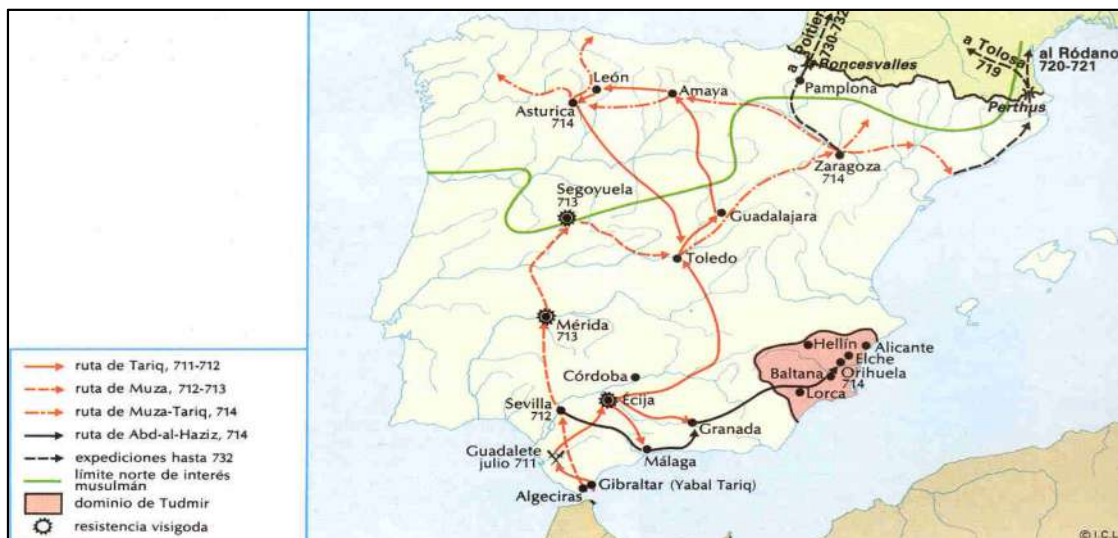
A formação dos reinos germânicos influencia diretamente na formação dos espaços linguísticos românicos ao quebrar as linhas de comunicação com as diversas áreas imperiais. No caso da Hispânia, de acordo com Teyssier (1997, p. 5), os suevos e os visigodos tiveram papel negativo, pois com eles a unidade romana é rompida definitivamente e as forças centrífugas vão ponderar sobre as de coesão. Mariño Paz (1998, p. 70)⁵⁷ *apud* Areán-García (2009, p. 31) ainda cita que o analfabetismo dos povos germânicos contrastava fortemente com a tradição romana; além disso, a cristianização destes povos e a grande importância política adquirida pela Igreja Católica entre os visigodos durante os séculos VI e VII, foram os principais fatores que levaram o latim a se consolidar na Península Ibérica, mesmo diante das línguas dos povos dominantes.

No século VI, teve início uma grande expansão dos domínios árabes, motivada pelos ideais da região islâmica. Após a morte de Maomé, em 632, inicia-se processo de invasões que vão desde a Síria, a Palestina, o Egito e a Líbia, passando em seguida para toda a África do Norte. Os árabes conseguiram seus feitos por encontrarem o Império Persa e o Império Bizantino um tanto quanto enfraquecidos e também por se depararem com populações oprimidas em espaços conquistados e situações de conflitos religiosos entre judeus e cristãos em diversas áreas.

Na Península Ibérica, a expansão do domínio árabe se inicia por volta de 711, especialmente encabeçadas por Tariq e Muza. No ano seguinte, os árabes conquistam Toledo e logo dominaram quase toda a Península.

A duração do domínio dos árabes variou muito de região para região, sendo que Granada fora a última região a ser novamente terra de cristãos, apenas no século XV. O mapa a seguir apresenta as informações sobre a expansão do domínio árabe:

⁵⁷ Op. Cit.



MAPA 4: CONQUISTAS MUÇULMANAS NA PENÍNSULA IBÉRICA⁵⁸

A não aceitação da imposição da religião dos árabes em detrimento do cristianismo foi, sem dúvida, o aspecto mais relevante para o distanciamento das comunidades árabes das românicas e também no distanciamento com relação aos aspectos sobre a língua. No caso dos visigodos, a consequência da resistência foi tamanha a gerar dois grupos distintos dentro da população: os *moçárabes*, cristãos que utilizavam a língua árabe, e os *muladíes*, cristãos convertidos ao islamismo, mas que mesmo assim se comunicavam por meio da língua romance. Contudo, no geral, tanto os muçulmanos como os moçárabes cultos eram bilíngues. (MENÉNDEZ PIDAL, 1964, p. 418)

Sevilha foi, sem dúvida, um dos maiores centros de cultura árabe. Foi nesse espaço que se desenvolveram os campos da medicina, direito, filosofia, história, astronomia, teologia e letras⁵⁹. No cenário da Península, destacam-se também a construção de palácios, mesquitas, jardins, e a confecção de arabescos, com base em traços avançados de geometria e cálculos algébricos. Contudo, mesmo os árabes dominando técnicas e habilidades científicas muito mais elaboradas que as dos povos românicos, a língua árabe não logrou prestígio suficiente para prevalecer sobre a língua romance (MENÉNDEZ PIDAL, 1964, p. 415).

⁵⁸ Disponível em: <http://bachiller.sabuco.com/historia/images/Conquista%20musulmana.jpg>. Acessado em 30 dez. 2013.

⁵⁹ Obras como “As mil e uma noites”, “Ali Babá e os quarenta ladrões”, são exemplos de obras árabes da época.

Segundo Saraiva (1999, p. 34), as variações do domínio árabe em cada região repercutiram diretamente na intensidade da influência da cultura do povo sobre as populações peninsulares. Porém, a influência, no campo da linguagem, foi um tanto quanto limitada, uma vez que não são constatadas influências na sintaxe e o léxico incorporou apenas um número aproximado de 800 vocábulos.

Ainda segundo Saraiva (1999, p. 33), o que realmente teve impacto marcante na formação das atuais línguas na península Ibérica foi o processo de reconquista dos territórios peninsulares pelos cristãos, após a quebra do Império Árabe, e os enfraquecimentos políticos por conta da distância dos centros de governo árabe com relação às demais partes conquistadas da Península.

Muitas batalhas foram ocorrendo neste espaço de tempo em diversas regiões da Península, sendo os árabes atacados pelos cristãos que buscavam a reconquista do território.

2.1.1 A Reconquista

O movimento da Reconquista teve início no século VIII⁶⁰ e buscava recuperar as terras perdidas dos cristãos ibéricos para os invasores muçulmanos. Os árabes resistiram bravamente às investidas dos cristãos. É importante destacar que os muçulmanos não haviam logrado êxito na ocupação do norte da Península: é neste cenário que surge a figura de Dom Pelágio.

Após a tomada da península pelos muçulmanos, D. Pelágio e outros nobres visigodos foram presos por ordem de líderes árabes no ano de 716 e enviados para a sede do reino muçulmano em Córdoba. No entanto, D. Pelágio consegue fugir e se abriga no norte, em Astúrias, área não dominada pelos árabes. Em 718, o nobre reúne um grupo de fiéis seguidores e inicia o movimento da Reconquista, inicialmente com batalhas em pequenas vilas. Em 722, os líderes árabes enviam tropas militares para aniquilar os revoltosos. Contudo, D. Pelágio, mesmo com

⁶⁰ Como sugestão de leitura para o tema, indicamos as seguintes obras: AFONSO, A. M. **Curso de história da civilização portuguesa** - 8ª ed. - Porto: Porto Editora, 1972; e REILLY, B. F. **Cristãos e muçulmanos: a luta pela Península Ibérica**. Lisboa, Teorema, 1998.

contingente inferior de soldados, vence a luta nas montanhas de Cavadonga, luta em que sobreviveram apenas 10 soldados. A vitória cristã impulsionou outras batalhas, em que foram mortos centenas de mouros e recuperados inúmeros reinos ibéricos.

Desse modo, o primeiro reino cristão formado após a Reconquista foi o reino de Astúrias. Em seguida, é reconquistado o Reino de Leão. No início do século X, é a vez da província de Navarra tornar-se independente, assim formando o Reino de Navarra. No século XI, Sancho de Pamplona, rei de Navarra, anexa ao seu território o reino de Castela. Ao morrer, os estados foram divididos a seus três filhos e o condado de Aragão e de Castela são elevados à categoria de reinos. O reino de Castela e, mais tarde, o reino de Leão, são incumbidos a Fernando I, que liderou muitas batalhas contra os árabes, reconquistando muitas terras, como Coimbra, chegando até o Rio Mondego. Fernando I fixa um território a que designa de Portugal, a partir do condado Portucalense, no espaço que compreendia o território entre o Douro e o Mondego, separando-o dos outros territórios da Galiza. Ao falecer, os domínios de Fernando I passam a seus filhos, tendo Sancho ficado com Castela, Afonso VI com Leão e Astúrias, e Garcia com a Galiza e o condado de Portugal, transformando-os no reino independente da Galiza. Por divergências entre os irmãos, Sancho acaba morto por Afonso VI, que destrona Garcia, une os estados pertencentes a seu pai e se torna rei de Leão, Castela e Galiza. Em 1031, Afonso conquista Toledo e fixa ali uma capital.

Entretanto, em 1086, há reação dos árabes contra os cristãos, que são derrotados pelos mouros em Sagrajas, próximo a Bandajoz. A oeste, os cristãos tomam Santarém, Lisboa e Sintra. Em 1110, os árabes conseguiram novamente ocupar Santarém, que permanece no poder dos mouros até 1147, quando D. Afonso Henriques reconquista o espaço.

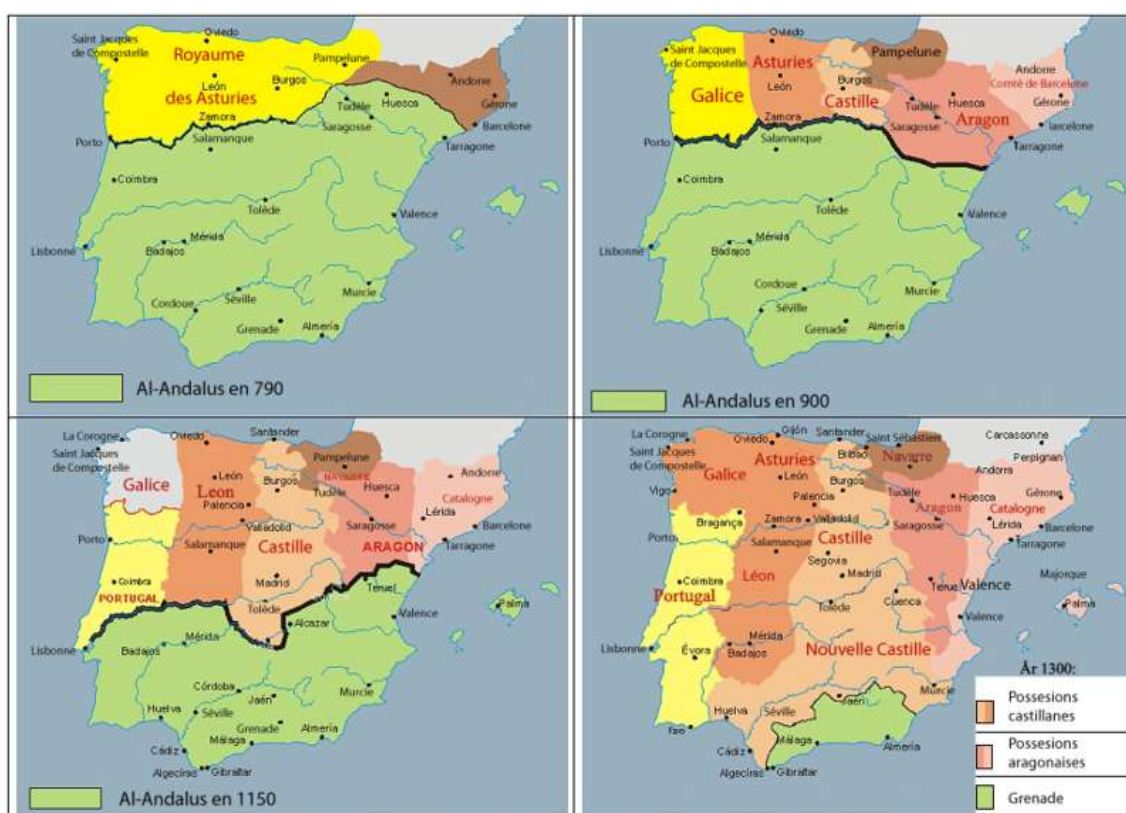
Pela necessidade de apoio, Afonso VI chama para auxiliar em suas empreitadas Raimundo de Borgonha, um nobre filho do conde de Borgonha. Raimundo se casa com D. Urraca, filha do rei de Leão, e recebe assim todo o reino da Galiza até o Tejo. Em seguida, chega D. Henrique, irmão do duque de Borgonha, que se casa com D. Teresa, filha ilegítima de Afonso VI, e recebe o governo da província portucalense, a qual fazia parte do reino da Galiza – terra que seu filho, Afonso Henriques, expande e a torna reino independente.

O reino de Galiza passa a corresponder apenas ao território ao norte do Minho, ficando, com o tempo, um tanto quanto dependente do Reino de Castela. Portugal se torna um estado independente do poder castelhano.

A Reconquista segue pelos reis de Portugal, Castela, Aragão e pelos condes de Barcelona.

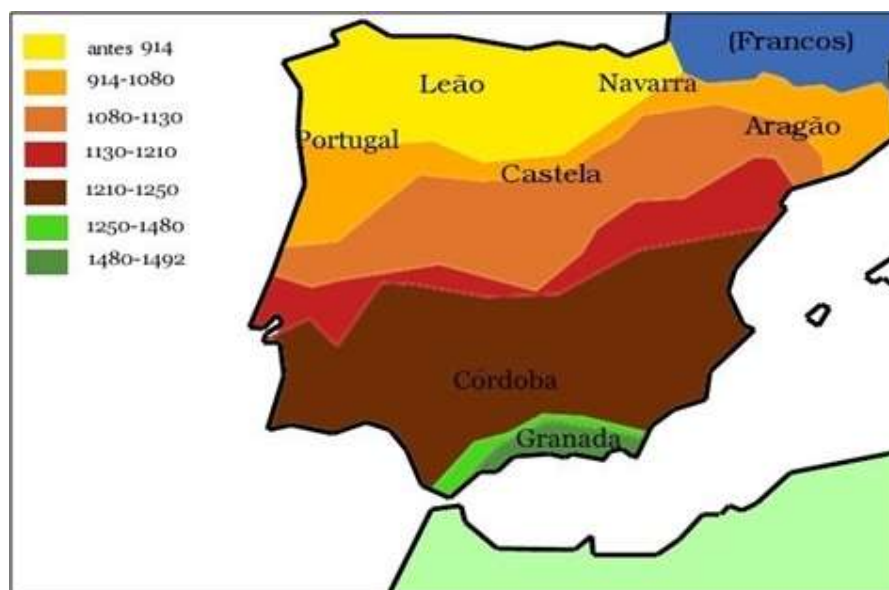
No território de Portugal, a Reconquista acaba quando da tomada da cidade de Faro por D. Afonso III, em 1249. No espaço correspondente à Espanha, o processo da Reconquista foi mais demorado, se estendendo por cerca de sete séculos, terminando apenas em 1492, com a tomada pelos cristãos do reino muçulmano de Granada.

Os mapas a seguir ilustram a evolução das conquistas cristãs sob os domínios dos árabes na Península Ibérica ou Al-Andalus, na denominação árabe:



MAPA 5: DOMÍNIOS ÁRABES⁶¹

⁶¹ Disponível em: <http://www.libreria-mundoarabe.com/Boletines/n%BA68%20Feb.09/AndalusiesMudejaresMoriscos.htm>. Acessado em 2 jan. 2013.



MAPA 6: EVOLUÇÃO DA CONQUISTA CRISTÃ⁶²

Tendo findado a Reconquista, os reinos de Leão, Galiza, Castela, Navarra e Aragão iniciam movimento de unificação. A união dos reinos estaria organizada sob a liderança de um mesmo rei, mas cada qual com certa autonomia administrativa e econômica. Mais tarde, o espaço de unificação recebe o nome de Reino da Espanha. Iniciam-se as tentativas de expansão territorial dos reinos da Espanha e de Portugal, por meio do desbravamento marítimo, visando à conquista de terras no Norte da África, onde estavam localizados importantes centros comerciais. Paralelamente a isso, inicia-se a época dos descobrimentos.

Com relação às línguas, a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos fundamentais na formação das três línguas peninsulares: o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Segundo Teyssier (1999,7, p. 6), as três línguas, nasceram no norte, em processos de modificação do latim, e foram levadas para o sul durante a Reconquista. Em 1350, quando se extingue a escola literária galego-portuguesa, assim como por questões de divisão política, o português se separa do galego e torna-se a língua de um país.

⁶² Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ARconquista.jpg>. Acessado em 31 dez. 2013.

2.1.2 O período da monarquia dual

Explicados os processos históricos envolvidos na formação dos reinos de Portugal e Espanha, passamos agora a apresentar o que de fato motivou o desenvolvimento do castelhano de Portugal estudado nesta Tese: o período em que Portugal e Espanha estiveram sob o governo de um mesmo rei, período conhecido como “União Dinástica” ou “União Ibérica”.

A monarquia dual teve início em 1580 e perdurou até 1640, no espaço compreendido entre a Península Ibérica e os Pirineus.

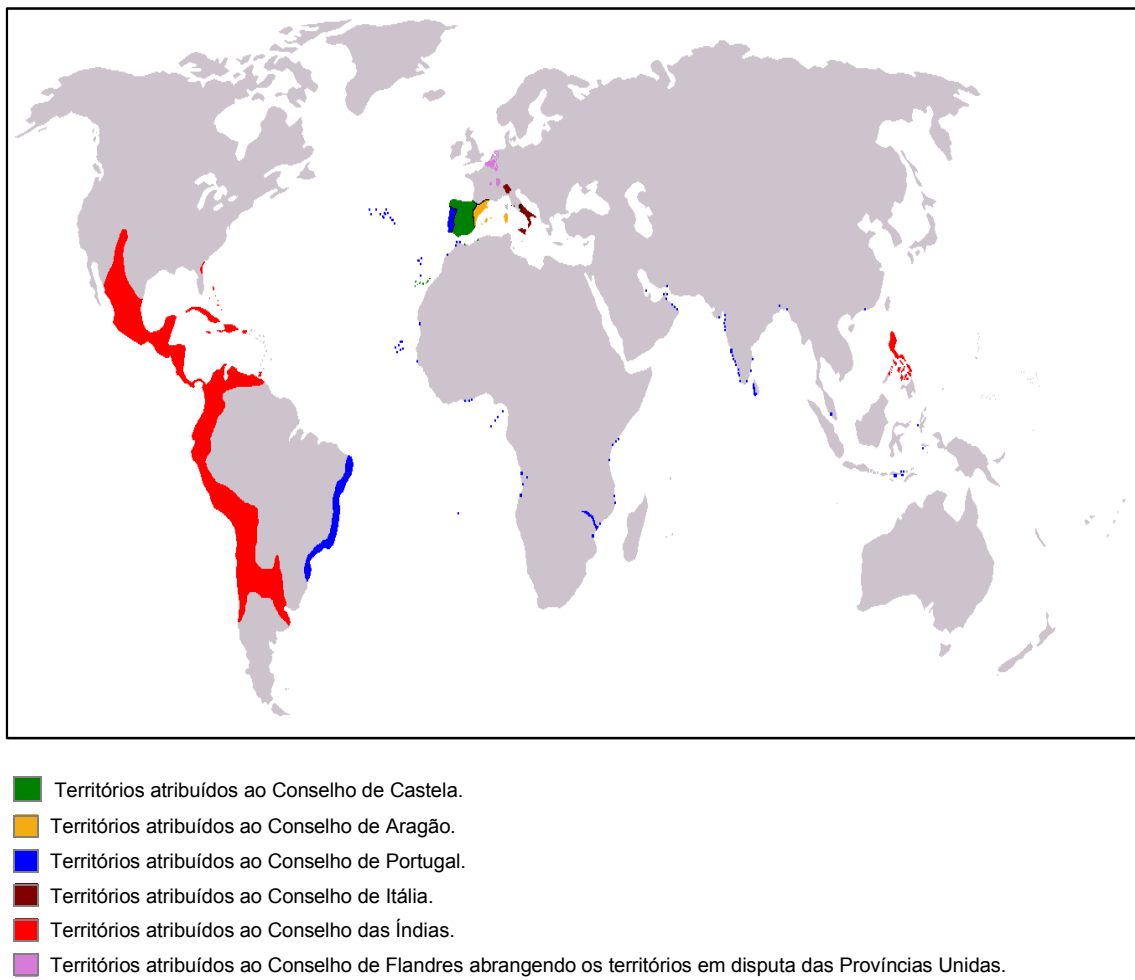
Quando o então rei de Portugal, D. Sebastião, é morto na Batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, batalha em que fora solicitada sua ajuda para que Mulay Mohammed recuperasse o trono, tem início uma crise de sucessão para a ocupação do posto de rei de Portugal, já que D. Sebastião era ainda muito jovem, solteiro e não teve filhos. Pela proximidade de parentesco e de acordo com as regras para sucessão, o posto foi passado ao cardeal D. Henrique, em 28 de agosto de 1578. No entanto, por ser de ordem religiosa e por já ter idade elevada (70 anos), era evidente que o governo de D. Henrique não duraria por muito tempo. Com sua morte, em 31 de janeiro de 1580, uma nova crise de sucessão se instaura. Três descendentes da família real, netos de D. Manuel I, parentes de quinto grau de D. Sebastião, reivindicam o trono: D. Catarina, infanta de Portugal e duquesa de Bragança, Antonio, prior do Crato, e Filipe II, rei da Espanha.

Filipe foi o mais apoiado para assumir o posto, mesmo com algumas manifestações contrárias, especialmente por ser estrangeiro, bem como por conta de algumas batalhas travadas pelo prior do Crato em determinadas localidades contra a decisão. Mesmo assim, em 1581, Filipe II de Espanha foi coroado Filipe I de Portugal, iniciando então a Terceira Dinastia – a Dinastia de Habsburgo.

Filipe, mesmo governando dois reinos, manteve certa autonomia a Portugal, permitindo ao reinado, por exemplo, a continuar com suas moeda própria, leis e a utilizar a língua portuguesa. Em seu governo, Portugal também conseguiu prosperidade econômica e vivia em paz. O mesmo aconteceu quando do governo de seu filho, Filipe II de Portugal e III da Espanha.

A União Ibérica, com a união de dois grandes e poderosos reinos, é considerada como um dos impérios mais vastos e importantes, já que, com os

descobrimientos, muitas áreas pelo mundo pertencem a Portugal ou a Espanha. No mapa a seguir, a representação das áreas de domínio da monarquia dual:



MAPA 7: TERRITÓRIOS CONJUGADOS DA UNIÃO IBÉRICA EM 1598⁶³

Todavia, no reinado de Filipe III de Portugal e IV da Espanha, a situação política de Portugal começa a ficar complicada. A corte estava envolvida em muitas batalhas contra a Inglaterra e contra a França – onde muitas vidas de portugueses haviam sido dizimadas – e relações comerciais ficaram enfraquecidas. O descontentamento da população era geral, também por terem de pagar altos impostos ao governo espanhol. O descontentamento acabou por gerar inúmeras

⁶³ Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3APhilip_II's_realms_in_1598.png. Acesso em 31 dez. 2013.

revoltas populares, como a Revolta do Manuelito e o Motim de Évora, reprimidas com violência pelo governo espanhol.

O sentimento de revolta começou a se espalhar por todo o Portugal e é então que um grupo de nobres decide instaurar um golpe de estado e aclamar a independência de Portugal. O nobre escolhido para ser o novo rei foi D. João, duque de Bragança, neto de D. Catarina, que havia sido candidata ao trono quando Filipe II de Espanha assumira, em 1580.

A data escolhida para o golpe foi o dia 1 de dezembro de 1640, já que na oportunidade muitos nobres espanhóis que formavam parte da corte portuguesa estavam em deslocamento para a Espanha, pela iminência do Natal, e também por as tropas espanholas estarem em função de outras guerras, como a Revolta da Catalunha. Os reacionários invadiram de surpresa o Palácio da Ribeira, em Lisboa (o Palácio Real), prenderam a Duquesa de Mântua, Margarida de Saboia, a vice-rainha de Portugal, obrigando-a a dar ordens às suas tropas para se renderem, e matando por defenestração Miguel de Vasconcelos, o Secretário de Estado. Dom João IV é aclamado rei de Portugal.

As relações de paz com a Espanha voltaram a se estabelecer em 1668, após acordo firmado entre Afonso VI de Portugal e Carlos II da Espanha, no Tratado de Lisboa, fechando o ciclo de 30 anos de guerras pela restauração da independência de Portugal.

2.1.3 A origem do bilinguismo luso-castelhano

A influência da língua e da cultura castelhanas em Portugal é, na verdade, anterior ao governo dos Filipes. Desde o século XV, o castelhano já era considerado como língua de prestígio em toda a Península Ibérica, antes da anexação de Portugal à Espanha.

O Tratado de Alcáçovas, em 1479, pode ser considerado como marco do início da influência espanhola sobre Portugal. O Tratado visava pacificar relações entre Portugal e os reinos de Castilha e Aragão e negociar questões da dinastia castelhana por meio de convênios e matrimônios.

Outro marco a ser considerado é a publicação do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, em 1516. A compilação de poemas, com temática palaciana ou religiosa, conta, em sua maioria, com poemas escritos em português, mas também inclui inúmeros escritos em espanhol. O *Cancioneiro* segue os padrões das compilações castelhanas, como as empregadas no *Cancioneiro Geral*, de Hernando de Castillo, em 1511.

Entretanto, o principal motivador para a formação da unidade diglósica foram os matrimônios entre famílias reais portuguesas e castelhanas. No período entre 1498 e 1578, quatro rainhas espanholas, três como esposas de D. Manuel I (D. Isabel, D. Maria, D. Leonor) e a esposa de D. João III (D. Catarina), presidiram a corte portuguesa. Todas as quatro rainhas mantinham tradição aos costumes espanhóis e o castelhano como idioma de comunicação. Além disso, a corte de damas, os confessores, os súditos, seguiam os desejos das rainhas, compartilhando do prestígio concedido ao castelhano.

Também há que se considerar a influência religiosa para a inserção do espanhol no espaço português. Grande quantidade de religiosos espanhóis chegava a Portugal para atuar como professores e confessores de membros da família real. No ensino, também há que se destacar a influência da Universidade de Salamanca. A língua de ensino na Espanha, assim como em toda a Europa, era o latim. Contudo, quando D. João III reforma o ensino universitário em Portugal (1537 – 1547), solicita professores espanhóis, “servindo para aumentar ainda mais a provinciana admiração por tudo o que fosse espanhol que (...) experimenta o Portugal pré-filipino”. (VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 42)

Deste modo, há uma grande influência castelhana na cultura e na língua. Os autores portugueses também se sentem influenciados e passam a escrever em espanhol.

O século XV é uma época brilhante para as letras castelhanas, que adquirem então um grande prestígio. Pelo contrário, Portugal, cuja língua tinha sido utilizada antes por todos os poetas líricos da Península, assiste ao enfraquecimento de seu prestígio cultural. (...) Os portugueses, mesmo quando escrevem em sua língua, assimilam os hábitos, os gostos, o estilo dos castelhanos. (TEYSSIER, 2005, p. 352)

Muitas obras do português foram traduzidas ao espanhol. O teatro em castelhano invade o espaço português, com obras escritas por castelhanos ou pela tradução de peças portuguesas ao espanhol. Talvez fosse o único modo de o teatro

poder ser representado ou ter público, se encenado na língua considerada como de maior prestígio social no momento.

Teyssier (2005) cita que:

O bilinguismo dos escritores portugueses é, conseqüentemente, um aspecto particular de um fenômeno muito geral. A unidade cultural da Península estava tão bem próxima de constituir uma realidade. Esta hispanização de Portugal, sublinhe-se, não priva os contemporâneos portugueses da sua personalidade e da sua originalidade, e nem tampouco os impede de assumir sua independência como povo. (2005, p. 352)

Gil Vicente, escritor português, tema de pesquisa de Teyssier (2005), é um exemplo de autor que se mostrava convicto que o uso do castelhano não atrapalharia seu reconhecimento como patriota português. Para Gil Vicente, as línguas eram tratadas como domínios diferentes, perfeitamente diferenciados, sem que houvesse por ele motivo de perturbação ou remorso. (TEYSSIER, 2005, p. 353)

Nas palavras de Gil Vicente, na *Floresta de enganos*, citadas por Teyssier, encontramos um trecho em que se nota o sentimento nacionalista do autor (2005, p. 352-353):

*“Agora nos faria o demo
a nós outros castelhanos?
Queria antes ser lagarto,
Pelos sanctos evangelhos!”*

*“Ora, m’enganava tanto
que cuydey que éreis vós santo
e vós falais castelhano.”*

No entanto, os maiores representantes do nacionalismo linguístico português são os escritores humanistas posteriores a Gil Vicente. Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão, redigem tratados gramaticais que têm por objetivo defender e ilustrar a língua portuguesa⁶⁴. Nos versos de Diogo Bernardes, citados

⁶⁴ Fernão de Oliveira é autor da “Grammatica da Lingoagem Portuguesa” (1536); João de Barros escreve a “Grammatica da Lingua Portuguesa”, em 1539-40. Duarte Nunes de Leão é autor de “Ortographia”, de 1576, Origem da Lingua Portuguesa (1606). Além dessas obras, há outras inúmeras obras despontando, tanto sobre ortografia como na área da lexicologia.

por Teyssier (2005, p. 352), encontramos um exemplo de manifestação convicta com relação ao idioma português:

*“Pois dando à pátria tantos versos raros,
um só nunca lhe deu em língua alheia.”*

Teyssier (2005) questiona como Gil Vicente e os demais escritores da época aprenderam o espanhol e como o utilizavam no dia a dia. Como naquela época a estrutura do português e a do espanhol ainda eram semelhantes, um português que aprendesse o espanhol não aprendia uma língua totalmente estrangeira, apenas submetia sua língua a uma espécie de transposição. De fato, nas questões estruturais da língua, como na sintaxe e na morfologia, há bastante semelhança entre os sistemas. As diferenças se acentuavam nos pormenores, como cita Teyssier, referindo-se, provavelmente, ao léxico.

O espanhol entrava em Portugal como língua escrita e também como língua falada. Como eram impressas mais obras em castelhano que em português, a população leitora tinha facilidade em ter contato com o material em castelhano. Como língua oral, o meio mais propício para o contato eram as relações diretas com o povo da corte, seja com os nobres ou com seus inúmeros servos.

O *status* social que o espanhol acabou recebendo foi o de língua falada pelas classes mais elevadas, gozando de prestígio social.

Falada pela alta sociedade da época, era língua nobre, distinta, refinada. Assim, a hispanização linguística de Portugal, quer era nula, ou muito reduzida, entre o povo miúdo, acentuava-se à medida que se ascendia nos círculos mais elevados da aristocracia e da corte. (TEYSSIER, 2005, p. 354)

Para Vázquez Cuesta (1986), as relações diglósicas naquele espaço induzem o português para posição inferior, falada nos contextos domésticos e familiares e menos usada na literatura, enquanto que o espanhol passa a ser a língua da política e da grande literatura, a língua da cultura. O uso das línguas, então, estava definido por critérios sociais e linguísticos.

A maioria dos escritores portugueses passa a escrever nos dois idiomas, como Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões, enquanto outros chegam a utilizar apenas a língua espanhola, como é o caso de Jorge de Montemor, que muda seu

próprio nome para Montemayor, castelhanizando o vocábulo. Conforme Sousa (2008), o uso do espanhol é tão geral que em muitas obras atuais são citadas obras escritas em castelhano como se fossem clássicos da literatura portuguesa.

A referência mais encontrada para explicar o uso do espanhol nos contextos citados faz menção ao caráter de universalidade do idioma, sendo o espanhol a língua mais comum das duas e seu uso possibilitaria ampliar o público leitor das obras. A seguir, algumas justificativas compiladas por Vázquez Cuesta (1986), em que os autores justificam por que optaram pelo uso do espanhol em seus textos.

A primeira diz respeito a um trecho de um relato de viagem publicado em 1610, de um autor anônimo português. O autor explica os motivos de ter transformado o texto escrito em português originalmente em língua castelhana, para tornar seu livro mais público:

Primero escribí estas relaciones en mi lengua materna portuguesa (...), y queriendo imprimir por licencia que ya para ello tenia mudé de parecer, obligado de la instancia y consejo de amigos, púselo en lengua castellana (...), juzgando que en esta lengua quedaba más comunicable y mi patria antes recibía sevicio que ofensa; no dudo que como va escrito en lengua no propia lleve el estilo y habla muchas impropiedades que tú, cándido lector, corregirás con tu prudencia y saber. (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 119)

No segundo exemplo, um trecho de *Flores da Espanha, Excelências de Portugal*, de D. António de Sousa Macedo (1631), mais uma vez o caráter de universalidade fica evidente:

Y perdonad si, dejada la excelente lengua portuguesa, escribo en la castellana, porque como mi intento es pregonaros por el mundo todo, he usado por más universal esta y porque también los portugueses saben estas excelencias y así para ellos no es menester escribirlas. (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 118)

Este terceiro exemplo é de autoria de Bernarda Ferreira de Lacerda, autora de *Espanña Libertada* (1618), em que também se encontra o desejo de a obra alcançar um público maior, justificando a redação em espanhol:

Y tu mi patrio reino lusitano que de muchos de Europa eres corona, si por escribir esto en castellano he dejado tu lengua, me perdona; que es el origen de la historia hispano y quiero que mi musa, pues la entona, también a lo español vaya vestida para ser más vulgar e conocida. (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114)

No trecho seguinte, continuação do exemplo anterior, é louvado o fato de o português ser considerado como a língua mais próxima ao latim, a mais rica em sua variedade de pronúncia:

Confieso que tu lengua que merece mejor lugar después de la latina con que muchas palabras se parece y es como ella de toda historia divina, empero el ser tan buena la escurece, y así la estraña gente nunca atina con su pronunciación y sus dulces modos la española es fácil para todos. (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114)

Contudo, mesmo com as qualidades citadas para o português, é em espanhol que a autora escreve, pois considera a língua *fácil para todos*. Manuel Faria e Sousa, em *Europa Portuguesa* (1678), concorda com o pensamento de D. Bernarda, no trecho onde se lê: “*Escribo en castellano por ser idioma claro y casi común*” (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 114).

As obras em português corriam o risco de permanecerem obscuras ou alcançarem apenas um público limitado, já que estas obras não dispunham de igual prestígio das escritas em castelhano. Nas palavras do escritor Manuel Galhegos, podemos perceber claramente o sentimento de frustração com relação ao idioma português:

A língua portuguesa como não é hoje a que domina esqueceram-se dela os engenhos que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde; pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraçoso para a altiveza (...) (apud VÁZQUEZ CUESTA, 1986, p. 121)

Inevitavelmente, o espanhol que é utilizado pelos escritores portugueses começa a dar sinais de conter marcas linguísticas particulares, tornando-se uma espécie de “castelhano de Portugal”, com fisionomia e tradições próprias. Contudo, conforme cita Teyssier (2005), ainda não há estudos consistentes sobre a prática e a descrição do período do bilinguismo luso-castelhano e de suas manifestações em obras. A descrição de elementos desse “castelhano de Portugal” é o grande objetivo desta tese.

2.1.4 O declínio do bilinguismo

De acordo com Sousa (2008), António Ferreira era um dos poucos escritores quinhentistas portugueses que se recusavam a escrever em castelhano. Segundo a autora, além de o poeta utilizar apenas o idioma português, incitava os demais a fazerem o mesmo. Vejamos um trecho do poema “Floresça, fale, cante, ouça-se a portuguesa língua”, parte da “Carta a Pero de Andrade Caminha”.

*“Mostraste-te tégora tão esquecido
 Meu Andrade, da terra, em que nasceste,
 Como se nela não foras nascido.
 Esses teus doces versos, com que ergueste
 Teu claro nome tanto, e que inda erguer
 Mais se verá, a estranha gente os deste.
 Porque o com que podias nobrecer
 Tua terra, e tua língua lho roubaste,
 Por ires outra língua enriquecer?
 Cuida melhor que quanto mais honraste,
 E em mais tiveste essa língua estrangeira,
 Tanto a esta tua ingrato te mostraste.
 Volve pois, volve, Andrade, da carreira,
 Que errada levas (com tua paz o digo)
 Alcançarás tua glória verdadeira.
 Té quando contra nós, contra ti imigo
 Te mostrarás? obrigue-te a razão [...]
 Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva
 A Portuguesa língua, e já onde for
 Senhora vá de si soberba, e altiva.
 Se téqui esteve baixa, e sem louvor,
 Culpa é dos que a mal exercitaram:
 Esquecimento nosso, e desamor.
 Mas tu farás, que os que a mal julgaram,
 E inda as estranhas línguas mais desejam,
 Confessem cedo ant’ela quanto erraram.
 E os que depois de nós vierem, vejam
 Quanto se trabalhou por seu proveito,
 Porque eles para os outros assi sejam.” [...]*⁶⁵

O fragmento comprova o fato de que Ferreira adotava posição patriótica com relação ao idioma, lamentando que os versos que poderiam enaltecer sua pátria estariam beneficiando outra. Sousa (2008) também destaca a posição do gramático Gândavo, que defendia explicitamente o uso do português frente ao espanhol.

Para Vázquez Cuesta (1986):

⁶⁵ In.: "Poemas Lusitanos", Vol. II, Editora Sá da Costa, Lisboa, 1971.

(...) Muitos dos portugueses que escreveram em castelhano durante o período filipino não eram, ou pelo menos não se sentiam, partidários do domínio espanhol, pelo que têm de procurar álibis para um comportamento que estava em contradição com seu patriotismo. (1986, p. 111)

Já mencionamos anteriormente algumas justificativas para a diglossia. Contudo, para podermos explicitar as causas do seu enfraquecimento e a consequente separação das línguas, é importante considerarmos o acima exposto por Vázquez Cuesta, que traz à tona a não identificação do uso do castelhano como um compromisso político ou ideológico com a dominação espanhola. O bilinguismo seria, então, um fenômeno muito além da dominação política da Espanha sobre Portugal, já que, de fato, ela tem início muito antes da anexação do reino de Portugal pelos Filipes. Também se faz importante lembrar que grande parte da literatura jurídica e militar em louvor à autonomia de Portugal, escrita no momento da Restauração, está escrita em castelhano. Vázquez Cuesta (1986) cita textos como os panfletos com relatos de guerras, com títulos como *Sucesos vitoriosos del ejército del Alentejo y relación sumaria de lo que por mar y tierra obraron las Armas portuguesas contra Castilla en 1643* (panfleto publicado em Lisboa, 1644, por Salgado de Araújo); *Relación verdadera y puntual de la famosa y memorable victoria que el ejército de Portugal (...) alcanzó del ejército del Rey de Castilla (...)* (panfleto anônimo publicado em Lisboa, 1664); ou de peças teatrais sobre o triunfo independentista sobre os Castelhanos como *La mayor hazaña de Portugal*, de Manuel Araújo de Castro, publicada em Lisboa em 1645. Além disso, o próprio rei restaurador, nove anos após a regência dual, escreve a obra *Defensa de la Música Moderna*, em castelhano.

Em suma e ratificando o que fora exposto anteriormente, o uso do castelhano está mais atrelado a uma ordem geral que considerava o idioma como universal que com o partidarismo dos autores em relação ao governo dual.

A dominação política não resultou de imediato o fim do bilinguismo. Nas palavras de Teyssier:

É somente depois de 1640, com a Restauração e a subida ao trono de D. João IV, que se produz uma certa reação antiespanhola. O bilinguismo, todavia, perdurará até o desaparecimento dos últimos representantes da geração formada antes de 1640. (TEYSSIER, 2005, p. 37)

O período que vai da Restauração dinástica até as reformas pombalinas pode ser considerado como o período de transição para uma cultura portuguesa. É nesse cenário que entram em declínio a força do pensamento religioso e a ascendência castelhana e começam a se fazer sentir novos ares de cultura moderna no país, no contexto do fortalecimento do absolutismo régio e do surgimento de uma burguesia incipiente. (SOUSA, 2008, s.p.)

A transposição se desenvolve durante cerca de cem anos, distanciando a mentalidade medieval portuguesa (mantida em Portugal mesmo após a Renascença, por conta da Contrarreforma) de uma mentalidade moderna, cenário do Barroco e de autores como António Vieira, Francisco Manuel de Melo e Luís Antonio Verney.

CAPÍTULO III – OS FENÔMENOS LINGUÍSTICOS EM ESTUDO

Esta seção trata sobre os fenômenos linguísticos escolhidos para este estudo, delimitados após pesquisa em outros estudos já realizados sobre os aspectos peculiares do português e do espanhol com relação a nível morfossintático (TEYSSIER, 2005; LAPESA, 2000; LACA, 1985; ENRÍQUEZ, 2011; VÁZQUEZ, 2011, MENON 2012; MARTINS, 2011, etc.). Iniciamos com uma revisão sobre o infinitivo flexionado, seguimos com o “a pessoal” e finalizamos com os estudos sobre posicionamento dos clíticos.

3.1 O INFINITIVO FLEXIONADO

O infinitivo é uma das três formas nominais do verbo, aquela que pode funcionar como um substantivo, como no caso da construção “o amanhecer”. As outras duas formas nominais são o gerúndio, que pode funcionar como advérbio, como na locução “em se plantando”, e o particípio, que pode executar a função de adjetivo, como em “água fervida”.

Nesse sentido, podemos considerar o infinitivo, quanto à sua natureza categorial, como sendo um híbrido, justamente pela possibilidade deste atuar como verbo ou como um nome. Essa característica categorial mista é que lhe permite realizar a função de sujeito ou necessitar de um morfema para lhe atribuir número e pessoa. Sendo substantivo, pode levar complementos nominais, como os artigos; e, como verbo, pode selecionar argumentos, como os complementos diretos. Já quando são infinitivos verbais, normalmente dependem de outra oração, a qual complementam, numa relação de dependência argumental.

Uma das diferenças estruturais mais significativas entre o português e o espanhol está na ausência/presença do chamado *infinitivo flexionado* como parte de suas gramáticas (cf. TEYSSIER, 2005, entre outros). Em português, há um infinitivo com marcas próprias de número e pessoa, o que lhe confere estatuto peculiar frente não apenas do espanhol, mas também diante dos demais idiomas provindos de

línguas românicas, as quais não dispõem deste recurso linguístico, com exceção apenas do napolitano. (cf. MAURER JR. 1968, p. 2).

Quanto ao uso do infinitivo flexionado, Vázquez Cuesta y Luz (1971, p. 212, vol. II) destacam que é um dos pontos mais complexos de se compreender da gramática portuguesa, já que a escolha entre o flexionado e o não flexionado está diretamente relacionada às intenções estilísticas⁶⁶ do autor, que pode ressaltar ou não o sujeito, seja para evitar ambiguidade ou por ênfase. Ainda, Chaves de Melo (1981, p. 116) afirma que o infinitivo flexionado é o mais importante idiomatismo morfológico e sintático da língua portuguesa.

A terminologia *infinitivo flexionado* pressupõe uma marcação morfológica explícita de número e pessoa, pelo acréscimo de desinências ao radical-infinitivo. Deste modo teríamos, para formas verbais simples e compostas, a seguinte conjugação:

INFINITIVO FLEXIONADO			
- (r)	[eu]	amar	ter amado
- (r)es	[tu]	amares	teres amado
- (r)	[(ele/a), (você, o/a senhor/a), (a gente)]	amar	ter amado
- (r)mos	[nós]	amamos	termos amado
- (r)des	[vós]	amardes	terdes amado
- (r)em	[(eles/as), (vocês)]	amarem	terem amado

QUADRO 4: DESINÊNCIAS DO INFINITIVO FLEXIONADO - VERBOS REGULARES⁶⁷

Note-se que não há marcação morfológica explícita para a 1ª e as 3ªs pessoas do singular. Cabe ressaltar também que a conjugação do infinitivo flexionado costuma ser confundida com a do futuro do subjuntivo, que apresenta formas homógrafas às citadas anteriormente quando o verbo em questão for regular. Nos verbos irregulares, as desinências são as mesmas, mas agora são acrescentadas a um radical diferente da estrutura infinitiva:

⁶⁶ No decorrer deste trabalho, será possível verificar que há outros critérios em jogo quando da opção pelo infinitivo flexionado, considerando também aspectos morfossintáticos e pragmáticos.

⁶⁷ Autoria própria.

FUTURO DO SUBJUNTIVO			
- (r)	[eu]	amar	<u>quiser</u>
- (r)es	[tu]	amares	<u>quiseres</u>
- (r)	[ele/a, você, o/a senhor/a, a gente]	amar	<u>quiser</u>
- (r)mos	[nós]	amarmos	<u>quisermos</u>
- (r)des	[vós]	amardes	<u>quiserdes</u>
- (r)em	[eles, vocês]	amarem	<u>quiserem</u>

QUADRO 5: CONJUGAÇÃO DO FUTURO DO SUBJUNTIVO – VERBOS AMAR E QUERER⁶⁸

No caso do espanhol, o infinitivo flexionado não existe nem existiu em outros tempos⁶⁹. Conforme Enríquez (2011, p. 63), o fato de o espanhol não dispor de um infinitivo flexionado não elimina a possibilidade de que haja na língua um infinitivo pessoal. Ou seja, “a inexistência de desinências próprias no infinitivo do espanhol não indica que este infinitivo não tenha um sujeito próprio e, portanto, possa ser classificado como pessoal” (*idem, ibidem*, tradução nossa).⁷⁰ O autor ainda acrescenta que existem em espanhol infinitivos pessoais não flexionados, mas com sujeito próprio, expresso ou tácito. Reproduzimos a seguir alguns exemplos citados pelo autor:⁷¹

(9) *Pese a estar enfermos sus padres, sus primos no fueron a visitarlos.*

Apesar de estarem doentes seus pais, seus primos não foram visitá-los.

(10) *El profesor les mandó [ellos/ellas] responder a la pregunta.*

O professor mandou-lhes [eles/elas] responder/em a pergunta.

⁶⁸ Autoria própria.

⁶⁹ Com exceção apenas para alguns textos do leonês. (cf. Egido, 1992, *apud* Enríquez, 2011, p. 63)

⁷⁰ “*la inexistencia de desinencias propias en el infinitivo del español no supone que este infinitivo no tenga un sujeto propio y, por tanto, se pueda calificar de personal.*”

⁷¹ Ao utilizarmos exemplos em uma língua e a correspondente versão na outra (port/esp, esp/port), não estamos afirmando, de nenhum modo, que as línguas são comutáveis, que os exemplos são análogos. Estamos, apenas, buscando compreender, por meio de hipóteses baseadas em exemplos – muitas vezes fictícios, quais as motivações que levam os sujeitos aprendizes de línguas a aplicarem determinados padrões de sua língua materna na língua alvo.

Nos exemplos, é possível perceber a marcação do sujeito em português a partir de desinências agregadas ao radical-infinitivo, enquanto que, na versão em língua espanhola, não há a marcação, apesar de o infinitivo ser de fato pessoal. Em suma, fica clara a existência do infinitivo pessoal em espanhol, contudo sem marcas de conjugação, enquanto que em português ele pode ser pessoal e se apresentar com marcas morfológicas de conjugação, sendo pessoal e flexionado.

3.1.1 Aspectos morfossintáticos e semânticos relacionados ao infinitivo flexionado

No português, nas relações argumentais entre os verbos da subordinada e da principal, ou seja, nas relações de correferência, nem sempre a presença do infinitivo flexionado é obrigatória. De modo geral, nos casos em que o antecedente não está claro, é preferível utilizar o infinitivo flexionado, para deixar explícito quem é o sujeito. Quando não há relação argumental entre os termos, é preferível marcar a diferença de sujeitos pelo uso de alguma forma gramatical. O único uso em que o infinitivo flexionado se faz obrigatório é quando o infinitivo tem sujeito próprio e este é diferente do sujeito da oração principal.

(11) *[você] Não saiam/sem [nós] termos chegado.*

(marcação quando o sujeito é diferente da oração principal)

Contudo, se tivermos um sujeito explícito e o remarcamos no infinitivo, estaremos num caso de dupla marcação, o que de fato pode ser considerado como agramatical. Já no espanhol, por não dispor do infinitivo flexionado, a remarcação com desinências morfológicas no infinitivo não acontece ou ao menos não deveria acontecer. Se acontecer, é agramatical.

Exemplo de restrições por dupla marcação no português e de marcação no espanhol:

(12) *[nós] Queremos comer.* (em português)

*[nós] *Queremos comermos*⁷². (dupla marcação agramatical)

(13) *[nosotros] Necesitamos ir pronto.* (em espanhol)

*[nosotros] *Necesitamos irmos pronto.* (marcação agramatical)

Hernández (1999) observa que o caráter aspectual neutro do infinitivo facilita sua alternância com um verbo flexionado em todo tipo de subordinadas, sempre que haja condições para “auxiliar” a atemporalidade desta forma não flexionada. Para Enríquez (2011, p. 64), a dependência argumental é diferente se a construção com infinitivo fizer parte de uma subordinada completiva (substantiva), de uma relativa ou de uma circunstancial (adverbial), com relações indo do mais estreito ao mais amplo, conforme o espectro semântico desejado na oração.

Vázquez (2011) vai buscar na história das línguas explicações para algumas restrições na comutação do subjuntivo pelo infinitivo pessoal (no caso das orações reduzidas), ou vice-versa. Haveria, desse modo, uma tendência à “economia” da construção baseada em [que + v_{finito}], pelos critérios que desenvolveremos a seguir:

Exemplos:

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Quiero hacer eso.	Quero [fazer] isso.
Quiero que hagamos eso.	Quero [que façamos/fazermos] isso.
Quería que hiciésemos eso.	Queria [que fizéssemos/termos-feito] isso.

QUADRO 6: RESTRIÇÕES NA COMUTAÇÃO DO SUBJUNTIVO PELO INFINITIVO PESSOAL (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

Ainda segundo o autor (2011, p. 11), no caso das completivas, como a estrutura é idêntica em ambas as línguas, os aprendizes de espanhol tenderiam a substituir a forma substantiva pela forma com infinitivo flexionado:

(14) *Sabemos [que vivís] en Oporto.*

Sabemos [que vocês moram/~~morarem~~] no Porto.

⁷² Como de praxe em trabalhos de Linguística, a agramaticalidade será marcada utilizando um asterisco diante da sentença.

Vázquez (2011) atribui a restrição de comutação especialmente a questões voltadas à neutralidade, típica do indicativo, e à intencionalidade, típica de construções com subjuntivo⁷³. Não exatamente pelo uso do subjuntivo, mas por conta de como este era expresso nas orações em latim. Verificaremos, a partir dos critérios históricos apresentados pelo autor, as condições para comutação do infinitivo pessoal em subjuntivo (ou o processo contrário), situando as (im)possibilidades de ocorrências do infinitivo flexionado.

3.1.1.1 Infinitivo flexionado e as completivas

Nas orações completivas, o infinitivo pode figurar como sujeito de uma estrutura copulativa, de uma intransitiva ou de uma transitiva. Segundo Vázquez (2011, p. 16), com relação à história das completivas, em latim o *quod* neutro relativo corresponderia a uma estrutura semelhante a [o fato de que/o fato de], o que possibilitaria o uso do infinitivo como nos casos a seguir, com estrutura dos sintagmas composta por [que + verbo subj. 1-2-4/ind. 3]⁷⁴. Vejamos os exemplos a seguir⁷⁵:

⁷³ A classificação em *neutralidade* e *intencionalidade*, na nossa interpretação das palavras do autor, está atrelada diretamente às manifestações das faculdades da psique humana. Portanto, quanto mais neutro, menos “esforço” psíquico; e quanto mais intencional, mais “esforço”.

⁷⁴ Entenda-se: nas categorias 1, 2 e 4, há exemplos com a estrutura *que + verbos no subjuntivo*, enquanto que na categoria 3 há exemplos com a estrutura *que + verbos no indicativo*.

⁷⁵ Exemplos do autor. O “português” original utilizado nas sentenças correspondentes é o “português de Portugal”. Para facilitar a compreensão, adaptamos as correspondências para português brasileiro atual.

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
1- SUJEITO DE ESTRUTURA COPULATIVA	
Lo más importante es (el hecho de) [que sean / ser] buenas personas.	O mais importante é (o fato de) [que sejam/serem] boas pessoas
Es necesario (el hecho de) [que digan / decir] la verdad.	É necessário (o fato de) [que digam/ dizerem] a verdade.
Es una pena (el hecho de) [que no vayáis /no ir] a la fiesta.	É pena (o fato de) [que não venham/não virem] à festa.
¡(El hecho de) [Que quieran /querer] eso no está bien!	(O fato de) [Que queiram/quererem] isso não está bem!
¡(El hecho de) [Que me traten/Tratarme] así!	(O fato de) [Que me tratem/Tratarem-me] assim!
2- SUJEITO DE ESTRUTURA INTRANSITIVA (COM SUB.)	
Conviene (el hecho de) [que salgamos/ salir] temprano.	Convém (o fato de) [que saíamos/ sairmos] cedo.
Basta (el hecho de) [que hablen/hablar] con ella.	Basta (o fato de) [que falem/falarem] com ela
3- SUJEITO DE ESTRUTURA INTRANSITIVA (COM INF.)	
Los chicos parecía [que miraban] el perro.	Os rapazes parecia [que olhavam/estarem olhando] para o cão. ⁷⁶
4- SUJEITO DE ESTRUTURA TRANSITIVA	
(El hecho de) [Que digan/Decir] eso, no tiene sentido.	(O fato de) [Que digam/Dizerem] isso, não faz sentido.

QUADRO 7: EXEMPLOS COM ORAÇÕES COMPLETIVAS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

Nas orações reduzidas de infinitivo (exemplos 1, 2 e 4), o sujeito é marcado para evitar ambiguidade ou para realçá-lo. Como o espanhol não dispõe de recursos morfológicos para marcar o sujeito no infinitivo, as sentenças de uso correspondente no português poderiam ficar um tanto quanto vagas, em uma tentativa abstrata de comutação; mesmo assim, não há perda semântica importante nessa troca.

⁷⁶ No original, “Os rapazes parecia [que olhavam/estarem a olhar] para o cão. No português brasileiro, “Os rapazes parecia que olhavam para o cão” e “Os rapazes parecia estarem a olhar para o cão” são construções atípicas. Para o primeiro caso, teríamos em uso “Pecia que os rapazes olhavam para o cão”; e, para o segundo, “Pecia que os rapazes estavam olhando para o cão”. Mantivemos no quadro a ordem dos constituintes empregada por Vázquez (2011), para efeitos visuais do quadro, e adaptamos apenas a construção “estarem a olhar” para “estarem olhando”, adequando-a para nossos propósitos.

Em função do complemento direto, há algumas restrições com relação à possibilidade comutação de expressões [que + verbo _{flexionado}] em [infinitivo flexionado]. “Quando expressam neutralidade, as únicas orações que podem substituir o sintagma [que + verbo _{ind}] são as que eram construídas em latim com verbos de percepção [...] e de presença e manifestação [...] e cuja sintaxe empregava a [oração de infinitivo]”⁷⁷ (VÁZQUEZ, 2011, p. 17, tradução nossa).

Vejamos os exemplos e as interpretações apresentadas pelo autor:

a) verbos de percepção sensorial: ver, sentir....:

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Se ve [que corren /correr] los caballos.	Vê-se [que correm/correr(em)] os cavalos.
He visto [que los caballos corrían/ correr los caballos].	Vi [que os cavalos corriam/ os cavalos correr (em)]
Sentí [que el invierno llegaba/ llegar el invierno].	Senti [que o inverno chegava/ chegar o inverno]

QUADRO 8: EXEMPLOS COM VERBOS DE PERCEPÇÃO SENSORIAL (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

b) de presença e manifestação: explicar, mostrar, provar, refletir, lamentar...

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Han probado [que su teoría] era cierta.	Provaram [que a teoria deles era certa/ser certa a teoria deles].
Lamento [que no vengáis] a la fiesta	Lamento [que não venham/não virem] à festa.

QUADRO 9: EXEMPLOS COM VERBOS DE PRESENÇA E MANIFESTAÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

No caso dos verbos de percepção sensorial, quando em construções impessoais, é mais frequente a estrutura [verbo _{percep.} + inf. _{não flex.}]; no entanto, como em ambas as línguas é possível fazer o uso da 3ª pessoa do plural para indicar a

⁷⁷ “Cuando expresan neutralidad, las únicas que pueden sustituir el sintagma [que+v _{ind}] son las que se construían en latín con verbos de percepción [...] y de presencia y manifestación [...] y cuya sintaxis empleaba la [oración de infinitivo].”

indeterminação, o infinitivo flexionado em português seria utilizado para enfatizar a expressão (VÁZQUEZ, 2011, p. 17):

(15) *Dicen que va a llover; Se dice que va a llover; He oído decir que va a llover.*

Dizem que vai chover; Diz-se que vai chover; Ouvi dizer(em) que vai chover.

Com os seguintes verbos, indicadores de neutralidade, não é possível realizar comutação, por conta de heranças históricas de restrição provindas do latim, em que estas orações eram expressas com [ut + verbo *finito*]:⁷⁸

- a) verbos *dicendi*: dizer, declarar, comunicar, esclarecer, afirmar, comentar, repetir, mencionar, responder...⁷⁹

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Decía [que no tenías] hambre.	Dizia [que não tinhas] fome.
Declara [que hemos comprado] todo	Declara [que compramos] tudo.
Comunicó [que llegaban] tarde.	Comunicou [que chegavam] atrasados
Aclaró [que tenían problemas].	Esclareceu [que tinham] problemas.
Afirmaron [que estás preparado].	Afirmaram [que estavas] pronto.
Comenté [que no podíais ir] a classe	Comentei [que não podiam] ir às aulas
.No mencionaste [que él la conocía].	Não mencionaste [que ele a conhecia].

QUADRO 10: EXEMPLOS COM VERBOS DICENDI (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

- b) verbos de percepção intelectual: saber, entender, perceber, sentir, pressentir, lembrar...

⁷⁸ Novamente utilizaremos os exemplos citados pelo autor.

⁷⁹ O autor cita que em latim clássico as orações eram construídas com [oração de infinitivo], mas logo foram reinterpretadas em latim vulgar por construções com a conjunção [ut].

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Sabemos [que vivís] en Évora.	Sabemos [que vocês moram] em Évora.
He oído [que él tenía] una hermana.	Percebi [que ele tinha] uma irmã.
He sabido [que ha vuelto] de Canadá.	Soube [que voltou] do Canadá.

QUADRO 11: EXEMPLOS COM VERBOS DE PERCEPÇÃO INTELECTIVA (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

- c) verbos de pensamento e juízo: admitir, apoiar, calcular, considerar, crer, achar, imaginar, pensar...

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Admito [que tuvimos] problemas.	Admito [que tivemos] problemas.
Calculo [que reciben] el sueldo estipulado por ley.	Calculo [que recebem] o ordenado estipulado por lei.
Creo [que Miguel es] ingeniero.	Acho [que o Miguel é] engenheiro.
Imaginó [que sabíais] quién era.	Imaginou [que sabiam] quem era.

QUADRO 12: EXEMPLOS COM VERBOS DE PENSAMENTO E JUÍZO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

- d) verbos de aquisição, posseção e perda de informação: aprender, conhecer, averiguar, ler, esquecer, lembrar, saber...

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Aprendimos [que sólo importa] la felicidad.	Aprendemos [que só importa] a felicidade.
Averiguaron [que se llamaba] Juan.	Averiguaram [que se chamava] João.
‘Olvidaste [que conocemos] a tu madre.	Esqueceste [que conhecemos] a tua mãe.

QUADRO 13: EXEMPLOS COM VERBOS DE AQUISIÇÃO, POSSEÇÃO E PERDA DE INFORMAÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

Os verbos a seguir, quando em função de intencionalidade, não permitem a comutação do segmento [que + verbo conj.], outra herança da conjunção [ut] latina:

- a) verbos de dúvida ou desconhecimento: duvidar, ignorar, não crer, não achar...:

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Dudo [que lleguen] mañana.	Duvido [que cheguem] amanhã.
Dudo [que venga].	Duvido [que venha].
No creo [que tenga] paciencia.	Não acho [que tenha] paciência.

QUADRO 14: EXEMPLOS COM VERBOS DE DÚVIDA OU DESCONHECIMENTO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

- b) de afeição (desejo, temor, emoção): desear, amar, temer, agradecer, odiar, suportar, sofrer, sentir...

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Deseaba [que sus hijos estudiasen] medicina.	Desejava [que os filhos estudassem] medicina.
Odiaba [que hablasen] sin parar.	Odiava [que falassem] sem parar.
Sentimos [que no comáis] más.	Sentimos [que não comam] mais.

QUADRO 15: EXEMPLOS COM VERBOS DE AFEIÇÃO (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

- c) de influência (vontade e proibição): querer, mandar, ordenar, rogar, dizer, solicitar, proibir, permitir...

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
Ordenó [que todos saliesen].	Ordenou [que todos saíssem].
Quería [que vieseis] mi casa.	Queria [que vissem] a minha casa.
Quiero [que hagas] eso.	Quero [que faças] isso.
Les rogué [que pararan] las obras.	Roguei-lhes [que parassem] as obras.
Mandó [que fueses] a la panadería.	Mandou [que fosses] à padaria.

QUADRO 16: EXEMPLOS COM VERBOS DE INFLUÊNCIA (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

3.1.1.2 Infinitivo flexionado e as relativas

As orações relativas têm a característica de apresentar como complemento direto do verbo uma oração completiva (objetiva direta) com os verbos *ser* ou *estar*, na forma de infinitivo pessoal. No caso do português, o infinitivo pode se manifestar flexionado, como nos exemplos citados a seguir. Em espanhol, há apenas a possibilidade de construção com o infinitivo pessoal, como mostra a coluna correspondente:

PORTUGUÊS ⁸⁰	ESPAÑHOL
Na ideia do antigo isso significa cumprir os ritos, as práticas, as fórmulas, que uma longa tradição <u>demonstrou serem</u> [que são] as únicas que conseguem fixar a atenção dos Deuses e exercer sobre eles persuasão ou sedução (Eça de Queirós, A correspondência de Fradique Mendes, 1900).	[ha demostrado ser] [ha demostrado que son]
[...]esse em que Vitoria <u>diz serem</u> [que são] lágrimas os seus versos (Tomás Figueiredo, Noite das Oliveiras, 1965).	[dice ser] [dice que son]
Maneco e outros dois, que anos depois <u>soube serem</u> [que foram] Monteiro, o motorista que levava os guerrilheiros para o Vale, e Lavechia (Marcelo Rubens Paiva, Não És Tu, Brasil, 1996).	[supo ser] [supo que son]
[...] onde ferviam as ideias que o Gonçalo <u>achava serem</u> [que eram] as mais decisivas para o conhecimento do homem (Alçada Baptista, Os nós e os laços, 1985).	[creía ser] [creía que eran]

QUADRO 17: EXEMPLOS DE ORAÇÕES RELATIVAS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

⁸⁰ Exemplos retirados de Vázquez (2011, p. 20). A versão em espanhol é de nossa autoria.

3.1.1.3 Infinitivo flexionado e as circunstanciais

As orações circunstanciais em português são abundantes e costumam ser construídas a partir de uma estrutura do tipo [prep. + inf. flexionado], equivalente semanticamente à construção subordinante [conj. + (que) + verbo_{subj/ind}]. (VÁZQUEZ, 2011, p. 21).

Conforme Lima (2004):

As adverbiais de infinitivo [...] devem vir precedidas de uma marca subordinante, compatível habitualmente com um verbo em forma pessoal, embora esta forma altere o valor semântico do enunciado. [...] Estas marcas são as preposições ou locuções. A maioria delas traz a carga semântica bem definida, como *para* (final) e *apesar de* (condicional), o que não impede que algumas adotem diferentes valores [...]: é o caso das preposições *de* (causal ou condicional) e *a* (temporal ou causal). Nestes casos, a alternância com um verbo conjugado é muito mais restrita. (LIMA, 2004, p. 34)

Nas orações circunstanciais, as preposições desempenham papel fundamental na habilitação do sujeito e, conseqüentemente, do uso do infinitivo pessoal, flexionado ou não. Ainda segundo Lima (2004, p. 39), nas relações de controle entre as orações circunstanciais e as correspondentes principais, há certa independência correferencial entre ambas, o que não impede que o sujeito da adverbial (tácito) possa manter relação direta com um sintagma nominal presente na oração principal. Não há, então, dependência argumental, mas há dependência sintática e semântica.

A seguir, um quadro comparativo entre as realizações das circunstanciais em português (de Portugal) e espanhol, baseado em Vázquez (2011), com enfoque para as possibilidades e restrições de uso do infinitivo:

ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
MODAIS	
No salgáis sin [que hayamos llegado/haber llegado] mi madre y yo ⁸¹ .	Não saiam sem [que tenhamos chegado/termos chegado] minha mãe e eu.
Ahí están hablando y riendo.	Lá estão eles a falarem e a rirem.
CONDICIONAIS	
[En el caso de que no puedas/En el caso de no poder], llámame.	[Caso não possas/No caso de não poderes], liga-me.
[Si puedo ir/En el caso de poder ir], te aviso.	[Se puder ir/No caso de poder ir], aviso-te.
CAUSAIS	
Sonreíamos [porque obtuvimos /por haber obtenido] el premio.	Sorriámos [porque obtivemos/por termos obtido] o prêmio.
Fueron detenidos [porque conducían / por conducir] borrachos.	Foram detidos [porque conduziam/por conduzirem] bêbados.
FINAIS	
He comprado este libro [para que leas].	Comprei este livro [para que leias/para leres].
Les pido [que se callen/callarse].	Peço-lhes [que se calem/para se calarem].
¿Es para llevar(telo)?	É para lebares?
CONCESSIVAS	
[Aunque has cambiado/A pesar de cambiar], no has convencido.	[Embora mudasses/Apesar de teres mudado], não convenceste.
[Aunque estuviese lloviendo/A pesar de estar lloviendo], fui a la playa.	[Ainda que estivesse a chover / Apesar de estar a chover], fui à praia.
TEMPORAIS	
[Cuando lleguéis/AI llegar], telefonead.	[Quando chegarem/Ao chegarem], telefonem.
[Apenas acabéis/Después de acabar], telefonead.	[Mal acabem/Depois de acabarem], liguem.

QUADRO 18: EXEMPLOS DE ORAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS (BASEADO EM VÁZQUEZ, 2011)

Diante da teoria e de seus exemplos expostos, é possível deduzir que os autores portugueses selecionados para esta pesquisa tenham aplicado as formas típicas portuguesas em seus textos em espanhol, marcando morfologicamente o

⁸¹ O trecho “mi madre y yo/minha mãe e eu” foi acrescentado ao original de Vázquez para evitar ambiguidades relacionadas à caracterização do sujeito da segunda oração. Este problema poderia ser evitado se o período estivesse situado dentro de um contexto discursivo mais amplo.

infinitivo para as pessoas em que seja possível a marcação em português, por conta da proximidade aparente entre os sistemas linguísticos, compondo construções com marcas típicas de interferência por contato linguístico.

3.2 USO DA PREPOSIÇÃO A DIANTE DE COMPLEMENTOS DIRETOS DE TRAÇO [+HUMANO]

3.2.1 O complemento direto preposicionado

O complemento direto preposicionado do espanhol, também conhecido como suplemento ou complemento oblíquo, vem sendo bastante estudado por linguistas das diversas especialidades, como sintaxistas e semanticistas.

A causa do grande número de estudos sobre o assunto se deve aos múltiplos fatores envolvidos em sua gênese, relacionados tanto à forma quanto ao conteúdo. Por conta da natureza da construção, composta pela estrutura [preposição + complemento direto], há em questão tanto o papel desempenhado pela preposição quanto o do complemento, situados dentro de um universo oracional e semântico mais amplo.

O complemento preposicional, em um primeiro momento, pode ser confundido com o complemento indireto ou com complemento circunstancial, já que os três possuem semelhanças em sua composição. Com o complemento direto, sem preposição, isso não ocorre, pela inexistência da preposição na estrutura [verbo + completo]. Para que seja desfeita qualquer ambiguidade, é necessário avaliar a regência do verbo e a semântica da preposição que o acompanha (ou acompanha o complemento).

Com relação ao complemento indireto, ou seja, [verbo + prep. + complemento], esse apresenta verbo que necessita de um objeto preposicionado, com relação de dependência sintática e semântica entre os termos. Já no complemento circunstancial, gerado na estrutura [verbo + preposição + complemento], a direção do movimento de dependência segue o esquema [verbo + preposição > complemento]. Neste sentido, há completa independência sintática e

semântica da preposição com o verbo e relação de dependência da preposição com o complemento, com conservação do sentido pleno da preposição.

No caso dos complementos diretos preposicionados, interesse de nosso estudo, o movimento obedece à estrutura [verbo < preposição – complemento], com relação de total independência sintática da preposição com o verbo e relação de dependência semântica entre estes. A preposição, nesse caso, parece perder seu sentido relacional e passa a existir somente pela necessidade semântica da estrutura; ou seja, apenas para marcar o traço [+ humano], conforme veremos na sessão a seguir.⁸² Nesse caso, o núcleo verbal é o portador do conteúdo léxico, enquanto que a preposição esvaziada atua como elemento de ligação, com valor exclusivamente gramatical. Nesse sentido, o conteúdo dos elementos com os quais o verbo combina é o que promove a criação dos novos significados.

Compreendida a construção base do complemento direto preposicionado e o papel fundamental que a preposição desempenha nesta relação, passamos à apresentação do “a pessoal” e as regras de emprego deste em língua espanhola.

3.2.2 O “a pessoal”

O “a pessoal” nada mais é que o uso da preposição *a* diante de complementos verbais diretos, quando esses forem relacionados a pessoas. É uma das características peculiares do espanhol, que herdou a construção original do caso acusativo latino⁸³. Contudo, o português⁸⁴ e as demais línguas provindas do

⁸² Há ainda outro tipo de relação entre preposição e verbo, que é quando a preposição encontra-se incorporada à estrutura do verbo, como em *sobrevoar* (preposição *sobre* + verbo *voar*), o que geralmente não cria uma soma de significados, mas outro sentido particular. Não temos aqui um caso de regência.

⁸³ O acusativo latino sem preposição correspondia ao complemento direto e, quando antecedia nomes próprios, levava preposição. O acusativo com as demais preposições equivale ao atual complemento circunstancial.

⁸⁴ No entanto, em português, são possíveis construções como “*Amar a Deus*”, “*Querer a alguém*”, em que o *a* acompanha verbos transitivos diretos relacionados à expressão de sentimentos, funcionando apenas como recurso estilístico ou desambiguizador.

latim, com exceção do napolitano⁸⁵, não dispõem desta marcação, o que poderia gerar dificuldades no aprendizado do castelhano pelos usuários das demais línguas neolatinas.⁸⁶

A preposição *a* do acusativo, no entanto, é ativada somente em determinadas situações, especialmente as de traço [+humano]. Pode ser considerada como uma oposição a uma marcação Ø, funcionando como uma palavra adicional, sem aparente razão para existência se não observarmos a história da língua, uma vez que as preposições costumeiramente marcam o complemento indireto.

Há que se observar também que em muitas situações, apesar de o traço [+humano] estar evidente, a preposição não é utilizada, devido a alguma restrição semântica do verbo que selecionou o complemento direto. A especificidade do referente é outra característica que pode motivar ou não a marca preposicional.

Ainda, segundo Company-Company (2000, *apud* MORENO s.d., p. 4, tradução nossa)⁸⁷:

É um fato conhecido que o objeto direto em espanhol atual está estendendo a marca preposicional *a* com objetos diretos inanimados, abstratos e concretos (*temo a la vida, puso a la silla en el medio*), com isso, dita marcação preposicional está deixando de ser uma espécie de classificador, associado a objetos diretos humanos, ou seja, está deixando de ser *a pessoal*,⁸⁸ para se transformar em um verdadeiro marcador de caso objetivo.

Então, causas motivadas por relações pragmático-discursivas também poderiam estar agindo durante a escolha pela marcação com preposição de complementos diretos, ampliando o escopo para animados e inanimados.

⁸⁵ Exemplo: *lo conusco a uno molto bravo*. (Yo conozco a uno muy competente). Por Moreno, (s.d., p. 2)

⁸⁶ O romeno também marca complemento direto pessoal com preposição; contudo, com o uso do *pe*: Pavel l-a urmanit *pe* ucigas. (Pablo lo observo al asesino). Dado segundo Michaela Comsa, citado por Moreno. (idem, *ibidem*)

⁸⁷ COMPANY-COMPANY, C. La lucha diacrónica de OD y OI por el estatus gramatical 'objeto' en el español. **Colloquio Internazionale Oggetti Romanzi**. Università degli Studi Roma Tre. Dipartimento di Linguistica. Roma, 2000.

⁸⁸ "Es un hecho sabido que el objeto directo en español actual está extendiendo la marca preposicional *a* con objetos directos inanimados, abstractos y concretos (*temo a la vida, puso a la silla en el medio*), con lo cual, dicha marcación preposicional está dejando de ser una especie de clasificador, asociado a objetos directos humanos, es decir, está dejando de ser *a personal*, para convertirse en un verdadero marcador de caso objetivo."

Para podermos visualizar com mais clareza o fenômeno e o situarmos frente às discussões teóricas envolvidas, listaremos a seguir as regras atuais de uso da preposição *a* diante de complemento direto, bem como as restrições e as possibilidades de emprego facultativo, obtidas a partir do *Diccionario Panhispánico de Dudas*, da Real Academia Española (2005).

Começemos pelas regras de uso obrigatório. No primeiro caso, encontramos exemplos do uso mais recorrente do fenômeno:

- a) Diante de nomes próprios de pessoa ou animal:

(16) *Vi a Pedro en el cine.*

(17) *Dejé a Pluto en la perrera.*

A partir do exemplo *b*, temos casos de uso para especificar o referente. Os trabalhos de Torrego Salcedo (1999) ratificam o exposto pela Real Academia:

- b) Diante de nomes coletivos de pessoa cujo referente é determinado ou conhecido:

(18) *Dispensaron a la multitud.*

(19) *Echaron a la gente del parque.*

- c) Diante de nomes comuns de pessoa cujo referente é um indivíduo concreto, exato:

(20) *Vi a los hijos del vecino escalar la tapia.*

(21) *Eligieron a ambos jugadores para la selección brasileña.*

- d) Antes de nomes comuns de pessoas que são complemento direto de verbos de afetação física ou psíquica (*acompañar, admirar, afetar, amar, empujar, matar, odiar...*)

(22) *Acompañó a una anciana hasta su casa.*

(23) *Admiro a los políticos que saben defender sus opiniones.*

(24) *Engañar a un jefe es imposible.*

- e) Antes de nomes comuns de pessoa precedidos de um indefinido, quando são complementos diretos dos verbos de percepção *olhar, observar, ouvir*.

(25) *Observé a algunos niños que jugaban al fútbol.*

(26) *Estaba mirando a una señora cuando sentí que me llamaban.*

Considerando que os pronomes podem atuar como substitutos dos nomes, poderemos ter ocorrências como as seguintes:

- f) Diante das formas tônicas dos pronomes pessoais *mí, ti, sí, él, ella, usted, nosotros/as, vosotros/as, ustedes, ellos/as*:

(27) *¿Dices que me vio a mí en el teatro?*

(28) *No creo que a ustedes los escuchen.*

- g) Antes de pronomes demonstrativos ou possessivos cujo referente é uma pessoa:

(29) *Vi a ese hablando con tu jefe.*

(30) *A ella no le gusta mi novio y yo no soporto al suyo.*

- h) Diante dos pronomes indefinidos cujo referente é uma pessoa, exceto quando são complemento direto do verbo haber. Com os verbos buscar, encontrar, hallar, necessitar ou tener, o uso é facultativo:

(31) *Llévate a alguien a la fiesta.*

(32) *No conozco a nadie.*

(33) *Busco (a) alguien que me ayude.*

- i) Diante dos relativos de pessoa, quando exercem função de complemento direto do verbo subordinado (exceto *que*):

(34) *Ese es el hombre a quien golpearon.*

(35) *Las personas que amamos.*

- j) Antes dos pronomes interrogativo de pessoa *quién* e *cuál*:

(36) *¿A quién buscas?*

(37) *¿A cuál de los dos encontraste llorando?*

No exemplo seguinte, temos um caso em que o uso da preposição auxilia na função morfossintática de cada um dos elementos:

- k) Diante dos nomes de coisas, para evitar ambiguidades, quando o sujeito e o complemento estão pospostos ao verbo:

(38) *Venció la dificultad al optimismo.*

No exemplo *l*, temos um caso de “transitividade atípica”, já que o sentido implica relações de equiparação e continuidade escalar ou linear entre o sujeito e o objeto. (TORREGO SALCEDO, 1999, p. 1978).

- l) Antes de nomes de coisas, quando são complemento diretos de verbos que significam ordem linear ou hierárquica:

(39) *El otoño precede al invierno.*

(40) *El adjetivo modifica al sustantivo.*

No caso *m*, o verbo solicita um objeto animado ou personificado, motivo do uso da preposição:

- m) Antes de nomes de coisas que designam coletivos formados por pessoas, quando o verbo denota uma ação que somente possa ser realizada sobre pessoas, não sobre coisas:

(41) *Multaron a la empresa por realizar vertidos tóxicos.*

(42) *Convocaron a la comunidad de vecinos para que tomara la decisión definitiva.*

Quanto às restrições de uso, a Real Academia cita a impossibilidade de ocorrência basicamente em situações contrárias às anteriores, de modo a evitar possíveis ambiguidades:

O primeiro caso entra em concorrência com o exemplo *a* anterior, para os nomes próprios:

- a) Diante de nomes comuns que designam objetos inanimados:

(43) *Puso el libro en la mesa.*

(44) *Regaló un automóvil a su padre.*

No próximo caso, o não uso garante a semântica desejada para o termo, que é a de ser generalizador:

- b) Diante de nomes comuns de pessoas em plural que carecem de determinante:

(45) *He encontrado camareros para mi nuevo bar.*

(46) *Llevaré amigos a la fiesta.*

O próximo ponto é de suma importância em nossa pesquisa. No próprio texto da Real Academia (2005, p. 3), encontramos a citação de que a regra de uso atual é distinta da regra antiga, em que o uso da preposição era obrigatório para nomes de cidades e lugares.

- c) Diante de nomes próprios de cidades ou lugares:

(47) *No conozco Francia.*

(48) *Este verano he visitado Nápoles.*

Como o nosso foco é exatamente a língua antiga, na análise dos dados obtidos, consideraremos o uso da preposição como obrigatório.

No exemplo c, mais um caso de restrição por critério semântico, já que o termo humano equivale a um objeto.

- d) Diante de nomes próprios usados como comuns:

(49) *Me compré el Picasso en una subasta.*

No caso a seguir, temos restrição por conta da natureza do verbo. Diante de complementos do verbo *haber*, a norma prescreve que não se pode utilizar a preposição, possivelmente por considerar que a principal característica semântica do verbo seja a impessoalidade (e o *a* tem característica [+pessoal]).

- e) Com o verbo impessoal *haber*, o complemento direto, mesmo se referindo a pessoa:

(50) *Hay alguien en la puerta.*

(51) *Solo había dos estudiantes en el aula.*

Novamente, um caso de restrição pela semântica do verbo. Se for usada a preposição diante do complemento, teremos a representação de um estado transitório.

f) Com o verbo *tener*, o complemento direto, se for indeterminado:

(52) *Tienen dos hijos.*

(53) *Tiene una tía actriz.*

(54) *Tiene a un hijo enfermo.* (estado transitório, marcado pela preposição + complemento predicativo)

Os próximos casos são considerados de uso prescrito, motivados especialmente pela semântica desejada para o enunciado:

a) Diante de nomes comuns de pessoa precedidos de um determinante indefinido, quando forem complementos direto de verbos de busca, preferência ou necessidade:

(55) *Busco un camarero. (qualquer)*

(56) *Busco a un camarero. (específico)*

Para explicar o primeiro caso, Lapesa cita que:

Nem todo objeto direto de pessoa leva *a* em espanhol, senão somente o que designa um ente concreto. Por isso não levam *a* construções como '*ganar amigos*', '*buscar criado*', em que o nome não se refere a indivíduos determinados senão a noções categóricas equivalentes a '*amizades*' ou '*serviço*', e em troca é necessária a preposição em '*busco a un criado*', onde se trata de uma pessoa específica. (2000, p. 93, tradução nossa)⁸⁹

O autor cita, então, que um dos fatores envolvidos na escolha pelo uso do *a*, está a especificidade do referente; ou seja, pelo fato de em "*Busco Ø un camarero*"

⁸⁹ "No todo objeto directo de persona lleva *a* en español, sino sólo el que designa un ente individualidades concretas. Por eso no llevan *a* giros como '*ganar amigos*', '*buscar criado*', en que el nombre no se refiere a individuos determinados sino a nociones categóricas equivalentes a '*amistades*' o '*servicio*', y en cambio es necesaria la preposición en '*busco a un criado*', donde se trata de una persona concreta."

a palavra *camarero*, sem a preposição, representar um nome não referencial, não individualizado.

Já nos exemplos em *b* e *c*, segundo Laca (1995, p. 88), o critério não é arbitrário, já que está em função de uma intenção estilística, nem tanto semântica. Do mesmo modo, Pensado (1995) cita que:

É igualmente possível *veo un perro* que *veo a un perro* e ambas as orações têm algum tipo de diferença semântica não muito clara, mas que todos nos esforçamos em buscar. O uso do *a* pode ter um valor estilístico. É possível que *veo a un perro* seja usado naqueles casos em que o cachorro (*perro*), por algum motivo, seja um centro de atenção, talvez porque ele é colocado como protagonista do acontecimento que se percebe ou se narra. (PENSADO, 1995, p. 12, tradução nossa)⁹⁰

Deste modo, teríamos:

- b) Com verbos como *contratar*, *llevar*, *traer*, verbos de percepção *ver* e *conocer*:

(57) *Conocí una persona encantadora.*

(58) *Conocí a una persona encantadora.*

- c) Com verbos que denotam seleção, quando for complemento inespecífico:

(59) *Aún no he elegido al hombre con quien casarme.*

(60) *Aún no he elegido el hombre con quien casarme.*

No próximo caso, podemos ter uma adaptação morfossintática para evitar ambiguidade.

- d) Quando o complemento direto preposicionado coincide na oração com outro complemento preposicionado (pode ser o indireto ou outro direto preposicionado), é possível omitir a preposição do direto, para evitar confusões de sentido. Contudo, diante de nomes de pessoas, não há como omitir.

- e)

⁹⁰ “Es igualmente posible ‘veo un perro’ que ‘veo a un perro’ y ambas oraciones tienen algún tipo de diferencia semántica no muy clara, pero que todos nos esforzamos en buscar. El uso de *a* puede tener un valor estilístico. Es posible que ‘veo a un perro’ se use en aquellos casos en los que el perro, por algún motivo, sea un centro de atención, tal vez porque se le imagina como protagonista del acontecimiento que se percibe o narra.”

(61) *Presentó (a) su novio a sus padres.*

(62) *Presentó a Juan a sus padres.*

A ambiguidade também poderia ser desfeita se o *a* de *a sus padres* fosse substituído pela preposição *para*, com sentido equivalente, o que não poderia ser feito com o *a* do complemento direto, já que não há equivalência.

No próximo item, em acréscimo ao exposto para os casos *b* e *c* e aplicável também para este caso, temos o fator afetivo como decisivo pelo uso da preposição.

f) Diante de nomes comuns de animais. O uso implica maior proximidade afetiva:

(63) *Suelta el caballo para que corra.*

(64) *Suelta al caballo para que corra.*

Spitzer (1928⁹¹, p. 424, *apud* ARIZA, 1989, p. 207), em seu estudo sobre o romeno, cita a possibilidade da presença do acusativo preposicionado⁹² quando há o de expressar maior conteúdo afetivo. Fish (1967, p. 80), também consente com a afirmação, considerando esta opção como um *special comment or treatment*, ou seja, um comentário ou tratamento especial.

De certa forma, o caso a seguir também é de *comentário ou tratamento especial*, já que o uso da preposição eleva o grau de personificação do termo.

g) Diante de nomes de coisas, dependendo do grau de personificação que se queira dar:

(65) *Esperó (a) la muerte con serenidad.*

O caso *g* é um tanto controverso. A Real Academia (2005) cita que o uso da preposição afetaria o entendimento do vocábulo. Contudo, há outras possibilidades de desmanchar uma possível ambiguidade gerada por serem formas homógrafas. Como grafamos a seguir, com a inicial maiúscula, quando se trata de instituição

⁹¹ SPITZER, L. Rum. p(r)e, span. á vor persönlichem Akkusativobjekt. *Zeitschrift für romanische Philologie*, 1928. vol. 48, pp. 423-432.

⁹² Em romeno, a preposição utilizada para o complemento direto preposicionado é o *PE* (do latim, *pre*).

reconhecida, substantivo próprio, não haveria a possibilidade de confusão com o termo correspondente, um substantivo comum, inicial minúscula. Da maneira como fora exposto no texto da Real Academia, com os exemplos dados redigidos integralmente em maiúsculas, não há a possibilidade de reconhecer a distinção entre substantivo próprio ou comum. De todo modo, o uso da preposição também poderia desmanchar um possível equívoco.

h) A presença ou a ausência muda o significado do objeto ou do verbo:

(66) *En este país no se respeta nada a la Justicia. (instituição).*

(67) *En este país no se respeta nada la justicia. (virtude)*

(68) *Admiro a la Iglesia. (entidade)*

(69) *Admiro la iglesia. (prédio)*

O caso a seguir é mais um caso em que a semântica do verbo influencia na escolha ou não pela preposição. Mesmo sendo o complemento direto um objeto ou coisa, o verbo tradicionalmente tenderia a selecionar um argumento do tipo [+humano]. Tendo em vista que o complemento preposicionado tem essa mesma característica peculiar dos verbos de dano ou proveito, o traço [+humano] a escolha pela preposição não é arbitrária.

i) Diante de verbos de dano ou proveito:

(70) *El tabaco perjudica (a) la salud.*

(71) *La humedad afectó (a) los cimientos del edificio.*

O uso do *a*, portanto, está ligado não somente a fatores gramaticais, mas também a fatores estilísticos e pragmático-referenciais. Pela proximidade estrutural entre o português e o espanhol, e considerando que o uso do “a pessoal” em português tem apenas função estilística, é provável que os autores portugueses em estudo não tenham empregado a preposição *a* quando o contexto assim o exigia, criando sentenças carregadas de variação por interferência linguística.

3.3 POSIÇÃO DOS CLÍTICOS COM RELAÇÃO A VERBOS SIMPLES E CONJUNTOS DE VERBOS

3.3.1 Os clíticos no Espanhol

Os clíticos verbais são unidades dêitico-anafóricas que permitem a indexação dos referentes do discurso quando estes se codificam como objetos sintáticos. Fazem parte deste grupo os pronomes pessoais átonos e a partícula *se*, em suas diversas funções⁹³.

FORMAS DE LOS PRONOMBRES PERSONALES ÁTONOS				
PERSONA GRAMATICAL			SINGULAR	PLURAL
1. ^a pers.			<i>me</i>	<i>nos</i>
2. ^a pers.			<i>te</i>	<i>os</i> ⁹⁴
3. ^a pers.	compl. directo	masc.	<i>lo</i> (también <i>le</i> ; → <u>LEÍSMO</u> .)	<i>los</i>
		fem.	<i>la</i>	<i>las</i>
	compl. dir. o atributo	neutro	<i>lo</i>	—
	compl. indirecto		<i>le</i> (o se ante otro pron. átono; → <u>se</u> , <u>1a</u>)	<i>les</i> (o se ante otro pron. átono; → <u>se</u> , <u>1a</u>)
	forma reflexiva		<i>se</i>	

QUADRO 19: QUADRO DOS PRONOMES ÁTONOS DO ESPANHOL (RAE, 2010)

As propriedades que um clítico pode desempenhar são herança das funções que os pronomes de objeto tônicos e independentes exerciam em latim (*me*, *te*, *illum*, etc.). Em língua antiga, podiam também estar acoplados a classes de palavras

⁹³ Complementos diretos: *me*, *te*, *lo*, *la*,

⁹⁴ Segundo a RAE (2010): “En América, en Canarias y en parte de Andalucía, no se usa el pronombre personal *vosotros* para la segunda persona del plural. En su lugar se emplea *ustedes*, que en esas zonas sirve tanto de tratamiento de confianza como de respeto (→ *usted*). Por lo tanto, los pronombres personales átonos de segunda persona del plural que se utilizan en esas zonas son los que corresponden, gramaticalmente, a la tercera —*lo(s)*, *la(s)* y *le(s)*—: *A ustedes, niños, LOS espero en casa* (frente a *A vosotros, niños, OS espero en casa*).”

como os substantivos e advérbios. Após passar por processo de gramaticalização, com perda de tonicidade e liberdade sintática, atualmente apenas podem figurar adjuntos a lexemas verbais, seja proclíticos ou enclíticos. Refutam qualquer termo entre que possa aparecer entre estes e os verbos (**Te no traje*) e podem coaparecer na mesma cláusula com seu sintagma correferencial (*Lo saludé a mi hermano*), o que parece lhes situar semanticamente e sintaticamente entre os morfemas de concordância e os pronomes átonos.

Os clíticos, então, estão situados na fronteira entre o nível sintático e o morfológico (AIJÓN OLIVA; BORREGO NIETO, 2013), i.e., entre as unidades independentes e os morfemas ligados a uma base léxica. São semelhantes, portanto, a outras unidades sem conteúdo lexemático, como as preposições, conjunções e artigos.

Com relação às funções discursivas, os clíticos, assim como as desinências de sujeito, constituiriam uma possibilidade de manter a continuidade referencial.

Segundo Aijón Oliva & Borrego Nieto (2013, p. 101, tradução nossa):

Esta função é, de fato, análoga à que qualquer unidade dêitico-anafórica, como são os próprios pronomes pessoais; mas o importante é destacar que os clíticos, diferentemente desses últimos, não *mencionam* realmente seus referentes, mas sim que simplesmente os *indexam* no núcleo verbal, tendo em conta as características sintáticas expostas anteriormente. Para a maior proeminência em um contexto, será mais fácil que o referente não se formule, senão que simplesmente deixe sua marca gramatical através de um destes morfemas de concordância.⁹⁵

De fato, no espanhol, a concordância constitui uma manifestação formal da proeminência dos referentes. O sujeito é o elemento sintático que possui maior proeminência discursiva, e a possibilidade de sua indexação por meio de um clítico confere a esta última categoria *status* de índice de proeminência discursivo-cognitiva⁹⁶. (AIJÓN OLIVA & SERRANO, 2010, p. 127).

⁹⁵ *Esta función es, de hecho, análoga a la que cualquier unidad deíctico-anafórica, como son los propios pronombres personales; pero lo importante es destacar que los clíticos, a diferencia de estos últimos, no mencionan realmente a sus referentes, sino que simplemente los indexan en el núcleo verbal, teniendo en cuenta las características sintácticas expuestas anteriormente. A la mayor proeminencia en un contexto, será más fácil que el referente no se formule, sino que simplemente deje su marca gramatical a través de uno de estos morfemas de concordancia.*

⁹⁶ Os objetos pospostos apresentam maior dificuldade em serem realizados por meio de clíticos, como em **Los compré algunos libros*. A relação com os verbos, então, se dá pela manifestação formal da proeminência dos referentes discursivos.

Tendo em vista os fatores gramaticais e discursivos envolvidos na gênese dos clíticos, passamos agora a analisar os fatores envolvidos no fenômeno de variação de uso e posicionamento de clíticos nos textos em castelhano de escritores portugueses dos séculos XVI e XVII.

3.3.2 Panorama de uso dos clíticos no Português dos séculos XVI e XVII

Como nossa proposta de pesquisa é avaliar o fenômeno de variação gramatical do posicionamento dos clíticos adjuntos tanto a formas de verbos simples quanto a de verbos compostos, em textos de autores portugueses que escreveram em castelhano nos séculos XVI e XVII, será necessário compreender também o que acontece com a língua portuguesa nesse período, para verificar uma possível transposição das regras de uma língua sobre a outra. Os padrões de colocação dos clíticos no espanhol da época, *a priori*, parecem bem marcados e fixos, conforme os documentos consultados e citados na continuação.

Quanto aos parâmetros do português, ocorre que na língua predominava próclise sobre o da ênclise (MARTINS, 2011, p. 33). Inclusive, em um dos casos em que era encontrada ênclise preferencial, nas construções [preposição + clítico + verbo], no período em questão começa a haver uma mudança linguística como recurso desambiguizador, alterando de próclise para ênclise, conforme estudo de Menon (2012)⁹⁷.

No trabalho da autora, temos a referência de uma mudança encaixada, motivada essencialmente pela alteração da formulação de construções que expressam fatos concomitantes, passando de [em + gerúndio] para [ao + infinitivo], após estágio de nominalização de verbos (como em *o amanhecer*). Segundo Menon:

Essa mudança foi decorrente do processo de nominalização dos verbos com o artigo *o*, antecedido da preposição *a*, usada para indicar movimento, o que gerou uma estrutura semelhante ao que chamo PCV (preposição-clítico-verbo): *a o passar*, em que o *o* é clítico anafórico de 3ª terceira pessoa (objeto direto). Ocorre, então uma ambiguidade que bloqueou o uso do pVC; o que se resolveu (no período dos séculos XVI e XVII), com a

⁹⁷ No espanhol, a próclise sempre foi a de uso mais recorrente, pelos critérios de posicionamento dos clíticos que serão abordados na próxima sessão.

posposição do pronome: *a passá-lo*. Ora, a regra anterior nesse caso era a próclise; a ênclise vai afetar inicialmente só os PCVs regidos pela preposição *a*, porém podendo se estender, mas não necessariamente, às demais preposições. (2012, p. 173)

Mesmo assim, os contextos “favoráveis” à próclise ainda são inferiores se comparados com os de uso de ênclise⁹⁸. No espanhol, ao contrário, a ênclise é condicionada a menos fatores que a próclise, sendo, então, a próclise como majoritária.

Um dos aspectos que diferenciam o português do espanhol quanto à colocação de clíticos é a chamada *mesóclise*. No português antigo, e com uso menos frequente hoje, era tendência agrupar o clítico em ênclise ao verbo pleno e unir à estrutura o futuro do verbo haver (ou sua flexão), formando um bloco ortográfico único. Entretanto, o termo *mesóclise* nos parece equivocado, já que, como foi dito, o clítico na verdade se une em ênclise ao verbo pleno, sendo impossível a união a dois lexemas simultaneamente. Teríamos, então, um caso de variação morfológica da ênclise, segundo Martins (2011, p. 89). E conforme Menon (2012):

Não considero aqui a possibilidade de existir a chamada “mesóclise”, por duas razões: (i) nos textos antigos, sejam manuscritos, sejam os editados (impressos) que mantenham fidelidade aos originais, o que ocorre é ênclise ao primeiro verbo, o que fica evidente quando as formas não aparecem ligadas (os escribas - e também a imprensa, nos seus estágios iniciais - escreviam outras palavras juntas, não só as formas verbais e seus clíticos) como podemos constatar no seguinte trecho de D. João de Castro: “e se istiver hũ que se chama ho Fallquão tomalloeys e não tomãdo Casquais e tendo tempo pera pairar na bara mãdareis buscar ho dito pilloto e tralloeis cornvosquo e depois de serdes ã Lixboa ho paguaris e muy bem ha minha custa.” (Cartas, p. 89, 1543, itálicos acrescentados); (ii) tecnicamente, isto é, prosodicamente, não existe “mesóclise”: é impossível uma palavra se apoiar simultaneamente no acento de outras duas; ou ela se apoia no da anterior e temos pronome enclítico, ou na seguinte, e temos próclise. A justificativa alegada por alguns, de que se deve entender mesóclise como “posição entre os dois verbos” é pior ainda, pois esse é um critério de posição na estrutura (sintático, portanto), enquanto o conceito de clíticos é de natureza prosódica (de “apoio” de palavra átona no acento de palavra tônica). Não é possível misturar alhos com bugalhos, usar a mesma nomenclatura para fatos de tão diversa natureza. (nota de rodapé, p. 176)

⁹⁸ Um dos contextos mais marcados de ênclise no português é o início absoluto de sentenças. Independentemente do verbo ou de qualquer outro aspecto, havia ênclise. No espanhol, como veremos na próxima sessão, os critérios para tal caso são diferentes.

Contudo, afora as discussões metalinguísticas sobre a “mesóclise” (entenda-se [verbo pleno + clítico de ênclise + verbo haver]), em espanhol não se faz presente este fenômeno, sendo, portanto, típico apenas do idioma português. Nossa hipótese é de que os autores portugueses em estudo utilizariam a “mesóclise” em seus textos em espanhol, aplicando estruturas típicas do português em textos do espanhol. Também, sob os mesmos critérios, os autores teriam preferência pela ênclise, a mais recorrente forma de colocação de clíticos da época, mesmo quando em espanhol a próclise era prescrita, novamente por questões de transposição de estruturas entre línguas.

3.3.3 Regras de colocação dos clíticos em espanhol

3.3.3.1 Clíticos com verbos simples

A distribuição dos clíticos em espanhol é resultado de uma complexa combinação de fatores gramaticais, semânticos e discursivos. A posição do clítico, enclítica ou proclítica, está atrelada a peculiaridades do sistema verbais, não importando o tipo de pronome ou de verbo, a natureza dos elementos no entorno⁹⁹ e tampouco a posição em que os termos se encontram na oração. Há – e sempre houve – predominância da próclise com relação à ênclise.

Em vias gerais, as regras para os clíticos com verbos simples prescrevem próclise a todos os casos, excetuando o imperativo afirmativo (no negativo, há próclise), o infinitivo e o gerúndio (o particípio não recebe clíticos). Quando há ênclise, o clítico se une ortograficamente ao verbo.

⁹⁹ Não há, em nosso entendimento, palavras com morfologia “atrativa” de pronomes, como o advérbio *não/no*, a conjunção *que*... Esta afirmação serve tanto para o português quanto para o espanhol.

Exemplos¹⁰⁰:

- (72) La [apoyo/apoyé/apoyaba/apoyaré/apoyaría] en lo necesario.
- (73) Ojalá no la [apoyen/apoyaran] tanto.
- (74) No la apoyen tanto.
- (75) Me parece mejor no apoyarla tanto.
- (76) Apoyándola tanto no vas a lograr lo que quieres.
- (77) Apóyenla ustedes también.
- (78) *Una vez la apoyado, ya no teníamos qué hacer.
- (79) *Una vez apoyándola, ya no teníamos qué hacer.

No exemplo 72, é exemplificada a prescrição de próclise para o indicativo; no 73, para o subjuntivo; em 74, próclise para o infinitivo negativo; em 75, ênclise para o infinitivo; em 76, ênclise para o gerúndio; no caso 77, ênclise para o imperativo afirmativo; e nos últimos dois exemplos, a agramaticalidade gerada pelo uso de clíticos adjuntos ao particípio, em qualquer posição.

Encontramos na literatura possibilidade de alternância próclise/ênclise em dois casos: quando o verbo iniciar período ou quando estiver flexionado no pretérito (GONZÁLEZ, 1994; RAE, 2010). Nos demais casos, o uso prescrito é arbitrário.

Ademais, importante ressaltar que desde sempre existiu uma hierarquia na composição de grupos de clíticos, obedecendo a seguinte ordem de aparecimento: se + clíticos de 2ª pessoa + clíticos de 1ª pessoa + clíticos de 3ª pessoa. Há a possibilidade, ainda que rara, de existirem grupos formados por três clíticos, como em *Todo lo que tenía semelo han llevado*.¹⁰¹

É possível a hipótese de que o predomínio dos clíticos em posição proclítica se deve ao fato de que os morfemas de concordância de sujeito são agrupados à direita do lexema verbal e os que marcam a concordância dos objetos tendem a se apresentar à esquerda, para evitar acúmulo de elementos morfemáticos e consequente dificuldade de processamento. (ENRIQUE-ARIAS, 1993, p. 57). Nesse sentido, a ênclise a formas não pessoais e às formas imperativas é justificada. Contudo, não nos resulta totalmente convincente quando observamos que somente a conjugação imperativa para o *vosotros* dispõe de morfema de pessoa próprio

¹⁰⁰ Por Petrolini Jr. (2009, p. 150)

¹⁰¹ Esta hierarquia é herança dos casos latinos.

(*canta-d*), enquanto que as demais formas provêm do subjuntivo (*cante usted*, *canten ellos*) e mesmo assim em todas as possibilidades é utilizada a ênclise.

A questão do posicionamento dos clíticos em espanhol fica ainda mais complexa quando está em jogo não mais apenas um verbo, mas sim dois ou mais, compondo um dos quatro tipos de combinação que serão expostas a seguir. Para cada um dos quatro tipos, há considerações morfossintáticas específicas, o que aumenta mais ainda o grau de complexidade.

3.3.3.2 Clíticos em combinações de verbos

3.3.3.2.1 Clíticos em perífrases verbais

O trabalho de Petrolini Jr. (2009) sobre gramaticalização e colocação de clíticos pronominais em sequências verbais do espanhol (e do português brasileiro), fornece um panorama importante de como os elementos nas sequências de verbos selecionam seus argumentos e, conseqüentemente, de como os clíticos se encaixam na substituição destes.

O ponto de partida para qualquer discussão, segundo o autor, é a observância das regras estipuladas para os verbos simples; ou seja, ênclise apenas para o afirmativo positivo, o infinitivo e o gerúndio, próclise para os demais casos e restrição de adjunção de clíticos ao particípio.

O segundo ponto é o estágio de gramaticalização da sequência de verbos: quanto mais avançado o estágio, mais fixo o bloco e com possibilidade variável de adjunção de clíticos menos flexível.

No caso das perífrases, um composto de verbos que formam bloco único e que atua como núcleo do sintagma, compostas pela estrutura [verbo _{auxiliar} + verbo _{predicador}], os clíticos podem se unir tanto ao primeiro verbo da sequência quanto ao segundo. Deste modo, poderíamos ter¹⁰²:

¹⁰² Exemplos baseados em Petrolini Jr (2009, p. 153)

- (80) *Vas a decírnoslo. /Nos lo vas a decir.*
- (81) *Telo he dicho.*
- (82) *Con haberle dado el regalo, ya me hubiera puesto contento.*
- (83) *¿Estás mirándolo?/ ¿Lo estás mirando?*
- (84) *No voy a tener que rendirme ahora.*
No me voy a tener que rendir ahora.
- (85) *He vuelto a enamorarme de la misma persona.*
Me he vuelto a enamorar de la misma persona.
- (86) *No puedes habérselo dicho.*
No se lo puede haber dicho.

No exemplo 82, podemos verificar restrição no posicionamento pelo fato de a perífrase ser composta por [verbo auxiliar + verbo participípio], tendo-se em conta que o participípio não recebe clíticos. Nos casos dos exemplos 84, 85 e 86, com estrutura composta por mais de dois verbos, na estrutura [[auxiliar + predicator] + verbo], o clítico pode variar sua posição, podendo estar ligado a qualquer um dos elementos.

Em tese, seria a forma finita do verbo que faz parte da perífrase a que poderia seleccionar argumentos e atribuir-lhes papel temático. No entanto, há a possibilidade de movimento do clítico para junto do verbo que inicia o segmento, o que chamamos de *clitic climbing*, ou seja, subida do clítico. Esta subida não é possível em todos os segmentos compostos por mais de um verbo, tão somente ocorrendo em estruturas mais gramaticalizadas¹⁰³.

¹⁰³ Restrições para a subida do clítico (cf. PETROLINI Jr., op. cit.):

- a) Se o objeto for gerado no interior de uma oração subordinada:
 (87): *Quiere que lo sepas.*
 (88): **Lo quiere que sepas.*
- b) Em orações subordinadas implícitas introduzidas por conectivos:
 (89): *Pensó en animarlo.*
 (90): **Lo pensó en animar.*
- c) A subida é impossível quando entre a posição inicial do clítico e a final existe uma negação:
 (91): *Pienso no hacerlo.*
 (92): **Lo piensa no hacer.*

Se a negação estiver anteposta, a subida é possível.

- (93): *No piensa hacerlo.*
 (94): *No lo piensa hacer.*

Vejam os exemplos:

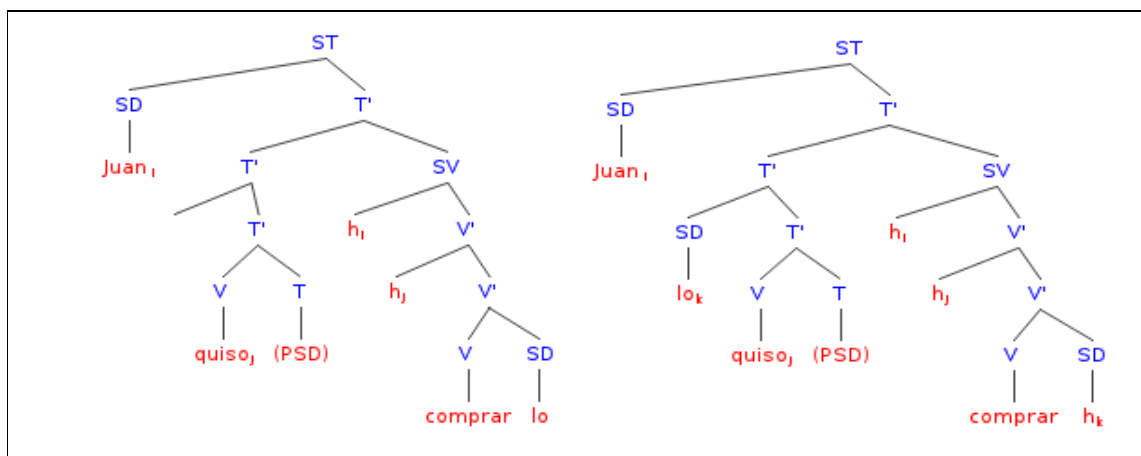


FIGURA 3 : MOVIMENTO DE SUBIDA DO CLÍTICO (BASEADO EM MONTRUL, 2004)

Os símbolos h_i , h_j e h_k marcam a posição das pegadas sintáticas deixadas no deslocamento dos termos. O termo PSD foi utilizado para marcar os traços do passado. Na segunda árvore, percebe-se a referida subida do clítico, com o deslocamento do mesmo para uma posição superior na árvore sintática.

Outra observação importante é que, para movimentar elemento parte de conjuntos de clíticos, há que ser movimentado todo o bloco.

(101) *Vas a decírnoslo.* / **Nos vas a decírllo.*

Quanto aos verbos auxiliares pronominais, há restrição na anteposição dos clíticos para a forma não pessoal, já que “ao haver uma coesão mais forte entre o auxiliar e o pronome que dele faz parte, outro termo não pode se posicionar entre os dois” (exemplo 102a). (PETROLINI Jr., 2009, p. 155).¹⁰⁴ Se for o verbo principal o de

d) Quando há grupos de clíticos, ou todos sobem ou nenhum:

(95): *Quiere dárselo.*

(96): *Se lo quiere dar*

(97): **Lo quiere darse.*

(98): **Se quiere darlo.*

e) Os verbos de controle de objeto não permitem a subida do clítico.

(99): *Permitió (a Pedro) comprarla .*

(100): **La permitió (a Pedro) comprar.*

¹⁰⁴ Quando o clítico reflexivo atuar como dativo de interesse, há a possibilidade de interpolação: Me lo puse a comer.

natureza pronominal, não há restrição de deslocamento (102b), o mesmo ocorrendo com a forma pronominal apassivadora ou indeterminadora *se* (102c).

- (102) a) *Se puso a contarlo.* / **Selo puso a contar.*
 b) *Tengo que irme.* / *Me tengo que ir.*
 c) *Suele vivirse bien en este país.* / *Se suele vivir bien en este país.*

3.3.3.2.2 Clíticos nos “casos fronteirços”

Os casos fronteirços são aqueles que se assemelham semanticamente às perífrases, mas que, por se apresentarem em estágio de gramaticalização distinto delas, necessitam de uma análise particular. (GÓMEZ TORREGO, 1988).

São exemplos de casos fronteirços construção com os volitivos e os modais + infinitivo, i.e., [querer/pensar + infinitivo]. Os referidos verbos, então, estariam em transformação lexical, passando para a categoria de *auxiliares*, deixando de indicar algo do mundo biopsicofisicossocial, para adquirir função gramatical. (PETROLINI Jr., 2009, p. 68).

Uma maneira de identificarmos os casos fronteirços é o confronto com as quatro marcas típicas das perífrases (cf. GÓMEZ TORREGO, 1988). Se a construção não se encaixar em algum ponto, temos a constatação de que se trata de um estágio intermediário de gramaticalização, com a oscilação entre “ser perífrase” ou apenas duas unidades lexicais:

- a) O termo auxiliado não pode ser substituído por um sintagma nominal, um pronome ou uma oração substantiva introduzida por *que*, o que o caracterizaria como um argumento ou parte de um argumento do verbo que o precede.

(103) *Voy a estudiar aquí.* (perífrase)

**Voy [a] eso.*

(104) *Siempre pienso en estudiar aquí.* (não perífrase)

Siempre pienso en eso.

- b) A forma pessoal tampouco pode fazer parte do sujeito da voz passiva correspondente à ativa que contém a suposta perífrase, já que isso caracterizaria como objeto direto do primeiro verbo.

(105) ¿Pudiste hacer algo? (perífrase)

(106) *¿Hacer algo fue podido [por ti]?

(107) ¿Decidiste hacer algo? (não perífrase)

(108) ¿Fue decidido [por ti] hacer algo?

- c) Há a impossibilidade de o provável verbo principal ser substituído por um pronome interrogativo quando a estrutura for transformada em pergunta, já que a transformação implicaria que o interrogativo fosse compreendido como argumento do item conjugado.

(109) Voy a pasar por tu casa. (perífrase)

* - ¿A qué vas? / - A pasar por tu casa.

(110) Quiero pasar por tu casa. (não perífrase)

* - ¿Qué quieres? / - Pasar por su casa.

- d) Na perífrase não é possível que a forma não pessoal conte com um sujeito diferente da que o precede.

(111) Voy a estudiar aquí. (perífrase)

*Voy a que estudies aquí.

(112) Siempre pienso en estudiar aquí. (não perífrase)

Siempre pienso en que estudies aquí.

Vejamos a análise do exemplo a seguir, a partir dos critérios citados para o reconhecimento de uma perífrase:

(113) Tú quieres ir a Europa.

a) Tú quieres eso. (não perífrase)

b) * Ir a Europa es querido por ti. (perífrase)

c) - ¿Qué quieres? / - Ir a Europa. (não perífrase)

d) Tú quieres que yo vaya a Europa. (não perífrase)

No exemplo, foi possível aplicar o teste de restrição em três dos quatro itens, com exceção apenas do teste de substituição por voz passiva. Temos aí o nível

intermediário entre as perífrases e as construções que não formam um bloco, os chamados casos fronteiros por Gómez Torrego (1988).

Por conta de sua condição ambígua, nos casos fronteiros o clítico pode tanto se unir ao primeiro verbo da estrutura quanto ao segundo.

(114) *Quisimos entregátelo ayer. / Telo quisimos entregar.*

¿Piensas decírselo a Juan? / ¿Selo piensas decir a Juan?

3.3.3.2.3 Clíticos em locuções verbais

As locuções verbais são blocos de significado único e novo em que não se faz presente nem o significado do verbo 1 nem o do que lhe foi acrescentado para compor a estrutura. Não há também modificações temporais, aspectuais, modais nem estilísticas, já que não há um auxiliar na construção. Não são segmentáveis semanticamente nem sintaticamente. O clítico deve acompanhar o primeiro verbo, já que é este o que seleciona o argumento. A próclise ou a ênclise dependem das regras citadas anteriormente, relativas à natureza de conjugação dos verbos.

Exemplos:

(115) *Melo dio a entender. / *Dio a entendérmelo.*

(116) *Les diste que hablar. / *Diste que hablarles.*

Se a estrutura for combinada com uma perífrase, o clítico pode ser colocado tanto junto ao auxiliar da perífrase quanto ao segundo verbo desta.

Exemplo:

[estar + echar a perder]

(117) *No estoy echándolo a perder. / No lo estoy echando a perder.*

** No estoy echando a perderlo.*

3.3.3.2.4 Clíticos em sequências de verbos

Nas sequências de verbos em que um deles é argumento ou adjunto do outro, temos uma construção que não constitui um bloco. A relação entre os termos provavelmente está em um estágio de gramaticalização inicial, visto que cada elemento ainda mantém seu sentido pleno, exhibe seu conteúdo nocional e ainda possui argumentos próprios.

Em vias gerais, o clítico deveria acompanhar o verbo que o seleciona; no entanto, há situações em que há a dupla possibilidade de adjunção, por conta da natureza semântica e sintática do verbo. Vejamos um exemplo em que o verbo *venir* vem seguido de uma oração final cujo núcleo é um infinitivo.

Exemplos:

(118)¹⁰⁵ *Vino a traernos los huevos.*

Vino a traérnoslos. Nos los vino a traer.

**Nos vino a traerlos.*

Para o exemplo citado, a agramaticalidade foi gerada por conta da relação equivocada entre o verbo que selecionou os argumentos (*traer*) e a movimentação de apenas um deles para junto do verbo *venir*, lembrando que a movimentação deve ser do bloco de clíticos em sua totalidade.¹⁰⁶

Fernández Soriano (2000, p. 1262) cita que os verbos modais, os aspectuais, os causativos e aqueles em que o sujeito é correferente com o do verbo incrustado, são os que permitem duplo posicionamento dos clíticos. Lembrando que os modais estão situados nos casos fronteiros, fato que não é considerado pela autora, excluiremos estes da atual explicação.

Exemplos:

(119) *Juan se quedó mirándonos.*

Juan senos quedó mirando.

(120) *María hizo a su hijo comer el postre.*

María hizo a su hijo comerlo.

¹⁰⁵ Novamente baseados em Petrolini Jr. (2009).

¹⁰⁶ As exceções já foram tratadas anteriormente.

María selo hizo comer.

(121) *Teresa intentó traer el coche.*

Teresa intentó traerlo.

Teresa lo intentó traer.

Ainda segundo Fernández Soriano (2000, p. 1263), a maioria dos verbos de opinião, crença ou conhecimento, e os chamados factivos (os que dão a impressão de que a proposição é verdadeira, como os verbos *saber*, *lamentar*) não admitem receber os clíticos referentes a seus complementos:

Exemplo:

(122) *Afirma saberlo todo.*

**Lo afirma saber todo.*

(123) *Lamento conocerte.*

**Te lamento conocer.*

Parece-nos um tanto equivocada, assim como para Petrolini Jr. (2009), as afirmações categóricas de Fernández Soriano (2000). Vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo:

(124) *Cree saberlo todo.*

Lo cree saber todo.

O verbo *creer*, de crença, no exemplo acima, está recebendo o clítico provindo do seu complemento, o que de fato não é agramatical e permitiria a subida sintática do clítico, o que vem na contramão com o afirmado por Fernández Soriano (2010).

Diante das diversas possibilidades de adjunção e de movimento do clítico visualizadas para as combinações de verbos que não constituem um bloco, em nossa pesquisa avaliaremos essencialmente se o clítico acompanha o verbo que o seleciona e, caso isto não ocorra analisaremos se o movimento pode ou não ser considerado como agramatical, ferindo os critérios semânticos e sintáticos para a estrutura.

O estudo dos clíticos, em conjunto com os outros dois fenômenos linguísticos citados anteriormente (infinitivo conjugado e uso do *a pessoal*), pode fornecer um importante panorama do que se entende por “castelhano de Portugal”, expondo questões que perpassam a linguagem e se relacionam com as idiossincrasias dos autores portugueses que escreveram em espanhol no período e espaço históricos delimitados para esta pesquisa.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão apresentados os estágios percorridos para a realização desta pesquisa. Iniciamos com a apresentação do corpus, seguindo com a exposição das variáveis dependentes e independentes e, por fim, com o procedimento metodológico utilizado no tratamento e análise das ocorrências.

4.1 A COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Os textos selecionados para esta pesquisa foram obtidos a partir de pesquisa nos endereços eletrônicos da Biblioteca Nacional de España e da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁰⁷. Ambas as bibliotecas dispõem de acervo digitalizado de todo tipo de texto, em especial os antigos, escritos nas mais variadas línguas, que passaram por tratamento digital para que não se perdessem com tempo e pudessem alcançar um número maior de leitores.

Procuramos por autores citados no *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, obra escrita por Domingo García Pés, em 1890, que contém uma compilação de aproximadamente seiscentos nomes de autores e excertos de suas obras do tempo que estamos estudando. Após seleção dos nomes, buscamos nas bibliotecas as obras dos referidos autores, que necessitavam ter publicado em ambas as línguas, para que fosse possível justificar o fato da *interferência linguística* por transposição das estruturas do português sobre as do espanhol. Lembrando que no *Catalogo Razonado* não são citadas as obras em português dos autores, caso as tenham escrito.

Após encontrar os textos digitalizados dos autores selecionados, em ambas as línguas, um novo critério de seleção foi aplicado: a legibilidade dos textos. Apesar de alguns estarem bem conservados, foram impressos originalmente em letras do

¹⁰⁷ Endereços eletrônicos: www.bne.es (Espanha) e www.bnportugal.pt (Portugal).

estilo gótico ou se encontram ainda manuscritos, o que dificulta a leitura e a busca pelos dados (que foram localizados, nesta pesquisa, sem auxílio de ferramenta de busca). Os textos que se encontram danificados (rasgados, sujos, borrados, emendados), mas impressos em fonte tipográfica, foram utilizados em sua totalidade, considerando que não restaram muitos com as características linguísticas desejadas.

A seguir, exemplos de textos manuscritos, letra gótica e de texto com emenda após impressão:

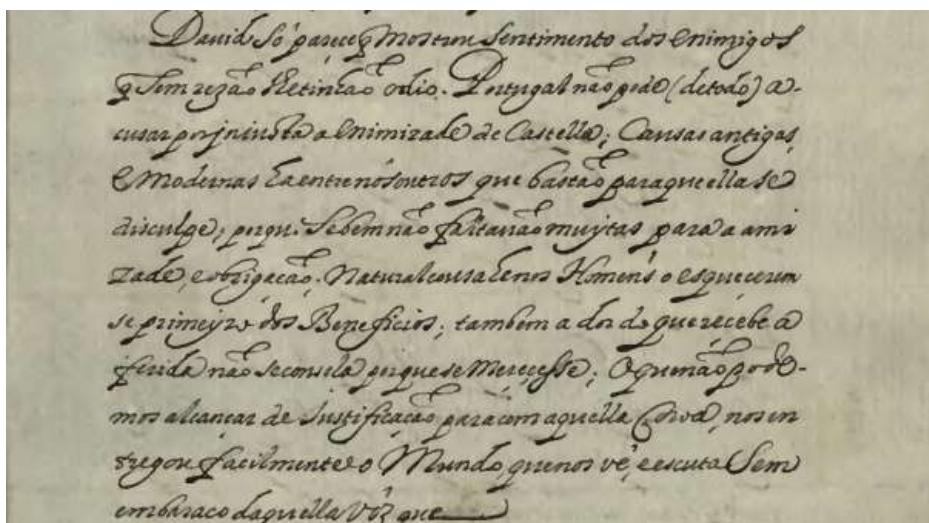


FIGURA 4: EXEMPLO DE TEXTO MANUSCRITO UTILIZADO NA COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE CONTROLE

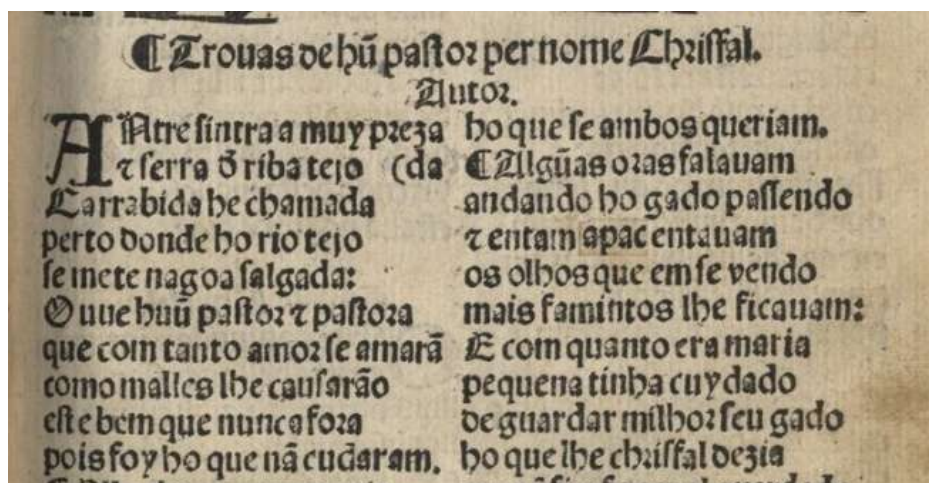


FIGURA 5: EXEMPLO DE LETRA GÓTICA - TEXTO DO GRUPO DE CONTROLE

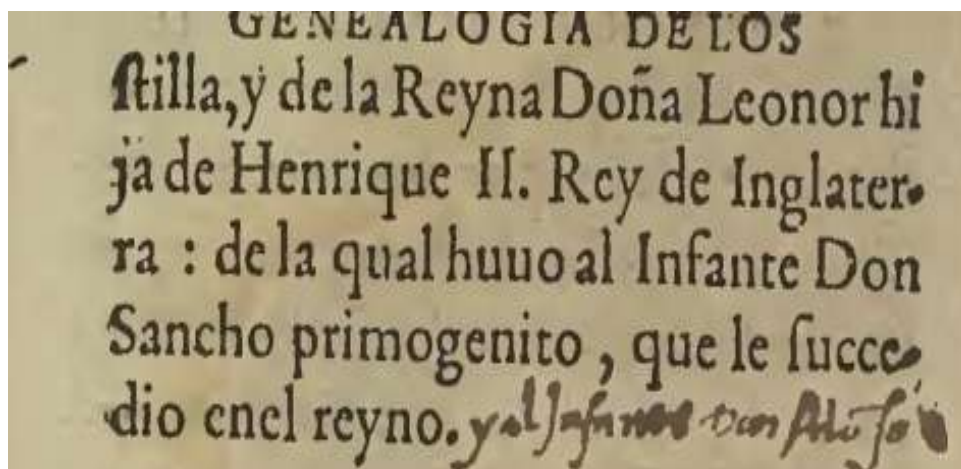


FIGURA 6: EXEMPLO DE TRECHO COM EMENDAS UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Após análise e seleção, foram os textos seguintes em espanhol os utilizados para a coleta de dados:

TABELA 1: TEXTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
APRESENTACAO, Luís da. (1581-1653)	Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi	Prosa	146
ARAGAO, Fernando Ximenes de. (15---1630)	Restauracion del hombre y consolacion sobrenatural de la Theologia	Prosa	379
AZEVEDO, Luís Marinho de. (?-1652)	Exclamaciones politicas, juridicas, y morales. Al Summo Pontifice, Reyes, Principes, Respublicas amigas, y confederadas con el Rey Don Juan IV. de Portugal...	Prosa	204
CAMOENS, Luiz de. (1524?-1580)	Poesías castellanas y autos	Verso	199*

(continua)

TABELA 1: TEXTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS (continuação)

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
CORTE REAL, Jerónimo. (1530-1590)	Felicissima victoria concedida del cielo...	Verso	464
LEAO, Duarte Nunes de. (1530- 1608)	Genealogia verdadera de los reyes de Portugal	Prosa	208
MACEDO, António de Sousa de. (1606-1682)	Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento...	Prosa	24
MELO, Francisco Manuel de. (1608- 1666)	Historia de los movimientos y separasion de Cataluña	Prosa	348
VIEIRA, Antonio. (1608-1697)	Las cinco piedras de la honda de David	Prosa	190
VICENTE, Gil. (1465?-1537)	Copilacam de todas las obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco liuros.	Verso	534*

Portanto, foi utilizado um total de dez autores e dez obras, três delas escritas em verso e sete em prosa, totalizando 2696 páginas analisadas. É um número bastante expressivo de material para análise, já que estamos trabalhando com múltiplas variáveis linguísticas. O asterisco após o número de páginas significa que a obra foi escrita parte em português e parte em espanhol.

As obras em português dos mesmos autores, utilizadas para a composição de um dos grupos de controle, são as seguintes:

TABELA 2: AUTORES E OBRAS UTILIZADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
APRESENTACAO, Luís da. (1581-1653)	Excellencias da misericordia, e fructos da esmola.	Prosa	424
ARAGAO, Fernando Ximenes de. (15---1630)	Doutrina catholica para instrucção e cõfirmacão dos fieis...	Prosa	284
AZEVEDO, Luís Marinho de. (?-1652)	Commentarios dos valerosos feitos, que os portuguezes obraram em defesa de seu Rey	Prosa	296
CAMOENS, Luiz de. (1524?-1580)	Poesías castellanas y autos	Verso	199*
CORTE REAL, Jerónimo. (1530-1590)	Naufragio e lastimoso sucesso da perdiçam...	Verso	426
LEAO, Duarte Nunes de. (1530-1608)	Descripção do Reino de Portugal	Prosa	355
MACEDO, António de Sousa de. (1606-1682)	Falla, que fez o D. Antonio de Sousa de Macedo,	Prosa	8
	Reposta (sic) a huma pessoa que pedia se escrevese a vida do santo Principe Dom Theodozio	Prosa	8
MELO, Francisco Manuel de. (1608-1666)	Discursos. E papeis varios. Manuscriptos. Prozas, e versos, próprios	Prosa	544
VIEIRA, Antonio. (1608-1697)	Sermoens	Prosa	689
VICENTE, Gil. (1465?-1537)	Copilacam de totalas obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco liuros.	Verso	534*

Para este grupo de controle, o Grupo de Controle 1, temos disponíveis 3034 páginas, caso seja necessário o confronto com algum dado obtido na coleta de dados ou para fundamentar as teorias gerais sobre as variáveis linguísticas em questão.

O Grupo de Controle 2 é composto por textos de escritores espanhóis da época e foi criado para o confronto de algum dado obtido nos textos dos escritores

portugueses, para testar quais os parâmetros que eram utilizados no espanhol da época e a relação destes com o espanhol empregado pelos portugueses:

TABELA 3: OBRAS PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE 2

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. (1547-1616)	El ingenioso hidalgo don Quixote de la Mancha	Prosa/ Verso	919
QUEVEDO, Francisco de. (1580-1645)	Politica de Dios, gouerno de Christo, tirania de Satanas escruuielo con las plumas de los Euangelistas don Francisco de Queuedo y Villegas, cauallero de la Orden de Santiago	Prosa	82
VEGA, Lope de. (1562-1635)	El peregrino en su patria	Prosa/ Verso	518
VEGA, Garcilaso de la. (1501-1536)	Obras del excellent poeta Garci Lasso de la Vega con anotaciones y emiendas del maestro Francisco Sanchez	Verso	130

Temos disponíveis 1649 páginas para confronto de dados, maioria em verso. Os escritores e as obras utilizados neste grupo são considerados como os grandes clássicos da língua castelhana.

E para a composição do Grupo de Controle 3, um grupo com autores que escreveram unicamente em português, temos:

TABELA 4: OBRAS PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTROLE 3

AUTOR	OBRA	TIPO	QTD. PÁG.
BARROS, João de. (1496-1570)	Chronica de Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem...	Prosa	572
FALCAO, Cristóvão. (1515-1557?)	Trouas de Chrisfal	Verso	16
MORAIS, Francisco de. (1500-1572)	[Primeira [-segunda] parte de Palmeyrim de Inglaterra...	Prosa	490
RIBEIRO, Bernardim. (1482-1552)	Hystoria de menina e moça	Prosa	354

No Grupo de Controle 3, estão obras para coleta de dados e composição de exemplos para as teorias relacionadas às variáveis linguísticas e a contraposição dos fenômenos entre as línguas. É composto por obras clássicas do português quinhentista, maioria em prosa. Total de 1432 páginas para consulta.

4.2 AS VARIÁVEIS EM PESQUISA

As variáveis delimitadas para este estudo seguem os modelos de estudo de Paul Teyssier (2005) em sua pesquisa sobre a caracterização da/s língua/s utilizadas por Gil Vicente, especialmente analisadas nos itens “J – Lusismos relativos à morfologia do verbo” (p. 450) e “L – Lusismos de Sintaxe” (p. 465).

4.2.1 Variáveis dependentes de natureza linguística

Considerando que uma variável dependente é aquela que está diretamente ligada com os procedimentos de investigação e com os resultados de pesquisa desejados, selecionamos as que entendemos como mais significativas para a marcação de uma interferência linguística, por conta de fatores contrastivos marcados entre o português e o espanhol.

Conforme Teyssier (2005, p. 465), o parentesco entre o português e o espanhol é tão próximo que as diferenças sintáticas entre as duas línguas são muito limitadas e, por outro lado, a sintaxe do espanhol e a do português antigo eram em muitos aspectos bem mais livres ou diversificadas do que hoje. “Será pois conveniente ser muito prudente na apreciação dos lusismos de sintaxe.” (2005, p. 466).

Teyssier (idem, ibidem) ainda cita que “estamos em domínio em que a identificação do lusismo se torna difícil” ao se referir às variações no nível sintático, e cita duas das variáveis dependentes de nosso estudo como “dois casos muito nítidos” de lusismos: “o lugar dos pronomes átonos nas subordinadas” (aqui reinterpretado como *posição dos clíticos com relação a verbos simples e*

combinações de verbos) e o emprego do “a pessoal”. Com relação à nossa terceira variável dependente, “o uso do infinitivo flexionado” relacionada em um primeiro momento a lusismos de morfologia¹⁰⁸, o autor cita que “este é um dos traços mais evidentes e mais bem marcados do *castelhano de Portugal*”.

Apesar de o estudo do autor abarcar questões relacionadas à sintaxe e à morfologia, seu grande norte são as questões relacionadas ao léxico. Teyssier faz um levantamento de “lusismos de vocabulário” muito completo, do mesmo modo para “lusismos gráficos” e “lusismos de rima”. Quanto aos lusismos de morfologia, o autor cita também alterações nas conjugações verbais, como a troca pelas desinências –eço quando no espanhol deveria ser utilizado –ezco, e alterações gráficas na ortografia de verbos como *crer* quando em espanhol o uso é *creer*.

O objetivo deste trabalho não é avaliar questões de léxico, pelo fato de considerarmos este nível como “mais solto”, mais propício a receber interferências. Escolhemos as três variáveis citadas, situadas no nível morfossintático, por acreditarmos ser o ambiente menos propício para a variação, já que é o núcleo rígido de uma língua e que a caracteriza frente às demais. A variação no nível morfossintático, em nosso ver, seria a mais significativa na concepção do *castelhano de Portugal*, e a que realmente colocaria em relevo a (não) proficiência dos escritores portugueses bilíngues da época.

A seguir, as variáveis dependentes e consequentes variáveis independentes¹⁰⁹.

4.2.1.1 Uso da preposição *a* diante de complementos de traço [+humano]

Esta variável, conhecida também por “uso do *a* pessoal”, é estudada por Teyssier (2005, p. 467) e diversos outros autores (Lapesa, 2000; Laca, 1985; etc.) e

¹⁰⁸ Contudo, é impossível caracterizá-lo sem a observação da sintaxe oracional, analisando um espectro mais amplo.

¹⁰⁹ Um dos preceitos mais significativos da Sociolinguística é a *análise linguística de regras variáveis condicionadas por fatores linguísticos e extralinguísticos*. (LABOV, [1972] 2008; 1978; 1994; 2001; 2003; 2010)

apontada como uma das características mais peculiares do espanhol frente ao português dos séculos XVI e XVII.

Nas palavras de Teyssier (p. 467), “na época de Gil Vicente o espanhol já tinha generalizado o emprego da preposição *a* antes de complementos diretos de pessoas e afastava-se assim claramente do português”. Ainda, “é sobretudo antes dos nomes próprios de pessoas e antes dos substantivos relacionados com pessoas definidas que o ‘*a* pessoal’ se encontra mais regularmente empregado no castelhano do século XVI” (idem, p. 468)

A Real Academia Espanhola (2005) prescreve o uso mais amplo para a preposição *a* diante de complementos diretos¹¹⁰, e ainda cita a variação histórica em que o uso era arbitrário diante de nomes de lugares (que não deixam de ser substantivos próprios), enquanto que hoje o uso não é prescrito.

Alguns exemplos de uso de *a* pessoal em textos do grupo de controle composto por escritores monolíngues em espanhol:

TABELA 5: EXEMPLOS DO A PESSOAL NO ESPANHOL RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE

AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
Cervantes	17v	Con este pensamiento, guiò <u>a</u> Rozonate hacia su aldea: el qual casi conociendo la querência, com tanta gana començò a caminar, que parecía que no ponía los pies en el suelo.
Cervantes	20	Y en diciendo esto, picò <u>a</u> su Rocinante, e en breve escacio se apartò dellos.
Cervantes	26	[...] y quando estaba muy cansado, dezia que avia muerto <u>a</u> quatro Gigantes como quatro torres,
Lope de Vega	3v	Alli <u>a</u> Philipo pintaron
Lope de Vega	6v	, y uma divina Simpatia de Estrellas forço <u>a</u> Florinda amasse a Doricleo, y desfavoreciesse a Filandro...

¹¹⁰ Conforme destacado no capítulo anterior.

Para atestar o contraste entre as duas línguas, foram utilizadas construções do grupo de controle composto por escritores monolíngues em português, língua em que não se utiliza o *a pessoal* nos mesmos moldes que o espanhol.

TABELA 6: EXEMPLOS DA INEXISTÊNCIA DO “A PESSOAL” NO PORTUGUÊS (RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE)

AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
Francisco de Moraes	23	O gigante mādou também prover ØPandaro & Ø Daliagam quedisso tinhão necessidade,
Francisco de Moraes	24	[...] fez cavaleiro por sua mão Ø Palmeirim de Inglaterra.
Francisco de Moraes	29	O Emperador teve cousa nova ver nomear Øo sábio Daliar ...
João de Barros	15	: porque diziaõ, que era por acharem morto em sua casa Øo Principe Clarimundo...

A hipótese que adotamos para esta variável é a de que os autores portugueses em estudo *não* empregaram a preposição *a* quando o contexto assim o exigia por não dominarem a estrutura gramatical específica do castelhano. Partimos do estudo base de Teyssier (2005, p. 468), que constatou um número elevado de complementos não introduzidos pela preposição *a* (41%) em relação aos introduzidos (59%), em alguns textos de Gil Vicente. Deste modo, “não é respeitado o uso espanhol e é nesse facto que reside o lusismo”. (idem, p. 469).

4.2.1.2 O infinitivo pessoal no espanhol

Conforme anotado no Capítulo anterior desta Tese, o infinitivo pessoal existe tanto em português como em espanhol; o que não existe é o *infinitivo flexionado* em espanhol, ou seja, marcação morfológica acrescentada ao radical de infinitivo com função realçadora ou especificadora do sujeito.

O infinitivo flexionado é, para Teyssier (2005, p. 459), entre todos os lusismos, “o mais real, o mais completo e o mais interessante”. E ainda: “era, portanto, fatal

que os Portugueses, quando pensavam uma frase com um infinitivo flexionado, fossem tentados a decalcar esta formulação no espanhol”. (idem, ibidem)

Ao analisarmos os textos em português dos grupos de controle, percebemos um número bastante elevado de usos do infinitivo flexionado. A recorrência deste fenômeno linguístico no português também poderia ser um dos fatores motivadores do uso equivalente em espanhol.

Os dados a seguir são retirados de João de Barros (do grupo de controle) e servem para exemplificar o uso no português:

TABELA 7: EXEMPLOS DO INFINITIVO FLEXIONADO NO PORTUGUÊS RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE

INFINITIVO FLEXIONADO		
AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
João de Barros	42	: e querendo ele entrar com o seu cavallo, pera <u>passarmos</u> ambos, e deshi tornarem pelos escudeiros, disse eu:
João de Barros	59	, que se nos agora não <u>vingarmos</u> dele, que nunca o faremos:

(continua)

TABELA 7: EXEMPLOS DO INFINITIVO FLEXIONADO NO PORTUGUÊS RETIRADOS DO GRUPO DE CONTROLE (continuação)

INFINITIVO FLEXIONADO		
AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
João de Barros	375	; e se isto não determinas, disposto estás pera ambos <u>entrarmos</u> nesta contenda.
João de Barros	138	, porque além de nisso <u>ganhares</u> gloria, farás que minha alma não pareça fenecendo em tal estado.
João de Barros	102	, pois nasci pera me <u>matardes</u> ,
João de Barros	107	, se o vós não <u>tomardes</u> por grande trabalho.
João de Barros	108	, o que vós dele <u>ordenardes</u> recebo eu em grande mercè.
João de Barros	216	, que se queimaraõ mais de trinta homens, sem os livros <u>receberem</u> danno.
João de Barros	228	, armouse Clarimundo de sus armas leves que nos taes tempos levava por lhe não <u>impedirem</u> a subida,

Citamos exemplos para as quatro marcações possíveis: 2ª pessoa do singular em *–es* (ganhares); 1ª pessoa do plural em *–mos* (*passarmos*, *vingarmos*, *entrarmos*); 2ª pessoa do plural em *–des* (*ordenardes*, *tomardes*, *matardes*); e 3ª pessoa do plural em *–em* (*receberem*, *impedirem*), todas inexistentes em espanhol.

Se tivéssemos uma interpretação da estrutura morfológica do infinitivo pessoal e flexionado português, para o infinitivo pessoal não flexionado espanhol, teríamos correspondentes traduções das sentenças anteriores para sentenças agramaticais como as que seguem¹¹¹:

(125)

: **y queriendo él entrar com su caballo, para pasarmos ambos, y así tornaren por los escuderos, le dije yo:*

(126)

; **y se esto no determinas no vengarmos, dispuesto estás para ambos entrarmos en esta contenda.*

(127)

, **porque además de en esto ganares gloria, harás que mi alma no parezca feneciendo en tal estado;*

O mais recorrente em espanhol para os casos acima seria o uso do infinitivo pessoal não flexionado ou a comutação por estrutura com subjuntivo:

(128)

: **y queriendo él entrar com su caballo, para pasar/que pasásemos ambos, y así tornaren por los escuderos, le dije yo:*

(129)

; **y se esto no determinas no vengar/que no (nos) vengemos, dispuesto estás para ambos entrar/que ambos entremos en esta contenda.*

(130)

, **porque además de en esto ganar/que ganes gloria, harás que mi alma no parezca feneciendo en tal estado;*

¹¹¹ Livre tradução nossa.

Considerando, então, que o infinitivo flexionado existe em português e inexistente em espanhol e tendo-se em conta a proximidade estrutural entre as línguas, nossa hipótese para esta variável é de que os autores portugueses dos séculos XVI e XVII, ao escreverem em castelhano, tenderiam a utilizar o infinitivo flexionado, sobrepondo as regras de uma língua à outra e gerando sentenças agramaticais conforme as que citamos. Levaremos em conta também as afirmações de Frederico Diez (*apud* SAID ALI 1930, p. 93-94), um dos primeiros estudiosos do português, que todos os escritores portugueses ao escreverem em castelhano¹¹², com exceção apenas de Camões, utilizaram o infinitivo pessoal em suas obras, e a afirmação de Teyssier de que “Gil Vicente, como todos os seus pares, transpõe para o espanhol o infinitivo flexionado português”¹¹³ (2005, p. 454) (grifos nossos).

4.2.1.3 Posição dos clíticos com relação aos verbos

Este é o fenômeno menos desenvolvido no trabalho de Teyssier (2005). Há uma seção em sua pesquisa intitulada “lugar dos pronomes átonos nas subordinadas” (p. 466), que não trata necessariamente da posição dos clíticos com relação aos verbos, mas sim da existência de elementos de interpolação entre ambos.

O autor cita que, nas construções subordinadas, os pronomes átonos são sempre, em ambas as línguas, colocados antes do verbo. A diferença do português para o espanhol é que em português há a possibilidade de interpolação entre os elementos, enquanto que em espanhol não há. Contudo, mais adiante, o próprio autor reconhece que o fenômeno tem origem na língua medieval portuguesa e ocorria também no espanhol da Idade Média, desaparecendo do castelhano do século XVI. O uso da interpolação, neste cenário, é considerado como lusismo.

Consideraremos, de todo modo, os casos de interpolação, mas o foco essencial deste trabalho será a avaliação da posição que os clíticos ocupam com

¹¹² Citando provavelmente a época e os autores que estudamos neste trabalho.

¹¹³ Teyssier (2005, p. 454) cita 28 realizações do infinitivo flexionado, de diversos autos de Gil Vicente.

relação ao(s) verbo(s), tendo-se em consideração as diferenças estruturais entre ambas as línguas apontadas no capítulo anterior.

4.2.1.3.1 Clíticos em verbos simples

Partindo do pressuposto de que os autores portugueses não tinham plena proficiência no idioma castelhano, é de se esperar encontrar nos textos em espanhol produzidos por esses autores, construções como a referida “mesóclise” (entenda-se [verbo pleno + clítico de ênclise + verbo haver), existente em português e inexistente em espanhol. Do mesmo modo, espera-se o uso preferencial da ênclise, a mais recorrente forma de colocação de clíticos da época em textos portugueses, mesmo quando em espanhol o uso da próclise era prescrito.

Não serão analisadas posições de clíticos quando o verbo ocupar posição de início absoluto na sentença, tampouco quando estiver adjunto a alguma forma do passado, pela dupla possibilidade de colocação, enclítica ou proclítica, conforme anotado no capítulo anterior e exemplificado a seguir, a partir de dados dos grupos de controle:

TABELA 8: EXEMPLOS DE CLÍTICOS ENCLÍTICOS EM INÍCIO DE SENTENÇA

CLÍTICOS EM VERBOS			
ID.	AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
E	Cervantes	27v	Hizieron <u>le</u> a don Quixote mil preguntas..
E	Cervantes	27v	Hizose <u>se</u> assi, [...]
E	Cervantes	49	Contentose <u>se</u> con dos arrobos...
E	Cervantes	50v	Valame <u>se</u> Dios y quien...
E	Cervantes	90	Digolo <u>se</u> , porque essa bestezuela podrá suplir ahora la falta...
E	Cervantes	98	Retirose <u>se</u> el ventero...
E	Cervantes	100v	Usase <u>se</u> en esta tierra...
E	Cervantes	101	Levantate <u>se</u> Sancho
E	Lope de Vega	5v	Avisó <u>le</u> el Pescador
E	Lope de Vega	7	Armavase <u>se</u> Filandro las que
P	Cristóvão Falcão	3	Deyxoume <u>se</u> em escuridade
P	Cristóvão Falcão	3	Levaramme <u>se</u> toda agloria
P	Cristóvão Falcão	4	Vendome <u>se</u> em lugar tal

Nos exemplos citados, retirados dos grupos de controle, é possível perceber que não há diferença entre ambas as línguas com relação ao posicionamento do clítico quando o verbo ocupar posição de início absoluto da sentença. No mesmo Lope de Vega, contudo, encontramos exemplos de próclise ao verbo em início de verbo/sentença, o que nos permite detectar flutuação no posicionamento do clítico:

TABELA 9: EXEMPLOS DE CLÍTICOS PROCLÍTICOS EM INÍCIO DE SENTENÇA

CLÍTICOS EM VERBOS		
AUTOR	PAG	OCORRÊNCIA
Lope de Vega	12v	Que en años juveniles/ <u>Me</u> puso con Adelphica hermosa
Lope de Vega	28v	El Cesar celestial, en cuya noche/ <u>Se</u> vieron los prodigios...

Do mesmo modo, há flutuação na posição do clítico com relação ao verbo no passado, conforme os exemplos a seguir retirados dos grupos de controle:

TABELA 10: EXEMPLOS DE FLUTUAÇÃO NO POSICIONAMENTO DOS CLÍTICOS COM VERBO DO PASSADO

CLÍTICOS EM VERBOS		
AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
Cervantes	49	, <u>le</u> truxe a mi casa
Cervantes	101	, y Sancho <u>selo</u> llevó adonde...
Lope de Vega	7	, emprendio <u>se</u> el fuego
Lope de Vega	9	, <u>le</u> desengañaron de que

Para evitar interpretações equivocadas, também serão descartados os dados de posição com verbos conjugados no passado, qualquer passado simples, assim como clíticos unidos a verbos que iniciam sentença, como citado anteriormente. Para os demais casos, como os seguintes, prevalecerá a regra de posição prescrita a partir da natureza do verbo. O primeiro exemplo é de clíticos adjuntos em ênclise ao gerúndio; o segundo exemplo é de uso enclítico a verbo no infinitivo; o terceiro é de ênclise a verbos conjugados no imperativo afirmativo; e o último exemplo é de próclise preferencial nos demais casos (exemplo com presente do subjuntivo).

TABELA 11: EXEMPLOS DE POSICIONAMENTO DE CLÍTICOS PROTOTÍPICO DO ESPANHOL

CLÍTICOS EM VERBOS		
AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
Cervantes	48v	: y salteándose <u>se</u> al sedero,
Cervantes	101	Y beneficio de darnos un poco de romero
Cervantes	74	Llevenme a mi lecho, llamese si fuera posible a la sabia Urganda...
Cervantes	75	Para mi santiguada que yo <u>los</u> queme mañana...

4.2.1.3.2 Clíticos em sequências de verbos

Para os clíticos em construções com mais de um verbo, nossa hipótese é de que, pelo desconhecimento de movimentos considerados agramaticais no espanhol, devido a restrições semânticas e sintáticas de alguns verbos ou construções, foram geradas construções agramaticais, o que ratifica um processo de variação por interferência.

No primeiro exemplo, temos um caso de locução verbal, com o clítico ligado ao primeiro verbo da construção. Por estar no gerúndio, o clítico figura em posição enclítica. No segundo exemplo, temos um caso de sequência de verbos, em que o verbo que seleciona o argumento recebe o clítico (já que este é o argumento). Os clíticos aparecem em ênclise, pelo verbo estar ocupando posição inicial absoluta na sentença e estar conjugado no passado, podendo estar também em próclise. No terceiro caso, temos uma perífrase, construção em que o clítico deve estar adjunto tanto ao primeiro verbo da construção quanto ao segundo. Temos um caso de próclise ao primeiro verbo por conta de este estar conjugado no presente do indicativo. Se o clítico estivesse ligado à forma no infinitivo *llamar*, deveria estar enclítico.

Quanto ao outro exemplo retirado de Garcilasso, temos uma construção considerada “caso fronteiro”, em que o clítico pode estar adjunto a qualquer um dos verbos da sequência. Como está adjunto ao primeiro, e este se encontra no passado, há a possibilidade de próclise ou ênclise.

TABELA 12: EXEMPLOS DE POSICIONAMENTO DE CLÍTICOS PROTOTÍPICO DO ESPANHOL EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS

CLÍTICOS EM VERBOS			
ID.	AUTOR	PAG.	OCORRÊNCIA
E	Garcilasso	19	dando me a entender que mi flaqueza...
E	Lope de Vega	9v	Mandonosle llevar en braços,
E	Lope de Vega	12	Te han de llamar Bendita
E	Garcilasso	390	de penfar que fu padre la queria casar con otro
P	Cristóvão Falcão	11	<i>Fuyme</i> eu logo <i>julgar</i>

O último exemplo é de interpolação em construções com mais de um verbo (uma perífrase *ir(se) a julgar*), caso em que se percebe um pronome pessoal mais um advérbio de tempo entre o primeiro verbo e o segundo da perífrase, uma das características do português frente ao espanhol citadas por Teyssier (2005).

4.2.2 Variáveis independentes de natureza linguística

As variáveis independentes de natureza linguística, ou seja, os fatores de natureza interna da língua que influenciam na composição das variáveis dependentes, estão relacionadas nesta pesquisa com o contexto linguístico em que o dado está inserido e com peculiaridades de ordem morfossintática dos segmentos.

Comum às três variáveis dependentes, está a variável independente linguística “tipo de texto”. Seleccionamos textos em prosa e em verso, literárias ou não, para testar se os fenômenos poderiam estar preferencialmente condicionados em algum dos dois tipos, considerando o maior controle estético do texto em verso sobre o texto em prosa, menos controlado.

Para a variável linguística “Uso da preposição *a* diante de complementos de traço [+humano]”, avaliaremos também a natureza do complemento selecionado pelo verbo direto, para verificar maior ou menor proeminência do *a* em complementos compostos por substantivos próprios (incluindo nomes de lugares) ou em complementos formados por substantivos comuns que designam substantivos próprios. Em síntese:

VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGÜÍSTICAS	
USO DA PREPOSIÇÃO A DIANTE DE COMPLEMENTOS DE TRAÇO [+HUMANO]	Tipo de texto	prosa
		verso
	Natureza do complemento	substantivo próprio
		subst. comum que designa subs. próprio

QUADRO 20: VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGÜÍSTICAS PARA O “A PESSOAL”

Será considerado agramatical todo complemento direto de traço [+humano] que não apresentar o *a* antecedendo a estrutura.

Para a variável dependente “O infinitivo pessoal no espanhol”, considerando a diferença apresentada anteriormente entre *infinitivo pessoal* e *infinitivo flexionado*, além da variável dependente linguística “tipo de texto”, será analisada a variável “marcação morfológica”. Neste entendimento, quando houver marcação morfológica para o infinitivo pessoal (infinitivo flexionado), será atestada a agramaticalidade por interferência linguística.

A seguir o quadro síntese para a variável “O infinitivo pessoal no espanhol”:

VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGÜÍSTICAS	
O INFINITIVO PESSOAL NO ESPANHOL	Tipo de texto	prosa
		verso
	Marcação morfológica	marcado
		não marcado

QUADRO 21: VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGÜÍSTICAS PARA O “INFINITIVO PESSOAL”

Com relação à variável dependente “Clíticos em verbos simples”, temos um quadro mais amplo de variáveis independentes linguísticas a serem analisadas:

VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEL INDEPENDENTE LINGUÍSTICA	
CLÍTICOS EM VERBOS SIMPLES	Tipo de texto	prosa
		verso
	Quantidade de clíticos	1
		2
	Posição do(s) clítico(s) com relação ao verbo	próclise
		ênclise
		“mesóclise”
		mista
	Termo antecedente	início absoluto
		pausa
		preposição
		conjunção
		substantivo
		adjetivo
		advérbio
		numeral
	Tipo do verbo	pronome (não clítico)
		infinitivo
		gerúndio
		imperativo afirmativo
		imperativo negativo
		presente do indicativo
		presente do subjuntivo
		pretéritos do indicativo (quaisquer)
		pretérito do subjuntivo
		futuros do indicativo (quaisquer)
		futuro do subjuntivo

QUADRO 22: VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA OS “CLÍTICOS EM VERBOS SIMPLES”

Além do tipo de texto, para este caso foram selecionadas mais quatro variáveis independentes linguísticas, por conta dos processos envolvidos na organização interna do posicionamento dos clíticos. A variável dependente “quantidade de clíticos” é estreitamente ligadas às seguintes. Quando temos apenas um clítico, verificamos somente a posição que ocupa com relação ao verbo, ou seja, próclise ou ênclise. Quando ocupar posição de “mesóclise”, isto é, [ênclise ao

primeiro verbo + verbo haver], será atestada agramaticalidade, uma vez que a estrutura inexistia no espanhol da época em questão. Quando temos dois clíticos juntos, além da possibilidade de posicionamento de ambos em próclise ou ênclise, temos a possibilidade de adjunção mista, estando um dos clíticos ligado em próclise e o outro em ênclise, no mesmo verbo. A adjunção mista também é agramatical. A posição que os clíticos ocupam com relação ao verbo será delimitada na variável independente “posição do(s) clítico(s) com relação ao verbo”, a partir das possibilidades de adjunção citadas anteriormente com relação à qualidade do verbo – variável independente “tipo do verbo”. Em acréscimo, analisaremos se há algum fator contextual condicionante para o uso preferencial pela próclise ou ênclise, por meio dos instrumentos da variável independente “termo antecedente”.

Para evitar uma saturação nas rodadas de dados, na análise dos clíticos em estruturas formadas por mais de um verbo, adotamos critérios diferentes daqueles utilizados para os verbos simples. Reduzimos as variáveis lingüísticas para quatro casos e estabelecemos, sendo eles: (i) tipo de texto; (ii) quantidade de clíticos. (iii) tipo de relação entre os verbos; e (iv) relação clítico x sequência de verbos.

A variável (i) foi estabelecida pelos mesmos fundamentos citados anteriormente. As demais três variáveis estão inter-relacionadas. A quantidade de clíticos e o posicionamento destes nas três possibilidades de composição das estruturas verbais determinará a gramaticalidade ou agramaticalidade da estrutura. Como citado, para que seja evitada uma sobrecarga de rodadas, ao analisarmos os dados já será feito o julgamento de gramaticalidade. Consideraremos, então, a relação entre o clítico e verbo (gramatical ou agramatical) como uma variável *ad hoc*, já que não é em essência uma variável, mas sim o resultado de todas as relações entre as demais.

O quadro sintético das variáveis independentes selecionadas para a variável dependente “Posição do(s) clítico(s) com relação ao verbo - Clíticos em sequências de verbos” é o seguinte:

VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS	
POSIÇÃO DO(S) CLÍTICO(S) COM RELAÇÃO AO VERBO - CLÍTICOS EM COMBINAÇÕES DE VERBOS	Tipo de texto	prosa
		verso
	Quantidade de clíticos	1
		2
	Tipo de relação entre os verbos	perífrase
		casos fronteirícios
		locuções
		[verbo + verbo]
	Relação clítico x sequência de verbos	gramatical
		agramatical

QUADRO 23: VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGUÍSTICAS PARA OS “CLÍTICOS EM COMBINAÇÕES DE VERBOS”

Determinadas as variáveis linguísticas dependentes, passamos agora a apresentar as variáveis independentes de ordem extralinguística (ou social).

4.2.3 Variáveis independentes extralinguísticas

As variáveis independentes extralinguísticas consideradas como importantes para explicar as variáveis dependentes e, portanto, para refinar o resultado da pesquisa, serão as mesmas para todos os fenômenos linguísticos em estudo.

Codificaremos as ocorrências observando dois pontos: os diversos autores das obras, para testar o maior ou menor grau de proficiência em castelhano, e o período de nascimento/morte desses, criando um recorte diacrônico dentro de nosso estudo essencialmente sincrônico e testando a evolução das interferências nos dois períodos de tempo delimitados.

Teremos, então, a seguinte composição:

PERÍODO DE NASCIMENTO	AUTOR ¹¹⁴	
	NOME	NASCIMENTO E MORTE
FIM DO SÉCULO XV ATÉ 1580	Fernando Ximenes de Aragão	(15---1630)
	Luiz De Camões	(1524?-1580)
	Jerónimo Corte Real	(1530-1590)
	Duarte Nunes de Leão	(1530-1608)
	Gil Vicente	(1465?-1537)
1580 ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVII	Luís da Apresentação	1581-1653
	Luís Marinho Azevedo	(?-1652)
	António De Sousa de Macedo	(1606-1682)
	Francisco Manuel Melo	(1608- 1666)
	Pe. Antonio Vieira	(1608-1697)

QUADRO 24: VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTRALINGUÍSTICAS

Algumas justificativas se fazem necessárias para explicar as classificações adotadas e apontadas no quadro anterior. Em primeiro lugar, para que fosse possível delimitar a variável “período de nascimento dos autores”, precisamos atribuir informações aproximadas a alguns dados que não foram possíveis de ser recuperados, como o nascimento de Fernando Ximenes de Aragão e de Luís Marinho de Azevedo e a data exata para o de Gil Vicente. Para tanto, consideramos a média de vida dos oito autores com registro de nascimento, incluindo Gil Vicente, pelo decréscimo da data de falecimento à data de nascimento. Obtivemos média aritmética de 70 anos, pela soma total e divisão dos resultados por oito autores. Considerando a média, atribuímos o ano aproximado de nascimento para Fernando Ximenes de Aragão para 1560 e para Luís Marinho de Azevedo de 1582.

Em segundo lugar, a divisão entre os períodos de nascimento (fim do século XV até 1580/1580 até meados do século XVII) foi estabelecida por critérios arbitrários, já que não houve no período fato histórico marcante que justificasse tal divisão. Consideramos, nas extremidades, o período de início e fim do período do bilinguismo, e dividimos em “antes e depois de 1580” para que cada metade abarcasse cinco autores. Importante lembrar que o programa estatístico GoldVarb

¹¹⁴ Apresentaremos a biografia dos autores em material anexo a esta Tese.

2001 trabalha com análise de variáveis binárias, i.e., se fez necessário aplicar algum critério, mesmo que arbitrário, para a divisão do período.

4.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Após a etapa de seleção de textos e a delimitação das variáveis mais significativas para este estudo, procedemos com a coleta de dados nos textos baixados dos *sites* das bibliotecas digitais.

Os dados foram coletados e classificados segundo os parâmetros delimitados para cada variável. Para que fosse possível rodar o programa estatístico para análise de regra variável, o GoldVarb 2001¹¹⁵, cada ocorrência e suas subclassificações receberam códigos identificáveis pelo *software*.

Após as rodadas, foram criadas tabelas com os percentuais de ocorrências e os correspondentes pesos relativos, quando não houve restrição de qualquer ordem. Para os casos em que o resultado dos pesos relativos acusar *nocaut*, ou seja, 0% ou 100% de ocorrência da variável, o que indica que não há variação, apenas os dados percentuais serão apresentados.

No decorrer da análise, se alguns outros fatores linguísticos de variação foram detectados, diferentes daqueles delimitados para este estudo, os analisaremos em seção à parte.

¹¹⁵O GoldVarb 2001 é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul - do inglês Variable Rules Analysis, e “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY e ZILLES, 2007, 105). O programa GoldVarb 2001 foi idealizado por Steve Harlow, que tomou como base a versão anterior, GoldVarb 2.0 de Rand & Sankoff para Macintosh. O pacote de programas foi desenvolvido na Universidade de York, pelos departamentos de Língua e Linguística e de Ciências da Computação.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos e analisaremos os resultados referentes aos dados das variáveis em estudo, contrapondo índices percentuais com os de pesos relativos, quando estes últimos foram possíveis de ser encontrados. Serão observadas as hipóteses definidas para cada variável dependente linguística, assim como as especificidades apontadas nas variantes.

5.1 OS DADOS COLETADOS

No total, serão analisadas 15498 ocorrências, distribuídas do seguinte modo:

TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS EM PESQUISA

VARIÁVEL					
	A PESSOAL	INFINITIVO CONJUGADO	CLÍTICOS		TOTAL
			VERBOS SIMPLES	VERBOS EM SEQUÊNCIA	
QUANT. DE DADOS	982	1951	2491	10074	15498

Como é possível perceber, analisaremos uma quantidade significativa de dados, com o objetivo de reduzir a taxa de erro nos resultados e evitar os chamados “nocautes” nas rodadas de peso relativo. Os nocautes ocorrem quando há 0% ou 100% de dados para determinado fator da variável, o que significa que não há variação em curso.

Também serão contrapostos os resultados deste estudo com os já obtidos anteriormente em outros trabalhos, como os de Teyssier (2005) e Lima (2004). Importante lembrar que esta pesquisa nasce da necessidade de uma avaliação mais refinada do chamado “castelhano de Portugal”, que carecia de estudos linguísticos

que o explicassem detalhadamente e por meio de dados reais de uso, não de afirmações subjetivas. Relembremos, também, que não há estudos com características variacionistas sobre o tema.

Devido à grande quantidade de dados, às inúmeras subdivisões das variáveis e a restrições no GoldVarb, não será possível uma rodada geral, com cruzamento de todos os fatores. Apresentaremos, então, análises separadas para cada variável em estudo.

5.2 RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “INFINITIVO FLEXIONADO”

Considerado por Paul Teyssier como o fenômeno de maior caracterização do castelhano de Portugal, com uso recorrente em todos os autores da época (2005, p. 454), o infinitivo flexionado foi a variável dentre as pesquisadas que apresentou menos contraste entre as formas possíveis de realização. No universo de 1951 dados, encontramos apenas 16 ocorrências de infinitivo com marcação morfológica (1%), contra 1935 de infinitivo sem marcação (99%)¹¹⁶, conforme gráfico a seguir:

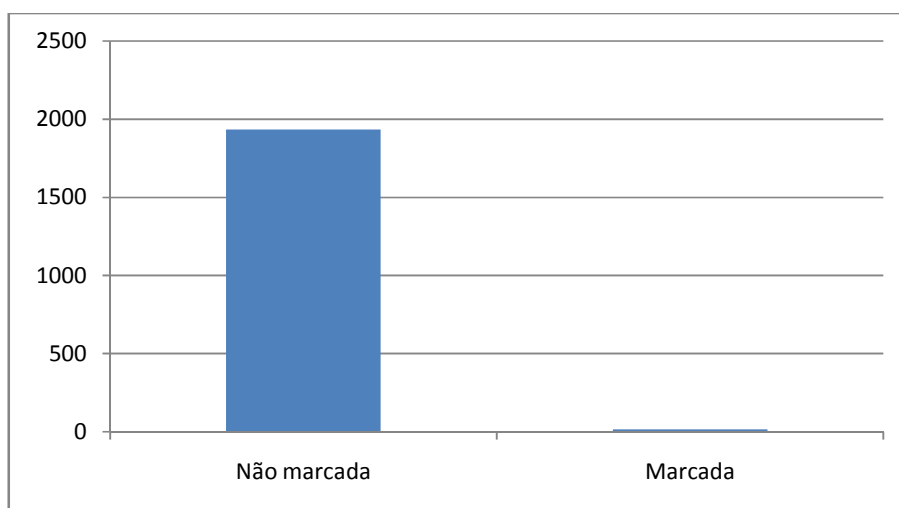


GRÁFICO 1: DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO

¹¹⁶ Consideramos como “marcadas” as formas para a 2ª pessoa do singular e para todas as pessoas do plural. As ocorrências para a 1ª e a 3ª pessoa do singular foram excluídas.

Foram encontrados, portanto, poucos dados para a forma marcada do infinitivo. O resultado foi um tanto quanto surpreendente, tendo em vista o que é encontrado na literatura sobre o fenômeno, que a marcação estaria presente nas obras de todos os autores do período.

Com relação ao tipo de texto em que se encontram os dados coletados, temos um predomínio da prosa sobre o verso – 1403 ocorrências em prosa (72%) contra 548 em verso (28%). As formas não marcadas predominam na prosa, com 141 ocorrências (73%) contra 534 ocorrências em verso (27%). Contudo, as formas marcadas aparecem em sua grande maioria – 14 ocorrências (88%) – nos textos em verso, contra apenas 2 ocorrências (12%) em prosa.

TABELA 14: DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – TIPO DE TEXTO

MARCAÇÃO	TIPO DE TEXTO				RESULTADOS	
	PROSA	%	VERSO	%	TOTAL	%
NÃO MARCADA	1401	73	534	27	1935	99
MARCADA	2	12	14	88	16	1
TOTAL	1403	72	548	28	1951	100

Para que seja possível explicar a relação entre o predomínio das ocorrências em textos em verso com relação aos dos textos em prosa, será necessário analisar conjuntamente a distribuição dos dados de “tipo de texto” com os de “tipo de autor”, para verificar se não há marcas idiossincráticas envolvidas na marcação das formas.

Os nomes dos autores foram abreviados para otimizar os espaços das tabelas. As siglas utilizadas foram as seguintes:

SIGLA	AUTOR
LP	APRESENTACAO, Luís da.
FX	ARAGAO, Fernando Ximenes de.
LM	AZEVEDO, Luís Marinho de.
LC	CAMOENS, Luiz de.
CR	CORTE REAL, Jerónimo.
DL	LEAO, Duarte Nunes de.
AM	MACEDO, António de Sousa de.
FM	MELO, Francisco Manuel de.
AV	VIEIRA, Antonio.
GV	VICENTE, Gil.

QUADRO 25: SIGLAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES

Essas mesmas siglas serão utilizadas durante toda a continuidade deste trabalho.

A distribuição dos dados do infinitivo com relação à autoria dos textos é a que será apresentada a seguir:

TABELA 15: DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – AUTOR

AUTORES	MARCAÇÃO				RESULTADO	
	NÃO MARCADA	%	MARCADA	%	TOTAL	%
LP	303	100	0	0	303	15
FX	347	100	0	0	347	17
LM	236	99	1	1	237	12
LC	17	100	0	0	17	1
CR	164	100	0	0	164	9
DL	79	99	1	1	80	4
AM	30	100	0	0	30	2
FM	463	100	0	0	463	24
AV	87	100	0	0	87	5
GV	209	94	14	6	223	11
%	1935	99	16	1	1951	100

Dentre as 16 ocorrências de formas marcadas, 14 estão nas obras de Gil Vicente, 1 na obra de Luís Marinho de Azevedo e 1 na de Duarte Nunes de Leão. Considerando que Gil Vicente escreveu essencialmente em verso, podemos justificar a predominância anteriormente citada de marcação no tipo de texto – verso, e destacar o infinitivo flexionado como uma das características própria do autor. Importante considerar que os dados coletados de Gil Vicente fazem parte de um compêndio em que são reunidos diversos textos, essencialmente *autos*, e os dados podem refletir a linguagem das personagens participantes dos textos¹¹⁷, não exatamente a linguagem do autor.

Paul Teyssier (2005), em seu estudo, analisando uma quantidade maior de textos de Gil Vicente em espanhol, destaca a presença de 28 ocorrências do infinitivo flexionado nos textos analisados, o que ratifica, de certo modo, o resultado de nosso estudo, de que o autor se utiliza constantemente das formas marcadas do infinitivo em seus textos.

Com relação às duas ocorrências encontradas em prosa, ambas não são caracterizadoras de identidade linguística dos autores, pois são irrelevantes dentro da quantidade de dados de formas não marcadas para os demais dados dos autores. Em Luís Marinho, há 1 forma marcada contra 236 não marcadas; em Duarte Nunes de Leão, há 1 contra 79.

De toda forma, o uso do infinitivo flexionado, tanto nos textos de Gil Vicente (abundante) quando nos de Luís Marinho e Duarte Nunes de Leão (irrisório), pode ser considerado como fruto da interlíngua no aprendizado do espanhol pelos escritores portugueses, que aplicaram as regras morfológicas prototípicas do português às formas correspondentes castelhanas.

Já com relação aos pesos relativos, não foi possível a aplicação da regra variável para este fenômeno. Há muitos casos de 0 ocorrências no cruzamento da variável “autor” com a variável “forma marcada”, o que resultaria em inúmeros nocautes (não variação), conforme a tabela seguinte. Mesmo se os autores fossem agrupados nos dois grupos delimitados para a pesquisa (nascidos antes e após 1580), os nocautes persistiriam.

¹¹⁷ Por exemplo: alciviteiras, bruxas, parvos (pessoas tolas, pouco inteligentes), judeus, anjos, frades, agiotas, o Diabo...

TABELA 16: DADOS DE FORMA MARCADA E NÃO MARCADA DO INFINITIVO FLEXIONADO – AUTOR (COM NOCAUTES)

AUTOR	MARCAÇÃO		RESULTADO	
	NÃO MARCADA	MARCADA	TOTAL	%
LM	236	1	237	12
%	99	1	-	-
DL	79	1	80	4
%	98	2	-	-
AM	30	0	30	1
%	100	0	-	Nocaute
FM	463	0	463	23
%	100	0	-	Nocaute
CR	164	0	164	8
%	100	0	-	Nocaute
LP	303	0	303	15
%	100	0	-	Nocaute
GV	209	14	223	11
%	94	6	-	-
AV	87	0	87	4
%	100	0	-	Nocaute
FX	347	0	347	17
%	100	0	-	Nocaute
LC	17	0	17	0
%	100	0	-	Nocaute
TOTAL	1935	16	1951	-
%	99	1	-	100

Com relação à distribuição das ocorrências dentre as classificações apontadas por Vázquez, para tipos de orações, temos predomínio da presença do infinitivo flexionado em orações circunstanciais, especialmente nas finais e causais, conforme tabela a seguir:

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DO INFINITIVO FLEXIONADO NOS TIPOS DE ORAÇÕES

C O M P L E T I V A S	SUJEITO DA COPULATIVA	Dexeis las patas y el prado/Por la prospera castilla/Que estardes aquí es habilla/Nunca casal medio poblado... (GV, p. 228 ¹¹⁸)
		Al diablo que lo doy [...] /El desastrado perido/Que mas India que vos/Que mas piedras preciosas/Que mas alindadas cosas/Que estardes juntos los dos. (GV, p. 451)
		Linda cosa/ serdes mansa y moderada/hablar risueña y cortes. (GV, p. 134)
	SUJEITO DA TRANSITIVA	porque teneis gran razón/de llorardes vuestro mal: (GV, p. 122)
		[es gravedad tanta] Mas es esso de hazer /que vencerdes a Belcar/en Ungria. (GV, p. 156)
C I R C U N S T A N C I A I S	FINAIS	, y para que sea notoria su Real ascendencia, la tocarmos con toda brevedad, por avernos desempeñado de lo más remoto el Doctor... (LM, p. 8v.)
		Tengo pumares y vinas/y mil pinas/de rosas pera holgares ... (GV, 12v)
		y su tierra,/y acerto per conjugación/ casarmos entre el ganado/desta tierra (GV, p. 131v.)
		Por livrardes de afán/Belagris como librates/Mas es esto (GV, p. 156)
	TEMPORAIS	Algo deveys descansar/En hablardes con Artada/Su querida. (GV, p. 164v.)
		Ni [quando] matardes al Soldan/De Babylonia que matastes /Ytan presto. (GV, p. 156)
	CONCESSIVAS	porque fuiste adorado/sin pensar serdes de tierra/Con los grandes alterado. (GV, p. 70)
		Que yo bien puedo cativaros/sin miraren vuestra pena/ni querellas. (GV, p. 134)
	CAUSAIS	Y aunque el sea vencedor/y vos señora vencida/por no serdes homecida/dalde vida al servidor (GV, p. 387)
		Soy quien arde en bivas llamas/pastor muy bien empleado/en tal poder/por serdes senhoras damas/hermanas en dar cuyado/a mi querer. (GV, p. 125)
		, fue despojada del reyno por la Reyna Dona Isabel, y el Rey Don Fernando su marido, por le imputaren ellos, que era concebida de adulterio. (DL, p. 52v)

Interessante observar que, em todos os casos encontrados, o sujeito do infinitivo não está explícito ou imediatamente próximo. Neste sentido, a remarcação,

¹¹⁸ Quando não foi possível localizar a página do impresso, como neste caso, anotamos a página do arquivo digitalizado.

por meio das desinências morfológicas, é justificada, como critério desambiguizador ou de realce. Quando o texto for escrito em verso, como na maioria dos casos encontrados (14 ocorrências, todas de Gil Vicente), é comum que o sujeito se encontre distanciado, pelas características peculiares a este gênero, como a quebra de versos pelo limite de sílabas poéticas. Este é mais um fato que motivaria a remarcação do sujeito pelas desinências morfológicas, novamente pela função desambiguizadora ou realçadora desempenhada pelo infinitivo flexionado.

Com relação à informação de que todos os autores da época em estudo utilizaram o infinitivo flexionado (TEYSSIER, 2005), o fato não foi comprovado nesta pesquisa. Para tanto, temos duas hipóteses: ou (i) o autor se valeu de uma afirmação subjetiva, sem fundamentação empírica sobre tal; ou (ii) a quantidade de textos que analisamos não foi suficiente para comprovar a citação. Como analisamos uma quantidade significativa de obras e coletamos um número alto de dados, a hipótese mais provável é de que a informação de Teyssier parte de uma generalização por conta dos inúmeros casos encontrados em Gil Vicente (autor estudado por Teyssier).

De todo modo, as 16 ocorrências do infinitivo flexionado encontradas no corpus pesquisado confirmam nossa hipótese de interferência linguística por contato de línguas – português/castelhano – na época em que Portugal foi governado por reis espanhóis. É, sem dúvida, um dos idiomatismos mais importantes do português com relação às demais línguas. O uso, ou a capacidade de discernir entre o uso ou o não uso do infinitivo flexionado, exige habilidades linguísticas avançadas por parte dos usuários, habilidades que não dispunham os autores portugueses ao se expressarem em castelhano.

5.3 RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “A PESSOAL”

Para esta variável, foram coletadas 982 construções compostas por [verbo + (a) complemento direto + humano], sendo um total de 583 para uso do *a* diante do complemento direto e 399 para a ausência. A seguir, a representação gráfica das ocorrências coletadas:

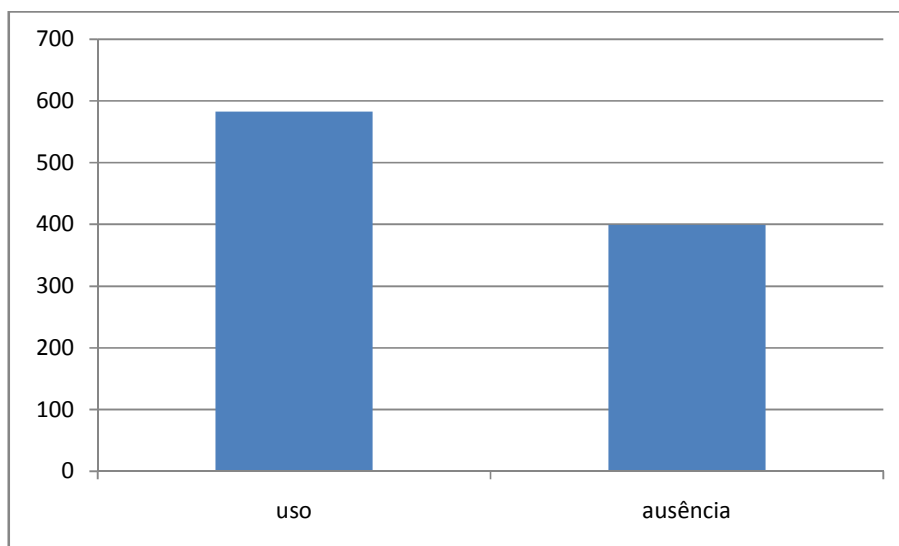


GRÁFICO 2: DADOS DE USO E AUSÊNCIA DO “A PESSOAL”

A primeira rodada de dados foi a partir do valor de aplicação “prosa”, da variável “tipo de texto”. Os dados foram cruzados com as demais variáveis, para testar se fatores ligados à tipologia textual estariam influenciando no (não) uso da preposição *a* diante de complementos diretos de traço [+humano].

A primeira tabela gerada foi o cruzamento da variável “tipo de texto” com as quatro possibilidades de realização da variável “(não) uso do *a* pessoal”:

TABELA 18: TIPO DE TEXTO X PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL

PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL	TIPO DE TEXTO				RESULTADO	
	PROSA	%	VERSO	%	TOTAL	%
USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	217	36	157	43	374	39
USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	144	23	65	17	209	21
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	115	29	87	24	202	20
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. COMUNS	136	22	61	16	197	20
TOTAL	612	63	370	37	982	100

A rodada de dados mostrou uma distribuição mais elevada para dados em prosa (612 dados, 63%) contra os em verso (370 dados, 37%). O uso do *a* diante de

substantivos próprios (374 dados, 39%) também predominou sobre os demais, os quais tiveram distribuição regular entre si (209 dados para uso diante de substantivos comuns, 202 para ausência diante de substantivos próprios e 197 dados para ausência diante de substantivos comuns – 21%, 20% e 20%, respectivamente). No cruzamento dos dados, o número mais elevado de ocorrências se deu para o uso do *a pessoal* diante de substantivos próprios em textos em prosa (217 ocorrências) e o menor índice se deu no cruzamento entre ausência diante de substantivos comuns e textos em verso.

O segundo cruzamento se deu entre as variáveis dependentes “autor” e “tipo de texto” e os resultados estão expressos na tabela a seguir:

TABELA 19: AUTOR X TIPO DE TEXTO – VARIÁVEL PESSOAL

AUTORES	TIPO DE TEXTO		RESULTADO	
	PROSA	VERSO	TOTAL	%
LM	99	0	99	10
%	100	0	-	Nocaute
DL	165	0	165	16
%	100	0	-	Nocaute
AM	5	0	5	0
%	100	0	-	Nocaute
FM	136	0	136	13
%	100	0	-	Nocaute
CR	0	240	240	24
%	0	100	-	Nocaute
LP	101	0	101	10
%	100	0	-	Nocaute
GV	0	90	90	9
%	0	100	-	Nocaute
AV	80	0	80	8
%	100	0	-	Nocaute
FX	27	28	55	5
%	49	51	-	-
LC	0	12	12	1
%	0	100	-	Nocaute
TOTAL	612	370	982	-
%	62	37	-	100

Houve um maior número de dados de autoria de Corte Real (CR), em verso, seguido de Duarte Nunes de Leão (DL), em prosa. Contudo, como é possível

perceber, apenas em Fernão Ximenes de Aragão (FX) não houve nocaute; ou seja, nos demais nove autores, obteve-se 0% ou 100% das ocorrências para determinado tipo de texto. Portanto, este cruzamento na variável “a pessoal” precisa ser excluído ou modificado para que seja possível a rodada de regra variável.

No terceiro confronto da primeira rodada, cruzamos as variáveis dependentes “autor” com as possibilidades de presença/ausência do complemento direto preposicionado. Novamente foram detectados nocautes, com 0% de ocorrências em duas células.

Na tabela a seguir, o terceiro cruzamento de variáveis:

TABELA 20: AUTOR X PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL

AUTORES	PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL				RESULTADO	
	USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	AUSÊNCIA DIANTE DE SUBS. COMUNS	TOTAL	%
LP	52	31	8	10	101	10
%	52	31	7	10	-	-
FX	26	26	0	3	55	6
%	47	47	0	6	-	Nocaute
LM	21	27	19	32	99	10
%	21	27	19	33	-	-
LC	2	3	2	5	12	1
%	16	26	16	42	-	-
CR	113	31	65	31	240	24
%	47	13	27	13	-	-
DL	54	17	64	30	165	17
%	32	11	39	18	-	-
AM	2	1	0	2	5	1
%	40	20	0	40	-	Nocaute
FM	24	37	22	52	135	14
%	17	28	16	39	-	-
AV	50	18	2	10	80	8
%	63	22	3	12	-	-
GV	30	18	20	22	90	9
%	33	20	22	25	-	-
TOTAL	374	209	202	197	982	-
%	39	21	20	20	-	100

Os nocautes ocorreram em 0% de dados em Fernão Ximenes de Aragão para “ausência diante de substantivos próprios” e em Antonio de Sousa de Macedo, também com zero ocorrências para o mesmo item. Portanto, também será necessário ajuste neste cruzamento para que seja possível a rodada dos pesos relativos.

Como seria impossível de se fazer um ajuste na variável “tipo de texto”, já que não há como ser aglomerada em subitens e tampouco serem criados dados fictícios para o programa ser rodado (seriam muitos e alterariam o resultado como um todo), a variável foi descartada da análise, sendo utilizada apenas para análise de valores absolutos e percentuais de ocorrências. E para que fossem eliminados os nocautes gerados a partir da variável “tipo de autor”, os nomes dos escritores foram agrupados em duas categorias previstas na metodologia deste trabalho: autores nascidos até e após 1580. Após os ajustes, foi possível rodar o programa.

Utilizamos como valor de aplicação os grupos de autores e obtivemos a seguinte distribuição de dados nas células:

TABELA 21: GRUPOS DE AUTORES X PRESENÇA/ AUSÊNCIA DO A PESSOAL

PRESENÇA/AUSÊNCIA DO A PESSOAL	GRUPOS DE AUTORES				RESULTADO	
	NASCIDOS ANTES DE 1580	%	NASCIDOS DEPOIS DE 1580	%	TOTAL	%
USO DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	150	35	225	40	375	39
USO DIANTE DE SUBST. COMUNS	114	28	95	18	209	21
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. PRÓPRIOS	51	12	151	26	202	20
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBST. COMUNS	106	25	91	16	197	20
TOTAL	421	42	562	58	983	100

Há um predomínio de dados no segundo grupo de autores (562 dados, 58%) com relação ao primeiro grupo (421 dados, 42%). O cruzamento com maior volume de dados na célula foi o de uso diante de substantivos próprios em textos de autores nascidos depois de 1580, com um total de 225 dados, 40% do total do segundo grupo de escritores. A taxa de uso diante de substantivos próprios também foi alta no grupo dos nascidos antes de 1580, um total de 150 ocorrências, o percentual

mais alto (35%) de ocorrências para o grupo. As células com menores valores estão relacionadas à ausência do complemento direto preposicionado.

O GoldVarb 2001 selecionou apenas a variável de “ausência/presença do a pessoal” para atribuição de pesos relativos, não considerando como relevante a variável “grupo de autores”. Rodamos o programa com valor de aplicação “uso diante de substantivos próprios”

No quadro a seguir, a ordem dos fatores exibidos pelo programa e os pesos relativos correspondentes:

TABELA 22: PESOS RELATIVOS PARA O A PESSOAL (VALOR DE APLICAÇÃO: USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS)

VARIÁVEL SELECIONADA	RESULTADO		
	TOTAL DE DADOS	%	PESO RELATIVO
uso diante de subst. próprios	375	39	0.52
uso diante de subst. comuns	209	21	0.68
ausência diante de subst. próprios	202	20	0.38
ausência diante de subs. comuns	197	20	0.39

A variável “uso diante de substantivos próprios” obteve peso relativo de 0.52, contra 0.38 da variável correspondente para a ausência. Com relação ao uso ou ausência diante de substantivos comuns que designam substantivos próprios, a vantagem foi ainda maior: 0.68 para a presença contra 0.39 para a ausência. Importante também considerar a diferença entre os pares (0.14 entre uso e ausência diante de substantivos próprios e 0.29 entre uso e ausência diante de substantivos comuns que designam próprios). Considerando que 0.0 é menos favorável e 1.0 mais favorável, percebemos que, nos dois conjuntos de variáveis, os casos de uso obtiveram maiores pesos, o que significa que são estes os ambientes mais favoráveis para se explicar o a pessoal.

Mesmo havendo diferença entre os pesos de uso/não uso, é interessante considerar que os índices de ausência se mostraram altos. Como a variável não deveria se manifestar nestes contextos (ao menos em tese), podemos inferir que ou (i) o a pessoal se encontrava em processo de variação; ou (ii) os autores portugueses da época, por não dominarem as estruturas do espanhol, oscilavam o uso entre uma forma e outra, caracterizando interlíngua.

Por encontrarmos referências teóricas referentes ao uso categórico da preposição *a* diante de complemento [+humano] no espanhol da época (conforme citado na seção 4.2.2.1), consideramos como mais provável a segunda hipótese, a de que os autores, por conta da interferência, aplicaram a sintaxe portuguesa às sentenças em castelhano, omitindo a preposição *a* quando esta se fazia de uso obrigatório.

A seguir, alguns exemplos retirados do corpus sobre o uso e ausência nos dois contextos linguísticos estudados. Começamos por dados da obra de Duarte Nunes de Leão, escrita em prosa:

TABELA 23: O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS – DUARTE N. DE LEÃO

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	[El poeta Virgilio] introduze <u>a</u> Eneias...
	Eligio por su tutor y defensor del reyno <u>al</u> Infante Don Pedro...
	Huvo mas <u>al</u> Infante Don Fernando...
	Huvo <u>al</u>
	Infante Don Pedro...
	huvo muchos que amonestaron <u>a</u> Don Iuan Maestre de Avis...
	Y teniendo <u>a</u> la señora Doña Maria...
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	Huvo Ø el Conde Don Henrique...
	Huvo también Ø la Reyna Doña Teresa...
	Huvo Ø la Reyna Doña Teresa...
	Y [hizo citar] Ø Don Antonio
	Mato Øel General Gratz
	Devasto Ø toda Palestina
	Y huvo del en contracambio Ø la ciudad de Segorbe...

O verbo *introduzir/introducir* também é verbo transitivo direto e, por se apresentar antes de *Eneias*, nome próprio, deve levar complemento preposicionado, como no exemplo apresentado. Do mesmo modo, o verbo *eleger/elegir* selecionou o complemento preposicionado “al Infante Don Pedro”, mesmo havendo a interpolação entre o verbo e o complemento pelo sintagma “*por su tutor y defensor del reyno*”.

Interessante observar a transitividade do verbo *haver/haber*, que, nos casos acima, seleciona/deveria selecionar complementos diretos preposicionados de traço [+humano]. Atualmente, o verbo *haver/haber* não é utilizado nestes contextos, em nenhuma das duas línguas, sendo empregado o verbo *ter/tener* com semântica

correspondente, como no exemplo “*Y teniendo a la señora Doña Maria*”. Pode-se perceber, então, o uso sinônimo dos verbos *haver/haber* e *ter/tener* quando relacionados a “concepção de um filho”.

Do mesmo modo, foram encontrados muitos dados de ausência da preposição *a* diante de complementos de traço [+humano] selecionados pelo verbo *haver/haber*, conforme citado na tabela. A ausência da preposição pode estar relacionada com outra característica semântica do verbo *haver*, a de verbo auxiliar, muito próspera em ambas as línguas. Sendo verbo auxiliar, não há complemento e muito menos a possibilidade de uso da preposição *a*.

Outro sentido do verbo *haver/haber*, também selecionando complemento direto, se manifesta no exemplo “*Y hubo del en contracambio Ø la ciudad de Segorbe*”. Neste exemplo, o verbo se manifesta com o sentido de “receber” uso menos comum na língua. No exemplo, também não há o uso da preposição antecedendo o complemento do direto do verbo *haver* – *la ciudad de Segorbe*¹¹⁹.

Com relação ao exemplo “*Y [hizo citar] Ø Don Antonio*”, temos uma locução verbal implícita, citada na oração anterior, que seleciona complemento direto. Como o complemento é de traço [+humano], haveria a obrigatoriedade do uso da preposição *a* antecedendo-o, o que não ocorre no referido dado. Neste caso, a locução, estando implícita, poderia estar motivando a ausência da preposição.

Nos outros dois exemplos, o verbo está explícito e em posição canônica, ou seja, antes de seu complemento. Contudo, mesmo nestes termos, houve a supressão da preposição *a* diante do complemento [+humano]. Em “*Mato Ø el General Gratz*”, inclusive, deveria haver a fusão da preposição *a* com o artigo definido *el*, transformando-se em *al*, segundo os critérios morfofonológicos do espanhol.

Com relação ao verbo devastar, em “*Devasto Ø toda Palestina*” há um caso especial, o de ausência do *a* diante de nomes próprios que designam lugares. Como expresse anteriormente no capítulo “Metodologia”, o uso do *a* diante de complemento direto referente a nome de lugares está em desuso no espanhol atual, mas era obrigatório no espanhol antigo. Neste sentido, temos uma construção agramatical para o referido dado.

¹¹⁹ Consideramos como substantivo próprio construção como a citada, mesmo que haja um substantivo comum generalizador diante do especificador (cidade de Segorbe = Segorbe).

Os dados a seguir são da obra de Jerónimo Corte Real, em verso, sobre a mesma situação de uso:

TABELA 24: O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS – J. CORTE REAL

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	Que conquistando <u>a</u> Cipro...
	Y tras ella <u>a</u> Candia toma...
	Y [toma] <u>a</u> Sicilia...
	[subjectar] <u>a</u> Mallorca... (10v)
	[subjectar], <u>a</u> Cerdeña... (10v)
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS	[subjectar], y a Sicilia... (10v)
	Parescele tomar Ø Cipro...
	De subjectar también Ø Centipolea...(10v)

Todos os verbos que precedem os nomes de lugares, presentes nos exemplos da tabela 24, são transitivos diretos (*conquistar*, *tomar*, *subjectar*, *parecerse*) e seus complementos deveriam estar antecedidos pela preposição *a*, segundo as regras mencionadas para o espanhol da época. Há, contudo, dados em que isto não ocorre, e estes foram classificados como agramaticais, fruto do estágio de interlíngua em que se encontravam os autores portugueses quando escreviam em castelhano.

Com relação ao uso da preposição antecedendo complemento direto de traço [+humano], quando o complemento for um substantivo comum designando um próprio, os resultados mostraram, como citado anteriormente, predominância do uso com relação à ausência.

Os exemplos a seguir são da obra de Duarte Nunes de Leão:

TABELA 25: O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS – DUARTE N. DE LEÃO

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	Y con el odio que persiguió <u>a</u> su hermano...
	Que succedio <u>a</u> su padre enel Ducado...
	Hasta que desterró <u>a</u> su amado hijo...
	Teniendo ya un hijo que se llamo Don Alonso, que succedio <u>a</u>
	su padre enel reyno...
	Que gobernando <u>a</u> todos...
	Nadie le governava <u>a</u> el.
	No oya de buena voluntad <u>a</u> hombres noveleros...

(continua)

TABELA 25: O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS – DUARTE N. DE LEÃO
(continuação)

AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	Huvo, también, Ø dos hijas...
	Huvo el Rey Don Alonso Ø mas dos hijos...
	Esta Reyna murió muy moça, y dejo Ø una hija...
	Y sin oyr Ø las partes, dava sus sentencias...
	ni [oya] Ø los que en ausencia hablaban mal de otros...
	Subjectó Ø muchos Reyes...

No primeiro conjunto de exemplos, temos os substantivos *hermano*, *padre*, *hijo* e *hombres*, e os pronomes *todos* e *él*, substituindo nomes próprios – no caso, nomes de pessoas. Os verbos que os selecionam são transitivos diretos, o que justifica o uso da preposição *a* antes dos complementos [+ humanos].

No segundo conjunto, com a ausência do uso da preposição, temos novamente o verbo *haver/haber* utilizado no sentido de “gerar, conceber filhos”, como em “*Huvo, también, Ø dos hijas*”. De todo modo, os complementos deveriam ser antecidos pela preposição *a*, já que substituem nomes próprios. O mesmo acontece com os verbos *dejar*, *oyr* e *subjectar*, transitivos diretos, que selecionaram complementos diretos que deveriam ser preposicionados.

No exemplo “*Ni [oya] Ø los que en ausencia hablaban mal de otros...*” temos um caso complexo de substituição do nome próprio como complemento direto – o termo mais prototípico para receber a preposição *a*. No exemplo, o verbo *oyr*, implícito, presente na oração anterior, seleciona o complemento “[*a*] *los que en ausencia hablaban mal de otros*”, sintagma com função de complemento [+humano] e que poderia ser substituído por qualquer nome de pessoa, como em “*Nioya a Don Duarte*.” O fato de ser um sintagma nominal, construção mais complexa que o substantivo, poderia estar motivando a elipse da preposição.

No conjunto de exemplos a seguir, de autoria de Corte Real, percebemos dificuldades semelhantes às apresentadas nos dados de Duarte Nunes de Leão para a aplicação da regra do complemento direto preposicionado quando este não for um substantivo próprio:

TABELA 26: O A PESSOAL DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS – J. CORTE REAL

USO DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	[arrebataban] <u>A</u> Turcos...
	[arrebataban] <u>a</u> soldados...
	El Comitre castiga <u>al</u> perezoso...
	A batalla <u>al</u> Turco incita...
	Siguiendo <u>al</u> enemigo...
AUSÊNCIA DIANTE DE SUBSTANTIVOS COMUNS QUE DESIGNAM PRÓPRIOS	Manda apriesa llamar Øsus Baxas todos...
	[manda llamar] Ø Sus capitanes fuertes...
	Ganar con fuerte armada Øel Reyno ageno...
	Sin trabajo tomo Iacob Øel Reyno...
	Vencer Øla Christiandad...

No primeiro conjunto, temos os verbos *arrebatar*, *castigar*, *incitar* e *seguir* selecionando complementos diretos. Os vocábulos *Turco(s)*, *soldados*, *perezoso* e *enemigo* funcionam como este complemento, e poderiam ser substituídos ou fazer referência a nomes de pessoas. Interessante observar que o termo *perezoso*, que geralmente desempenha função de adjetivo, no contexto do exemplo funciona como substantivo/objeto do verbo. Outro fato importante é que o autor, nos exemplos do primeiro grupo, aplicou adequadamente os padrões morfofonológicos do espanhol para os casos em que há o encontro da preposição *a* com o artigo *el*, fundindo-se em *al*.

No segundo grupo de exemplos, temos ausência diante de *Baxas*, *Reyno* e *Christiandad*. Com relação a ausência diante de *Baxas*, complemento direto selecionado pela locução verbal *apriesa llamar*, a relação entre o substantivo comum (mesmo que expresso com inicial maiúscula) com algum substantivo próprio é um pouco mais clara que a relação contida nos demais exemplos, em que são selecionados o termo *Reyno*, que desempenha nome de algum lugar, e *Christiandad*, substantivo genérico mas que faz referência a um conjunto de pessoas - específicas. A interpolação também poderia estar condicionando a supressão da preposição *a*, como no exemplo “*Ganar con fuerte armada Øel Reyno ageno...*”, em que há a interpolação do verbo *ganar* ao seu complemento “*el Reyno ageno*” pelo sintagma adverbial “*con fuerte armada*”. No exemplo “*Sin trabajo tomo Iacob Øel Reyno*”, a ordem inversa dos constituintes (verbo – sujeito – objeto, ao contrário de sujeito – verbo - objeto) também poderia estar condicionando a supressão.

De qualquer modo, a variável “a pessoal” se mostrou importante para explicar o período do bilinguismo luso-castelhano, pelos altos resultados de ocorrência nos contextos onde o uso determinava a não ocorrência; e, do mesmo modo, os índices em contextos de uso arbitrário se mostraram favoráveis para o *a pessoal*, mas não atingiram índices tão elevados.

O uso da preposição *a* antes de complementos diretos de traço [+humano] é, sem dúvida, uma das marcas mais importantes na relação entre o português e o espanhol na época em estudo. Existindo apenas em espanhol, os autores portugueses, ao escrever nesta língua, aplicaram os padrões de sua língua à língua castelhana. Os dados e os resultados desta pesquisa confirmam o fato e corroboram a hipótese deste estudo para a variável, de que os autores portugueses da época não utilizavam o “*a pessoal*” em seus textos em espanhol.

5.4 RESULTADOS PARA A VARIÁVEL “CLÍTICOS”

5.4.1 Clíticos em verbos simples

Para esta variável, foram coletados 10074 dados, distribuídos entre as quatro possibilidades de adjunção de clíticos aos verbos simples: próclise (7000), ênclise (3060), “mesóclise” (8) ou mista (6), estas duas últimas agramaticais em espanhol¹²⁰.

O número encontrado de casos de mesóclise e de posição mista foi bastante reduzido; no entanto, mesmo sendo um índice baixo, o resultado é importante para este estudo, já que pode indicar movimentos de interferência linguística visados nesta pesquisa.

O gráfico a seguir representa a distribuição das ocorrências dentre as quatro possibilidades de colocação, em números absolutos:

¹²⁰ “Mesóclise” possível em português, dentro das considerações já especificadas anteriormente. A “posição mista” não é comum a nenhuma das duas línguas.

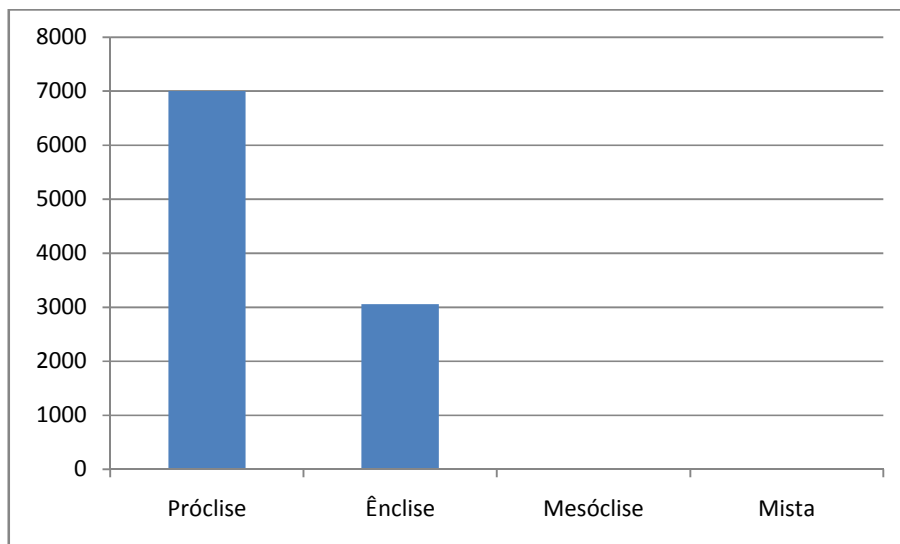


GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS EM VERBOS SIMPLES

Na representação, é possível perceber um índice elevado de casos para próclise, seguido de ênclise. As outras duas posições, as agramaticais, aparecem minimamente marcadas, por conta dos poucos dados encontrados.

A próclise era, de fato, a posição de prevalência mais esperada, já que o espectro da regra de colocação dos clíticos (em vigor no espanhol da época) é mais amplo para esta categoria que para a ênclise¹²¹.

A primeira rodada de dados a ser analisada faz referência à distribuição das ocorrências dentre os dez autores pesquisados. O valor de aplicação adotado para a rodada foi a “próclise”. Na tabela a seguir, apresentamos a distribuição das ocorrências entre os autores pesquisados:

¹²¹ Relembrando: ênclise ao infinitivo, ao gerúndio e ao imperativo afirmativo (podendo também figurar junto a formas do passado e em início absoluto de sentenças). Próclise em todos os demais casos.

TABELA 27: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS ENTRE OS AUTORES

AUTORES	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	MESÓCLISE	MISTA	TOTAL	%
LM	561	290	0	1	852	9
%	65.9	34.0	0	0.1	-	Nocaute
DL	320	47	0	0	367	4
%	87.2	12.8	0	0	-	Nocaute
AM	92	42	0	0	134	1
%	68.7	31.3	0	0	-	Nocaute
FM	1324	813	0	2	2139	21
%	62	38	0	0	-	-
CR	943	366	3	0	1312	13
%	71.9	27.9	0.2	0	-	Nocaute
LP	664	377	0	0	1041	10
%	64	36	0	0	-	Nocaute
GV	1365	389	5	2	1761	18
%	77.5	22.1	0.3	0.1	-	-
AV	533	176	0	0	709	7
%	75	25	0	0	-	Nocaute
FX	1039	510	0	1	1550	15
%	67	32.9	0	0.1	-	Nocaute
LC	159	50	0	0	209	2
%	76	24	0	0	-	Nocaute
TOTAL	7000	3060	8	6	10074	-
%	69.5	30.4	0.1	0	-	100

Apesar de a quantidade de dados ser bastante significativa, apenas em dois autores (Gil Vicente – GV e Francisco Manuel de Melo – FM) não houve nocaute. A quantidade elevada de nocautes se deu por conta ausência de dados nos demais 8 autores para clíticos em posição mesoclítica e/ou mista.

Com relação ao tipo de texto em que se encontravam os dados coletados, há predominância de textos em prosa, com 57% dos dados pertencentes a esta categoria, contra 43% de dados para textos em verso. Contudo, o índice percentual para posição mista foi de menos de 0,1% e o de posição em mesóclise de 0,1%, irrelevantes dentro do conjunto total de dados em análise. Na tabela a seguir, a representação dos números absolutos e percentuais das ocorrências com relação aos tipos de textos pesquisados:

TABELA 28: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE TEXTO

POSIÇÃO DO CLÍTICO	TIPO DE TEXTO				RESULTADO	
	PROSA	%	VERSO	%	TOTAL	%
PRÓCLISE	3860	67	3140	73	7000	69,4
ÊNCLISE	1927	33	1133	27	3060	30,4
MESÓCLISE	0	0	8	0	8	0,1
MISTA	3	0	3	0	6	0,1
TOTAL	5790	57	4284	42	10074	100

A próxima variável analisada é a quantidade de clíticos adjuntos ao verbo. Pelas regras do espanhol da época (e também do atual), é possível acrescentar um ou dois clíticos, raramente três¹²², ao verbo. Nesta pesquisa, refinamos a pesquisa para um ou dois e obtivemos a seguinte distribuição de dados:

TABELA 29: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR QUANTIDADE DE CLÍTICOS

QUANT. DE CLÍT.	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	MESÓCLISE	MISTA	TOTAL	%
1	6757	3023	8	0	9789	97
%	69	30,9	0,1	0	-	Nocaute
2	243	37	0	6	285	3
%	85	13	0	2	-	Nocaute
TOTAL	7000	3060	8	6	10074	-
%	69,5	30,4	0,1	0	-	100

Na tabela, podemos perceber predominância da presença de apenas um clítico adjunto ao verbo (97% dos dados) com relação à presença de dois clíticos (3% dos dados). Como é possível perceber na tabela, houve dois nocautes, por conta de haver duas células vazias (1 clítico para “mista” e 2 clíticos para “mesóclise”).

Outro fato importante para a análise da rodada é a impossibilidade de haver dois clíticos em posição “mesoclítica” ao verbo, assim como de haver apenas um clítico em posição mista, que é justamente o posicionamento de um clítico em

¹²² Ver capítulo Metodologia para exemplos de três clíticos unidos ao verbo.

próclise e outro em ênclise ao mesmo verbo. Portanto, os números absolutos para esta rodada, bem como os índices percentuais, não refletem mudança linguística (assim como citado no parágrafo anterior para os nocautes), são apenas informações complementares para a análise da variável linguística.

Alguns exemplos de dois clíticos adjuntos ao verbo, para ilustrar a variável:

TABELA 30: EXEMPLOS DE OCORRÊNCIAS DE DOIS CLÍTICOS ADJUNTOS AO VERBO

AUTOR	TIPO DE TEXTO	POSIÇÃO DO CLÍTICO	OCORRÊNCIA
GV	verso	próclise	no <u>sela</u> mereci no...
GV	verso	próclise	satañe <u>selo</u> hizo...
AV	prosa	próclise	(hombre) <u>se le</u> manda que salga...
AV	prosa	próclise	Pero como <u>se los</u> mostrò?
FX	prosa	próclise	, se nos <u>diga</u> :
FX	verso	próclise	Para <u>me las</u> pagar con gran ventaja...
LC	verso	próclise	pues quanto más <u>me lo</u> dan...
LC	verso	próclise	Mas ay no <u>se lo</u> digas, q mas muero...
FM	prosa	próclise	que <u>se le</u> guardase la inmunidad...
FM	prosa	próclise	, <u>se le</u> ordenase al Gobernador...
AV	prosa	ênclise	como el emperador para <u>guardársela</u> ...
AV	prosa	ênclise	en <u>otorgársela</u> sin saber...
CR	prosa	ênclise	, y sin <u>perdirselo</u> ...
FM	prosa	ênclise	<u>Respondiósele</u> que dejando guarnecidas...
FM	prosa	ênclise	de <u>entregárselo</u> ,
LP	prosa	ênclise	<u>Concediósele</u> su petición
LP	prosa	ênclise	, <u>representándosele</u> en figuta
FX	prosa	ênclise	y que <u>mostrándosenos</u> con
FX	prosa	ênclise	: <u>representándoseme</u> mucha

Já a próxima análise é muito importante para explicar a interferência linguística pesquisada neste estudo. Conforme abordado no capítulo Metodologia, as regras para colocação pronominal eram (e ainda são) um tanto quanto arbitrárias em espanhol. Dependendo do tipo, da qualidade do verbo, o(s) clítico(s) pode ter uso prescrito apenas para próclise ou ênclise, e o movimento de deslocamento para posição não prescrita gera agramaticalidade. Somente para os pretéritos do

indicativo, especialmente o pretérito perfeito, e para o presente do indicativo, as referências indicam predominância da ênclise, mas com possibilidade gramatical de adjunção em ênclise.

Na tabela a seguir, a representação da posição dos clíticos com relação às diversas formas dos verbos e os respectivos resultados percentuais:

TABELA 31: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR FORMAS VERBAIS

FORMAS VERBAIS	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	MESÓCLISE	MISTA	TOTAL	%
PRET. IND.	2717	590	1	0	3308	32,8
%	82,1	17,8	0,1	0	-	Nocaute
PRET. SUB.	550	16	0	0	566	5,6
%	97	3	0	0	-	Nocaute
PRES. IND.	2806	434	0	0	3240	32,2
%	87	13	0	0	-	Nocaute
IMP. AFIRM.	19	257	0	0	276	2,7
%	7	93	0	0	-	Nocaute
INFINITIVO	116	1110	4	4	1234	12,2
%	9,4	90	0,3	0,3	-	-
GERÚNDIO	42	642	0	0	684	6,8
%	6	94	0	0	-	Nocaute
FUT. IND.	289	6	4	0	299	3,0
%	96,7	2,0	1,3	0	-	Nocaute
FUT. SUBJ.	54	0	0	1	55	0,5
%	98	0	0	2	-	Nocaute
PRES. SUBJ.	377	5	0	0	382	3,8
%	98,7	1,3	0	0	-	Nocaute
IMP. NEG.	30	0	0	0	30	0,3
%	100	0	0	0	-	Nocaute
TOTAL	7000	3060	8	6	10074	-
%	69,5	30,4	0,1	0	-	100

Para as formas de ênclise obrigatória (infinitivo, gerúndio e imperativo afirmativo), houve a predominância da ênclise com relação à próclise, confirmando as regras de colocação dos clíticos castelhanos. Contudo, os índices não foram absolutos, e o percentual de dados de próclise mostra possibilidade de interferência linguística por contato de línguas.

Com relação às demais formas, em que a próclise é de uso provável, os dados se mostraram favoráveis para a regra de colocação em posposição. Nos dois casos em que a literatura cita variação gramatical possível para posicionamento dos clíticos (presente e pretéritos do indicativo), também predominou a próclise, com índices de 82,1% de anteposição para os pretéritos e 87% para o presente, com relação às demais três formas possíveis de colocação pronominal.

Com relação aos dados de “mesóclise”, encontramos 8 dados, 4 com infinitivo e 4 com futuro do indicativo. Consideramos, para efeitos de classificação, o primeiro verbo da estrutura da mesóclise.

Quanto às ocorrências de formas mistas, dos 6 dados encontrados, 4 são de formas no infinitivo, 1 acompanhando verbo no presente do indicativo e 1 em formas do futuro do subjuntivo. Relembrando que, para o infinitivo, a regra prescreve ênclise; para o futuro do subjuntivo, próclise. De todo modo, as formas com posicionamento misto (assim como as de mesóclise), como já citado, são agramaticais em espanhol e podem ser indício de interferência linguística.

A rodada sobre a posição dos clíticos com relação às formas verbais apresentou muitos nocautes como resultados. A única exceção foram os resultados para a variável dependente “infinitivo”, em que foram encontrados dados para as quatro posições possíveis de adjunção dos clíticos.

A última rodada da primeira análise foi a relacionada ao ambiente que antecede o clítico, para verificar se determinados contextos linguísticos atuam a favor ou contra esta ou aquela posição de adjunção. Na tabela a seguir, são apresentados os dados para esta rodada:

TABELA 32: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS – TERMO ANTECESSOR

TERMO ANTECESSOR	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	MESÓCLISE	MISTA	TOTAL	%
CONJUNÇÃO	2234	484	3	2	2723	27,0
%	82,0	17,8	0,1	0,1	-	-
PRONOME	746	62	0	0	808	8,0
%	92	8	0	0	-	Nocaute
INÍCIO TOTAL	245	910	3	0	1158	11,5
%	21,2	78,6	0,3	0	-	Nocaute
PREPOSIÇÃO	86	515	0	0	601	6,0
%	14	86	0	0	-	Nocaute
PAUSA¹²³	575	697	2	0	1274	12,7
%	45,1	54,7	0,2	0	-	Nocaute
ADJETIVO	173	46	0	0	219	2,2
%	79	21	0	0	-	Nocaute
SUBSTANTIVO	1305	167	0	2	1474	14,6
%	88,5	11,3	0	0,1	-	Nocaute
ADVÉRBO	1611	174	0	2	1787	17,7
%	90,2	9,7	0	0,1	-	Nocaute
NUMERAL	22	5	0	0	27	0,3
%	81,5	18,5	0	0	-	Nocaute
TOTAL	6997	3060	8	6	10071	-
%	69,5	30,4	0,1	0	-	100

Obteve-se como resultado que, quando a construção com o clítico se apresentar posterior às conjunções, aos pronomes, aos adjetivos, aos substantivos, aos advérbios e aos numerais, há maior tendência à próclise. Quando a construção com o clítico estiver em início total de sentença, após preposições e pausas (vírgulas, dois pontos), há tendência à ênclise. Encontramos “mesóclise” apenas após conjunções e substantivos, e posição mista após advérbio, conjunção e substantivo.

Por conta da não ocorrência de mesóclise e de posição mista em todos os contextos linguísticos estudados, novamente surgiram nocautes nos resultados, com 0% de ocorrências para determinadas células. Apenas para “conjunções” foram encontrados dados para todas as posições de clíticos.

¹²³ Chamamos de “pausa” o contexto que antecede o clítico marcado por vírgula ou ponto-e-vírgula, parênteses ou travessão.

Os nocautes, como é possível ver, não são exclusividade desta última rodada. Na verdade, só não ocorreram no levantamento de dados para a variável “tipo de texto”. Nas demais quatro variáveis, ou seja, para “autor”, “quantidade de clíticos”, “formas verbais” e “termo antecessor”, em todas encontramos casos em que algum resultado acusou 0% ou 100% das ocorrências (no caso da variável “quantidade de clíticos”, 97% ou 3%, interpretados pelo programa, pela análise das ocorrências dentro do conjunto de dados, também como nocaute).

Para que seja possível rodar o programa de análise de regra variável, necessitamos fazer alguns ajustes no conjunto de dados, com vistas a eliminar os nocautes.

O primeiro ajuste foi excluir todas as ocorrências de posição mista de clíticos. Como esta posição não é típica em espanhol, analisaremos os dados separadamente, buscando justificar ou entender as escolhas feitas pelos autores quando do uso deste recurso improvável de adjunção.

Ocorrências excluídas da análise:

TABELA 33: DADOS DE POSIÇÃO MISTA EXCLUÍDOS DA ANÁLISE

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OCORRÊNCIA
LM	prosa	la confianza <u>se meterse</u> en su poder...
FM	prosa	, según <u>le aconsejarse</u> ...
GV	verso	adonde <u>te hallarse</u> ...
GV	verso	que <u>me verte</u> partir de...
FX	verso	quando <u>se hallarse</u> en la gloria...
FM	prosa	guerra <u>se dele</u> a tales hombres,

O segundo ajuste foi aglomerar todas as construções classificadas como “mesóclise” dentro do conjunto de dados de ênclise. No capítulo “Metodologia”, já discutimos o conceito de “mesóclise”, sob a ótica portuguesa, já que o fenômeno não faz parte da gramática castelhana.

A seguir, as ocorrências de “mesóclise” encontradas nos textos dos autores em estudo:

TABELA 34: DADOS DE “MESÓCLISE”

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OCORRÊNCIA
GV	verso	, <i>dezir<u>lo</u> há,</i>
GV	verso	<i>y <u>tratar</u>se ha nesta cena</i>
GV	verso	<i>y <u>vello</u> eis.</i>
GV	verso	<i>y <u>hallar</u>nos ha de frente</i>
GV	verso	<i>respond<u>er</u>tee con dolor</i>
CR	verso	Y si le obedesceis, <i>ver<u>lo</u>eis gracioso,</i>
CR	verso	<i>Ver<u>lo</u>eis, un dulce Amor lleno de amores</i>
CR	verso	<i>Guoza<u>re</u>à la oppulenta rica Europa</i>

Gil Vicente foi o autor com mais ocorrências, 5 do total, seguido por Corte Real, autor de 3 das 8 ocorrências. Estes dois autores, ao usar a “mesóclise” em seus textos em espanhol, cometeram erros por interferência linguística do português, língua materna de ambos, idioma no qual o pronome clítico pode figurar na posição em questão. Este resultado, portanto, pode ser um dos pontos caracterizadores do chamado “castelhano de Portugal”.

A nova distribuição dos dados para análise, após os ajustes de exclusão da posição mista e junção dos dados de mesóclise aos de ênclise, é a que segue representada no gráfico, em números absolutos:

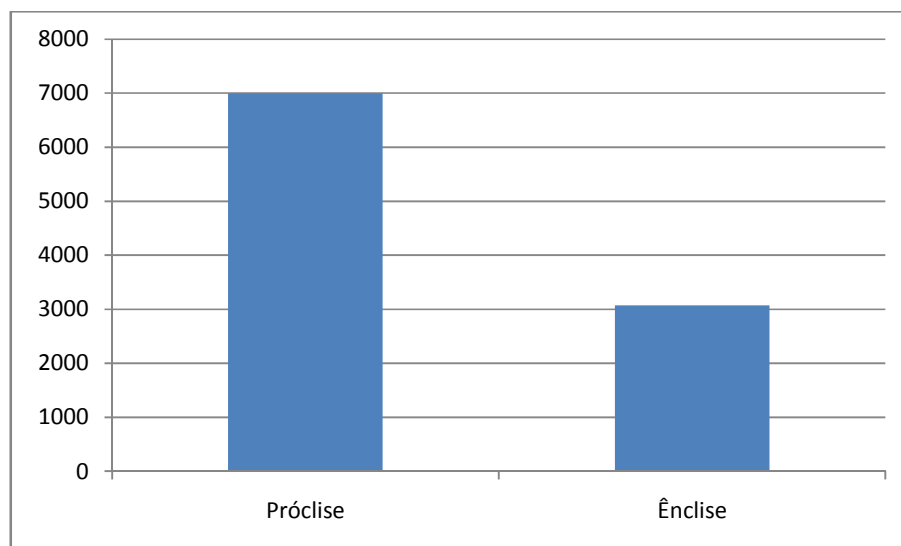


GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS APÓS AJUSTES

A análise passa a ser feita a partir de 10068 dados, sendo que 7000 são de clíticos em posição proclítica e 3068 de clíticos em posição enclítica. A distribuição percentual passa a ser de 70% dos dados para próclise e 30% de dados para ênclise.

Após a exclusão dos dados de posição mista e da junção dos dados de mesóclise aos de ênclise, não restaram células vazias para a variante “autor”. Os dados que passam a ser utilizados são os seguintes:

TABELA 35: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR AUTOR – APÓS ALTERAÇÕES

AUTOR	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	%	ÊNCLISE	%	TOTAL	%
LM	561	66	290	34	851	8,5
DL	320	87	47	13	367	3,6
AM	92	69	42	31	134	1,3
FM	1324	62	813	38	2137	21,2
CR	943	72	369	28	1312	13
LP	664	64	377	36	1041	10,3
GV	1365	78	394	22	1759	17,5
AV	533	75	176	25	709	7
FX	1039	67	510	33	1549	15,4
LC	159	76	50	24	209	2,1
TOTAL	7000	70	3068	30	10068	100

Com relação ao tipo de texto, única rodada em que não houve nocautes na análise anterior, os índices percentuais permaneceram inalterados, havendo apenas mudança nos números absolutos:

TABELA 36: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE TEXTO – APÓS ALTERAÇÕES

TIPO DE TEXTO	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	%	ÊNCLISE	%	TOTAL	%
PROSA	3860	67	1927	33	5787	57
VERSO	3140	73	1141	27	4281	43
TOTAL	7000	70	3068	30	10068	100

Com relação à variável “quantidade de clíticos”, as células vazias também desapareceram após os ajustes. Os índices percentuais para a quantidade de “um clítico” foram de 97% e para “dois clíticos” de 3%. Como não houve células vazias, o programa entendeu que não há nocautes, ao contrário do que aconteceu na análise anterior, que também apresentou como resultados 97% e 3%, mas com células vazias dentro do conjunto da variável.

Na tabela a seguir, a nova configuração dos dados para a variável “quantidade de clíticos”.

TABELA 37: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR QUANTIDADE DE CLÍTICOS – APÓS ALTERAÇÕES

QTD. CLÍTICOS	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	%	ÊNCLISE	%	TOTAL	%
1	6757	69	3032	31	9789	97
2	243	87	36	13	279	3
TOTAL	7000	70	3068	30	10068	100

Porém, mesmo após os ajustes com relação à variável relacionada ao posicionamento dos clíticos, persistiram os nocautes no cruzamento da variável ajustada com variável “termo antecessor”, o que inviabilizou a rodada de atribuição dos pesos relativos.

Com relação ao tipo de verbo “futuro do subjuntivo”, houve 100% de dados (54 ocorrências) para próclise; para o “imperativo negativo”, todas as 30 ocorrências também foram para clíticos em posição de próclise.

Na tabela abaixo a representação dos números absolutos e dos percentuais para o cruzamento das variáveis:

TABELA 38: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TIPO DE VERBO – APÓS ALTERAÇÕES

FORMAS VERBAIS	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%
PRET. IND.	2717	591	3308	32,9
%	82	18	-	-
PRET. SUBJ.	550	16	566	5,6
%	97	3	-	-
PRES. IND.	2806	433	3239	32,2
%	87	13	-	-
IMP. AFIRM.	19	257	276	2,7
%	7	93	-	-
INFINITIVO	116	1114	1230	12,2
%	10	90	-	-
GERÚNDIO	42	642	684	6,8
%	6	94	-	-
FUT. IND.	289	10	299	3
%	97	3	-	-
FUT. SUBJ.	54	0	54	0,5
%	100	0	-	Nocaute
PRES. SUBJ.	377	5	382	3,8
%	98	2	-	-
IMP. NEG.	30	0	30	0,3
%	100	0	-	Nocaute
TOTAL	7000	3068	10068	-
%	70	30	-	100%

Como as duas situações são de posicionamento categórico, e para que seja possível rodar o programa de análise de regra variável, os dados de “futuro do subjuntivo” e de “imperativo negativo” foram excluídos do conjunto.

Exemplos de dados de imperativo negativo excluídos da amostra:

TABELA 39: EXEMPLOS DE DADOS PARA IMPERATIVO NEGATIVO

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OCORRÊNCIA
FM	prosa	<i>no <u>se</u> quejen los mas desta separación...</i>
FM	prosa	<i>no <u>os</u> escuseys vosotros...</i>
AV	prosa	<i>que no <u>te</u> atrevas...</i>
CR	verso	<i>: no <u>te</u> partas...</i>
CR	verso	<i>No <u>me</u> niegues a mi...</i>
GV	verso	<i>no <u>te</u> enhades...</i>
GV	verso	<i>No <u>os</u> vais daqui...</i>
GV	verso	<i>ni <u>os</u> escondáis señora...</i>
FX	verso	<i>No <u>se</u> vea de...</i>
FX	verso	<i>no <u>te</u> aflijas...</i>

Agora, exemplos para clíticos agregados a formas verbais conjugadas no futuro do subjuntivo, também excluídas do corpus:

TABELA 40: EXEMPLOS DE DADOS PARA CLÍTICOS ADJUNTOS A VERBOS NO FUTURO DO SUBJUNTIVO

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OCORRÊNCIA
FX	verso	Si dioz <u>me</u> hiziere essa merced...
CR	verso	quanto <u>le</u> pidiere...
GV	verso	quanto <u>vos</u> disser...
GV	verso	y si <u>te</u> enojare alguien...
GV	verso	alguno <u>te</u> hiziere guerra...
FX	verso	quando <u>se</u> hallarse en la gloria...
FX	verso	Si dioz <u>me</u> hiziere essa merced...
FX	prosa	Si <u>se</u> mostrare palpablemente...
FM	prosa	que el <u>se</u> desviare de las Llaves...
FM	prosa	sino <u>lo</u> alcançaredes...
LP	prosa	que <u>me</u> embiarades al infierno...
LP	prosa	justamente <u>me</u> podriades debaxo...
AV	prosa	Y si alguno <u>me</u> preguntare...
AV	prosa	si <u>os</u> conociereis como cuerpo...

Ao contrário do que aconteceu com a variável anterior, para o cruzamento da variável modificada “posição do clítico” e da variável “termo antecessor”, não houve

nocautes, já que não persistiram células vazias, conforme possível visualizar na tabela que segue:

TABELA 41: DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS POR TERMO ANTECESSOR – APÓS ALTERAÇÕES

TERMO ANTECESSOR	POSIÇÃO DO CLÍTICO				RESULTADO	
	PRÓCLISE	%	ÊNCLISE	%	TOTAL	%
CONJUNÇÃO	2234	82	487	18	2721	27
PRONOME	746	92	62	8	808	8
INÍCIO SENTENÇA	245	21	913	79	1158	11,5
PREPOSIÇÃO	86	14	515	86	601	6
PAUSA	575	45	698	55	1273	12,7
ADJETIVO	173	79	46	21	219	2,2
SUBSTANTIVO	1305	89	168	11	1473	14,6
ADVÉRBO	1611	90	174	10	1785	17,7
NUMERAL	22	81,5	5	18,5	27	0,3
TOTAL	6997	70	3068	30	10065	100

Após as quatro modificações no conjunto dos dados, ou seja, a exclusão dos dados de posição mista, a junção dos dados de mesóclise aos de ênclise, a exclusão dos dados de futuro do subjuntivo e de imperativo negativo, foi possível rodar o programa para a atribuição de pesos relativos, uma vez que não restaram nocautes que impediam o programa de ser executado.

Passamos a analisar um conjunto de 10065 dados, sendo 6997 de próclise (70% do total) e 3068 de ênclise (30% do total). Na representação por meio de gráfico, temos o seguinte esquema, em que se percebe leve declínio na representação dos dados para próclise e leve aumento para os dados de ênclise, em números absolutos:

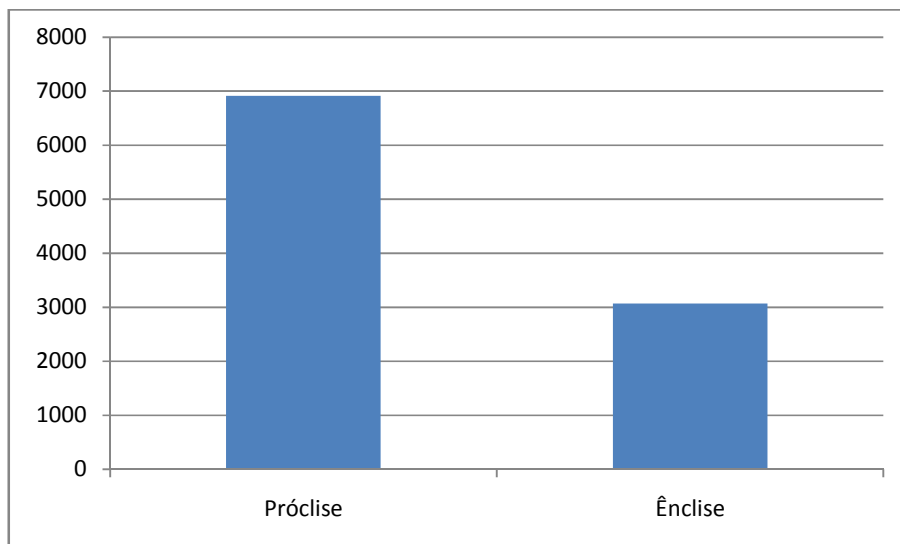


GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO FINAL DOS DADOS PARA VERBOS SIMPLES

Rodamos o programa com o valor de aplicação “próclise”, confrontando as duas possibilidades de posicionamento dos clíticos (próclise e ênclise) contra as demais variáveis. O programa selecionou todas as variáveis para análise, na ordem que será apresentada a seguir. Simplificamos as tabelas, eliminando os percentuais internos às variáveis, mantendo apenas os percentuais gerais.

A primeira rodada selecionada faz referência ao confronto entre as posições possíveis de colocação do clítico com as características estilísticas de cada autor pesquisado.

Os autores que receberam maior peso relativo foram Duarte Nunes de Leão (peso 0.74), seguido por Gil Vicente (peso 0.59) e Camões (0.57). O menor peso foi aplicado para Francisco Manuel de Melo, (peso de 0.41). Vejamos a tabela com a organização dos resultados:

TABELA 42: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA DE AUTORES (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)

AUTOR	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%	PESO RELATIVO
DL	320	47	367	3,7	0.74
GV	1328	394	1722	17,3	0.59
LC	157	50	207	2,1	0.57
AV	523	176	699	7	0.56
CR	936	369	1305	13,1	0.52
AM	92	42	134	1,3	0.48
FX	1029	510	1539	15,4	0.46
LM	554	288	842	8,4	0.45
LP	660	377	1037	10,4	0.43
FM	1313	814	2127	21,3	0.41
TOTAL	6912	3067	9979	-	-
%	69	31	-	100	-

Como consideramos que a próclise é a posição que abrange mais contextos de uso no espanhol da época, ao contrário do português, em que predominava a ênclise, podemos inferir que do maior peso ao menor se apresenta a escala de [+ espanhol] a [- espanhol] ou de [- português] a [+ português]. Neste sentido, os autores com índice mais alto de peso relativo são os que produziram obras com menos influência dos aspectos linguísticos portugueses e os com peso relativo mais baixo são os com menos proficiência em espanhol.

Entretanto, é um tanto quanto arriscado afirmar que o autor com peso relativo mais baixo é o com menos proficiência em castelhano. Se observarmos o conjunto de pesos, com exceção apenas a Duarte Nunes de Leão, os demais resultados estão todos muito próximos ao ponto neutro (0.50). Considerando que há margem de erro, estes índices perdem ainda mais a função de explicar a variável linguística em questão. Mesmo que a rodada tenha sido escolhida pelo programa como a primeira, a mais relevante para explicar a posição dos clíticos, os resultados não dizem o mesmo: mostram apenas que Duarte Nunes de Leão é o escritor que mais empregou próclise, o que apresenta produção mais “castelhana”, e que os demais autores estão em um nível “neutro” de uso de próclise, ou seja, os pesos relativos aplicados para defini-los, na verdade, não os definem.

O mesmo acontece com o segundo cruzamento de variáveis selecionado pelo programa: posição do clítico x tipo de texto. Ambos os pesos relativos estão muito próximos ao ponto neutro.

Vejamos na tabela seguinte os resultados para a rodada:

TABELA 43: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA DE TIPO DE TEXTO (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)

TIPO DE TEXTO	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%	PESO RELATIVO
VERSO	3089	1141	4230	42	0.54
PROSA	3823	1926	5749	58	0.46
TOTAL	6912	3067	9979	-	-
%	69	31	-	100	-

Se analisarmos os índices percentuais, podemos perceber maior predominância da próclise em textos em prosa (58% dos dados) que em textos em verso (42% dos dados). Já nos pesos relativos, o índice se inverte: 0.54 para verso e 0.46 para a prosa, com diferença de relativamente baixa de 0.8 entre os pesos relativos. Esta inversão é possível pelos princípios da regra variável, que parte da análise das ocorrências de uma visão ampla da variável para especificidades menores, no confronto de resultados das variáveis internas.

Os resultados para esta rodada, portanto, não são os melhores para determinar se os clíticos que acompanham verbos “simples”, em posição proclítica, a mais típica do espanhol da época em estudo, de fato ocorrem mais efetivamente em textos em prosa ou em verso.

Já nos resultados da próxima rodada, com o cruzamento da variável “posição do clítico” com as diferentes formas verbais a que este pode estar ligado, obteve-se pesos relativos bastante contrastivos entre si, afastados do ponto neutro, para mais ou para menos.

Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 44: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “FORMAS VERBAIS” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)

FORMA VERBAL	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%	PESO RELATIVO
PRES. SUBJ.	376	5	381	3,8	0.96
PRET. SUBJ.	550	16	566	5,7	0.92
FUT. IND.	289	10	299	3,0	0.91
PRES. IND.	2803	434	3237	32,4	0.69
PRET. IND. ¹²⁴	2717	591	3308	33,1	0.61
INFINITIVO	116	1112	1228	12,3	0.03
IMP. AFIRM.	19	257	276	2,8	0.02
GERÚNDIO	42	642	684	6,9	0.02
TOTAL	6912	3067	9979	-	-
%	69	31	-	100	-

Os resultados estão de acordo com o anunciado no capítulo “Metodologia”, com base nas prescrições gramaticais apresentadas para o castelhano da época. Os pesos relativos mais baixos, ou seja, as variáveis menos propícias para o uso da próclise são o “imperativo afirmativo”, com peso 0.02, o “gerúndio”, também com 0.02 de peso, e o “infinitivo”, com 0.03 como índice. Estes três ambientes são, de fato, os de uso prescrito de ênclise, conforme citado anteriormente neste trabalho. Mesmo havendo ocorrências de próclise nestes contextos, para a análise da regra variável, os dados da amostra não são em número suficiente para condicionar mudança ou ser indício de interlíngua.

Os índices mais elevados de pesos relativos se encontram nas variáveis em que o uso é categórico para próclise. O “presente do subjuntivo” foi a forma verbal com índice mais alto (0.96), muito próximo do índice total (1.0). Em segundo lugar, tivemos o “pretérito do subjuntivo”, com índice de 0.92, seguido pelo “futuro do indicativo”, com peso 0.91. Como dito, estes são os ambientes em que a próclise é de uso categórico, e os pesos relativos mostram que os autores portugueses, ao escreverem em castelhano, “dominavam” esta regra.

¹²⁴ Aglomeramos todos os pretéritos e futuros em categorias únicas, para evitar células vazias e nocautes.

Com relação aos índices para a variável “pretéritos do indicativo”, obteve-se peso 0.61, e para a variável “presente do indicativo” o índice foi um pouco mais alto, 0.69. Estas duas variáveis, também em conformidade com o anunciado anteriormente, são o ambiente menos fixo, mais instável, para o uso da próclise. A prescrição é de que o clítico pode estar ligado tanto em próclise quanto em ênclise quando o verbo pertence a uma das duas variáveis citadas. O uso da próclise é o mais recorrente, conforme podemos visualizar nos números absolutos citados (2717 dados de próclise contra 591 de ênclise para as formas no pretérito do indicativo; 2803 dados de próclise contra 434 de ênclise para o presente do indicativo), e conforme encontramos na literatura sobre o tema. Os pesos relativos encontrados (0.61 e 0.69) mostram que a próclise é a posição preferencial para estes ambientes, especialmente nos três casos com peso superior a 0.90.

Pela possibilidade variável de colocação do clítico com relação às formas do pretérito e presente do indicativo, a análise do peso relativo para estas duas variantes mostra que há certa estabilidade nos usos desta variável e que não há variação linguística em curso ou processos de interferência por contato de línguas.

Com relação à quantidade de clíticos e o posicionamento destes em próclise ou ênclise, a rodada de dados apresentou os seguintes resultados:

TABELA 45: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “QUANTIDADE DE CLÍTICOS” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)

QUANTIDADE DE CLÍTICOS	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%	PESO RELATIVO
1	6671	3030	9701	97	0.49
2	241	37	278	3	0.74
TOTAL	6912	3067	9979	-	-
%	69	31	-	100	-

O índice mais alto da rodada foi para “2 clíticos”, com peso relativo de 0.74. Já para a variável “1 clítico”, o peso relativo foi de 0.49, muito próximo do ponto neutro (0.50).

O cruzamento das variáveis “posição dos clíticos” com “quantidade de clíticos”, na verdade, foi realizado como informação complementar, uma vez que não

há prescrição, não há padronização possível, fundamentada na quantidade de clíticos. As especificações de uso em próclise ou ênclise, neste sentido, dependem muito mais de variáveis como “formas verbais” ou “termo antecessor” que propriamente da “quantidade de clíticos”.

De todo modo, o índice obtido para “1 clítico” mostra neutralidade no uso da próclise, ou seja, que “1 clítico” não determinou escolha pela anteposição ou posposição da forma com relação ao verbo que acompanha, e que os autores em estudo utilizaram ambas as posições de colocação com base em outros fatores que não a quantidade de “1 clítico”.

O índice para “2 clíticos” foi alta, o que nos mostra que a próclise é beneficiada (e esperada) nesse contexto. Como dito, este índice deve ser analisado em combinação com as demais variáveis.

O programa selecionou por último o grupo de fatores de “termo antecessor”. A rodada, no entanto, é uma das mais importantes para explicar o posicionamento dos clíticos e a possível interferência no uso do espanhol por contato com o português, língua primeira dos escritores portugueses, conforme estudado na seção 3.3 desta Tese.

Na tabela a seguir, a representação dos resultados obtidos:

TABELA 46: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA “TERMO ANTECESSOR” (VALOR DE APLICAÇÃO: PRÓCLISE)

TERMO ANTECESSOR	POSIÇÃO DO CLÍTICO		RESULTADO		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	TOTAL	%	PESO RELATIVO
PRONOME	733	62	795	8	0.80
ADVÉRBIOS	1576	173	1749	17,5	0.76
SUBSTANTIVO	1296	168	1464	14,7	0.73
CONJUNÇÃO	2208	487	2695	27	0.61
NUMERAL	22	5	27	0,3	0.60
ADJETIVO	172	46	218	2,2	0.57
PAUSA	573	699	1272	12,8	0.22
INÍCIO DE SENTENÇA	243	913	1156	11,6	0.08
PREPOSIÇÃO	86	514	600	6	0.05
TOTAL	6909	3067	9976	-	-
%	69	31	-	100	-

A próclise seria, em tese, a posição prototípica de adjunção dos clíticos em espanhol, abarcando um leque de situações muito mais amplo que o da ênclise. Os índices acima do ponto neutro para esta rodada constatarem o que de fato já era evidente.

O que mais chama a atenção e é, sem dúvida, um resultado muito significativo para esta pesquisa, são as posições em que a próclise obteve peso relativo baixo, o que significa que a ênclise é a posição de preferência nestes contextos.

Em posição decrescente, temos o “clítico após pausa” com peso relativo de 0.22, seguido pelo “clítico em início absoluto de sentença”, com peso 0.08, e como posição menos favorável ao uso da próclise, temos o “clítico após preposição”.

Os dois primeiros casos podem ser analisados em conjunto, já que apresentam características linguísticas semelhantes. A pausa, seja por vírgula ou por ponto-e-vírgula¹²⁵, nada mais é que uma quebra sintática da estrutura oracional e, neste sentido, poderia ser entendida juntamente com o início absoluto de sentença, que apresenta as mesmas características.

O posicionamento em ênclise para estes dois casos é, sem dúvida, uma característica da gramática portuguesa operando na gramática espanhola. Apesar de no espanhol da época haver flutuação na posição próclise/ênclise em início absoluto, conforme citamos na fundamentação teórica, os pesos relativos se mostraram muito abaixo do esperado. Esperava-se algo mais próximo do ponto neutro, justamente pela dupla possibilidade prescrita para colocação.

Como no português da época (assim como no atual) a ênclise é a posição mais recorrente em ambos os casos, o peso relativo elevado para as ocorrências no espanhol apontam para a direção de que esta é uma das variáveis mais importantes para se explicar o “castelhano de Portugal”, uma das que configuram maior diferença estrutural entre os usos entre uma língua e outra.

Contudo, o que mais nos chamou a atenção para o baixo índice de peso relativo, foi o uso do pronome proclítico quando o termo que o antecede é uma preposição. O peso relativo indicado pelo programa para esta variável foi de 0.05, índice muito próximo ao 0.0, a ausência total. Apesar de terem sido encontrados 88

¹²⁵ Não foram encontrados dados antecidos por dois pontos, travessão ou parênteses.

dados de próclise no conjunto de 600 dados para a variável, o programa indicou que para esta posição o uso da próclise é, de fato, pouco provável ou irrelevante.

O resultado da rodada, no entanto, não surpreende. Na descrição e contextualização da variável, presente no capítulo da Metodologia, foi citado o trabalho de Menon (2012), o qual fornece um panorama dos clíticos em construções preposicionadas no português da época de nosso estudo.

Para relembrar, a autora descreve um movimento de deslocamento do clítico para posição enclítica quando a construção [clítico + verbo] era precedida pela preposição *a*, já que a língua estava passando por transformação com relação à nominalização dos verbos e a uma determinada construção usada para expressar “tempo”, que passa de [preposição + gerúndio], como em “em chegando” para [preposição + infinitivo], como em “ao chegar”.

A ênclise, neste cenário do português (mesmo que específico para a preposição *a*), passa a ter a função desambiguizadora, diferenciando o verbo substantivado, introduzido por artigo, do verbo propriamente dito, que recebe então o clítico posposto (*ao passar* x *a passá-o*).

O resultado do processo de transição de uma norma para a outra em português reflete diretamente nos resultados de posição de próclise ou ênclise investigados nesta seção. Como os autores portugueses estavam motivados ao uso da ênclise nos contextos precedidos por preposição *a* e, possivelmente por analogia, com as demais preposições, acabaram por aplicar a mesma regra nos textos que produziram em espanhol. Lembrando que no espanhol não ocorreu o citado movimento linguístico desambiguizador, já que as formas para o artigo e para o clítico não são homógrafas como em português – *e/* x *lo* em espanhol, *o* x *o* em português.

O resultado desta rodada é, sem dúvida, um dos mais importantes para explicar o “castelhano de Portugal”, já que nos dá a dimensão exata da interferência por contato entre as línguas, pela aplicação das regras lusitanas em vigor às da língua espanhola, que apresentava prescrições diferentes daquelas que foram utilizadas pelos autores portugueses em seus textos em castelhano.

5.4.2 Clíticos em construções com mais de um verbo

Com relação aos clíticos ligados a construções com mais de um verbo, a quantidade de ocorrências encontradas no corpus foi de 2477 dados, distribuídos entre as quatro possibilidades de ocorrência: perífrase (1729 dados), locuções verbais (39 dados), verbos em sequência (520 dados) e casos fronteiros (189 dados). Os dados de “mesóclise” foram classificados anteriormente juntos aos verbos simples, para que pudessem ser agrupados com os dados de ênclise daquela categoria.

Na representação por meio de gráfico, temos a seguinte distribuição das ocorrências para esta variável, em números absolutos:

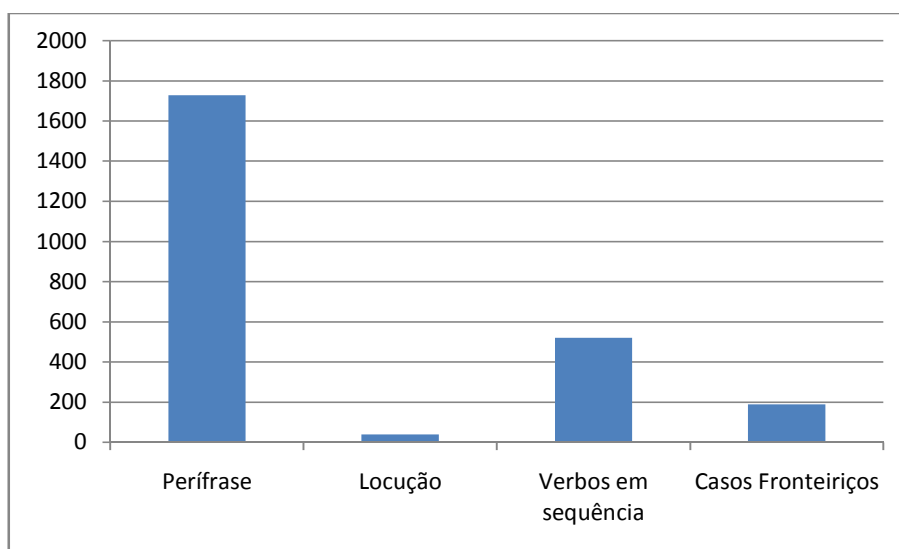


GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS PARA “CLÍTICOS EM CONSTRUÇÕES COM MAIS DE UM VERBO”

A análise desta variável segue os mesmos princípios de pesquisa apontados anteriormente para a variável “clíticos em verbos simples”, ou seja, com base nos contextos favoráveis à próclise ou ênclise a partir das especificações dos verbos (ênclise a imperativo afirmativo, próclise em imperativo negativo...) e do ambiente linguístico em que se encontra a ocorrência (início absoluto de sentença, após preposição...).

Para simplificar a rodada, adotamos um modelo de análise “econômica”, não menos eficiente que a utilizada para os verbos simples, de modo a reduzir cruzamentos de dados que não resultariam em informações consistentes para esta pesquisa.

Durante a codificação das ocorrências (para serem lidas pelo GoldVarb), inserimos, dentre os fatores, a informação “posição gramatical” ou “posição agramatical”, a partir da análise das especificações de cada construção. Ou seja, verificamos se o(s) clítico(s) estava(m) adjunto(s) ao primeiro ou ao segundo verbo, se esta adjunção era a prescrita para aquele caso, e se a tipologia do verbo permitia tal conexão (em próclise ou ênclise). Lembrando que esta “economia” já havia sido pensada e anunciada no capítulo “Metodologia”.

Os dados para “posição gramatical” foram superiores ao da “posição agramatical”, um total de 2434 dados para “gramatical” (98%) e 43 dados para “agramatical” (2%).

Na distribuição gráfica dos números absolutos, obteve-se o seguinte esquema:

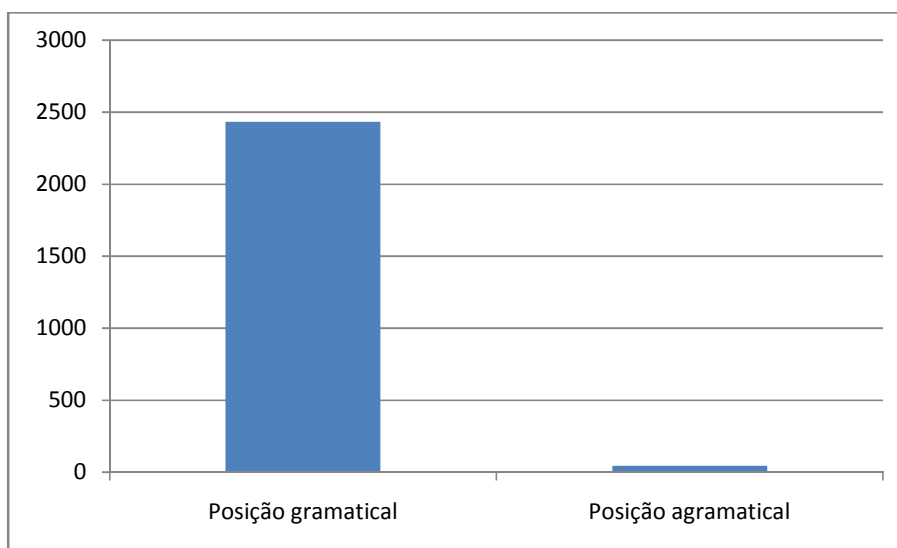


GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS PARA “POSIÇÃO GRAMATICAL OU AGRAMATICAL”

Após a classificação dos dados, rodamos o programa estatístico com valor de aplicação em “gramatical”. A primeira rodada a ser analisada é entre as variáveis

“posição (a)gramatical do clítico” e a variável “tipo de construção”. Os resultados obtidos são os especificados na tabela a seguir:

TABELA 47: DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÕES E OS FATORES GRAMATICAIIS

RELAÇÃO ENTRE OS VERBOS	GRAMATICALIDADE		RESULTADO	
	POSIÇÃO GRAMATICAL	POSIÇÃO AGRAMATICAL	TOTAL	%
PERÍFRASE	1702	27	1729	70
%	98	2	-	-
LOCUÇÃO	39	0	39	1
%	100	0	-	Nocaute
VERB. EM SEQUÊNCIA	509	11	520	21
%	98	2	-	-
CASOS FRONTEIRIÇOS	184	5	189	8
%	98	2	-	-
TOTAL	2434	43	2477	-
%	98	2	-	100

Como é possível ver, com exceção apenas do caso das locuções, em todos os outros três temos células preenchidas tanto para “gramatical” quanto para “agramatical”.

Em formato de gráfico, temos a seguinte configuração da distribuição dos dados em números absolutos:

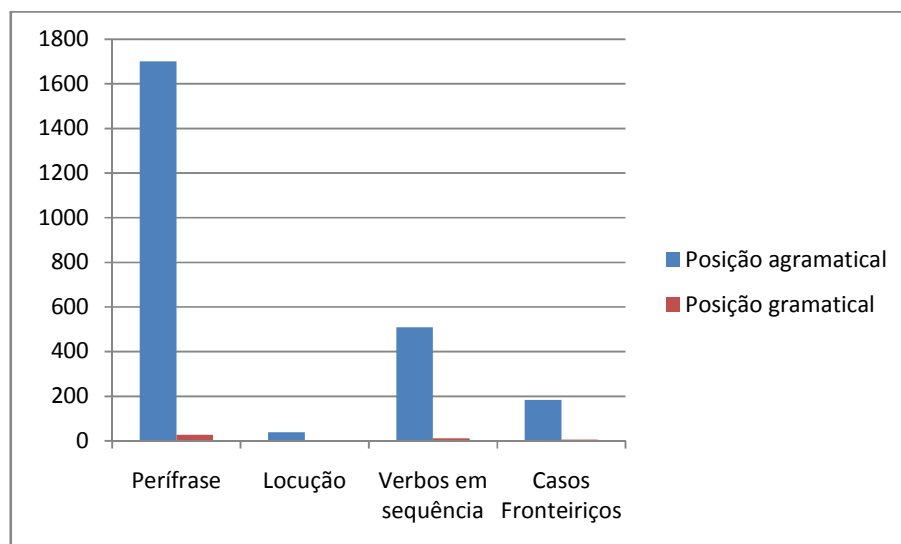


GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO “GRAMATICAL/AGRAMATICAL” DENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme citado no capítulo Metodologia, no caso das locuções, o clítico deve acompanhar o primeiro verbo da sequência, uma vez que é este verbo que seleciona os argumentos. Os autores, então, demonstraram proficiência no castelhano quando do uso do clítico nestas construções, o que não aconteceu com os demais tipos de construções.

A seguir, algumas ocorrências de clíticos em locuções verbais contidas no corpus, para exemplificar a variável¹²⁶:

TABELA 48: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM LOCUÇÕES VERBAIS

AUTOR	OCORRÊNCIA
LM	que <u>les</u> mando confiscar...
FM	que no <u>te</u> intermetas a saber...
FM	, <u>se</u> arrojaron a envestir la Pleva...
FM	oficio <u>les</u> tocava acudir...
LP	en este punto <u>me</u> hizo conocer...

Todas as ocorrências são gramaticais, com o clítico unido ao primeiro verbo da estrutura, em posição de acordo com as especificações da conjugação verbal e

¹²⁶ Dados de textos em prosa.

do contexto linguístico em que a ocorrência está contida. Temos 4 casos de próclise a verbo no pretérito do indicativo (*les mando confiscar*, *se arrojaron a investir*, *les tocava acudir*, *me hizo conocer*)¹²⁷ e 1 caso de próclise em verbo no imperativo negativo (no *te intermetas a saber*)

No caso das perífrases verbais, o clítico pode vir unido tanto ao primeiro quanto ao segundo verbo da estrutura. A agramaticalidade, então, reside no uso equivocado da próclise ou da ênclise com relação à natureza do verbo ao qual o clítico está ligado. Neste sentido, teríamos como exemplo de casos gramaticais de uso do clítico em perífrases os seguintes dados retirados do corpus:

TABELA 49: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM PERÍFRASES VERBAIS

AUTOR	OCORRÊNCIA
LM	como algunos, que <i>se han impresso...</i>
LM	ruinas, <i>se pretende hacer la paz...</i>
FM	Cataluña <i>se uviese de humillar...</i>
FM	<i>les avría de ser...</i>
CR	Ella <i>se han aventajad...</i>
CR	occidente <i>se ha escondido...</i>
GV	<i>herido me ha</i> la niña...
FX	como <i>me has dicho</i> que...
LC	<i>te a hecho</i> agora...
LC	ahora <i>me avra de crer...</i>

A maior parte dos dados é de construções do tipo [verbo auxiliar + particípio]. O particípio, de modo geral, recusa a adjunção de clíticos à sua forma, restando então a união categórica com o outro verbo da estrutura. Nos exemplos, houve próclise em todos os casos, por conta da natureza dos verbos (presente do indicativo, pretéritos do indicativo, futuros do indicativo). No exemplo “*herido me há la niña*”, contido na obra de Gil Vicente, temos um caso de ordem inversa da estrutura perifrástica tradicional, figurando como [particípio + (clítico) verbo auxiliar], provavelmente para evitar o início da sentença (em verso) com clítico.

¹²⁷ Lembrando da possibilidade de ênclises nestes casos, conforme citado em outras seções deste trabalho.

Já nos casos seguintes, também encontrados no *cópus*, encontramos agramaticalidades provindas do posicionamento equivocado do clítico na perífrase, por conta de os autores não terem levado em conta a morfologia dos verbos presente na relação:

TABELA 50: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM PERÍFRASES VERBAIS (AGRAMATICAIS)

AUTOR	OCORRÊNCIA
GV	*Pues vamos <u>lo</u> adorar...
LP	*son <u>le</u> comunicadas algunas inteligencias acerca...
LP	* (tentación) para <u>lo</u> poder hacer...
LP	*malo puede <u>se</u> decir...
LC	*E tu puedes <u>me</u> quitar...
LC	*En fin as <u>me</u> de fazer crer...

No primeiro exemplo, não é possível identificar se temos um caso de ênclise ao primeiro verbo ou de próclise ao segundo. De qualquer modo, em ambas as possibilidades, o clítico está em posição equivocada: ou deveria estar em próclise ao *vamos* (presente do indicativo) ou em ênclise ao *adorar* (infinitivo). Se estivesse em ênclise ao *vamos*, como citado anteriormente como sendo possível, deveria estar graficamente unido o clítico ao verbo.

Nos exemplos “*puede se decir*” e “*puedes me quitar*”, ambos com a estrutura [presente do indicativo + infinitivo], vale o citado para o caso anterior. Já no exemplo “*son le comunicadas*”, estrutura [presente do indicativo + particípio], o clítico deveria estar proclítico ao primeiro verbo (ou enclítico graficamente unido), já que o particípio rejeita adjunção de clíticos.

Nos casos fronteirizos, assim como nas perífrases, o clítico pode se unir tanto ao primeiro verbo da construção quanto ao segundo, obedecendo as relações entre o posicionamento e as características morfológicas dos verbos.

Os exemplos seguintes são de casos gramaticais de uso do clítico nos casos fronteirizos em construções com os verbos *querer* e *quedar*:

TABELA 51: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM CASOS FRONTEIRIÇOS

AUTOR	OCORRÊNCIA
LM	<i>quiere valerse</i> del assylo...
LM	que si <i>quería aprovecharse</i> de la...
DL	[los franceses] si <i>se quisiesen entregar</i> ...
CR	<i>Quedandole</i> tendido por...
CR	<i>Quiero mostrarte</i> aora...
LP	<i>Quiero dexarme</i> toda en vos...
LP	no <i>quiso ponerlo</i> en execucion...

As adjunções adotadas pelos autores são todas gramaticais, porque obedeceram aos princípios categóricos de colocação dos clíticos com base na morfologia dos verbos. No primeiro caso, em “*quiere valerse*” o clítico está unido em ênclise ao segundo verbo da estrutura, quem está no infinitivo. Haveria também a possibilidade de adjunção em próclise ao primeiro verbo, o verbo *querer* (ou ênclise, uso menos frequente, mas gramatical). Para ilustrar a possibilidade de união do clítico ao primeiro verbo, basta observar o exemplo “si *se quisiesen entregar*”, em que o clítico se une em próclise ao primeiro verbo da estrutura (também o verbo *querer*, mas no pretérito do subjuntivo), não no segundo verbo, que está no infinitivo. Nos demais exemplos, temos casos semelhantes.

Um exemplo que merece atenção é o “*Quedandole* tendido”, em que, mesmo sendo a estrutura um caso fronteiroço, o segundo verbo, no particípio, impede que o clítico possa estar posicionado junto ao primeiro ou ao segundo verbo da estrutura. Neste caso, não há outra possibilidade senão a junção ao primeiro verbo. Corte Real uniu adequadamente o clítico em ênclise ao primeiro verbo, já que este está flexionado no gerúndio, que solicita ênclise como posicionamento categórico.

Com relação aos exemplos a seguir, retirados da obra de Gil Vicente, temos posicionamento agramatical do clítico:

TABELA 52: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS CASOS FRONTEIRIÇOS (AGRAMATICAIS)

AUTOR	OCORRÊNCIA
GV	* <i>Quiere os</i> decir um...
GV	*ella <i>quiere lo</i> encobrir...
GV	*señor <i>queraisme</i> acudir...

O autor não observou a morfologia dos verbos da estrutura e posicionou os clíticos segundo sua intuição, não obedecendo aos parâmetros gramaticais do espanhol da época. Nos dois primeiros exemplos, o autor posicionou o clítico em ênclise ao primeiro verbo, que está no presente do indicativo ou em próclise ao segundo verbo, no infinitivo. Não há como afirmar com certeza a quem o clítico está ligado; porém, se estiver ligado ao primeiro verbo, deve estar em próclise (ou ênclise ortográfica), e se estiver ligado ao segundo, deveria estar em ênclise, posicionamento usual para verbos no infinitivo.

No terceiro caso, em “*queraisme acudir*”, construção composta pelo verbo *querer* conjugado no presente do subjuntivo¹²⁸ mais o verbo *acudir* no indicativo, novamente Gil Vicente se equivoca no posicionamento do clítico, que deveria estar ou proclítico ao primeiro verbo ou enclítico ao segundo, pelas características morfológicas dos verbos e pelo posicionamento categórico para estas formas.

No último modelo de agrupamento de verbos, as construções que não formam um bloco, em que um verbo é argumento do outro, o clítico deve acompanhar o verbo que o seleciona, em vias gerais. Algumas exceções são possíveis, como as apontadas no Capítulo Metodologia.

Para tanto, além de verificar se a posição que o clítico ocupa, a partir da prescrição para a determinada morfologia do verbo, foi necessário verificar também se clítico está acompanhando o verbo que o seleciona e não o outro verbo da construção.

Como exemplos de ocorrências gramaticais, temos os seguintes casos:

¹²⁸ De início, a impressão é de que o verbo estaria conjugado no imperativo afirmativo, e assim o clítico estaria em posição adequada. A conjugação para o imperativo afirmativo do verbo *querer*, para a 2ª pessoa do plural, é, no entanto, *querad*, não *querais*.

TABELA 53: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS

AUTOR	OCORRÊNCIA
LP	exterior no <u>se</u> <i>dexan ver...</i>
GV	que <u>nos</u> <i>hizo ahuir...</i>
GV	que <i>faze pesarme</i> ...
GV	no <i>desea tocirla</i> ...
AV	<i>anhelava a desasirse</i> ...
FX	a <i>dessear amarte</i> quanto...
FX	<i>Desseando conocerte</i> por...

No primeiro caso, temos uma construção com [verbo reflexivo + verbo], em que o posicionamento do clítico junto ao verbo *dexar/dejar* é a indicada, uma vez que é argumento deste. A posição com relação à morfologia do verbo também está adequada.

Nos demais casos, também foram respeitados os procedimentos para colocação dos clíticos a partir da análise da morfologia verbal e dos critérios de seleção de argumentos. Já nos exemplos a seguir, algum dos princípios foi infringido:

TABELA 54: EXEMPLOS DE DADOS DE CLÍTICOS EM SEQUÊNCIAS DE VERBOS (AGRAMATICAIS)

AUTOR	OCORRÊNCIA
FM	*, <i>atreverème a decir...</i>
LP	*, <i>prometiéndole darle</i> mayor ayuda en el cielo
GV	* Y <i>embia os a preguntar...</i>
DL	* [hombres de ordenes], <i>mandava los ahorcar...</i>

No primeiro exemplo, temos infração com respeito à morfologia do verbo. O verbo *atrever*, por estar no futuro do indicativo, solicita clítico em ênclise, o que não acontece. Já no exemplo “*prometiéndole darle*”, a agramaticalidade reside na redundância do uso do clítico *le*, que foi utilizado para ambos os verbos, quando seria necessária a utilização em apenas um (ou *prometiéndole dar* ou *prometiendo darle*).

Com relação à construção “*embia os a preguntar*”, a norma para o espanhol da época prescreve próclise ao verbo no presente do indicativo como uso mais recorrente (*os embia a preguntar*) e menos frequentemente ênclise (*embiaos*). O clítico, contudo, está ligado ao verbo que o seleciona.

No ultimo caso, “*mandava los ahorcar*”, o verbo que seleciona o clítico é o verbo *ahorcar*, com base no contexto semântico em que a construção está inserida. Neste caso, com vistas ao que foi encontrado no corpus para os demais casos, não é possível afirmar a qual verbo o clítico está ligado, se ao primeiro em ênclise ou ao segundo em próclise. De todo modo, considerando que é o verbo *ahorcar* que seleciona o argumento, e que o verbo está no infinitivo, o posicionamento do clítico está inadequado, uma vez que este deveria estar enclítico e ortograficamente unido ao verbo.

Quanto aos “verbos em sequência”, foram encontradas 79 ocorrências, todas gramaticais. Para efeitos de classificação, foi avaliado a que verbo o clítico estava relacionado e a natureza da construção.

Alguns exemplos de sequências com mais de dois verbos:

TABELA 55: EXEMPLOS DE CONSTRUÇÕES COM MAIS DE DOIS VERBOS

AUTOR	OCORRÊNCIA
LM	Tal [<i><u>le</u> han empeçado</i>] a instituir el gobierno...
LP	<i>Entendio</i> [<i>ser<u>le</u> dada</i>] esta...
LM	<i>entendiesse</i> [<i>aver<u>le</u> dissuleto</i>] la...
LM	que <i>declararon</i> [<i>dever<u>se</u> admitir</i>] los...
FM	<i>deva</i> [<i>escusarse de servir</i>]...
FM	<i>mostró</i> [<i>querer apartarse</i>] del...

Nos três primeiros exemplos, temos uma estrutura formada por [verbo + perífrase]. O clítico está junto ao verbo auxiliar da perífrase, em posição adequada. No quarto e quinto exemplos, temos casos de [sequência de verbos], ou uma sequência de verbos formada por três verbos. Ambos os clíticos estão ligados aos verbos que os selecionaram e estão adjuntos em posição enclítica a um verbo no infinitivo (localização adequada). Já no último exemplo, temos a construção [verbo + caso fronteiroço]. O clítico está ligado gramaticalmente em ênclise ao segundo verbo da construção fronteiroça, o qual se encontra no infinitivo.

Tendo exemplificado as ocorrências de clíticos nas construções com mais de um verbo, passamos ao cruzamento dos dados de (a)gramaticalidade com os demais fatores pesquisados.

A próxima distribuição de dados é a relação entre as variantes de gramaticalidade com os tipos de autores. A distribuição de dados obtida na pesquisa é a expressa na tabela seguinte:

TABELA 56: DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS ENTRE AUTORES E GRAMATICALIDADE

AUTOR	GRAMATICALIDADE		RESULTADO	
	POSIÇÃO GRAMATICAL	POSIÇÃO AGRAMATICAL	TOTAL	%
LM	284	0	284	11
%	100	0	-	Nocaute
DL	81	2	83	3
%	98	2	-	-
AM	37	0	37	1
%	100	0	-	Nocaute
FM	696	6	702	29
%	99	1	-	-
CR	207	3	210	9
%	98	2	-	-
LP	306	9	315	13
%	98	2	-	-
GV	291	18	309	12
%	95	5	-	-
AV	147	0	147	5
%	100	0	-	Nocaute
FX	335	2	337	15
%	99	1	-	-
LC	50	3	53	2
%	95	5	-	-
TOTAL	2434	43	2477	-
%	98	2	-	100

Os autores que apresentaram mais alta taxa de dados agramaticais foram Gil Vicente e Camões, ambos com 5% de seus dados apresentando alguma agramaticalidade. Na posição inversa, estão Luis Marino, Antonio Macedo e Antonio Vieira, com nenhum dado agramatical encontrado em seus textos (nocaute, por 0% de agramaticalidade ou 100% de gramaticalidade). Os demais autores obtiveram

índices baixos de ocorrências agramaticais (1% ou 2%). Os índices são interessantes, mostrando quais autores têm mais alta ou mais baixa proficiência no espanhol, pelo maior ou menor erro com relação ao posicionamento dos clíticos nas construções. Contudo, os três nocautes gerados bloquearão a rodada de dados de análise de regra variável.

Com relação ao tipo de texto em que os dados estão contidos, tanto em prosa quanto em verso o índice de gramaticalidade é altíssimo (e o de agramaticalidade baixo, conseqüentemente), com percentual de 98% de gramaticalidade na prosa e 97% em verso, o que não nos traz informação relevante para explicar variação ou ambiente mais propício para interferência linguística.

Na tabela a seguir, a distribuição de dados a partir do cruzamento das variáveis “gramaticalidade” e “tipo de texto”:

TABELA 57: DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE TIPOS DE TEXTO E GRAMATICALIDADE

TIPO DE TEXTO	GRAMATICALIDADE				RESULTADO	
	POSIÇÃO GRAMATICAL	%	POSIÇÃO AGRAMATICAL	%	TOTAL	%
PROSA	1676	98	18	2	1694	68
VERSO	758	97	25	3	783	32
TOTAL	2434	98	43	2	2477	100

No cruzamento entre gramaticalidade e a quantidade de clíticos nas ocorrências, houve uma pequena diferença entre a gramaticalidade em construções com apenas 1 clítico (98%, contra 2% de agramaticalidade) com relação à gramaticalidade em construções com 2 clíticos (94%, contra 4% de agramaticalidade). A diferença entre a quantidade de dados encontrada para cada uma das duas possibilidades de número de clíticos também é alta, com 2400 dados (96%) para “1 clítico” contra apenas 77 dados (4%) para “2 clíticos”, conforme pode ser verificado na próxima tabela:

TABELA 58: DADOS DE CRUZAMENTO ENTRE QUANTIDADE DE CLÍTICOS E GRAMATICALIDADE

QUANT. DE CLÍTICOS	GRAMATICALIDADE				RESULTADO	
	POSIÇÃO GRAMATICAL	%	POSIÇÃO AGRAMATICAL	%	TOTAL	%
1	2362	98	38	2	2400	96
2	72	94	5	6	77	4
TOTAL	2434	98	43	2	2477	100

Mesmo com os índices altos de gramaticalidade em ambas as variantes de quantidades de clíticos, podemos afirmar que, quando há dois clíticos para serem posicionados nos conjuntos de verbos, há mais chance de erro do que quando há apenas um. Construções como “*quero os lo *decir*”, de autoria de Gil Vicente, ou “*que le *aver*le *dado*”, de Luís da Apresentação, são exemplos de situações que demandam a maior proficiência linguística por parte dos autores com relação a esta variável.

Terminadas as rodadas de confronto entre em variáveis, é hora rodar o programa GoldVarb, programa estatístico de base variacionista, para atribuição de pesos relativos às ocorrências expressadas até então em números absolutos e percentuais. A partir da análise de regra variável, possibilitada pela interpretação dos pesos relativos, será possível indicar quais os ambientes mais propícios para que os clíticos possam estar gramaticalmente empregados e em que circunstâncias.

Contudo, como observado anteriormente, os resultados de 4 cruzamentos indicaram nocautes, os quais barram a rodada dos pesos relativos. Os nocautes foram gerados no cruzamentos dos fatores gramaticais com os dados de 3 autores (Luís Marinho, António Macedo e Antonio Vieira), pela ausência de dados agramaticais nos três casos, e no cruzamento dos fatores gramaticais com uma das variáveis da categoria “tipo de relação entre os verbos” (0% de ocorrências agramaticais para “locuções”). Para que sejam desfeitos os nocautes, será necessária uma manipulação dos dados, excluindo ou preenchendo as células vazias.

A estratégia adotada para solucionar os nocautes foi a adição de 1 dado fictício no corpus de cada um dos três autores, completando as células que estavam vazias para as ocorrências agramaticais. Para resolver o nocaute gerado no outro

cruzamento de dados, os 3 dados fictícios de ocorrências agramaticais foram indicados para as locuções verbais, completando as células que estavam vazias nesta variável.

Importante considerar que o acréscimo dos 3 dados não altera significativamente o resultado da rodada, apenas possibilita que o programa faça a leitura de todos os cruzamentos. Avaliando o universo dos dados, 2477 no total, a quantidade inserida representa cerca de 0,1% do total, uma quantidade muito pequena dentro do todo.

Passamos, então, a trabalhar com 2480 dados, e os resultados para as rodadas com base variacionista são os apresentados na continuidade. Começemos com o cruzamento entre os fatores gramaticais e os tipos de autores:

TABELA 59: PESOS RELATIVOS PARA A RODADA ENTRE AUTORES E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)

AUTOR	GRAMATICALIDADE		RESULTADO		
	POSIÇÃO GRAMATICAL	POSIÇÃO AGRAMATICAL	TOTAL	%	PESO RELATIVO
LM	284	1 [0]	285 [284]¹²⁹	11	0.78
FX	335	2	337	15	0.67
AV	147	1 [0]	148 [147]	5	0.64
FM	696	6	702	29	0.59
CR	207	3	210	9	0.46
DL	81	2	83	3	0.33
AM	37	1 [0]	38 [37]	1	0.31
LP	306	9	315	13	0.29
LC	50	3	53	2	0.17
GV	291	18	309	12	0.16
TOTAL	2434	46 [43]	2480 [2477]	-	-
%	98	2	-	100	-

Os autores com resultados de peso relativo superior ao ponto neutro foram Luís Marinho (0.78), seguido por Fernando Ximenes (0.67), Antonio Vieira (0.64) e

¹²⁹ O número entre colchetes corresponde ao número real de dados. À esquerda, fora dos colchetes, a quantidade de dados reais acrescidos dos dados fictícios.

Francisco M. de Melo (0.59). O peso relativo para Corte Real está bastante próximo ao neutro (0.46) e os demais autores estão todos com índices bastante baixos.

Os pesos mais altos mostram quais autores podem ser usados para representar melhor a variável e quais dentre os dez autores são os mais proficientes no espanhol da época com relação a esta variável. Estando Luis Marinho no topo, com 100% das ocorrências gramaticais (o dado agramatical é um dos dados fictícios), podemos considerar que sua obra *“Exclamaciones políticas, jurídicas e morales...”* é de fato referência quando se trata de colocação dos clíticos em estruturas formadas por mais de um verbo. Na sequência, temos a obra de Fernando Ximenes, *“Restauración del hombre...”*, a de Antonio Vieira *“Las cinco piedras de la honda da David”* e por último a obra de Francisco M. de Melo, *“Historia de los movimientos de separación de Cataluña”*.

Com relação ao tipo de texto mais propício para explicar a variável, obtivemos os seguintes pesos relativos:

TABELA 60: DADOS DA RODADA ENTRE TIPOS DE TEXTO E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)

TIPO DE TEXTO	GRAMATICALIDADE		RESULTADO		
	POSIÇÃO GRAMATICAL	POSIÇÃO AGRAMATICAL	TOTAL	%	PESO RELATIVO
PROSA	1676	21 [18]	1697 [1964]	68	0.57
VERSO	758	25	783	32	0.34
TOTAL	2434	46 [43]	2480 [2477]	-	-
%	98	2	-	100	-

O maior peso relativo foi para as obras em prosa (0.57). As obras em verso obtiveram peso de 0.34, considerado como baixo. Portanto, o ambiente mais favorável para o estudo dos clíticos em sequências de verbos são as obras em prosa. Inclusive, este resultado fecha com o anteriormente exposto para os autores, já que as 4 obras que obtiveram os maiores pesos relativos são, de fato, em prosa.

Com relação à quantidade de clíticos nas construções com mais de um verbo e gramaticalidade, os resultados do programa estatístico para a rodada foram os seguintes:

TABELA 61: PESOS RELATIVOS DA RODADA ENTRE QUANTIDADE DE CLÍTICOS E FATORES GRAMATICAIS (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)

QUANT. DE CLÍTICOS	GRAMATICALIDADE		RESULTADO		
	POSIÇÃO GRAM.	POSIÇÃO AGRAM.	TOTAL	%	PESO RELATIVO
1	2362	41 [38]	2403 [2400]	96	0.51
2	72	5	77	4	0.20
TOTAL	2434	46 [43]	2480 [2477]	-	-
%	98	2	-	100	-

Nota-se que o índice para “1 clítico” está levemente acima do ponto médio e o resultado para “2 clíticos” está bem abaixo. Neste sentido, podemos interpretar que, quando há apenas um clítico na construção, é mais fácil aplicar os padrões prescritos para cada situação (menos favorável à variação), ao contrário de situações em que há dois clíticos envolvidos (mais favorável à variação).

A última rodada é referente aos quatro tipos possíveis de relação entre verbos e gramaticalidade. As construções do tipo “locução” são as que menos causam dificuldade no julgamento dos princípios de gramaticalidade; i.e, as que os autores teriam menos dificuldade em uso. Os outros três tipos de relação entre verbos obtiveram índices próximos ao ponto neutro:

TABELA 62: DADOS DA RODADA ENTRE OS TIPOS DE CONSTRUÇÕES E GRAMATICALIDADE (VALOR DE APLICAÇÃO: POSIÇÃO GRAMATICAL)

RELAÇÃO ENTRE OS VERBOS	GRAMATICALIDADE		RESULTADO		
	POSIÇÃO GRAM.	POSIÇÃO AGRAM.	TOTAL	%	PESO RELATIVO
PERÍFRASE	1702	27	1729	70	0.53
LOCUÇÃO	39	3 [0]	42 [39]	1	0.19
VERB. EM SEQ.	509	11	520	21	0.45
CASOS FRONT.	184	5	189	8	0.40
TOTAL	2434	46 [43]	2480 [2477]	-	
%	98	2	-	100	

Os chamados “casos fronteiros”, depois das locuções, são o ambiente de emprego dos clíticos que os autores mais teriam dificuldade em optar por esta ou

aquela forma. Nas “sequências de verbos”, que obtiveram peso relativo de 0.45, e nas “perífrases”, com 0.53, encontramos valores muito próximos do ponto neutro, o que significa que não há especificação para as duas variáveis. Os autores, neste sentido, poderiam ou não ter dificuldades/facilidades em posicionar os clíticos junto aos verbos dessas estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dados, foi possível evidenciar alguns dos fenômenos linguísticos que são os caracterizadores do chamado “castelhano de Portugal” e em que medida estes são gerados no processo de interferência linguística por contato do português com o castelhano, na época e no espaço demarcados para esta pesquisa.

Com relação ao fenômeno “infinitivo flexionado”, que se caracteriza pela marcação das pessoas do discurso a partir de desinências morfológicas acrescentadas ao infinitivo, os dados nos mostraram que este não é um fenômeno importante para explicar a interferência entre os sistemas das duas línguas. O fenômeno era anunciado, com base na literatura de autores renomados da área da linguística, como o mais importante idiomatismo do português, e de uso recorrente na época do bilinguismo luso-castelhano. Esta pesquisa mostrou que, dentro de um universo de 1951 dados, foram encontradas apenas 16 ocorrências (1%) de infinitivo flexionado.

Com o decorrer das rodadas de análise para esta variável, foi possível perceber que o infinitivo flexionado, na verdade, está ligado a processos idiossincráticos de três autores pesquisados, já que as ocorrências apenas foram localizadas nos textos destes três. O autor que mais empregou as desinências morfológicas no infinitivo foi Gil Vicente (em verso), que contribuiu com 14 dos 16 dados. Os outros dois autores, Luís Marinho e Duarte Nunes de Leão (em prosa), empregaram cada um apenas uma forma com marcação em seus textos.

A partir da análise do contexto em que as ocorrências estavam inseridas, ficou claro que os autores utilizaram as formas marcadas com objetivo desambiguizador ou para realçar o sujeito ligado ao infinito. Nos textos em verso, como os do Gil Vicente, frequentemente o sujeito está distanciado do verbo, por conta das características estruturais do tipo de texto, como a quebra dos versos. Como o infinitivo flexionado é uma particularidade no português, seu uso em espanhol é considerado, mesmo nestes casos, como agramatical. Os autores, então, por não dominarem as regras específicas do espanhol da época, acabaram por utilizar as regras do idioma materno deles, o português.

Os resultados obtidos para esta variável são contrários às afirmações de Teyssier e de Diez, de que todos os escritores portugueses da época – com exceção apenas de Camões, segundo Diez –, empregaram o infinitivo flexionado ao escreverem em espanhol. De fato, não foram encontradas ocorrências em Camões, mas também não foram encontradas em outros seis autores.

O infinitivo flexionado, então, não é o melhor fenômeno linguístico para explicar o período do bilinguismo luso-castelhano, ao contrário do que aventamos antes do início da análise dos dados.

Já o “a pessoal”, que nada mais é que o uso da preposição *a* antes de complementos de traço [+ humano], regra vigente no espanhol desde a época das obras do estudo até os dias atuais, se mostrou mais relevante, com resultados mais contrastivos daqueles que foram obtidos na variável anterior.

Dentro de um universo de 982 dados para a variável, foram encontradas 583 ocorrências de dados de o uso do “a pessoal” diante de complementos de traço mais humano (60%), em consonância com as regras do espanhol da época, contra 399 ocorrências para a ausência (40%), as quais contrariam os padrões gramaticais da língua.

Como os índices foram muito elevados para o não uso em contextos de uso categórico, temos o indicativo de que a variável pode ser considerada como uma das mais importantes para a caracterização da interferência linguística no espanhol pelo contato com o português.

O índice mais alto de discrepância se deu entre o uso e o não uso do “a pessoal” diante de substantivos próprios, com índice de 39% para o uso contra 20% de não uso. Com relação à ausência ou presença diante de substantivos comuns que designam substantivos próprios, a diferença foi apenas de 1 ponto percentual – 21% de dados para uso contra 20% de dados para não uso. Os índices de agramaticalidade encontrados, então, se mostraram muito altos e acima do que esperávamos para a variável.

Após alguns ajustes nas variáveis, foi possível realizar a rodada de pesos relativos, aplicando os princípios propostos por Labov na teoria de regra variável. Os resultados mostraram que as características vigentes para variável são justamente às relacionadas ao uso, pois estas obtiveram pesos relativos mais altos com relação às do não uso. Consoante o que foi encontrado na contagem de números absolutos e na análise percentual, os resultados para as variáveis de não uso se mostraram

muito elevados, pouco abaixo de 0.4 em ambos os casos, o que nos levou a analisar os resultados a partir de duas outras hipóteses: (i) o a pessoal se encontrava em processo de variação; ou (ii) os autores portugueses da época, por não dominarem as estruturas do espanhol, oscilavam entre uma forma e outra, caracterizando assim um processo de interferência por interlíngua.

Como as regras de uso do a pessoal não se alteraram como o passar do tempo, mantendo o uso categórico diante de complementos diretos de traço [+humano], conforme o que cita a Real Academia Espanhola (2005), a primeira hipótese foi descartada. Entretanto, um único ponto pode ser situado dentro de um processo de variação: o uso do a diante de nomes próprios de lugares. Na época do estudo, o uso era categórico, e atualmente não é mais, conforme cita a Real Academia Espanhola (ver capítulo Metodologia).

Como esta situação é apenas uma dentro um universo bem maior de situações de uso categórico que não passaram por processo de variação, a segunda hipótese passa a ser considerada como a mais adequada para se explicar o alto índice de variação encontrada no córpus: a de que os autores portugueses não dominavam completamente as regras do espanhol para esta variável e aplicaram os padrões do português nos contextos propícios ao uso do a pessoal.

Os resultados encontrados para esta variável têm peso alto na explicação do que seria o “castelhano de Portugal”, já que apresentam contrastes significativos entre os usos das formas gramaticais lusitanas e das castelhanas.

Com relação aos resultados encontrados para as variáveis relacionadas ao posicionamento dos clíticos, ou seja, para clíticos ligados a verbos simples ou ligados a conjuntos de verbos, os índices percentuais e os pesos relativos trouxeram importantes esclarecimentos sobre o assunto e sobre a dimensão da variação linguística na época e espaço estudados.

A primeira análise das 10074 ocorrências encontradas para a variável “posicionamento do clítico a verbos simples” mostrou predominância do uso da próclise com relação às demais possibilidades de posicionamento. A próclise é, em espanhol, a posição de adjunção pronominal prototípica para um número mais elevado de contextos linguísticos. Contudo, das quatro possibilidades de adjunção de clíticos aos verbos simples, duas não ocorrem em espanhol: a posição “mista”, com um clítico unido em próclise e outro em ênclise no mesmo verbo, posição impossível tanto em português quanto em espanhol; e a posição “mesoclítica”, com

um clítico adjunto entre dois verbos – na verdade, em posição enclítica ao primeiro, conforme citamos no capítulo Metodologia –, construção possível apenas em língua portuguesa¹³⁰.

Com relação aos dados de posicionamento misto, estes não são caracterizados de interlíngua, já que o posicionamento não é típico em nenhuma das línguas. Provavelmente, são desvios de (orto)grafia ou de impressão. Como nosso foco neste trabalho são os dados contrastivos entre as línguas, em ambientes em que as regras de uso de determinada forma são diferentes em português e no espanhol, esses dados foram descartados do corpus.

As ocorrências de “mesóclise” são um indicativo de interferência linguística no espanhol por conta do contato com o português. No entanto, dentro do universo de dados analisados, as 18 ocorrências encontradas de mesóclise são irrisórias, representando menos de 0,1% do conjunto de dados gerais. Esses dados, então, foram agrupados junto aos de ênclise, já que pertencem, na verdade, a esta categoria, conforme explicamos anteriormente. Entretanto, uma informação chama a atenção: Gil Vicente, um dos autores que empregou a mesóclise, também utilizou o infinitivo flexionado. Dos 8 casos de “mesóclise”, 5 são de autoria de Gil Vicente e os outros 3 são de Corte Real, que não utilizou o infinitivo flexionado. Além disso, das 6 ocorrências para “posição mista”, 2 são de autoria de Gil Vicente. Portanto, em Gil Vicente, encontramos os maiores índices de variação para esta variável.

Após ajustes nos dados para que fosse possível a aplicação da regra variável, com vistas à análise dos pesos relativos, alguns parâmetros de análise se mostraram menos significativos, como a relação entre a posição do clítico em próclise ou ênclise e contraponto às peculiaridades dos verbos. Os resultados não indicaram variação, já que apenas ratificaram os padrões de posicionamento dos clíticos tidos como regra para a época.

O resultado mais surpreendente foi o encontrado após a atribuição dos pesos relativos às ocorrências relacionadas aos contextos linguísticos que precedem os clíticos. Segundo os padrões do castelhano da época, apenas em “início absoluto” e “pausa”, poderia haver predominância da ênclise sobre a próclise, conforme citamos na parte teórica desta Tese. Para os demais contextos, era esperado peso relativo

¹³⁰ Lembrando mais uma vez que classificamos os dados de mesóclise como “ênclise ao primeiro verbo” e, portanto, junto à categoria dos verbos simples.

favorável à próclise. Nos dois casos citados, houve correspondência entre os resultados dos pesos relativos e o resultado esperado. Portanto, não foi encontrada variação.

Contudo, em um caso particular, não houve correspondência entre o que a gramática castelhana definia como padrão e o resultado obtido a partir da aplicação da regra variável. Para os contextos linguísticos em que o clítico é precedido por preposição, o peso relativo obtido para posição em próclise foi baixíssimo, o que significa que a ênclise é de fato a posição privilegiada neste contexto. A posição enclítica, nesse contexto, é fruto da interferência dos padrões gramaticais da língua portuguesa nos padrões da língua espanhola. Esta afirmação parte da análise contrastiva com o trabalho de Menon (2012), sobre a variação que estava ocorrendo paralelamente no português da época em estudo, com a alteração do posicionamento dos clíticos de próclise para ênclise em construções preposicionadas com *a*, para desmanchar possíveis ambiguidades geradas na interpretação equivocada de artigos definidos como clíticos ou vice e versa. Os autores portugueses, então, aplicaram os mesmos padrões “desambiguizadores” ao escreverem em espanhol, língua que não necessita deste fenômeno como recurso, já que os artigos definidos e os clíticos não são homógrafos. Apesar de o trabalho de Menon (op. cit.) fazer menção apenas a construções com a preposição *a*, é possível que com as demais preposições o posicionamento do clítico em próclise tenha ocorrido por analogia.

Com relação aos clíticos adjuntos a construções com mais de um verbo, os resultados mostraram que há apenas 2% de casos agramaticais; ou seja, um número muito reduzido de casos em que o clítico não foi corretamente empregado a partir dos padrões gramaticais delimitados para cada situação.

Após o levantamento estatístico e as rodadas para obtenção de pesos relativos, foi possível verificar novamente que a proficiência do uso de estruturas do espanhol, atestada neste caso pelo menor índice de dados com variação, está mais ligada a questões relativas aos autores em si que propriamente ao fenômeno linguístico. Os pesos relativos mais baixos, ou seja, os índices com maior variação, foram encontrados em Gil Vicente, Camões, Luís da Apresentação, Antonio de Macedo e Duarte Nunes de Leão, nessa ordem. Considerando que em Gil Vicente e Camões foram encontrados 5% de dados com variação, que Antonio de Macedo deve ser descartado da análise, pois o dado computado foi inserido artificialmente

no corpus, e que os demais autores obtiveram índice muito baixo de variação, apenas 2% de ocorrências, os resultados apontam para interferência por baixa proficiência de língua; no caso, baixa proficiência de Gil Vicente e Camões com relação ao uso, em castelhano, dos clíticos em construções com mais de um verbo.¹³¹

A partir dos resultados da pesquisa, é possível compreender quais são os reais aspectos envolvidos na concepção do castelhano de Portugal. De modo sintético, podemos considerar que os dois pontos seguintes são os mais relevantes para compreender os aspectos linguísticos envolvidos na interferência linguística gerada no contato entre as duas línguas:

- a) Os resultados para a variável “uso da preposição *a* diante de complementos diretos de traço [+humano]” mostraram que os autores portugueses aplicaram as regras típicas do português em seus textos escritos em castelhano, caracterizando *interferência por transposição de regras* de uma língua sobre as da outra;
- b) O posicionamento em ênclise dos clíticos, quando ligados a verbos simples antecidos de preposição, é uma característica também encontrada no português da época e foi aplicada também nos textos em espanhol, caracterizando novamente *interferência por transposição de regras* gramaticais entre as línguas.

Como aspectos linguísticos secundários, podemos considerar que dois pontos se mostraram importantes na delimitação das fronteiras entre as línguas, mesmo tendo sido encontrados, no corpus, poucos dados de ocorrências:

- c) A marcação do sujeito por meio de desinências morfológicas acrescentadas ao infinitivo, o chamado “infinitivo flexionado”, existe em português e não existe em espanhol. As 16 ocorrências de infinitivo marcado morfológicamente

¹³¹ Utilizamos critérios para a “escala” de proficiência baseados nas teorias já citadas anteriormente na seção 1.3.2, especialmente fundamentadas em Valdés (2001), Mackey (1972) e Grosjean (2006), entre outros.

encontradas no *córpus* também são fruto da *sobreposição de estruturas do português às do espanhol*.

- d) Os 8 dados de posição de clíticos em “mesóclise” também indicam *sobreposição na aplicação de regras gramaticais*, já que esta possibilidade de adjunção de clíticos não estava em vigência espanhol da época, mas era encontrada (com as devidas ressalvas) em português.

Buscou-se verificar, durante a pesquisa, se a falta de proficiência dos escritores em língua espanhola poderia condicionar o uso de estruturas do português em determinados contextos. Os resultados apontaram alguns autores como menos proficientes; contudo, cabem algumas ponderações sobre este resultado:

- e) Gil Vicente foi o autor que mais produziu ocorrências com variação. Considerando as particularidades de sua obra, especialmente pelo fato da modificação do discurso das personagens para atender aos objetivos textuais do autor, como caracterizar marcas típicas de determinado grupo social por meio da linguagem (ricos, pobres, reis, vassalos...), é mais pertinente considerarmos os dados encontrados como exemplos de interferência linguística, não necessariamente como fruto da não proficiência do autor na língua castelhana;
- f) Os demais autores pesquisados, apontados como pouco hábeis no uso de determinada forma gramatical castelhana, foram citados *apenas* em um contexto linguístico específico, o que de fato *não* caracteriza falta de proficiência no espanhol como um todo.

Deste modo, podemos afirmar que o castelhano de Portugal está mais diretamente atrelado aos *fatores linguísticos* contrastantes entre as línguas e, em menos proporção, à falta de proficiência dos autores no espanhol.

Cabe ressaltar, no entanto, que esta pesquisa é incompleta em alguns aspectos. Como o objetivo principal era analisar a variação no nível morfossintático, foram desconsiderados da pesquisa outros níveis importantes em que a variação

poderia estar presente, como é o caso do nível lexical. Os recortes foram necessários, objetivando resultado mais preciso a partir da análise de uma maior quantidade de dados de determinado fenômeno e não o processo inverso, um maior número de fenômenos e um número mais baixo de dados. Os textos dos grupos de controle também não foram utilizados em sua totalidade, servindo apenas como fontes de exemplos dos fenômenos linguísticos. Uma pesquisa contrastiva entre os dados dos grupos de controle e os dados dos textos selecionados para o *cópus*, por exemplo, poderia revelar traços que não foram explicitados neste estudo. Os aspectos não tratados nesta pesquisa, então, podem ser objeto de pesquisa em trabalhos futuros, colaborando assim para uma explicação mais ampla do castelhano de Portugal.

Há que ser considerado, também, que o trabalho com textos antigos é tarefa um tanto quanto complexa. Os textos, na maior parte das vezes, se apresentam danificados pelo tempo e pelo manuseio, o que dificulta a leitura e a coleta de dados e exige do pesquisador dedicação muito maior do que quando estão em análise textos atuais. Na melhor das hipóteses, como é o caso dos textos que compõem o *cópus* desta pesquisa, os documentos já estão digitalizados e disponíveis para acesso virtual, o que economiza inúmeras visitas a bibliotecas para consulta direta nos originais.

Utilizamos um número elevado de dados justamente para evitar erros que pudessem comprometer o resultado do trabalho. Mesmo com eventuais falhas na coleta e análise das ocorrências, sejam por alguma inabilidade do pesquisador ou por limitações da pesquisa, acreditamos que o trabalho, de modo geral, é completo e atende às especificações de uma pesquisa sociolinguística.

De qualquer modo, esperamos que o trabalho possa ter contribuído para a explicação de pontos até então não tratados sobre a história social da Língua Portuguesa e da Língua Espanhola, em especial para a descrição do fenômeno que relaciona ambas as línguas, o “castelhano de Portugal”, e que possa servir de estímulo para futuras pesquisas na área da Linguística.

* * *

LAUS DEO, VIRGINIQUE MATRI.

REFERÊNCIAS

AIJON OLIVA, M. Á., BORREGO NIETO, J.. La variación gramatical como forma y significado: el uso de los clíticos verbales en el español peninsular. **Lingüística**. [online]. 2013, vol.29, n.2, pp. 93-126.

AIJÓN OLIVA, M. Á.; SERRANO, M. J. **The cognitive bases of linguistic style**. Sociolinguistic studies, 4: 115-144. 2010.

APRESENTAÇÃO do I Encontro Nacional dos Municípios Plurilíngues – Florianópolis (SC). Disponível em: <http://1enmp2015.blogspot.com.br/p/1-enmp.html>. Acessado em 19 set. 2015.

AREÁN-GARCÍA, N. Breve histórico da Península Ibérica. **Revista Philologus**, ano 15, n. 45. Rio de Janeiro: CiFEFil, set/dez 2009, p. 25-48.

ARIZA, M. La preposición A de objeto: teorías y panoramas. In.: **Lexis**. Vol. XIII, n. 2. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1989. p. 203-222.

AUER, P. **Bilingual Conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1984.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARALO, M. **La adquisición del español como lengua extranjera**. Cuadernos de didáctica del español/LE. Madrid: Arco Libros, S. L., 1999.

BOKAMBA, E. Code mixing, language variation and linguistic theory: evidence from Bantu languages. **Lingua**, 76, 21-62. Central Kisii Development Plan, 2002-2008. Nairobi: Government Printer, 1988.

BLOOMFIELD, L., **Language**. New York: Henry Holt, 1933.

BLOM, J. -P.; GUMPERZ, J. Social Meaning in Linguistic Structures: Code Switching in Northern Norway. In: GUMPERZ, J. & HYMES, D. **Code Switching in Sociocultural Linguistics: directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1972, p. 407-434.

BORSTEL, C. N. von. **Aspectos do bilingüismo: alemão/português em Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil**. Florianópolis, SC: UFSC. 1992. (Dissertação de Mestrado).

CALVET, L. -J. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999.

_____. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAMARA Jr, J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAVES DE MELO, G. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. Paris, Mouton: The Hague, 1957.

_____. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Knowledge of language: Its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

COUTO, H. H. do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

DÜCK, E. S. **Witmarsum, uma comunidade trilingüe: Plautdietsch, Hochdeutsch e português**. Curitiba: UFPR, 2005. Dissertação de mestrado.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DURÃO, A. B. A, B. **Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de português**. Londrina: EDUEL, 2004.

ELIZAINCÍN, A. **Dialectos en contacto** (español y Portugués en España y América). Montevideo: Arca, 1992.

ENRIQUE-ÁRIAS, A. La distribución de los pronombres de objeto en español: consideraciones históricas, tipológicas y psicolingüísticas. In.: **Lingüística**. n. 5, La Rioja: Unirioja, 1993, págs. 41-76.

ENRÍQUEZ, F. J. F. **¿Infinitivo personal en español?** Atas do IV Congresso sobre o ensino do espanhol em Portugal. Evora, 2011, p. 60-79.

ERVIN-TRIPP, S. Language and TATcontent in bilinguals. In.: DIL, A. (ed.) **Language Acquisition and Communicative Choice**. Essays by Susan M. Ervin-Tripp. Stanford, CA: Stanford University Press, 1964. P. 45-61.

FANO, R. M. **The Information Theory Point of View in Speech Communication**. Journal of the Acoustical Society of America n. 22, 1950, p. 691-696.

FERGUSON, C. Diglossia. **Word**, n. 15, 1959, p. 325-340.

_____. Diglossia. In: FONSECA, Maria S. V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 99-117.

FERNÁNDEZ SORIANO, O. El pronombre personal: formas y distribuciones. In.: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). **Gramática descriptiva de la lengua española 1: sintaxis básicas de las clases de palabras**. Madrid: Espasa, 2000. p. 1317-1397.

FISHMAN, J. A. **Who speaks what language to whom and when?** La Linguistique, 2, 1965. p. 67-88.

_____. Bilingualism with and without diglossia, diglossia with and without bilingualism. **Jornal of Social Issues**, n. 23, v.2, 1967.

_____. Bilingualism and biculturalism as individual and societal phenomena.. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, 1:3-37, 1980.

FRIES, C. C.; PIKE, K.L.. Coexistent phonemic systems. **Language**, 25. p. 29-50, 1949.

GASS, S.; SELINKER, L. (Org.). **Language transfer in language learning**. Rowley, MA: Newsbury House, 1983.

GARCÍA PÉRES, D. **Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los escritores portugueses que escribieron en castellano**. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.

GÓMEZ TORREGO, L. **Perífrasis verbales**: sintaxis, semântica y estilística. Madrid: Arcos/Libros, 1988.

GONZÁLEZ, N. T. M. **Cadê o pronome?** O gato comeu. Os pronomes pessoais na aquisição/aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos. São Paulo: Universidad Universidade de São Paulo, 1994. Tese.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982.

_____. Studying bilinguals: methodological and conceptual issues. Mental control of the bilingual lexico-semantic system. **Bilingualism**: Language and Cognition. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 131-149.

_____. Studying bilinguals: methodological and conceptual issues. In.: BATHIA, T.; RITCHIE, W. C. (ed.). **The handbook of bilingualism**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

GUMPERZ, J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUY, G. R. **Varbrul**: análise avançada. Traduzido por Ana Maria Stahl Zilles. North York, (Canadá): York University, 1988. p.27-49.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAMEL, R. H.; SIERRA, M. T. **Diglosia y conflicto intercultural**: la lucha por un concepto o la danza de los significantes. Boletín de Antropología Americana. n. 8, diciembre de 1983, p.89-110.

HAUGEN, E. **The Norwegian Language in America**: a study in bilingual behaviour. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1953.

_____. **Bilingualism in the Americas**: a bibliography and research guide. Montgomery: University of Alabama Press, 1956.

_____. **Planning for a standard language in modern Norway**. Anthropological Linguistics 1. 1959. p. 8-21.

_____. **The ecology of language**. Essays by Einar Haugen, selected and introduced by A. S. Dil. Stanford: Stanford University Press, 1972.

HASSELMO, N. **On diversity in American Swedish**. Svenska Landsmal och SvensktFolkliiv, 1969.

HELLER, M. **Codeswitching**: anthropological and sociolinguistic perspectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988.

HEYE, J. **Multilingualism an language maintenance in the Canton of Ticino, Switzerland**. Haia: Mounton, 1974.

_____. **Considerações sobre bilinguismo e bilingualidade**: revisão de uma questão. Rio de Janeiro: Revista Palavra- PUC/Rio, 2003. Volume temático: Línguas em contato, n.11, p. 30-38.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2008.

JAKOBSON, R. FANT, G. & HALLE, M. **Preliminaries to speech analysis**. Cambridge: MIT Press, 1952.

JARVIS, S. **The role of L1-based concepts in L2 lexical reference**. Tese (Doutorado em Linguística) – Indiana University, Bloomington, 1997.

KLEINMANN, H. H. Avoidance behavior in adult second language acquisition. In,,: **Language Learning**. Vol 27. Michigan: University of Michigan, 1977. p. 93-107.

KLOSS, H. **Abstand languages and Ausbau languages**. Anthropological Linguistics. N. 9. 1967. p. 29–41.

LABOV, W. **Language in Inner City**: studies in the Black English Vernacular. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972. chapter 3, p. 65-129.

_____. Building on Empirical Foundations. In: Lehmann, W. & Malkiel, Y. (eds.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

_____. **Principles of Linguistic Change**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LACA, B. Sobre el uso del acusativo preposicional en español. In.: PENSADO, C. (org.) **El complemento directo preposicional**. Madrid: Visor Libros, 1995. p. 61-91.

LAPESA, R. **Estudios de morfosintaxis histórica del español**. Madrid: Gredos, 2000. Vol. 1.

LEROY, M. **As grandes orientações da lingüística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1974.

LIMA, E. I. A. S. **Presença do infinitivo flexionado do português no espanhol**: um estudo das orações adverbiais produzidas por estudantes brasileiros aprendizes de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: USP, 2004. Dissertação de Mestrado.

McLAUGHLIN, B. **Second language acquisition in childhood**: preschool children. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1984.

MAKKAI, A. **Idiom Structure in English**. The Hague: Mouton, 1972.

_____. **Ecolinguistics**: towards a new paradigm for the science of language? Londres: Pinter Publishers, 1993.

MACKEY, W. F. Toward an ecology of language contact. In: **Mackey & J. Ornstein** (orgs.) **Sociolinguistic studies in language contact**: methods and cases. Haia: Mouton, 1979, p. 453-459.

MARGOTTI, F. W. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano do Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese.

MARTINS, A. M. **Documentos portugueses do noroeste e da região de Lisboa**: da produção primitiva ao século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

_____. Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. In.: **Estudos de Linguística Galega**, n. 3. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2011. p. 83-109.

MAURER JUNIOR, T. H. **O infinitivo flexionado português**: estudo histórico-descritivo. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1968.

MENÉNDEZ PIDAL, R. **Orígenes del español**. 5 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

MENON, O. P. S. Uma mudança encaixada: clíticos em construções preposicionadas. In.: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (orgs.). **Revista do Gelne**. v. 14, n. Especial. Natal: UFRN, 2012. p. 173-212.

MONTEAGUDO, X. H. **História social da língua galega**. Vigo: Galáxia, 1999.

MONTRUL, S.A. **The acquisition of Spanish**: morphosyntactic development in monolingual and bilingual L1 acquisition and adult L2 acquisition. Amsterda: John Benjamins Publishing, 2004.

MORENO, Cristina Isabel Velázquez. **El acusativo preposicional en la docencia del español como lengua materna y LE**. Disponível em: <http://www.cuestionartemagazine.com/wpcontent/uploads/2013/06/ART%C3%8DCULO-ACUSATIVO-PREPOSICIONAL.pdf>. Acessado em: 12 de agosto de 2014.

MYERS-SCOTTON, C. **Social motivations for code switching**: evidence from Africa. Oxford: Clarendon Press, 1993.

NEMSER, W. Approximate systems of foreign language learners. **IRAL** 9/2, 1971. pp 115-123.

ODLIN, T. **Language transfer**: cross-linguistic influence in language learning. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

OLIVEIRA, R. S. de. **Code-Switching**: perspectivas multidisciplinares. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. Dissertação.

ORLANDI, E. P. **A análise de discurso e seus entremeios**: notas sobre a sua história no Brasil. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

PENSADO, C. El complemento directo preposicional: estado de la cuestión y bibliografía comentada. In.: PENSADO, C. **El complemento directo preposicional**. Madrid: Visor Libros, 1995. p. 11-59

PETROLINI JR., C. D. **Mais uma imagem no espelho**: a colocação de clíticos pronominais em sequências verbais do espanhol e do português brasileiro. São Paulo: USP, 2009. Dissertação de Mestrado.

POPLACK, S. Sometimes I'll start a sentence in Spanish y termino en Español: toward a typology of code-switching. **Linguistics**, 18. 1980. p. 581-618.

POPLACK, S.; WHEELER, S.; WESTWOOD, A. **Distinguishing language contact phenomena**: evidence from Finnish-English bilingualism. In *The Nordic Languages and Modern Linguistics 6*, ed. by Lilius, P. & Saari, M. Helsinki: University of Helsinki Press. 1987. p. 33-56.

PY, B. **Bilinguisme, exolinguisse et acquisition**: role de L1 dans l'acquisition de L2. In.: GAJO, L., MATTHEY, M., MOORE, D. & SERRA, C. (Orgs.). *Un parcours au contact des langues*. Didier, Paris, 2004.

RAJAGOPALAN, K. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In.: BAGNO, M.; LAGARES, X. V. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 121-128.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario panhispánico de dudas**. Madrid: Espasa, 2005.

_____. **Nueva gramática de la lengua española.** Manual. Madrid: Espasa, 2010.

ROMAINE, S. **Bilingualism.** Oxford: Basil Blackwell, 1989.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

SANTOS GARGALLO, I. **Lingüística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera.** Madrid: Arco Libros, S. L., 1999.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal.** 20 ed. Sintra: Europa-América, 1999.

SAVEDRA, M. M. G., HEYE, J. Dimensões de bilingüismo e bilingualidade na aquisição formal da L2. In: **Revista Palavra.** Rio de Janeiro. Depto. de Letras, Puc Rio, n. 03, 1995, p.78-86.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. Niterói: **Gragoatá**, 2012. N. 32, p. 11-27.

SELINKER, L. **Rediscovering interlanguage: applied linguistics and language study.** New York: Longman, 1992.

SIGUAN, M. **Bilingüismo y lenguas en contacto.** Madrid: Alianza Editorial, 2001.

SKINNER, B. F. **Verbal behavior.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1957.

SOUSA, M. C. P. **Reflexões sobre a escrita portuguesa no período de bilinguismo literário - séculos 16 a 18.** [2008]. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20080600.htm>. Acessado em 23 jul. 2013.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A língua de Gil Vicente.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

TORIJANO, J. A. **El estudio de los determinantes en aprendices lusohablantes de español**. DICENDA Cuadernos de Filología Hispánica. Madrid: Universidad Complutense, 2008. vol. 26, p. 235-257

TORREGO SALCEDO, E. El complemento directo preposicional. In.: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (eds.). **Gramática descriptiva de la lengua Española**. Madrid: Espasa Calpe. 1999. vol. 1, pp. 1779-1805.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction. Baltimore: Penguin Books Ltd, 1974.

VALDÉS, G. Heritage Language Students: Profiles and Possibilities. In J. Peyton, J. Ranard & S. McGinnis (Eds.), **Heritage Languages in America**: Preserving a national resource. McHenry, IL: The Center for Applied Linguistics and Delta Systems, 2001. p. 37-80.

VÁZQUEZ CUESTA, P. **A língua e culturas portuguesas em tempos dos Filipes**. Sintra: Europa-América, 1986.

VÁZQUEZ CUESTA, P. & LUZ, M. A. M. da. **Gramática Portuguesa**. 3 ed. Madrid: Gredos, 1971.

VÁZQUEZ, I. Reflexiones sobre el infinitivo conjugado portugués desde la perspectiva española. Coimbra: **Exedra**, n. 5, 2011.

VYGOTSKY, L.S. *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1998.

VOGT, H. **Language contacts**. Word 10. 1954, p. 365-374.

WEINREICH, U. **Languages in contact**: findings and problems. 9 ed. The Gruyter: Mouton, [1953] 1979.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, [1968] 2006.

ANEXOS

ANEXO 1:	ÁRVORE GENEALÓGICA – REIS DE PORTUGAL DA TERCEIRA DINASTIA	235
ANEXO 2:	BIOGRAFIA DOS AUTORES UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS	236

ANEXO 2: BIOGRAFIA DOS AUTORES UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS¹³³

1. APRESENTACAO, Luís da. (Mertola)

Natural de la villa de Mertola, obispado de Beja. Nació en 1581, estudió en Evora y profesó en la Orden del Carmen Calzado en la ciudad de Beja, en 3 de Diciembre de 1600, ejerciendo en ella varios cargos superiores. Murió en su convento de Lisboa á 15 de Abril de 1653. Escribió:

- Vida de la bienaventurada Madre Sor María Magdalena;
- Demonstracion evangélica y destierro de ignorancias j'undáicas.

2. ARAGAO, Fernando Ximenes de.

Natural de Lisboa. Estudió en la Universidad de Coimbra, en donde recibió el grado de Licenciado en Cánones; ordenado de Presbítero, fue nombrado Canónigo Arcediano de Santa Cristina , enel Arzobispado de Braga, muriendo en 29 de Abril de 1630. Obras:

- Libro de la restauración y renovación del Hombre.
- Diálogo entre Theophilo y Theosophia (en prosa) seguido de un cántico y otro diálogo entre Cristo y un cristiano, su discípulo, en verso.

3. AZEVEDO, Luís Marinho de. (Luzindo Lusitano).

Natural de Lisboa. Estudió y siguió la carrera militar, por su pericia, el Conde de San Lorenzo, Gobernador del ejército del Alentejo, le nombró su Secretario y

¹³³ Texto integral retirado da obra “ Catálogo Razonado biográfico y bibliográfico de los escritores portugueses que escribieron en castellano...”, de D. Domingo García Péres.

Comisario militar. Con la espada y con la pluma combatió á los enemigos de su país y defendió con tesón los derechos de la casa de Braganza. Murió en su patria el 25 de Noviembre de 1652. Escribió:

- Apologéticos discursos en defensa de la fama y buena memoria de Fernando de Alburquerque etc.;
- Principe encubierto, manifestado en cuatro discursos apolíticos, exclamados al Rey D. Filipe IV de Castilla, escribiólos con el nombre de Lucindo Lusitano;
- Apología militar de la Victoria del Moníjo, contra las Relaciones de Castilla y Gacetas de Genova;
- Exclamaciones políticas jurídicas y morales al Summo Pontífice , Reyes, Príncipes, Repúblicas amigas y confederadas con el Rey D. Juan IV de Portugal , en la injusta prisión del Infante D. Duarte.

4. CAMOENS, Luiz de.

Contienden los Biógrafos sobre la patria de Camoes; pueblos y ciudades se disputan el honor de haberle dado cuna, y sucede que en esa contienda todos tienen razón y derecho para reclamarle, porque el hombre personifica la nación.

Camoes, Príncipe de los Poetas lusitanos, no es de Lisboa, ni de Coimbra, ni de Alenquer, es de Portugal. Cervantes, Príncipe de los Ingenios, no es de Madrid, ni de Alcalá, ni de Esquivias, es de España: y en Camoes se da la circunstancia de que todo su pensamiento y su amor los consagró á su patria. Temeroso de que ésta sucumbiese , hacía con maravillosa previsión la historia de sus empresas gloriosísimas, de los hechos estupendos que, abriendo el Oriente á través del Cabo de las Tormentas, avasallando la Berbería hasta el Mar Rojo, y dando el nombre de Santa Cruz a tierras ignotas, sobrepujaron cuanto podía imaginar la fantasía. Y toda esta historia la encerró en un libro que se llama Lusiadas, que la Europa y el Mundo admiraron tanto ó más que los hechos que antes les habían sorprendido.

Aparte de esta admiración, ningún otro premio gozó en vida; luchó con la envidia y la adversidad, y murió en un hospital en lode Junio de 1580, á los 56 años de edad. Después de su muerte llamáronle Príncipe de los Poetas de España;

pusieronle sobre su túmulo un epitafio, que borró con túmulo y templo el terremoto de 1755.

Al fin de casi tres siglos, la Nación, que no lo apreció en vida, y casi lo iba olvidando después de su muerte, sintió remordimiento de su ingratitud, y aunque tarde, supo reparar esta falta, erigiendo un monumento, que lo es para sí, y para el Poeta, y festejó gallardamente el tercer centenario de su muerte, siendo ambos actos tributo justo pagado con nobleza.

El poema de Camoes, según uno de los más sensatos y juiciosos críticos contemporáneos, además de ser la historia de su patria, es un libro de la más sana moral, que aconseja el amor de la patria, el amor al trabajo, la veneración debida á los Padres, y el ejercicio de todas las virtudes que ennoblecen y elevan la criatura á los ojos del Criador: en él se castigan los vicios de la adulación, de la mentira, de la soberbia, de la avaricia é ingratitud; y á Reyes y Ministros se recomienda la justicia , y se proclama la verdad. Por eso es quizá el libro de la Península más traducido y más veces impreso.

- Los Lusíadas;
- Rimas y tres Comedias;
- El Rey Seleuco;
- Filodemo y Amphitrio.

5. CORTE REAL, Jerónimo.

Por los años 1540 se cree que nació en Evora, en cuya ciudad siguió sus estudios y recibió de sus nobles padres una educación correspondiente á su elevada clase, sin olvidar el estudio de las Bellas Artes, sobresaliendo en la Música y Pintura, y hombreándose con los principales Poetas de su tiempo, como Ferreira, de quien fue amigo, Bernardes, Andrade, Castillo y Sá de Meneses. Como casi todos los Hidalgos de aquella época, siguió la carrera de las Armas, y ganó fama en las guerras de África y Asia, mandando Armadas y ayudando á ganar muchas acciones y victorias, tanto en mar como en tierra, por las cuales D. Juan 111 le hizo la concesión del blasón de sus antecesores y le nombró Hidalgo de su Real casa. Cansado de esta vida azarosa, volvió á la patria y a su Mayorazgo del Valle de

Palma, donde en los lazos de himeneo y cultura de las letras y artes pasó el resto de sus días, hasta 1596 en que falleció.

- Felicísima victoria concedida del Cielo al Sr. D. Juan de Austria en el golfo de Lepanto , de la poderosa Armada Othomana, y en el año de nuestra salvación de 1571.

6. LEAO, Duarte Nunes de.

Natural de Evora. Estudió leyes en Coimbra y siguió la carrera de la Magistratura, llegando á ejercer sus principales cargos. Escritor laborioso, dejó obras de su profesión, de historia, genealogía, etc. Muerto el Cardenal Rey D. Enrique, siguió el partido de Castilla, y defendió calurosamente los derechos de Filipe 11 á la corona de Portugal. Como historiador, aun hoy día pasa por uno de los primeros de su país, y como uno de los de mejor crítica. Murió por los años de 1608. Escribió:

- Genealogía verdadera de los Reyes de Portugal con sus elogios, y sumario de sus vidas;
- Poesías varias sacras y profanas;
- Hecatombe sacra en cien sonetos, traducidos en castellano y de los que había publicado en portugués con el mismo título.
- Versos sueltos en la Academia de los Singulares y Justa y literaria por la canonización de San Juan de Dios;

7. MACEDO, António de Sousa de.

Natural de Oporto. Nació en 1606 y estudió Jurisprudencia en Coimbra, tomando en dicha Facultad la borla de Doctor. Siguió la carrera de la Magistratura, ascendiendo á sus más altos cargos; de esta pasó á la de Diplomacia, siendo Secretario de la Embajada de Londres y después Embajador de Holanda, y últimamente Secretario del Rey D. Alfonso VI. Estas importantes atenciones no le impidieron el trato con las musas, a que tenía verdadera pasión; de esta resultó su

poema Ulyssipo , ó la fundación de Lisboa por Ulises (que es menester no confundir con la Ulysea de J. Pereira de Castro). Souza Macedo, si no tiene el brillante estilo, ni la versificación fluida y cadenciosa de éste, le es superior en la originalidad, en los episodios Y en la naturalidad de la expresión, limpia de equívocos, retruécanos y de hipérboles huecas y palabras retumbantes. Galardonado por sus muchos y buenos servicios con las encomiendas de Cristo y de San Benito de Avís, murió en Lisboa en Noviembre de 1682.

- Flores de España, Excelencias de Portugal, en que brevemente se trata lo mejor de sus historias y de todas las del mundo y desde su principio hasta nuestros días , y se descubren muchas cosas nuevas de provecho y curiosidad;
- Carta que escribió á un señor de la Corte de Inglaterra sobre el Manifiesto, que por parte del Rey de Castilla publicó su Cronista D. José Pellicer;
- Relacion de las fiestas que se celebraron en Lisboa por la nueva del casamiento de la Serma. Infanta de Portugal Doña Catalina con el Sr. Rey de la Gran Bretaña;
- Versos castellanos;
- Exercitacion crítica en las rimas de los Lupercios;
- Enigma para honesto recreo.

8. MELO, Francisco Manuel de.

Natural de Lisboa. Nació el 23 de Noviembre de 1611, de familia noble y distinguida. Estudió en el Colegio de San Antón de los Jesuitas, Humanidades, Filosofía y Teología con notable aprovechamiento; quedando huérfano de padre, abrazó, como la mayor parte de los jóvenes de su clase, la carrera militar, sirviendo en Flandes y Castilla tan bizarramente, que subió hasta el grado de Maestre de Campo; como tal servía en la guerra de Cataluña, cuando estalló la revolución de Portugal aclamando por su legítimo Rey al Duque de Braganza. En esta ocasión consta, que Meló prudente y pundonoroso, pidió al Gobierno la gracia de no ser mandado á servir y combatir contra su patria; petición que despertó sospechas de su fidelidad en los ministros, los cuales recelosos, mandáronle recoger á un castillo de

donde pudo fugarse, y corriendo mil riesgos y peligros para alcanzar la frontera de Francia, pasó de allí á Holanda y á Inglaterra, aportando al fin á Lisboa, donde en vez del agasajo que creyó encontrar, sólo tuvo larga cosecha de desengaños. Nueve años estuvo aquí preso, que terminaron en destierro para el Brasil, dándose por motivo, según unos, una aventura nocturna que tuvo con el mismo Rey en casa de una noble Dama Señora, ya quien ambos requerían de amores, en la cual pasaron de las palabras á las espadas, quedando muy mal parado el regio rival. Según otros, fue la causa la rivalidad por la misma dama; mas en vez de la riña, dicen que aquélla aconsejada por el Rey se ungió partidaria de Castilla y exigió de su amante la confesión de que lo era y la promesa de ayudarla en sus proyectos, si quería que ella le correspondiese ; confesión y promesa que más apasionado que prudente hizo, y comunicadas (si no fueron oídas por espías) al celoso Monarca, dieron por resultado la prisión, que cohonestaron atribuyendo á Meló la muerte de un criado de dicha dama que apareció asesinado en la misma noche en que acaeció una u otra escena de las referidas. Fuesen ó no éstas las causas verdaderas de la prisión, lo positivo y cierto es el rigor y saña con que el Monarca (que tanto debía á Meló como defensor de su causa) le trató durante su reclusión. Inútiles resultaron cuantas diligencias hizo el preso para justificarse, y hasta desatendidos los ruegos que en su favor hacía en carta de 6 de Noviembre de 1648, en nombre de Luis XIV de Francia, su madre la Regente Ana de Austria, cuya protección había solicitado Meló en Noviembre de 1648. Al de nueve años trocaron la prisión en destierro para el Brasil, de donde regresó pasando inmediatamente á Roma: allí empezó á hacer una edición completa de sus obras, publicó dos tomos que no prosiguió, y recogién dose á la patria , al poco tiempo murió en Lisboa en 13 de Octubre de 1666. Meló es muy conocido en España para que necesite el lector que le digamos lo que vale como prosador y poeta, como historiador y moralista. El lo sabrá también y mejor que nosotros, consultando todos los críticos ó historiadores de la Literatura Española ó leyendo su Historia de los movimientos y separación de Cataluña, joya de la Literatura Hispana, que coloca á su autor en parangón con los Mendozas. Moneadas ó Colomas, ó sus obras métricas y morales en que tomando por modelo á Quevedo ,si no le alcanza en la valentía y colorido, le aventaja en sobriedad y quizá en firmeza de pensamiento. Para todos, goza los fueros de clásico en Castilla como los tiene en su país, por las muchas obras que escribió en portugués. Las castellanas fueron las siguientes:

- Cartas Familiares;
- 5 centurias en portugués;
- Obras métricas, al Ser. Infante D. Pedro. Contiene: las 3 Musas—El Pantheon—Las Musas portuguesas, y el Coro de las Musas;
- Historia de los movimientos y separación de Cataluña y de la guerra entre la Majestad de D. Filipe el IV y la Diputación general de aquel Principado con el pseudónimo de Clemente Libertino;
- Manifiesto de Portugal;
- Las tres Musas de Melodino;
- Impolítica militar en avisos de Generales escrita al Conde de Linares etc.;
- Eco político responde en Portugal á la voz de Castilla y satisface á un papel anónimo ofrecido al Rey D. Filipe IV sobre los intereses de la corona lusitana;
- El mayor pequeño. Vida y muerte del Serafín humano Francisco de Asís;
- El Fénix de África, Augustino Aurelio;
- Obras morales;
- Declaración que por el reyno de Portugal ofrece el Dr. Gerónimo de Santa Cruz á todos los reinos y provincias de Europa y contra las calumnias publicadas de sus émulos;
- Demostración que por el reyno de Portugal agora ofrece el Dr. Gerónimo de Santa Cruz á todos los reynos y provincias de Europa en prueba de la declaración por el mismo Autor y por el mismo Reyno;
- El Pantheon á la inmortalidad del nombre Itade;
- Doce sonetos por varias acciones en la muerte de Doña Inés de Castro;
- Theodosio, Príncipe de Braganca.

9. VICENTE, Gil.

Floreció en el último tercio del siglo XV. Se disputan su cuna Guimaraes, Barcellos y Lisboa; en esta capital donde entonces residía la Universidad, estudió Humanidades, y empezó á cursar Jurisprudencia, que abandonó por su decidida pasión á la poesía. Dotado de imaginación vivísima, y de espíritu eminentemente poético; impresionado por los intentos y ensayos que Juan de la Encina con sus

églogas dialogadas hacía, creando una nueva manifestación de la idea poética; de tal modo la acogió y desarrolló, que no sin razón le llaman sus compatriotas El Planto portugués. Hay en efecto en sus obras dramáticas, lo que apenas se vislumbra en las de Encina; propiedad en los caracteres, flexibilidad y soltura en el juego escénico, naturalidad, viveza y colorido en el lenguaje, y verdadera acción dramática. El solo ó con su familia las representaba, ganando fama y crédito entre naturales y extraños. La Reina Doña Beatriz, mujer del Rey D. Manuel, habiéndole oído representar el monólogo, que como Pastor fue á recitar en su mismo aposento (en donde se hallaba en cama, de parto del Príncipe D. Juan, que después fue Juan III) congratulándola por el feliz nacimiento del heredero de la Corona, le pidió que se le repitiese en la próxima Noche-Buena, con alusión al nacimiento del Niño Dios. El satisfizo á la Reina, no repitiendo el mismo, sino componiendo uno nuevo, con más propiedad, que es el primero de sus obras de devoción. Esto sucedía en 1502, año en que nació el Príncipe. Este monólogo, el acto y el auto mencionado, fueron sus primeros ensayos, que siendo muy bien recibidos, fueron seguidos de muchos otros más complicados, hasta llegar á secularizar el teatro portugués del todo, pasando de los templos á representarse al Palacio Real, y á los de los magnates, no habiendo fiestas de años, nacimiento ó casamiento de persona real, para cuyo esplendor no contribuyese. No cupo su fama en Portugal y voló por Europa, que por boca del sabio Erasmo le llamó el primer autor cómico moderno. Tan dudoso como su patria es el año de su muerte; Barbosa dice que fue en 1557 en Evora en donde se hallaba la Corte, fundado en lo que afirma su hijo Luis, editor de sus obras: «Que su Padre as colegirla con intento de dedica-las á D. Joao. Debía haber muerto antes que el Rey que finó en dicho año; pero si se considera que Gil Vicente ya en 1531 se hallaba vecino da muerte, y que su última composición es de 1536 “Floresta de engaños”, muy vaga parece la época designada por Barbosa. Si el personaje, que en dicha comedia hace el papel del Doctor Justicia, es el mismo Gil Vicente, y á si se refiere cuando dice: “Ya hize sesenta y seis/ Ya mi tiempo es pasado”. Debería haber nacido en 1470. Sus obras se publicaron bajo el siguiente título:

- Compilacao de todas las obras de a qual se reparte en cinco libros. O primeiro he de todas suas obras de devoção: O segundo las Comedias: O terceiro as Tragicomedias : O quarto as Farcas: uno guineo as Obras miúdas;
- Obras de Gil Vicente, etc.

Obras de Gil Vicente, compuestas totalmente en castellano, ó em castellano y portugués:

- Monólogo del Vaquero;
- Auto Pastoril castellano;
- Auto de los Reyes Magos;
- Auto de la Sibila Cassandra;
- Auto de la Fé;
- Auto de los Cuatro Tiempos;
- Auto de la Barca de la Gloria;
- Auto de San Martín;
- Comedia de Rubena;
- Comedia del Viudo;
- Comedia sobre la divisa de la ciudad de Coimbra;
- Floresta de engaños;
- Don Duardos;
- Amadís de Gaula;
- Nao de Amores;
- Fragua de Amor;
- Templo de Apolo;
- Triunfo del Invierno;
- Romería de Asraviados;
- Auto da India;
- Auto da Fama;
- Auto das Fadas;
- Farsa das Ciganas;
- Farsa de los Fisicos.

Las demás están en portugués, pero casi siempre hay algún personaje que habla castellano):

- Sermón á la Reina Doña Leonor.
- Trobas á Felipe Guillen.
- El «Auto de moralidades se tradujo en castellano con el título de “Tragicomedia alegórica del Paraíso y del Infiernos”.

10. VIEIRA, Antonio.

En 6 de Enero de 1600 nació en Lisboa. Huido de la casa de sus padres entró en la Compañía de Jesús, haciendo voto de consagrarse á la conversión y civilización de los Indios, y para ponerlo en ejecución con más presteza, abandonados los estudios mayores, pidió el grado de Coadjutor espiritual. Sus superiores, conociendo las dotes de su ingenio, le suspendieron el voto y le mandaron proseguir los estudios que en brevísimo tiempo hizo en todas las ciencias con tales progresos como la fama y sus escritos publican. Estos y su palabra elocuente le granjearon la estimación de los Príncipes, el aplauso de los sabios y eruditos y la veneración de los pueblos. Cargos eminentes, dignidades y riquezas, todo le fue ofrecido y todo lo renunció, abandonó y despreció para ir á sepultarse con resolución apostólica en los bosques del Marañón entre sus queridos Indios. Nueve años vivió allí conquistando innumerables súbditos para la corona é infinitas almas para Cristo. Al fin de ellos, para remedio de su misión, volvió á Europa, en donde con cristiana resignación y elevado ánimo superó las calumnias de la envidia y las opresiones de la malicia. Y cuando victorioso con nuevos y mayores aplausos se festejaba su nombre y volaba su fama , con nuevo y raras veces visto ejemplo, despreciadas las aclamaciones y comodidades de Europa, regresa á Bahía, y allí, después de 15 años, ocupado en la predicación y complemento de sus obras, murió casi nonagenario en 17 de Julio de 1697. Entre las muchas obras que escribió tiene en castellano:

- Las cinco piedras de la honda de David en cinco discursos morales, predicados á la Ser. Reina de Suecia Christina Alejandra en lengua italiana por el Pe. Antonio Vieira y traducidos en lengua castellana por el mismo Autor.
- Apología - Carta que el P. Antonio Vieira Monopanto escribió al P. Jácome;
- Cartas diversas.